

459
SONIA MARIA LAZZARINI CYRINO n.º/989 n.º c.

O OBJETO NULO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

um estudo sintático - diacrônico

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Sônia Maria

Lazzarini Cyrino

e aprovada pela Comissão Julgadora em

11, 11, 94

Julius
PROFA. DRA. MARY HIZAWA KATO

Campinas

1994

SONIA MARIA LAZZARINI CYRINO

O OBJETO NULO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

um estudo sintático-diacrônico

Tese apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Ciências

Orientadora: Profa. Dra. Mary A. Kato

Campinas

1994

À MINHA FAMÍLIA

meu esposo, Pedro Paulo

minha filha, Isabella

meu filho, João Paulo

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível graças à colaboração e compreensão de muitas pessoas. Gostaria de agradecer a todos que contribuíram para que eu pudesse realizar esta tese, em particular,

à profa. Dra. Mary A. Kato, orientadora sempre disposta, amiga e compreensiva;

a meus professores, Dra. Charlotte Galves, pelo apoio, e ao Dr. Fernando Tarallo, que prematuramente nos deixou, mas cujo incentivo foi essencial para minha caminhada;

ao prof. Dr. Juan Uriagereka, pelas aulas, discussões, e por seu interesse neste trabalho;

aos meus colegas de curso na UNICAMP, em especial a Maria Aparecida Torres Moraes, pelo apoio e incentivo;

aos meus colegas na Universidade de Maryland, em especial à Marcela Depiante, Ellen Thompson, Maria Christina Guidorizzi, Jairo Nunes e Ana Maria Martins, pelas discussões e também pela amizade;

aos professores da Universidade de Maryland, em especial a Dr. David Lightfoot, Dr. Norbert Hornstein, Dra. Amy Weinberg, Dr. Paul Gorrell, pelas aulas e discussões;

às professoras Mariângela A. Paranaguá e Maria Benta de Lima Barbosa, pela leitura deste trabalho;

às minhas colegas de departamento, em especial a Rosita Machado, pela acolhida nos anos iniciais, em Campinas, e a Analuza Machado Rocha, pelo incentivo;

à CAPES, pela ajuda financeira, e ao CNPq, pela bolsa "sanduíche", que me possibilitou o contato com alunos e professores da Universidade de Maryland, EUA;

ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Estadual de Londrina, pela licença concedida, a qual possibilitou a elaboração desta tese;

à Fátima, pela assistência na "retaguarda doméstica";

ao meu esposo e a meus filhos, pela paciência e compreensão;

e a todas as outras pessoas, não citadas, mas a quem estou profundamente grata pela ajuda que prestaram, de uma forma ou de outra.

RESUMO

O objeto nulo no português do Brasil (PB) tem sido alvo de vários estudos, por apresentar peculiaridades que o distingue do objeto nulo de outras línguas, entre elas o português europeu. Esta tese apresenta as diversas propostas que têm sido feitas a respeito de seu estatuto sintático, e mostra suas inadequações para dar conta do fenômeno.

Através do exame de elementos fônicos que podem ocorrer na posição de objeto, e focalizando certos pronomes e elipse de VP, esta tese propõe que o objeto nulo do português do Brasil seja o resultado do mesmo processo operante nesses fenômenos. Essa proposta é baseada na teoria de "reconstrução em FL", desenvolvida por R. Fiengo e R. May (1993).

A análise de dados diacrônicos mostra como o objeto nulo do português do Brasil surgiu. Devido a uma alteração de ordem externa, uma das opções oferecidas pela gramática para a realização fônica do objeto direto em certas estruturas, a opção "clítico", foi abandonada. A partir da existência de evidência robusta, houve uma mudança diacrônica, que estendeu a possibilidade de reconstrução (e elipse), a DP/NPs [-animado]: o objeto nulo do PB.

A tese procura, assim, contribuir para a compreensão de fenômenos de mudança diacrônica, bem como dos fatos do português do Brasil.

ABSTRACT

The null object in Brazilian Portuguese (BP) has been the aim of several studies, because it shows peculiarities that distinguish it from the null object of other languages, including European Portuguese. This dissertation shows the various proposals that have been made with respect to its syntactic status and shows what their inadequacies in explaining the phenomena are.

Through the examination of phoric elements which may occur in object position, and focusing on certain pronouns and VP ellipsis, the proposal in this dissertation is that the null object of Brazilian Portuguese is the result of the same process underlying those phenomena. This proposal is based on the theory of "reconstruction at LF", developed by R. Fiengo and R. May (1993).

The analysis of diachronic data shows how the null object of Brazilian Portuguese appeared. Because of an external change in the language, one of the options offered by the grammar for the position of direct object in certain structures, i.e., the clitic, was abandoned. Through the existence of robust evidence, there was a diachronic change which extended the possibility of reconstruction (and ellipsis) to [-animate] DP/NPs: the null object of BP.

The aim of this dissertation is to contribute to the understanding of the phenomena involved in diachronic change, as well as the understanding of the facts of Brazilian Portuguese.

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS	v
INTRODUÇÃO	1
Notas	7
 CAPÍTULO 1 - O QUADRO TEÓRICO	
1.1. Considerações iniciais	8
1.2. A teoria sintática.....	8
1.2.1. A teoria gerativa em quase 40 anos	8
1.2.2. O que é FL?.....	11
1.2.2.1. "Forma Lógica" e FL	11
1.2.2.2. Argumentos para a existência de FL	12
1.2.2.3. Outros processos em FL.....	14
1.3. A teoria de mudança diacrônica	18
1.3.1. O problema dos dados	18
1.3.2. A teoria de mudança diacrônica	19
1.3.3. O uso da quantificação dos dados	22
1.4. Conclusão	23
Notas	24

CAPÍTULO 2 - O CARÁTER NÃO-HOMOGÊNEO DO CHAMADO "OBJETO NULO"

2.1. Considerações iniciais	32
2.2. Categorias vazias	33
2.3. Objeto nulo: como caracterizar essa categoria vazia?	34
2.3.1. objeto nulo é variável	34
2.3.2. objeto nulo é expressão-R nula	36
2.3.3. objeto nulo é <u>pro</u>	38
2.3.4. objeto nulo é resultado de elipse de VP	41
2.4. Tipos de objeto nulo quanto a seu antecedente	43
2.4.1. objeto nulo com antecedente arbitrário	43
2.4.2. objeto nulo com antecedente indefinido	44
2.4.3. objeto nulo com antecedente definido	45
2.5. Conclusão	46
Notas	47

CAPÍTULO 3 - ELEMENTOS FÓRICOS NA POSIÇÃO DE OBJETO

3.1. Considerações iniciais	55
3.2. Perspectivas transformacionalista vs. interpretativista da pronominalização e elipse de VP	56
3.2.1. Pronominalização	56
3.2.2. Elipse de VP	60
3.3. Elipse de VP dentro da TRV	64
3.4. Propostas de representação da elipse de VP em FL	65

	iii
3.4.1. A proposta de Kitagawa (1991)	65
3.4.2. Fiengo & May (1993)	68
3.5. Pronomes "paycheck"	79
3.5.1. A Teoria da Dependência (F&M, 1993).....	80
3.5.2. Pronomes como vicários	83
3.5.3. Pronomes "paycheck" como reconstrução	86
3.6. Conclusão	88
Notas	89

CAPÍTULO 4 - UMA NOVA PERSPECTIVA DE ANÁLISE PARA O PRONOME "IT" DO INGLÊS

4.1. Considerações iniciais	97
4.2. "it" com antecedente não-referencial	98
4.3. "it" com antecedente sentencial	106
4.4. Conclusão	116
Notas	117

CAPÍTULO 5 - RECONSTRUÇÃO NO PORTUGUÊS: CLÍTICO NEUTRO "O", ELIPSE SENTENCIAL E OBJETO NULO

5.1. Considerações iniciais	123
5.2. Pronome com antecedente não-específico/não-referencial como reconstrução	123
5.3. Pronome clítico "o" neutro, com antecedente sentencial	127
5.4. Elipse de VP e elipse sentencial em português	133
5.4.1. Elipse de VP, segundo Matos (1992)	133

5.4.2. Elipse sentencial	135
5.5. O objeto nulo do português.....	137
5.5.1. A análise para o PE.....	138
5.5.2. A análise para o PB	142
5.6. Conclusão	149
Notas	150
CAPÍTULO 6 - A MUDANÇA DIACRÔNICA	
6.1. Considerações iniciais	156
6.2. Metodologia	157
6.3. Resultados	169
6.4. Discussão	176
6.5. Conclusão	189
Notas	190
CONCLUSÃO	194
Notas	202
OBRAS UTILIZADAS	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207

ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

	Página
TABELA 1 - Distribuição de posições nulas vs. preenchidas	169
TABELA 2 - Ocorrência de posições nulas (vs. preenchidas) de acordo com o tipo de antecedente, através do tempo	170
TABELA 3 - Objetos nulos vs. preenchidos (pronomes clítico e tônicos) com antecedentes NP +específico vs. o traço "animacidade"	172
TABELA 4 - Objetos nulos vs. preenchidos (clíticos e repetição de NP), com antecedentes NP -específico vs. o traço "animacidade"	174
TABELA 5 - Posições nulas em ilha, segundo antecedente	175
TABELA 6 - Nulos em ilhas, dentre o total de ilhas	175
TABELA 7 - Objetos nulos com antecedente NP +/- específico em contexto de ilha vs. fator "animacidade" (em número de ocorrências)	176
TABELA 8 - Uso do clítico neutro vs. elipse em sentenças cujo antecedente é "sentencial" (ou predicado)	177
TABELA 9 - Elipse sentencial vs. ocorrência de clítico neutro "o" com verbos do tipo "dizer", "saber", "crer"	178
TABELA 10 - Uso do clítico neutro "o" em posição de início de sentença vs. posição nula (elipse sentencial)	185
TABELA 11 - Uso do clítico neutro "o" em posição enclítica na estrutura AUX+V (ênclise ao auxiliar) vs. posição nula (elipse sentencial)	185
TABELA A - Elipse de VP e exopro, através do tempo, dentre o total de dados	190
TABELA B - Ocorrência do clítico neutro ou de elipse sentencial em textos portugueses	191

FIGURA 1 - Ocorrências de posições nulas, de acordo com o tipo de antecedente	171
FIGURA 2 - Objetos nulos que têm como antecedente NPs ±/ específico e o fator "animacidade"	173
FIGURA 3 - Ocorrência dos diversos tipos de preenchimento	188

INTRODUÇÃO

A teoria gerativa atual propõe uma Gramática Universal, como um sistema de princípios universais e parâmetros em aberto, os quais são fixados através da experiência lingüística. Dentro dessa perspectiva, em que as diferenças entre as línguas são consideradas como diferenças paramétricas, a mudança lingüística é vista como uma alteração na fixação de parâmetros, e a pesquisa diacrônica pretende estabelecer como essa alteração se torna possível.

Assumindo esse quadro teórico, podemos especular se as diferenças entre o português do Brasil e o português europeu, quanto ao fenômeno "objeto nulo", estariam relacionadas a alterações na fixação de algum parâmetro, como conseqüência de uma mudança diacrônica.

Segundo Raposo (1986a), o objeto nulo pode ocorrer no português europeu (doravante, PE), com algumas restrições: sentenças como em (1) são possíveis em português europeu, mas sentenças como (2) são impossíveis (exemplos em Raposo, 1986a):

- (1) A Joana viu ___ na TV ontem¹.
- (2) a. *Eu informei à polícia da possibilidade de o Manuel ter guardado ___ no cofre da sala de jantar.
b. *O rapaz que trouxe ___ agora mesmo da pastelaria era o teu afilhado.
c. *Que a IBM venda ___ a particulares surpreende-me.
d. *O pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado ___ cuidadosamente no cofre.
e. *Quando é que o Manuel vai oferecer ao Antonio ___ ?

O objeto nulo no português do Brasil (doravante, PB), porém, é possível não só na sentença (1), como também nas sentenças em (2). Diversos estudos (entre eles, Galves, 1989a,b; Farrell, 1987, 1990; Kato, 1991a,b) já enfatizaram esse aspecto, mostrando que o objeto nulo no PB tem um estatuto diferente do objeto nulo do PE. Para Raposo (1986a), o objeto nulo do PE é uma categoria vazia do tipo "variável", vestígio do movimento de um operador (nulo) para a posição de COMP (ver maiores detalhes no capítulo 2). Para os pesquisadores do PB, o objeto nulo seria uma categoria vazia do tipo pronominal.

Ao estudar a mudança lingüística ocorrida no PB, observa-se que objetos nulos estão presentes nos dados diacrônicos do português do Brasil desde o século XVI, isto é, desde a chegada da língua portuguesa ao Brasil. Assim, minha primeira hipótese foi que uma mudança lingüística deve ter ocorrido no "estatuto" do objeto nulo, já que, conforme os estudos mencionados, este é diferente nas duas línguas.

Em um primeiro estudo, Cyrino (1990a), coletei dados que mostraram fatos interessantes sobre a mudança diacrônica que poderia ter ocorrido com relação ao objeto nulo do PB. Os resultados daquele primeiro estudo mostraram um aumento nas ocorrências do objeto nulo, o qual era restrito a certos contextos em uma primeira época, mas se tornou mais livre para ocorrer também em outros contextos posteriormente. A partir do século XIX, pude constatar objetos nulos ocorrendo até mesmo em "ilhas" para extração, como no exemplo em (3), contexto que Raposo considera impossível para a ocorrência do objeto nulo do PE.

(3) Inferno, isso é: se de Dante, não sei, porque não conheço ____ . (Arthur Azevedo, O Tribofê p. 83)

Nesse mesmo estudo, apontei para a perda concomitante do clítico acusativo de 3ª pessoa e relacionei esse fato ao aumento da ocorrência de objetos nulos em PB. A ocorrência de pronomes lexicais plenos em posição de objeto direto também foi pesquisada, e constatei que esse fenômeno começa a aparecer nos dados também a partir do século XIX.

Em um estudo subsequente, Cyrino (1990b), continuei a pesquisa, desta vez, analisando dados segundo a proposta de Galves (1989a,b) para a estrutura do PB. Nesse estudo, investiguei a mudança na posição dos clíticos acusativos de primeira, segunda e terceira pessoas, que estaria relacionada a um AGR "fraco" no PB, estrutura essa que também propiciaria a ocorrência de objetos nulos pronominais.

Os resultados desse segundo estudo mostraram a perda da "subida" do clítico (todas as pessoas) no PB: enquanto (4) mostra as possíveis posições para o clítico no PB até o século XIX, (5) mostra a posição dos clíticos no PB atual.

(4) a. João me tinha visto.
b. João tinha-me visto.

(5) João tinha me visto.

Os resultados desse estudo levaram-me a novas hipóteses sobre as mudanças que ocorreram no PB (ver também Cyrino, 1993): no século XVIII, AGR se torna fraco no PB,

ocasionando a perda da ênclise, e há uma reanálise do estatuto sintático da categoria vazia em posição de objeto. O objeto nulo deixa de ser analisado como "variável" e passa a ser analisado como pronominal.

Porém, tal hipótese de mudança mostrou-se inadequada por diversos motivos (ver também Cyrino, 1993). Como entender tal reanálise, se PB ainda possui variáveis? Por que a categoria vazia pronominal foi somente possível no século XIX, se, de acordo com minha proposta, AGR já era fraco no século XVII?

Um estudo mais completo do objeto nulo do PB, portanto, ainda era necessário. Mais uma vez coletei dados que pudessem me levar a uma descrição mais completa do fenômeno, e em Cyrino (1992) apresento as hipóteses gerais que nortearam esta tese.

Nesse estudo, os dados diacrônicos abrangem o PB desde sua chegada ao Brasil, isto é, são 2.308 dados extraídos do português do século XVI ao século XX. Os resultados mostram mais uma vez um aumento de objetos nulos através do tempo. Além disso, um outro fato importante tornou-se evidente nos dados: pude observar que, dos clíticos que desaparecem no PB, o primeiro a "cair" é o clítico neutro, ou seja, o clítico usado para "substituir" uma oração, como no exemplo em (6):

(6) "O caso he este; dir-vo-lo-hei" (Camões, Filodemo, p. 145)

Observei, nesse estudo, que a ocorrência desse clítico estava em variação com a elipse, que denominei "sentencial", como no exemplo em (7):

(7) "- Cuja he?

- E eu que sei ____

- Pois quem o sabe?" (Camões, Filodemo, p. 166)

Não pude encontrar a razão sintática pela qual se usaria o clítico neutro algumas vezes, e a elipse, outras vezes. Parece ser uma questão estilística, pois observamos que não há nenhum condicionamento sintático para a ocorrência do clítico ou da elipse. O uso desse clítico, portanto, parece ser opcional.

Além dessas observações, esse estudo mostrou que a perda desse clítico foi seguida da perda do clítico "o" nominal, [+masculino, -animado]. Pude observar, por exemplo, que todas as vezes que houve um antecedente [-animado] nos dados de 1973, sua retomada se deu através de uma forma nula, não importando se esse antecedente era uma sentença ou um NP. Os dados também mostraram que a queda do clítico "o" nominal parece estar meio século atrasada com relação à queda do clítico "o" sentencial - o

primeiro não aparece na segunda metade do século XX, enquanto que o segundo já não aparece desde o começo do século.

Quanto aos traços de animacidade e de gênero, também notei uma diferença através do tempo. O traço [+masculino] favorece levemente a ausência do clítico, enquanto que o traço animacidade parece ser decisivo para essa ausência, independentemente de gênero. Desse modo, a forma masculina é a primeira "inovação", seja na queda do clítico, ou na ocorrência do pronome tônico.

Assim, minhas hipóteses para a mudança com relação à ocorrência do objeto nulo no PB levaram em conta todas essas observações. O objeto nulo seria um tipo de clítico nulo (adotando a análise em Kato 1991a,b), que teria se desenvolvido através da reanálise da lacuna deixada pela elipse sentencial, a qual poderia ser substituída por um clítico "o", ou não. Portanto, a estrutura que levaria à reanálise seria a que exhibe a opcionalidade de omissão do clítico "o". Por que tal reanálise seria possível? Porque o antecedente do clítico "o" sentencial (ou sua lacuna) é [-animado]. Assim, a reanálise poderia ter sido essa: a opcionalidade da elipse sentencial foi estendida para todos os clíticos com esse traço. O clítico "o" (NP), objeto direto, com antecedente [-animado] poderia ter sido interpretado pelo falante, especificamente, a criança da época, como tendo também essa opcionalidade de ser nulo.

Para explicar a ocorrência do pronome pleno em posição de objeto, hipotetizei que se o clítico "o" [-animado] é perdido em favorecimento de uma posição nula, o clítico "o" [+animado] poderia também começar a desaparecer, e para que a referência a um antecedente [+animado] fosse feita, o falante, por não ter mais o clítico "o" disponível, faria uso do pronome tônico "ele".

No estudo acima descrito, propus que a estrutura da reanálise para o objeto nulo do PB seria a estrutura da elipse sentencial, e, portanto, um estudo mais aprofundado do fenômeno "elipse" se tornou necessário. Ao mesmo tempo, o próprio estatuto do clítico de terceira pessoa deveria ser mais profundamente estudado, e, mais precisamente, sua estrutura, para que pudesse ser detectado como a mudança poderia ter ocorrido. Em minha proposta nesse estudo, os clíticos ainda existentes no PB (isto é, os clíticos de primeira e segunda pessoa) seriam afixos de concordância verbo-objeto, estando sempre proclíticos ao V mais baixo, sendo possíveis sentenças do tipo em (8) (ver também conclusão desta tese):

- (8) a. Então, te pego você às cinco.
b. Cê me espera eu um pouco?

A partir dessas hipóteses, e assumindo uma proposta específica para elipse, esta tese procura mostrar como a reanálise para o objeto nulo do PB foi possível através da existência do objeto nulo do português clássico e de estruturas de elipse sentencial. A queda concomitante do clítico de terceira pessoa e seu preenchimento por pronomes tônicos será também explicada.

O trabalho está assim organizado: o primeiro capítulo traz o quadro teórico dentro do qual a tese está inserida. Procuro mostrar, através de uma retrospectiva da teoria gerativa, a importância da atual proposta, o programa minimalista, cujo objetivo é estabelecer condições linguísticas, impostas somente por uma necessidade conceptual virtual (Chomsky, 1992, 1994). Nesse capítulo, também explícito a importância do uso da quantificação dos dados, e em que medida ela é necessária para estabelecer a mudança sintática. Finalmente, também é apresentada a teoria de mudança diacrônica assumida.

O segundo capítulo analisa as diversas propostas para o "objeto nulo" e mostra como diferentes fenômenos podem ser os responsáveis por um mesmo efeito, isto é, como podem ocasionar uma posição de objeto que seja nula foneticamente, mesmo sendo expressões estruturalmente diferentes. Assim, justifica-se a razão pela qual é necessário separar as diversas ocorrências no levantamento dos dados diacrônicos apresentados na tese. Somente dessa forma, podemos ter uma visão da mudança que de fato ocorreu, com relação ao fenômeno "objeto nulo" no português brasileiro.

No terceiro capítulo, apresento as diversas formulações sobre pronominalização e sobre elipse de VP dentro da teoria gerativa. Essa retrospectiva é necessária, pois, como dito acima, o objeto nulo do PB tem sido considerado como um elemento pronominal. Além disso, o objeto nulo foi também relacionado ao fenômeno de elipse de VP: em Raposo (1986a) não deve ser confundido com elipse de VP, e em Kato (1991a,b) pode ser o mesmo fenômeno, em certos casos. No final do terceiro capítulo, proponho que o processo presente em elipse de VP, conforme a proposta de Fiengo & May (1993), pode também estar presente no caso de certos pronomes, os pronomes "paycheck", os quais apresentam as mesmas ambigüidades de leitura que a elipse de VP ocasiona.

O capítulo 4 traz a explicitação dessa proposta para o caso do inglês.

No capítulo 5, estendo a análise para o português, para os casos do clítico neutro, da elipse sentencial e do objeto nulo. Esse capítulo traz a proposta de que o processo "reconstrução", presente em estruturas de elipse de VP, elipse sentencial, pronomes clíticos "o" neutro, e pronomes "paycheck" (*it*), é o processo operante no objeto nulo do PB.

Finalmente o capítulo 6 apresenta os dados diacrônicos e mostra como a reanálise foi possível a partir das propostas apresentadas nos capítulos anteriores. O capítulo

procura responder como a criança brasileira começou a produzir o objeto nulo característico dessa língua, a partir da evidência positiva.

Na conclusão, retomo as hipóteses, a análise desenvolvida e a proposta teórica da tese, mostrando como o objeto nulo característico do PB surgiu. Se, além de propor uma determinada análise para um fenômeno sintático de uma língua, podemos justificá-la através de dados diacrônicos, essa análise, a meu ver, torna-se muito mais explicativa. Esse deve ser o objetivo de qualquer teoria sintática que pretenda seguir as metas propostas no programa chomskiano e mostrar como uma língua pode ser adquirida a partir de princípios universais inatos e parâmetros que são fixados a partir da evidência positiva, ou seja, a partir da experiência lingüística. Esta tese procura cumprir esse objetivo.

NOTAS

¹ Neste trabalho, representarei o objeto nulo através de " ____ ", pois, conforme veremos no capítulo 2, seu estatuto pronominal ou de "variável", não está estabelecido consensualmente entre os pesquisadores. Essa representação é, por vezes, usada para representar a elipse de VP; ver, porém, minha proposta, no capítulo 5, em que precisamente esse aspecto é recuperado.

CAPÍTULO 1

O QUADRO TEÓRICO

1.1. Considerações iniciais

Este capítulo apresenta a abordagem teórico-metodológica assumida nesta tese. Primeiramente faço uma revisão da teoria sintática assumida, com o objetivo de mostrar como as noções de nível de representação lingüística são apresentadas no Programa Minimalista (Chomsky 1992, 1994).

Conforme veremos, Chomsky (1992, 1994) propõe, atualmente, níveis interface de representação lingüística, que proporcionam "instruções" para os sistemas articulatório-perceptual (nível da Forma Fonética, FF, doravante), e conceptual-intencional (nível da Forma Lógica, FL, doravante). A língua está encaixada nesses sistemas de "performance", que permitem que sua expressão seja usada para articulação, interpretação, referência, inquisição, reflexão, etc. (Chomsky, 1992:2).

A existência de FL é uma importante questão para esta tese, pois assumirei fenômenos operantes nesse nível de representação lingüística. Portanto, detenho-me na argumentação a favor da existência desse nível de interface, a fim de dar sustentação à proposta a ser apresentada em capítulos subseqüentes.

Em seguida, explico a teoria de mudança sintática assumida, com ênfase nos trabalhos de Lightfoot (1979, 1991) e Roberts (1993).

Finalmente justifico o uso de dados quantitativos neste trabalho. Embora assumo a teoria gerativa, não descarto a importância da metodologia variacionista usada de modo específico, a fim de se comprovar hipóteses teóricas.

1.2. A teoria sintática

1.2.1 A teoria gerativa e o Programa Minimalista

O objetivo da teoria gerativa é propor uma teoria da gramática das línguas naturais que seja a mais restrita possível, pois baseia-se na visão de que as línguas naturais representam uma capacidade cognitiva com uma estrutura e organização específicas,

possíveis de serem representadas. Essa estrutura cognitiva teria certas propriedades genéticas inatas, propostas como um sistema de princípios e regras, de caráter universal, que podem explicar como se adquire uma língua e também como se pode compreender frases nunca antes ouvidas. A teoria gerativa procura também formular hipóteses sobre a forma das gramáticas particulares. Esses princípios e regras, porém, segundo essa teoria, são sintáticos - a hipótese da autonomia da sintaxe - e são os responsáveis pelo poder de produzir um número infinito de frases. Os componentes fonológico e semântico somente interpretam as seqüências produzidas pela sintaxe¹.

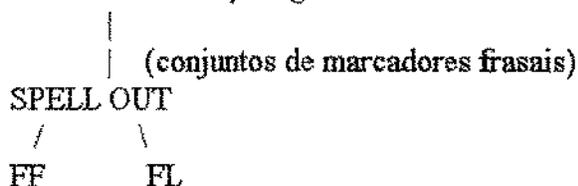
A teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1986) pesquisa princípios, que seriam universais, e parâmetros relacionados a esses princípios, que seriam diferentes em cada língua. A criança já possui esses princípios inatos, a Gramática Universal (GU); a fixação dos parâmetros vai depender da língua à qual ela está exposta. O enfoque dessa teoria é o estudo da sintaxe das línguas, de maneira que se possa estabelecer como elas refletem aspectos da GU - enfoque que é bastante diferente do anterior (ver nota 1), em que se procurava definir um sistema de regras que descrevesse a língua em questão².

Mais recentemente, (Chomsky, 1988b, 1992) propõe o chamado "Programa Minimalista", que, embora assuma o enfoque de Princípios e Parâmetros, altera, mais uma vez, o modelo da gramática (ver notas 1 e 2). Sua mudança mais notável é a forma como são agora encaradas as derivações das estruturas. Vejamos como esse novo modelo está estruturado.

Os níveis de representação lingüística são especificados por GU, e são, cada um, um sistema simbólico: FF e FL. A língua-I produz descrições estruturais ("structural descriptions") que são um complexo de propriedades, incluindo propriedades semânticas e fonéticas. A estrutura-D e estrutura-S, por sua vez, não mais constituem "níveis" de representação na derivação das estruturas.

Assim, o léxico especifica os itens, com suas propriedades idiossincráticas, os quais entram no "sistema computacional". A derivação de uma expressão lingüística vai compreender uma escolha de itens do léxico e uma "computação" que constrói um par para a representação nas interfaces FF e FL. O modelo da gramática se reduz, então, a (1):

(1) Léxico + transformações generalizadas



A sintaxe "explícita", visível, agora é uma parte do sistema computacional. A variação entre as línguas será limitada a partes não "substantivas" do léxico e a propriedades gerais dos itens lexicais. Essa variação estará também no momento do SPELL OUT - alguns movimentos (que agora são motivados por princípios de "economia", ver abaixo) ocorrem antes de SPELL OUT e são visíveis em FF; outros somente ocorrem em FL, e não são visíveis em FF.

Os únicos níveis "conceptualmente necessários" são os níveis de interface FF e FL. Por que "conceptualmente necessários"? Ninguém que já tenha estudado línguas tem qualquer dúvida sobre a existência de "som" e de "significado" - isto é, FF e FL. Porém, quando se fala de "estrutura profunda" e "estrutura superficial" como níveis de representação, vai-se mais longe do que uma "necessidade conceptual". Somente a adequação empírica é que tornaria interessante a proposição desses níveis.

Podemos substituir esses "níveis de representação"? Dizer que os únicos níveis de representação relevante são os níveis de interface FF e FL não significa que não exista mais nada além desses níveis. Mas os dados que os níveis de "estrutura-D" e "estrutura-S" descreviam não podem ser tomados como um único nível de representação. Assim, não se pode dizer que não se tem mais regras abstratas - essas existirão, mas não em termos de níveis de representação lingüística. Condições sobre representações, isto é, condições da Teoria da Vinculação, Teoria do Caso, Teoria-Teta, etc, somente existirão na interface, e serão motivadas por propriedades da interface.

O programa é "minimalista" porque pretende propor mecanismos que sejam necessários conceptualmente. Por exemplo, a teoria X' é ainda necessária, pois é quase incontroverso que há categorias sintagmáticas nas línguas, e também é necessário que se distinga, num sintagma, o núcleo de seu complemento, e algum "resíduo", por suas propriedades intrínsecas. Assim, no sintagma:

(2) a fotografia de Maria

não há controvérsia de que há um núcleo ("fotografia"), um complemento ("Maria") e "resíduos" (o artigo "a", a preposição "de"). Mas a questão é: a ramificação é binária? os "resíduos" formam uma classe? A teoria X' nos diz sobre a relação núcleo-complemento, assim como sobre a relação resíduo-núcleo (especificador-núcleo) e sobre a relação núcleo-núcleo. O objetivo do programa é procurar mostrar que isso é só o que se precisa³.

A forma da gramática é então a seguinte: há uma projeção lexical que é sujeita à configuração X' (mas ver nota 3) e transformações generalizadas (que une as configurações sintagmáticas). Chega-se, então, ao SPELL OUT, onde restrições gramaticais se aplicam

nos níveis de representação FF e FL. Essas representações sintáticas podem chegar ao SPELL OUT em qualquer momento e vão convergir, se são plenamente interpretáveis (em FF e FL), quando têm somente objetos legítimos (que têm seus traços morfológicos checados em FF, e cadeias bem-formadas em FL, ver mais abaixo). A representação poderá também falhar ("crash"). O movimento existe, então, para checar traços.

Além disso, a noção de "economia" é constante no programa minimalista. Princípios de Economia serão aplicados tanto a representações, quanto a derivações. O princípio da Interpretação Plena ("Full Interpretation"), em que cada símbolo deve receber uma interpretação "externa" (à sintaxe) através de regras universais, é um exemplo de "economia" aplicada a representações. Esses princípios eliminam, assim, a necessidade de aplicação do Princípio de Projeção e do Critério Teta em FL. O princípio da Interpretação Plena é, segundo Chomsky, a condição para convergência.

A noção "economia" aplicada a derivações se traduz pelos princípios: Menor Esforço, Movimento Mais Curto, Último Recurso, "Proscrafination", "Greed" - todos são princípios que determinam as operações de movimento. A parametrização do movimento do verbo finito, por exemplo, se baseia nas diferenças existentes entre as línguas para os traços morfológicos de AGR, ou seja, traços Nominiais e Verbais "fortes" ou "fracos".

Assim, postula-se que inglês teria traços-V "fracos" e francês, traços-V "fortes". Sendo que o princípio da Procrastinação determina que o movimento não é requerido na sintaxe explícita ("overt") e sim, somente em FL, e também que traços "fortes" devem ser checados antes de SPELL OUT, e traços "fracos" podem esperar até FL, tem-se a explicação do porquê do verbo em francês ter flexão visível ("audível"): a checagem ocorre antes de SPELL OUT. Inglês, ao contrário, tem traços "fracos" que somente serão checados em FL por causa da "procrastinação".

Nesta tese, assumo a Teoria de Princípios e Parâmetros e procuro incorporar, onde necessário, a teoria gerativa em sua versão mais atual, o programa "minimalista", especialmente sua visão de níveis de representação lingüística. Abaixo, discuto processos operantes em FL, não só por serem importantes na teoria atual, mas também por terem papel relevante nesta tese.

1.2.2. O que é FL?

1.2.2.1. "Forma lógica" ou FL?

A partir dos anos 70, o nível "forma lógica" aparece na forma da gramática e sua importância tem progressivamente aumentado. É, porém, diferente do termo "forma lógica"

usado por filósofos - para estes, a forma lógica de uma sentença é uma estrutura que revela seu significado, havendo também noções distintas de "forma lógica" entre os filósofos⁴. Segundo Lappin (1991), a diferença entre a abordagem filosófica da "forma lógica" e a abordagem lingüística é que a primeira considera a forma lógica de uma sentença como "o objeto formal ou o nível de representação no qual a relação de uma sentença a algo externo a ela está diretamente expressa através de propriedades estruturais da representação" (p. 304). Já na visão da lingüística (teoria gerativa), FL é um nível de representação sintática que faz interface entre estrutura-S (na TRV) e as regras de interpretação semântica que definem os valores-verdade de uma sentença.

Portanto, FL é diferente da "forma lógica" dos filósofos, pois não é a expressão estrutural de uma sentença em relação a um conteúdo, ou objeto, extra-sentencial. É um objeto formal da teoria sintática, embora tenha, essencialmente, uma estrutura semelhante ao cálculo de predicado ("predicate calculus") da literatura filosófica (lógica de predicado). Lappin considera a "forma lógica" como exocêntrica e relacional e a FL como endocêntrica e não-relacional.

Nesta tese, portanto, usarei a expressão "forma lógica" para me referir ao conceito filosófico e "FL" para me referir ao conceito lingüístico de forma lógica.

1.2.2.2. Argumentos para a existência de FL

FL não é somente uma estipulação da teoria gerativa para poder colocar em algum lugar, "nível", problemas derivados da interpretação de certas sentenças como (3):

(3) Todo mundo ama alguém.

Sua existência é uma questão de natureza empírica, embora se trate de um nível "abstrato" (porém, ver acima sobre necessidade conceptual virtual - "virtual conceptual necessity"). Vários argumentos são apresentados na literatura gerativa, dentro da Teoria da Regência e Vinculação (TRV), apoiando a visão de FL como um nível sintático de representação. Apresento aqui dois desses argumentos⁵.

Na TRV, a regra mova- α mapeia a estrutura-S para a FL. Exemplos dessa regra, operando no mapeamento entre esses dois níveis são a regra de içamento de WH e também içamento de quantificador ("quantifier raising", doravante, QR - ver May, 1985). Assim, temos, respectivamente, (4) e (5), em que as estruturas em "b" representam a FL das sentenças:

(4) a. Quem viu o que?

b. $[_{CP} [_{Spec} | o\ que_2\ quem_1] [_{IP}\ t_1\ viu\ t_2]]$

(5) a. Alguém de todo comitê o odeia.

b. $[_{IP}\ [_{NP1}\ [_{NP2}\ todo\ comitê] [_{NP1}\ alguém\ de\ t_2] \| [_{IP}\ t_1\ odeia\ t_2]]$

Esses elementos, sintagmas-WH e sintagmas nominais quantificados, são alçados em FL, pois, segundo May (1985), não são argumentos referenciais, que recebem papéis-teta, e, portanto, devem se mover para uma posição A' a fim de não violar o critério-teta⁶. Em FL são adjungidos a IP ou a CP (May, 1985, porém, admite adjunção a VP, ver Haegeman, 1991).

Um dos argumentos que apóia a existência desse nível de representação é a diferença existente entre perguntas-WH em chinês e em inglês: em chinês não há movimento de sintagmas-WH na estrutura-S (e, portanto, há WH *in situ*), porém, esse movimento deve ocorrer em FL, obedecendo a regra mova- α em sua aplicação a sintagmas-WH, como visto acima⁷. Vejamos por quê.

Em inglês, verbos como "believe" ("acreditar"), "wonder" ("perguntar-se") e "know" ("saber") selecionam diferentes complementos: "believe" seleciona um argumento não interrogativo proposicional como complemento, "wonder" seleciona um complemento interrogativo (pergunta indireta) e "know" pode selecionar qualquer dos dois tipos. Em chinês, o mesmo ocorre; entretanto, o sintagma-WH permanece *in situ* (ao contrário do inglês). Além disso, as leituras são as mesmas, isto é, os sintagmas-WH em chinês não são referenciais. A proposta é então de que em chinês a seleção dos complementos é a mesma e o sintagma-WH *in situ* é movido para sua apropriada posição somente em FL.

Um outro argumento é sobre apagamento que contém antecedentes ("antecedent-contained deletion") (ver também nota 20, capítulo 3). O exemplo clássico está em (6):

(6) Dulles suspected everyone who Angleton did.

'Dulles suspeitou de todo mundo que Angleton suspeitou'

Se tentarmos interpretar essa sentença copiando o VP que falta (aqui há elipse de VP) com base no VP anterior, observamos um problema de "regressão interpretativa" devido à presença da oração relativa⁸. Assim, temos:

(7) Dulles $[_{VP}\ suspected\ everyone\ who\ Angleton\]_{VP}\ suspected\ everyone\ who$
Angleton $[_{VP}\ suspected\ ...$

A postulação da regra de QR, seguida da cópia de VP, ambas operando em FL, soluciona esse problema interpretativo:

(8) QR

$[_{IP} [_{NP1} \text{ everyone who Angleton did}] [_{IP} \text{ Dulles suspected } t_1]]$

(9) cópia de VP

$[_{IP} [_{NP1} \text{ everyone who Angleton}] [_{VP} \text{ suspected } t_1]] [_{IP} \text{ Dulles}] [_{VP} \text{ suspected } t_1]$

Assim, dentro da TRV, a postulação de FL como nível de representação sintática tem sustentação teórica. Cada vez mais, esse nível se torna importante dentro da teoria, não só por resolver diferenças entre as línguas, como é o caso de içamento de WH em chinês e inglês, mas também para resolver problemas de interpretação que a simples postulação de um nível intermediário (estrutura-S) não dá conta.

1.2.2.3. Outros processo em FL

Recentemente, FL é o nível de representação relevante para a Teoria da Vinculação⁹. De fato, visto que estrutura-D e estrutura-S não mais existem, não há mais discussão sobre o nível em que as condições A, B, e C, devem ser aplicadas. LF é o único nível para tais relações (ver Chomsky, 1992) - o que de certo modo é bastante apropriado, visto que as condições de Vinculação estabelecem relações de interpretação (dependências referenciais, co-referência, etc).

Além de se tornar muito importante no programa minimalista, o nível FL se torna, ao mesmo tempo, bastante abstrato.

Como vimos acima, é em FL que serão checados os traços "fracos", devido ao princípio de "procrastinação". Línguas como o inglês terão movimento do V para AGR somente nesse nível, ao contrário de línguas como o francês, ou português. Essas diferenças não são "visíveis", mas se justificam, dada a suposição de que LF é universal e invariável entre as línguas.

Além disso outras operações abstratas como apagamento em FL e vestígios-cópia são propostas em Chomsky (1992). Esse novo papel de FL é importante para esta tese, na medida em que me apoio nessa visão ao propor certos processos operantes nesse nível. Assim, vejamos que operações em FL são propostas no Programa Minimalista.

Chomsky (1992), conforme vimos acima, propõe que, para uma derivação convergir, seu "output" em FL deve constituir de objetos legítimos: argumentos, núcleos, modificadores e construções operador-variável.

Ora, Chomsky aponta para problemas que surgem em uma construção tal como (10), exemplo (28) em Chomsky (1992), em que para que uma interpretação seja possível é necessário que se aplique a operação "reconstrução"¹⁰:

(10) (Guess) |_{wh-} in which house| John lived *t*|

As duas alternativas de interpretação para esse exemplo, após "reconstrução", estão em (11) ((29) em Chomsky, 1992):

(11) a. |which *x*, *x* a house| John lived |in *x*|
 b. |which *x*| John lived |in |*x* house||

em que a resposta a (11a) seria "the blue one" e a resposta a (11b) seria "that", por exemplo. A diferença entre (11a) e (11b) é que na primeira opção, a variável abrange "casas", e na segunda, a variável abrange entidades.

Chomsky afirma que o processo "reconstrução" deveria ser eliminado, particularmente quando é aplicado depois de movimento em FL e recuperando o que já foi ocultamente ("covertly") movido. Assim, sugere que outro enfoque seja dado a essas e a outras construções envolvendo vestígios: a "teoria da cópia", como uma teoria de movimento. Nesse enfoque, o vestígio deixado após o movimento é uma cópia do elemento movido. Em FF, no caso de movimento explícito, essa cópia de vestígio será apagada. Mas em FL, a cópia permanece, proporcionando o efeito que o processo "reconstrução" produz.

Assumindo esse enfoque, o vestígio em (10) seria, na realidade, uma cópia do elemento movido:

(12) |_{wh-} in which house| John lived |_{wh-} in which house|

Em FL, o sintagma-WH seria convertido para (13a) ou (13b), por uma operação como QR para as duas interpretações possíveis de (10), especificadas em (11a) e (11b):

(13) a. |which house| |_{wh-} in *t*|
 b. |which| |_{wh-} in | *t* house||

Chomsky, então, propõe o apagamento em FL: tudo o que não é operador e que está na posição de operador (Spec, CP) deve ser apagado. Para convergência em FL, recorde, devemos ter somente uma estrutura operador-variável. Assim, se temos para (10) uma

forma de FL como em (13a), por exemplo, o apagamento em FL vai ser como em (14), onde o que foi apagado está em itálico>:

(14) |which house| *|_{wh-} in t|* |*which house*| *|_{wh-} in t|*

O sintagma-WH *|_{wh-} in t|* é apagado na posição de |Spec, CP|, pois não é operador. Na posição do vestígio, uma cópia daquilo que permanece na posição de operador também é apagada, desta vez por uma operação que ele diz ser um análogo do apagamento em FF (ver mais abaixo), deixando, assim, somente o sintagma-WH nessa posição.

Dessa forma, obtemos um "objeto legítimo" em FL, expresso em (15), onde somente temos operador-variável. A partir desse objeto, a forma em (11a) é derivada em FL para a interpretação:

(15) |which house| |_{wh-} in t|

A outra interpretação (11b,13b) é derivada da mesma forma.

Chomsky elimina, assim, o processo "reconstrução" como um processo específico a certas construções, dizendo que este, na verdade, "is essentially a reflex of operator-variable constructions" (Chomsky 1992:53)¹¹. O termo "reconstrução" é usado somente para a descrição informal do fenômeno.

O processo descrito acima é relevante para esta tese por dois pontos: primeiramente, proponho, seguindo Fiengo & May (1993), que existe um processo "reconstrução" operante em FL. Porém, o termo "reconstrução" vai ser usado de uma outra forma: vai identificar um processo em que a ocorrência de uma estrutura idêntica a outra é reconstruída em FL a fim de que seja corretamente interpretada (ver capítulo 3 e 4). É semelhante à "teoria da cópia" do vestígio de movimento.

O segundo ponto, relacionado ao primeiro, é o uso que Chomsky faz de apagamento em FF e sua justificativa. Como vimos, ele propõe "apagamento em FF" para os casos em que o movimento de um sintagma-WH é explícito. O vestígio, agora cópia do elemento movido, deve ser apagado em FF, constituindo-se esse um subcaso de um princípio mais geral que se aplica à elipse e outras construções. Chomsky sugere que a cópia de vestígios é uma "variante obrigatória de uma operação mais geral que também é aplicada no componente FF" (Chomsky, 1992:50).

O autor exemplifica ((30) em Chomsky, 1992):

- (16) a. John said that he was looking for a cat, and so did Bill
 b. John said that he was looking for a cat, and so did Bill |say that he was
 looking for a cat|

Entre as várias interpretações possíveis da primeira cláusula, Chomsky escolhe, para exemplificar, a interpretação em que "he" se refere a "Tom" e "a cat" se refere a qualquer gato, isto é, a um gato não-específico (sobre as outras interpretações possíveis e sua análise, não apresentadas em Chomsky, ver capítulo 3). Em (16a), há elipse, e Chomsky propõe que um requerimento de paralelismo, PARR, exija que a segunda cláusula, elíptica, seja interpretada da mesma forma que a primeira.

Para o caso de (16b), onde não há elipse, o mesmo requerimento deve estar em jogo, visto que a referida interpretação é possível quando há uma entonação decrescente para a segunda cláusula.

Segundo Chomsky, PARR é aplicado em FL. Já que pode ser aplicado a (16b), Chomsky propõe que (16b) seja a estrutura que chega a FL e (16a) seja derivada de (16b) através de uma operação em FF que apaga cópias. PARR, portanto, é um processo geral que se aplica sob determinadas condições que Chomsky não especifica.

Nesta tese, ao assumir a teoria de Fiengo & May (1993), proponho que reconstrução é um processo operante em FL sob determinadas condições, a serem especificadas (ver capítulo 3).

A diferença entre a proposta de Fiengo & May (1993) e a sugestão de Chomsky (1992), além do fato de os primeiros não assumirem ainda a teoria minimalista, está no fato de Chomsky propor que a estrutura elíptica seja projetada lexicalmente e depois apagada. Na visão de Fiengo & May, entretanto, em elipse não há projeção lexical, mas sim reconstrução em FL.

Assim, nesta tese, assumo o nível FL como um nível interface de representação sintática, de acordo com o programa minimalista. Não discutirei as outras consequências das operações em FL descritas acima (refiro o leitor a Chomsky, 1992), mas assumirei o processo proposto por Fiengo & May (1993), "reconstrução" (ver capítulo 3), muito embora a proposta dos autores não estivesse ainda dentro do programa minimalista. Procurarei, então, nos capítulos seguintes, adaptar essa proposta, dentro da nova visão da teoria gerativa.

A seguir, passo a explicitar a teoria de mudança diacrônica que assumo neste trabalho.

1.3. A teoria de mudança diacrônica

1.3.1. O problema dos dados

A teoria gerativa considera a linguagem como uma capacidade geneticamente herdada no ser humano e propõe um estado mental inicial, a GU, que torna possível a aprendizagem das línguas. Chomsky (1986:3) afirma:

"UG may be regarded as a characterization of the genetically determined language faculty. One may think of this faculty as a "language acquisition device", an innate component of the human mind that yields a particular language through interaction with presented experience, a device that converts experience into a system of knowledge attained: knowledge of one or another language."¹²

A partir da postulação de princípios inatos, invariáveis, e parâmetros sujeitos a variações entre as línguas, o estudo da mudança diacrônica tomou novo impulso. Dentro dessa abordagem, estuda-se a mudança na língua como relacionada a mudança na fixação de parâmetros (ver mais abaixo).

Ao estudar a mudança diacrônica sob esse prisma, no entanto, deparamos com algumas questões relacionadas ao uso de dados extraídos de textos escritos, antigos. Abaixo, discuto essas questões e mostro como o que aparenta ser um problema é, na realidade, uma vantagem para o lingüista que assume a teoria gerativa.

O problema do lingüista que estuda diacronia é diferente do problema do lingüista que estuda a língua sincronicamente. Não se pode pedir julgamentos de gramaticalidade e, assim, tentar chegar à língua-I (língua internalizada)¹³ do falante, simplesmente porque não há mais falantes daquela língua (ver importante discussão sobre esse tema em Ramos, 1992:13-17). A alternativa, porém, é considerar os dados como fonte de evidência positiva. Assim, o lingüista estará na mesma posição de uma criança adquirindo a língua e poderá avançar hipóteses mais reais sobre a mudança ocorrida (ver abaixo sobre o relacionamento da teoria de aquisição e a teoria de mudança diacrônica).

Uma outra dificuldade se encontra na impossibilidade de se ter certeza de que quando uma forma não aparece nos dados é porque é uma forma agramatical. Porém, de uma certa maneira, essa dificuldade é também semelhante à posição da criança adquirindo uma língua: ela tampouco tem acesso a evidência negativa. Mais uma vez, então, pode-se dizer que o lingüista se assemelha à criança adquirindo uma língua. Entretanto, a diferença é que o lingüista não tem acesso à GU, assim como a criança. Daí, a necessidade de valer-se da teoria gramatical para estudar dados diacrônicos.

Muitas vezes, o lingüista necessita de uma evidência apropriada para comprovar uma teoria, mas freqüentemente, essa evidência é difícil de se encontrar nos dados, ou não se encontra documentada. Para Adams (1987), um meio de se atestar agramaticalidade, nesses casos, deve vir da própria teoria da gramática - a tarefa da lingüística sincrônica é propor a teoria da gramática (GU), usando os dados e nossas intuições sobre eles. A tarefa da lingüística diacrônica é usar os resultados da lingüística sincrônica para "decidir" o que é gramatical ou não.

Uma outra restrição ao uso de dados diacrônicos na teoria gerativa seria que dados escritos não são necessariamente idênticos a dados orais. Porém, conforme bem ressalta Adams (1987), os autores não podem mudar muito a sintaxe da língua escrita se querem ser entendidos. Além disso, uma vez que não podemos saber sobre a língua falada nos dados diacrônicos, não podemos assumir que seja muito diferente da língua escrita, mais do que assumimos que seja idêntica¹⁴.

Assim, devemos tratar os dados como evidência positiva, da mesma forma que a criança usa a língua a que está exposta para fixar parâmetros e construir sua gramática, uma vez que assumimos que princípios da gramática universal não mudam. Passemos agora à explicitação da teoria de mudança que assumo.

1.3.2. A teoria de mudança diacrônica

O pressuposto teórico da teoria de mudança que se fundamenta na teoria gerativa através do trabalho pioneiro de Lightfoot (1979) é que as mudanças gramaticais ocorrem no processo da aquisição da linguagem. Mais precisamente, segundo a Teoria de Princípios e Parâmetros, a criança constrói sua gramática a partir do que ela ouve (dados primários) e do que ela possui de inato (os princípios da GU). A criança não tem acesso direto à gramática de seus pais (Lightfoot, 1979). Isso significa que a gramática da criança não é necessariamente a mesma que a gramática de seus pais.

Ora, muitas vezes, as estruturas superficiais, audíveis, são compatíveis com mais de uma gramática. A criança, porém, não "sabe" qual dessas análises representa a análise "correta", ou seja, a gramática de seus pais. Se optar pela análise "errônea", teremos uma mudança gramatical - a gramática da criança será superficialmente semelhante à gramática de seus pais, porém, será estruturalmente diferente.

A tarefa do lingüista será, então, encontrar nos dados propriedades que induziriam à análise "errônea" por parte da criança. Segundo Lightfoot (1979, 1991) e Roberts (1993), a mudança se dá de maneira gradual através de manifestações superficiais de

alguma mudança em certa estrutura que, por sua vez, provocam uma reanálise diacrônica. O conjunto das reanálises diacrônicas ocorridas desencadeiam a mudança de um certo parâmetro da gramática, e essa mudança paramétrica é, então, catastrófica.

Roberts (1993), propõe, assim, três noções distintas dentro da teoria da mudança:

- a) passos - são pequenas mudanças visíveis, construções que se tornam mais raras, estruturas que se tornam menos frequentemente usadas, mas não totalmente eliminadas dos dados. O sistema gramatical ainda permite aquelas estruturas.
- b) reanálise diacrônica - é a análise "errônea" de alguma estrutura: a criança atribui uma estrutura diferente, mas não incompatível, para uma dada estrutura.
- c) mudança paramétrica - ocorrerá através de reanálises diacrônicas, interagindo com elas, e provocando a refixação do valor de um determinado parâmetro da língua.

Assim, uma mudança paramétrica envolve outras mudanças que ocorrem simultaneamente, ou quase simultaneamente. Uma única reanálise não implicaria na mudança de um parâmetro, mas poderia contribuir para tal, pois ocasiona a ocorrência de novas construções, removendo evidências que levariam à fixação de um parâmetro de um certo modo. A reanálise diacrônica, portanto, reduz a frequência de certos tipos de construções nos dados, o que muda a experiência detonadora para a criança ("triggering experience", Lightfoot, 1991).

Lightfoot (1991) também destaca a importância na mudança de propriedades morfológicas das línguas. Estas trariam consequências para a sintaxe. Um exemplo é o caso da mudança do sistema morfológico de Casos do inglês medieval que resultou na perda do Caso Dativo e na emergência de um sistema de Caso estrutural. Essa visão está em consonância com a suposição da teoria gerativa atual em que se hipotetiza que a fixação de parâmetros sintáticos seria sensível a propriedades morfológicas da língua.

Conforme vimos acima, atualmente assume-se que as diferenças entre as línguas se reduzem às suas propriedades morfológicas - as línguas, porém, são idênticas quanto a propriedades da FL. Se as diferenças na fixação de parâmetros se reduzem a diferenças morfológicas, devemos buscar evidências para a mudança paramétrica dentro das mudanças visíveis (i.e., "audíveis") em FF: somente neste nível propriedades morfológicas são visíveis. Nesta tese, portanto, assumo essa proposta¹⁵.

A experiência detonadora para a criança, segundo Lightfoot (1991), deve consistir de dados simples, porém robustos. O que são dados simples? O que são dados robustos?

Lightfoot afirma que dados simples são dados que estão dentro do Grau-0 de aprendizibilidade, isto é, dentro de estruturas simples. Lightfoot afirma que a criança tem acesso somente a estruturas não-encaixadas: o autor limita a informação à que a criança tem acesso em termos de complexidade sintática, isto é, em termos de encaixamento de sentenças. A criança fixa parâmetros que estejam representados em estruturas de grau-0 e não "aprende" nada de estruturas encaixadas, ou mais complexas. Tudo o que a criança necessita para aprender sua língua é ouvir uma sentença raiz e o início de uma sentença encaixada (isto é, somente o complementizador e o sujeito da encaixada). A partir daí, pode aprender todos os outros processos gramaticais de sua língua.

Os dados da experiência detonadora devem ser, portanto, do tipo que qualquer criança ouve frequentemente. Assim, devem ser "robustos": salientes e frequentes (Lightfoot, 1991).

A teoria apresentada resumidamente acima tenta explicar como a mudança diacrônica ocorre. Uma questão interessante é também tentar explicar o que ocasiona a mudança sintática.

Lightfoot (1991) propõe que dois tipos de fatores podem contribuir para a mudança sintática: fatores internos, da própria gramática, gerando mudanças determinadas por propriedades do genótipo mental, e fatores externos, como fatores sociais (por exemplo, empréstimos, etc.). A gramática gerativa estaria interessada nas causas internas da mudança, pois fatores externos, fatores que atuam nas situações reais de uso da língua, deveriam ser abstraídos.

Porém, conforme aponta Ramos (1992), essa exigência de abstração do social não é bem atendida quando se faz lingüística histórica, uma vez que dados são provenientes de textos que expressam o uso da língua em determinadas épocas, e, por razões óbvias, não podem ser submetidos a julgamentos de gramaticalidade. Além disso, Ramos (1992:7) afirma: "seria necessário assumir que uma criança em fase de aquisição dispusesse de algum recurso que a tornasse capaz de distinguir entre resíduos provenientes de mudanças acidentais [devidas a fatores externos], e resíduos provenientes de mudanças gramaticais, já que apenas os resíduos do segundo tipo teriam, segundo Lightfoot, uma importância central em GG [Gramática Gerativa]." Ramos ainda cita Adams (1987:223):

"External factors set up the conditions for change yet do not follow from the theory of grammar. But since the learner knows only what he hears, superficial characteristics may be misconstrued as grammatical properties."¹⁶

Assim, o falante incorpora o que interpreta como gramatical, independentemente da natureza da fonte de uma inovação¹⁷.

Existe um ponto de vista tradicional que postula que o início da mudança sintática se dá através dos efeitos erosivos da mudança fonológica. Nessa perspectiva tradicional, essa mudança seria regular e cega a distinções funcionais. Porém, conforme veremos no capítulo 6, o papel da fonologia na mudança sintática é diferente desse ponto de vista tradicional: a fonologia será uma importante causa de mudança sintática na medida em que alterar a experiência detonadora para a criança.

O papel da fonologia¹⁸ como iniciadora de mudanças sintáticas já é mostrado no trabalho de Adams (1987), dentro da teoria gerativa. Outros trabalhos mais recentes, como Clark & Roberts (1992) e Galves & Galves (1994)¹⁹, também mencionam esse aspecto, mostrando a influência da fonologia como fonte de alteração da experiência detonadora ("triggering experience").

Assim, podemos afirmar que, se uma forma é mais frequente do que a outra devido a fatores fonológicos, esses fatores terão importância por alterarem o tipo de evidência que a criança encontra ao adquirir a língua. Não há mudança na gramática quando se usa mais uma forma do que a outra; há, porém, mudança na experiência detonadora. E, conforme vimos acima, quando a mudança diacrônica ocorre, é porque houve mudança na experiência detonadora. Assim, indiretamente, a mudança fonológica poderá ocasionar mudanças na gramática.

Nesta tese, conforme veremos no capítulo 6, mostro como a fonologia contribui para a mudança diacrônica, ao alterar a evidência positiva e, por conseguinte, alterar a gramática da criança.

1.3.3. O uso da quantificação nos dados

Este trabalho assume a proposta avançada em Kato & Tarallo (1987) e Tarallo & Kato (1989) em que os autores sugerem a união da lingüística paramétrica com a lingüística das probabilidades, a qual usa a quantificação como suporte a argumentos para mudança diacrônica. Neste modelo, usa-se os resultados quantitativos como verificação de hipóteses fortes, extraídas da teoria gramatical assumida.

O uso da quantificação vai, assim, substanciar argumentos a favor de certas hipóteses teóricas. Portanto, ao usar o método de quantificação, também usado na Sociolingüística Quantitativa (ver Ramos, 1992), estarei, ao mesmo tempo, escolhendo os fatores a serem observados a partir não só de minhas hipóteses a respeito do estatuto de

certo elemento, no caso o objeto nulo, como também de hipóteses a respeito da mudança diacrônica ocorrida no PB. A seleção desses fatores, então, não é feita aleatoriamente, à maneira da Sociolinguística Quantitativa, mas baseando-se nas hipóteses levantadas.

Os resultados obtidos, então, vão mostrar, através de tabelas, a evolução do fenômeno, e vão também medir a força dos fatores escolhidos. Conseqüentemente, teremos a validade das hipóteses assumidas. Assim, os fatores terão maior força explicativa, diferenciando-se esta metodologia da metodologia puramente variacionista (Sociolinguística Quantitativa). Esta, segundo Tarallo & Kato (1989), usa fatores condicionadores sem conteúdo explicativo, mas apenas distribucionais e organizadores do universo da gramática (embora não incompatíveis com uma análise sintática).

Portanto, podemos verificar que é interessante unir as hipóteses fornecidas pela teoria gramatical à metodologia variacionista quando tratando de dados em sintaxe diacrônica. Acredito que essa abordagem teórico-metodológica traz frutos para a análise desses dados, pois inclui, no levantamento dos dados, estruturas sintáticas aparentemente independentes e que possivelmente não seriam consideradas num levantamento puramente variacionista. Além disso, essa abordagem nos permite observar com mais clareza a evolução de certas estruturas sintáticas através do tempo, possibilitando a confirmação das hipóteses teóricas.

1.4. Conclusão

Este capítulo pretendeu explicitar os pressupostos teóricos desta tese. Primeiramente, expus as noções implícitas no quadro da teoria gerativa, abrangendo cerca de 40 anos de desenvolvimento da teoria, detendo-me no programa de pesquisa atual.

Como nesta tese serão abordadas questões de significado, como referência e co-referência, além de processos operantes no nível de representação linguística onde tais problemas são relevantes, julguei importante apresentar argumentos a favor de tal nível sintático. Além disso, o papel desse nível, FL, tem se tornado cada vez mais importante dentro da teoria gerativa, especialmente dentro do Programa Minimalista atual.

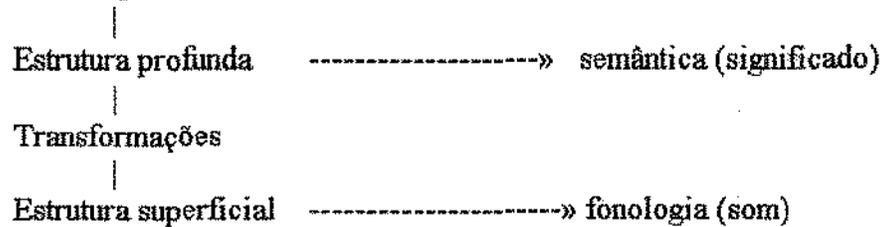
Além dos pressupostos assumidos da teoria gerativa, também explicitarei pressupostos da teoria de mudança diacrônica, mais especificamente, a teoria proposta em Lightfoot (1979, 1991) e Roberts (1993). Vimos que essa teoria assume a Teoria de Princípios e Parâmetros e relaciona mudança sintática à aquisição da linguagem.

No próximo capítulo, passo a explorar o fenômeno "objeto nulo", mostrando as diversas análises que recebeu na literatura, e evidenciando seu caráter não-homogêneo.

NOTAS

¹ Essas idéias gerais foram desenvolvidas e propostas por diversos modelos dentro da teoria gerativa, iniciada em Chomsky (1957). Primeiramente, temos o modelo da "teoria padrão", em que a gramática tinha a seguinte forma:

(i) Regras sintagmáticas e léxico

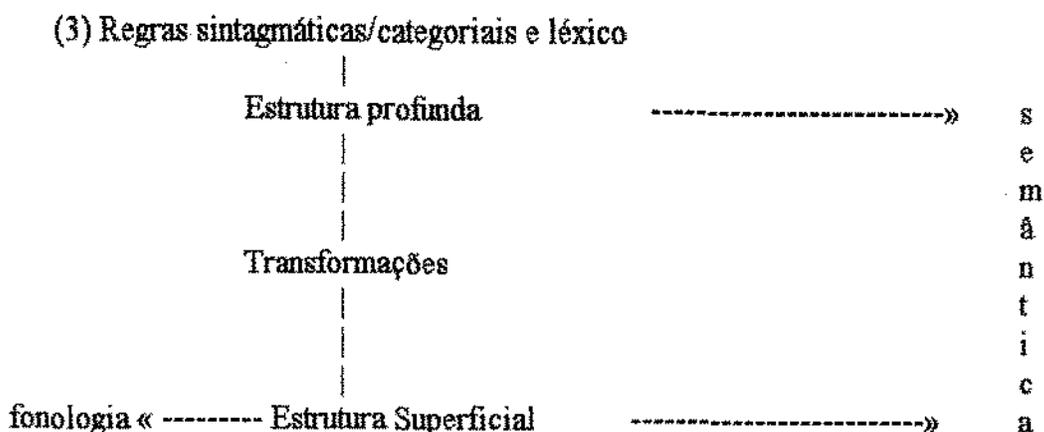


A estrutura profunda ("deep structure") é, nessa visão, o resultado das regras sintagmáticas ("phrase structure rules"), e "input" para as regras transformacionais. A estrutura profunda é, também, "input" para as regras semânticas: a interpretação de uma sentença advém da aplicação de regras semânticas na estrutura profunda. Após as transformações, a estrutura profunda se "converte" em estrutura superficial, que, por sua vez, serve de "input" ao componente fonológico - as seqüências tornam-se audíveis.

Assim, nesse modelo, a estrutura profunda serve de base para a interpretação das seqüências, antes que as regras transformacionais operem, e deve corresponder a estruturas bem-formadas. Isso significa que as transformações não devem alterar o significado das sentenças. Porém, existem casos de sentenças com quantificadores, em que após uma transformação como a Passiva, o significado se torna diferente do que sua contraparte sem essa transformação. Por exemplo, a sentença (iib), derivada de (iia), através da regra de transformação que torna sentenças ativas em passivas, expressa somente um significado, enquanto (iia) é ambígua:

- (ii) a. Todo mundo ama alguém.
 b. Alguém é amado por todo mundo.

Para contornar problemas desse tipo, Chomsky (1970) altera o modelo da gramática para (iii):

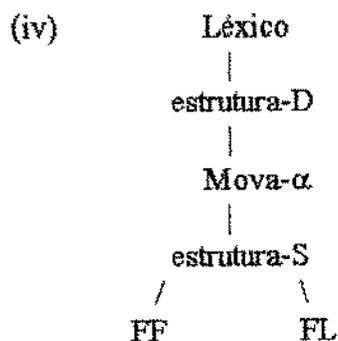


Neste modelo, certos aspectos da estrutura superficial podem ser levados em conta para a interpretação da sentença (semântica).

Nos anos 70, com o aparecimento do elemento "vestígio", há novamente uma alteração na forma da gramática: a estrutura profunda não é mais o "input" para a semântica. A estrutura superficial, que passa a ser chamada de "estrutura-S" ganha mais importância, e a interpretação das estruturas será feita com base nesse nível de representação.

Mas é na Teoria da Regência e Vinculação (TRV) (Chomsky, 1982), que as grandes modificações acontecem na teoria gerativa: passa de um sistema de "regras" específicas para línguas particulares, a um sistema de "princípios" universais, ligados a diferentes módulos da teoria. As regras transformacionais não estão abolidas; no entanto, apenas uma regra existe, e é de caráter opcional e universal: Mova alfa (ou Desloque alfa).

Os níveis de representação interagem de maneira direta: o "output" de um nível é o "input" de outro. Há também, a formalização do nível FL (Forma Lógica). O sistema é como em (iv):



O sistema de princípios (universais) estão divididos em módulos e interagem com as regras existentes no léxico, na sintaxe, e nos componentes interpretativos (forma fonológica, FF, e forma lógica, FL). Os módulos são:

- a) teoria X' - define as configurações estruturais permitidas.
- b) teoria teta - especifica as relações temáticas e sua preservação na derivação.

- c) teoria do Caso - especifica condições nas quais caso morfológico é atribuído.
- d) teoria da Vinculação - especifica quando um elemento está ligado (vinculado) a outro na sentença, por ter identidade referencial.
- e) teoria da fronteira - estabelece os limites da complexidade configuracional entre um sintagma e a posição em que recebe interpretação.
- f) teoria do controle - estabelece as possíveis relações de co-referência de PRO, uma categoria vazia.
- g) teoria da Regência - define a relação estrutural entre o núcleo e o seu complemento.

² Newmeyer (1991) apresenta uma discussão bastante interessante sobre a história da teoria gerativa e sugere, de maneira convincente, que o desenvolvimento ocorrido nestes quase 40 anos se deve ao fato de que as descobertas de cada fase se fundamentaram nas "falhas" da fase anterior. Esse desenvolvimento, porém, passa por ciclos, e não é uma progressão gradual. Newmeyer sugere que esses ciclos se alternam entre períodos dirigidos a propostas de regras específicas a línguas ("rule-oriented") e períodos dirigidos a formulações de princípios universais ("principle-oriented"). Assim, o autor propõe o seguinte quadro (Newmeyer 1991:203):

Período	Natureza	Anos predominantes	Inspiração principal
Gramática Transformacional Inicial	orientada para regras	1957-1967	<u>Syntactic Structures</u> , Chomsky (1957)
Semântica Gerativa	orientada para princípios	1967-1972	<u>An Integrated Theory of Linguistics</u> , Katz & Postal (1964)
Lexicalismo	orientada para regras	1972 -1980	"Remarks on Nominalization" Chomsky (1970)
Regência e Vinculação	orientada para princípios	1980 -	"Conditions on transformations" Chomsky (1973)

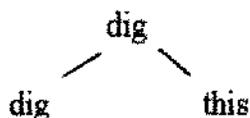
Newmeyer discute como cada fase desemboca na outra, como as fases orientadas para regras de línguas particulares se deterioram, como a fase da semântica gerativa - embora voltada a princípios universais - não consegue se desenvolver e como a TRV resgata muitas das idéias anteriores. Além disso o autor aponta para um sério "perigo", o da TRV se tornar uma teoria "orientada para regras" (p. 224):

"I have claimed that the first three periods, despite the solid advances that accompanied their coming into being, ultimately degenerated into little more than a form of descriptive linguistics with a generative veneer. Has this happened to the fourth period as well? I would answer this question in the negative, though it is clear that the potential is there for such a development. Ideally, GB should develop in the following manner: with each passing year the principles should broaden in scope, gradually subsuming what in previous work had to be stated in terms of a language-particular rule. [...] In [the] worst-case scenario, the amount of parametric variation postulated among languages and the number of possible settings for each parameter would grow so large that the term "parameter" would end up being nothing but jargon for language-particular rule. In this scenario, as many different parameters and parameter-settings would be needed, as there are construction-types in language."

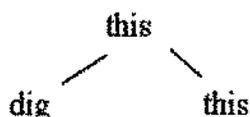
("Tenho afirmado que os primeiros três períodos, apesar dos sólidos avanços que acompanharam seu surgimento, no final degeneraram para pouco mais que uma forma de lingüística descritiva com uma aparência gerativa. Isto também aconteceu no quarto período? Eu responderia essa questão na negativa, embora esteja claro que o potencial para tal desenvolvimento esteja lá. Idealmente, a TRV deveria se desenvolver da seguinte maneira: com cada ano que passa, os princípios deveriam se alargar em escopo, gradualmente englobando aquilo que em trabalho anterior tenha sido afirmado em termos de regra particular a uma língua. [...]. No pior dos casos, a quantidade de variação paramétrica postulada entre as línguas e o número de fixações possíveis para cada parâmetro cresceria tanto que o termo "parâmetro" terminaria por não ser nada além de um jargão para uma regra particular a uma língua. Nesse cenário, seria necessário tantos parâmetros e fixações de parâmetros diferentes quanto fossem os tipos de construções nas línguas.")

Essa possibilidade poderia já estar se tornando realidade (ver nota 10, capítulo 3 desta tese), porém, uma proposta de programa, que procura estabelecer princípios universais e pretende tornar os parâmetros menos estipulativos, aparece na literatura: o Programa Minimalista.

³ Em Chomsky (1994), no entanto, a teoria X' também é questionada. Nesse texto, elimina-se a projeção intermediária - somente projeções máximas e núcleos seriam relevantes para o sistema computacional. As categorias sintáticas seriam conjuntos de traços, propriedades substantivas com algum valor dado. Os sintagmas teriam suas propriedades extraídas exclusivamente das propriedades dos elementos que os formam. Assim, um VP do tipo "dig this" seria formado através da projeção de um de seus componentes, isto é, teria os traços de um de seus componentes:



A outra opção, isto é,



também estaria disponível, mas seria destruída ("crash"), provavelmente por não ser interpretável.

⁴ Lappin (1991) aponta na literatura filosófica, três noções, não incompatíveis entre si, de "forma lógica": a) um conceito inferencial, b) um conceito epistêmico, e c) um conceito ontológico. Na primeira visão, inferencial, a "forma lógica" de uma sentença "é identificada com uma expressão cuja estrutura representa explicitamente as propriedades lógicas e relações de vínculo ("entailment") da sentença" (p. 301). Em outras palavras, as relações de vínculo ("entailment"), por exemplo, de uma sentença, são exibidas através das propriedades estruturais de sua forma lógica. O filósofo que espousa essa idéia é Frege (1897).

Já a segunda visão, epistêmica, identifica a "forma lógica" de uma sentença com a "representação explícita de seu conteúdo epistêmico" (p. 302). Carnap (1928) formula um sistema construcional de uma linguagem extensional, de primeira ordem, mais expressões da teoria dos conjuntos, para dar conta do significado das sentenças - cada sentença é uma função-verdade ou uma quantificação de sentenças "observacionais".

Finalmente, na terceira visão, ontológica, a "forma lógica" de uma sentença é "a estrutura que expressa seu importe ontológico, ou sua conexão com os objetos no mundo" (p.303). Wittgenstein (1922) é o filósofo que propõe essa visão, e, contrariamente a Frege, "não identifica a forma lógica de uma sentença com sua tradução em uma linguagem formal, mas com um nível de estrutura que partilha com o possível estado das coisas, que representa."(p. 303).

⁵ Outros argumentos a favor de FL têm relação ao PCV ("Princípio das Categorias Vazias") - ver Chomsky (1981, 1986), Lappin (1991), Haegeman (1991); cruzamento fraco ("weak crossover") - ver Lappin (1985) e vanRiemsdijk & Williams (1986); lacunas parasíticas - ver Haegeman (1991).

⁶ O critério-teta diz que deve haver uma correspondência um-a-um entre argumentos e papéis-teta no nível de FL.

⁷ Há um "consenso" que FL seja universal, isto é, nesse nível não haveria diferenças entre as línguas. Ver também mais abaixo.

⁸ Problema semelhante é o chamado "paradoxo Bach-Peters", argumento contra a regra de pronominalização, que copia antecedentes de pronomes (ver capítulo 3):

(i) The pilot who shot at it hit the mig that chased him

⁹ A teoria da Vinculação propõe condições que governam relações anafóricas:

- A. Uma anáfora deve estar vinculada em sua categoria de regência
- B. Um pronome deve ser livre em sua categoria de regência
- C. Uma expressão referencial (expressão-R, "R-expression") deve ser livre.

Categoria de regência, dentro da TRV, é definida como o domínio mínimo que contém essa categoria, seu regente, e seu sujeito acessível. (Sujeito = [NP, XP], ou AGR finito)

Para uma revisão da Teoria da Vinculação dentro da TRV, ver Haegeman (1991).

¹⁰ O termo "reconstrução" é usado para identificar uma operação em FL que, após o movimento-WH, devolve um sintagma-WH do tipo who, what, which, whose (mas não um sintagma do tipo "whose mother", ver abaixo) ao seu lugar original, isto é, restitui ocultamente ("covertly") a seu lugar o que foi movido (movimento QR), a fim de que certas relações possam ser estabelecidas. Geralmente essas construções envolvem "pied-piping" como (ia), cuja interpretação está em (ib) através do processo "reconstrução" (ver também van Riemsdijk & Williams, 1986: 211ff):

- (i) a. Whose mother do you think he wanted Bill to speak to *t*?
- b. ? x_i [x_i : person] you think he wanted Bill to speak to x_i 's mother

Aqui, as relações anafóricas entre "who(se)" e "he" não podem ser estabelecidas, pois a variável x em (ib), que corresponde a "who" é c-comandada por "he", e assim não pode ser coindexada com esse pronome. Em outras palavras, o fato de que (i) não pode ser parafraseada por (ii) está explicado:

- (ii) Which person is such that you think that person wanted Bill to speak to that person's mother

A alternativa de interpretação em (iii), onde não há reconstrução, é descartada por essa razão. Aqui, "he" não c-comanda a variável x , e no entanto, (iii) não é possível:

- (iii) ? x_i [x_i : person] [x_i 's mother] $_j$ you think he wanted Bill to speak to t_j

¹¹ "é essencialmente um reflexo da formação de construções operador-variável"

¹² "GU pode ser considerada como uma caracterização da faculdade da linguagem geneticamente determinada. Pode-se pensar nesta faculdade como um "dispositivo de aquisição da linguagem", um componente inato da mente humana que produz uma língua particular através da interação com a experiência apresentada, um dispositivo que

converte a experiência em um sistema de conhecimento obtido: o conhecimento de uma língua ou outra."

¹³ Chomsky (1986) distingue língua-E de língua-I, a primeira sendo conjuntos de sentenças, construídas de alguma forma (língua externalizada), e a outra sendo sistemas de representação mental (língua internalizada), que constitui o domínio próprio para o estudo científico. O autor afirma (Chomsky, 1986:26):

"The technical concept of E-language is a dubious one... languages in this sense are not real-world objects but are artificial, somewhat arbitrary, and perhaps not very interesting constructs. In contrast, the steady state of knowledge attained and the initial state S_0 are real elements of particular minds/brains..." ("O conceito técnico de linguagem-E é vago... línguas, neste sentido não são objetos do mundo real, mas são construtos artificiais, algo arbitrários e talvez não muito interessantes. Em contraste, o estado estável do conhecimento obtido e o estado inicial são elementos reais de mentes/cérebros particulares...")

¹⁴ Em meus dados diacrônicos, em todo o caso, procuro textos que traduzam ao máximo a língua oral (ver capítulo 6), a fim de tentar contornar esse problema.

¹⁵ Conforme veremos no capítulo 6, proponho que a mudança ocorrida no PB com relação ao objeto nulo está relacionada com as propriedades morfológicas desta língua, ou seja, propriedades do paradigma pronominal.

¹⁶ "Fatores externos podem proporcionar as condições para a mudança e mesmo assim não ser consequência da teoria da gramática. Nas uma vez que o aprendiz sabe somente o que ele ouve, características superficiais podem ser interpretadas erroneamente como sendo propriedades gramaticais."

¹⁷ Lightfoot (1991:169-170) concede:

"These environmental changes, on the other hand, typically do not result from genetically determined acquisition process, whereby something triggers some structural property with systematic effects. Rather, they are induced by contact with other languages and dialects, or introduced for stylistic reasons, some being novel forms that achieve stylistic effect through their novelty... This, of course, is not to say that such changes are unimportant, or that they are entirely random. They have the effect of changing triggering experiences for future generations, and this may entail a new setting for some parameter. (...)

At a later stage the forms originally introduced as novelties may become "gramaticalized" and have a general, predictable and rule-governed distribution. This would reflect a parameter's having been set in such a way that these forms are generated by the grammar"

("Estas mudanças ambientais, por outro lado, tipicamente não são o resultado do processo de aquisição geneticamente determinado, em que algo ocasiona alguma propriedade estrutural com efeitos sistemáticos. Melhor dizendo, elas são induzidas por contato com outras línguas e dialetos, ou introduzidas por razões estilísticas, algumas sendo formas novas que adquirem efeito estilístico através de sua novidade... Isto, é claro, não é dizer que tais mudanças não são importantes, ou que elas são inteiramente aleatórias. Elas tem o efeito de mudar as experiências engatilhadoras para as gerações futuras, e isto pode levar a uma nova fixação para algum parâmetro.

...
Em um estágio posterior, as formas originalmente introduzidas como novidades podem se tornar "gramaticalizadas" e ter uma distribuição geral, regida por regras, e previsível. Isto refletiria o fato de um parâmetro ter sido fixado de modo que essas formas seriam geradas pela gramática")

¹⁸ Aqui, devemos considerar a fonologia como um "fator externo"(à sintaxe), tendo em vista a classificação em Lightfoot (1991), e também o quadro teórico minimalista.

¹⁹ Clark & Roberts (1992) mencionam o papel da fonologia na mudança diacrônica: a mudança nos padrões fonológicos de uma língua é uma inovação, que modifica a evidência positiva e se torna um estímulo inicial para uma mudança sintática (ver também capítulo 6).

Galves & Galves (1994) vão mais além, e apresentam uma explicação formal para o papel da fonologia (no caso, a prosódia) na mudança diacrônica, através de um modelo matemático-estatístico, que justifica a "escolha" da criança dentro de uma visão probabilística. Segundo sua hipótese, uma mudança na prosódia do português clássico é responsável pela mudança sintática ocorrida, que resultou no português europeu.

CAPÍTULO 2

O CARÁTER NÃO-HOMOGÊNEO DO CHAMADO "OBJETO NULO"

2.1. Considerações iniciais

O chamado "objeto nulo" tem sido estudado em diversas línguas. O que é, porém, o objeto nulo? É, claro, uma posição de objeto que é foneticamente nula. Porém, qual é o estatuto dessa posição vazia?

Neste capítulo, apresento as diversas propostas para o chamado "objeto nulo". Podemos chegar à conclusão de que o chamado "objeto nulo" não pode ser considerado da mesma forma em todas as línguas em que ocorre. Em outras palavras, o estatuto da categoria vazia em posição de objeto não pode ser estabelecido uniformemente para todas as línguas. Além disso, não existe uma teoria que dê conta de todos os aspectos do objeto nulo, e é preciso que se analise outros aspectos da língua para poder-se dizer que ela apresenta esse fenômeno.

Inicialmente, o objeto nulo foi estudado por Huang (1984) (ver mais abaixo), dentro da teoria da Regência e Vinculação (TRV)¹. Dentro dessa teoria, procura-se caracterizar a categoria vazia que ocorre em posição de objeto em línguas tão diversas como o chinês, japonês, português, basco, italiano, quechua, e tailandês, pois, a partir da formulação do Princípio de Projeção (todas as propriedades-teta em estrutura-D devem estar representadas em todos os níveis sintáticos), tornou-se necessário estabelecer a representação em estrutura subjacente das posições nulas foneticamente.

Vejamos, portanto, qual poderia ser o estatuto do objeto nulo dentro das chamadas "categorias vazias".

2.2. Categorias vazias

Chomsky (1982) sugere que as categorias vazias sejam determinadas, ou intrinsecamente através de uma combinação dos traços [anáfora] e [pronominal], ou funcionalmente, de acordo com os elementos que a vinculam localmente².

Além dessa especificação, há também o Princípio das Categorias Vazias (PCV), segundo o qual a condição que permite que categorias vazias possam existir (com exceção de PRO) é que sejam regidas por um regente apropriado. O PCV determina o licenciamento das categorias vazias.

Além de serem licenciadas, porém, as categorias vazias precisam ter seu conteúdo recuperado, já que são nulas foneticamente. Esse seria o requerimento de *identificação* das categorias vazias. Para vestígios de NP e variáveis, a própria categoria movida poderia ser considerada o "identificador" de seu conteúdo. Mas para pronominais como pro e PRO, não se pode usar o mesmo mecanismo, já que não há movimento nesses casos.

Rizzi (1986) sugere, para pro, que o licenciador seja também seu identificador. Por exemplo, para pro sujeito (em línguas pro-drop), INFL age como licenciador, pois seria o regente apropriado, e também como identificador, através da morfologia "rica"³.

PRO, ocorrendo sempre em posição de sujeito, mas não podendo ser regido, não estaria sujeito ao mesmo mecanismo de licenciamento-identificação de pro. Sua legitimação seria feita através da Teoria do Controle.

Quando consideramos o objeto nulo, porém, a questão é: em qual categoria vazia, dentro da tipologia das categorias vazias (ver nota 2), pode ser encaixado? Vestígio de NP e PRO já inicialmente são descartados. Vestígio de NP é descartado porque o objeto nulo não é [+anáfora], i.e., não tem um antecedente dentro de sua categoria de regência. PRO, por sua vez, é descartado porque essa categoria não pode ser regida e o objeto nulo sempre tem o verbo como potencial regente. Restam, então, as categorias "variável" e "pro" dentro do quadro das categorias vazias. E aí estão as diferenças nas análises do objeto nulo em diversas línguas.

Para alguns autores, ou pelo menos, em certas línguas, a categoria vazia em posição de objeto é [-pronominal], i.e., é uma variável. Em certas análises, seria uma variável ligada-A' a um tópico nulo, e em outras análises, seria o vestígio de movimento de um operador nulo a uma posição de tópico (ver abaixo). Para outros, essa categoria é [+pronominal]; é, portanto, analisada como um pro, ou como um "epíteto nulo" (um outro tipo de expressão-R). Pode também, por vezes, ser considerada como o resultado de elipse de VP - ver mais abaixo.

Para se considerar a categoria vazia nessa posição como sendo uma variável, é preciso encontrar na língua justificativas para seu caráter não-pronominal, além de condições que ponham seu comportamento a par com o comportamento de uma variável. Para se considerar o objeto nulo como sendo uma categoria do tipo pronominal, é preciso que se encontrem mecanismos que permitam a existência dessa categoria vazia (condições de licenciamento), assim como mecanismos que permitam a recuperação do conteúdo dessa categoria, ou seja, sua referência (condições de identificação). Vejamos, a seguir, os diversos argumentos apresentados a favor das diferentes análises, além de outras propostas para caracterizar essa categoria vazia.

2.3. Objeto nulo: como caracterizar essa categoria vazia?

2.3.1. objeto nulo é variável

Dentro da TRV, primeiramente o objeto nulo foi considerado como uma variável. Essa classificação se justificava, pois, dentro das línguas estudadas, o objeto nulo parecia ser o resultado de uma regra de movimento porque sua ocorrência era restrita a contextos que permitiam esse movimento. Em ilhas, por exemplo, o objeto nulo não poderia ocorrer.

O primeiro desses estudos foi o de Huang (1984), o qual propunha o objeto nulo para o chinês como sendo um elemento vinculado a um tópico nulo em posição A', tópico que tivesse sido introduzido no discurso, ou que estivesse no contexto pragmático⁴.

Huang estabelece o parâmetro das línguas orientadas para o discurso (em oposição às línguas orientadas para a sentença), em que tópicos podem ser nulos (ou não). O tópico nulo, estando em posição A', seria capaz de vincular um argumento também nulo, que seria então uma variável pelas definições da TRV. Segundo Huang, esse seria o caso do objeto nulo do chinês, do japonês, do coreano, do quechua imbabura e até do português brasileiro.

A partir desse estudo, vários outros surgiram para dar conta do objeto nulo, porém, utilizando dados de outras línguas. O estudo de Raposo (1986a) para o PE foi o próximo estudo dentro da TRV, e também propunha que o objeto nulo devia ser considerado uma variável, porém melhor caracterizada como um vestígio deixado pelo movimento de uma categoria vazia para a posição de COMP, onde se tornaria um operador nulo coindexado ao tópico (nulo) do discurso. Assim, (1) que apresenta um objeto nulo (aqui representado como "___"), teria a estrutura em (2):

(1) A Joana viu ___ na TV ontem.

(2) Top | ___ |_i |_S OP_i |_S a Joana viu t_i na TV ontem||

O argumento de Raposo para o objeto nulo do PE como uma variável, vestígio de movimento, é o fato de que essa categoria vazia é impossível em sentenças que seriam ilhas para movimento. Assim, as sentenças em (3) são agramaticais em PE:

- (3) a. *Eu informei à polícia da possibilidade de o Manuel ter guardado ___ no cofre da sala de jantar.
 b. *O rapaz que trouxe ___ mesmo agora da padaria era o teu afilhado.
 c. *Que a IBM venda ___ a particulares surpreende-me.
 d. *O pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado ___ no cofre.

Também para o espanhol, foi proposto um objeto nulo como variável: o objeto nulo indefinido (ver mais abaixo, seção 2.2.2.). Campos (1986) assume a análise de Raposo para esses objetos nulos do espanhol, mostrando que o elemento vazio na posição de objeto também seria o vestígio de um operador movido por obedecer restrições de ilha (e ao COMP duplamente preenchido). Assim, enquanto (4a) é gramatical, pois o antecedente do objeto nulo é "indefinido", (4b) é agramatical por apresentar um objeto nulo cujo antecedente é definido, e as respostas em (4c) são agramaticais, por apresentarem objetos nulos em ilhas:

- (4) a. Compraste libros?
 Si, compré ___
 b. Compraste el libro?
 *Si, compré ___
 c. Quién trajo cerveza a la fiesta?
 *No conozco al muchacho que trajo ___
 Pepe necessita de gafas?
 *Que necessita ___ es obvio.
 Encontraron entradas para la película?
 *Si, pudimos entrar al cine porque encontramos ___

Esses estudos pioneiros pareciam indicar uma homogeneidade para a caracterização do objeto nulo. Porém, outros estudos surgiram para evidenciar que não se pode generalizar: o objeto nulo não pode ser sempre considerado uma variável.

Por exemplo, línguas como o quechua, o PB e o italiano têm objetos nulos que não podem ser considerados como variáveis. Cole (1987) estuda o quechua imbabura e compara o objeto nulo dessa língua ao do coreano, tailandês e chinês (como descrito por

Huang, 1984). Para o coreano, tailandês e chinês, Cole concorda que o objeto nulo possa ser variável. Mas o quechua não permite tópicos nulos. Portanto, embora tenha objetos nulos, esses não podem ser considerados variáveis⁵. A alternativa é considerá-los pronominais. Além de Cole, outros estudiosos também consideraram essa alternativa para o objeto nulo em outras línguas (ver abaixo).

A proposta de que o objeto nulo é sempre variável foi, assim, desafiada através de estudos que trazem dados de outra línguas. O próprio Huang reformulou sua proposta para o chinês. Embora ainda afirmando que em chinês o objeto nulo não possa ser pronominal, em seu artigo de 1991, Huang propõe uma outra possibilidade para caracterizar o objeto nulo do chinês: o epíteto nulo, ou seja, uma expressão-R.

Kato (1991a, b) também propõe que o objeto nulo possa ser a manifestação de uma expressão-R, um nome nulo. Esse seria o caso do objeto nulo dêitico que também obedece à condição C da Teoria da Vinculação.

Vejamos, abaixo, essas propostas.

2.3.2. objeto nulo é expressão-R nula

Huang (1991) afirma que o objeto nulo do chinês é um tipo de expressão-R dentro da Teoria da Vinculação. Ora, dentro dessa teoria, expressões-R não-nulas são: nomes, descrições definidas e epítetos, pois todos obedecem à condição C (são livres). Porém, Lasnik (1991) observa que epítetos se comportam como nomes, e como pronominais: às vezes são livres e às vezes são livres somente em sua categoria de regência⁶. Para dar conta desse comportamento, Lasnik estende para as categorias lexicais a tipologia das categorias vazias, porém com reformulações: ao invés de "anáfora", emprega o termo "referencial" para especificar o traço relevante:

- (5) |-pronominal, -referencial| -----> anáforas lexicais
 |+pronominal, -referencial| -----> pronomes
 |-pronominal, +referencial| -----> nomes
 |+pronominal, +referencial| -----> epítetos

Seguindo a proposta de Lasnik, Huang estende esse quadro para as categorias vazias, propondo a seguinte tipologia:

- (6) |-pronominal, -referencial| -----> vestígio de NP
 |+pronominal, -referencial| -----> PRO/pro
 |-pronominal, +referencial| -----> variável
 |+pronominal, +referencial| -----> ?

O objeto nulo do chinês seria um exemplo do "?". Os epítetos (não-nulos) têm as seguintes características: a) não podem ser ligados-A; b) podem ou não ser ligados-A', e c) não precisam ser ligados-A'. Vejamos os exemplos ((19) em Huang, 1991):

- (7) a. *Zhangsan yiwei |shege bendan hen youqian|
' *Zhangsan pensa que o idiota é muito rico'
b. Zhangsan, wo bu xihuan zhege wangbadan
' Zhangsan, eu não gosto do bastardo'
c. Wo bu xihuan zhege wangbadan
' Eu não gosto do bastardo'

O objeto nulo (epíteto nulo) do chinês tem as mesmas características:

- (8) a. * Zhangsan; xiwang | Lisi keyi kanjian ___i |
' Zhangsan; espera que Lisi possa ver |ele;|'
b. Neige ren; Zhangsan shuo Lisi bu renshi ___i
' aquele homem, Zhangsan disse que Lisi não conhece'
c. Zhangsan renshi | ___ |
'Zhangsan conhece | ___ |

Além disso, Huang chama a atenção para o fato de que, como o epíteto, o objeto nulo do chinês pode ser coindexado com um elemento que não o c-comanda, conforme mostram os exemplos abaixo:

- (9) a. Quando eu vi João, o bobo estava chorando.
b. A mulher que conhece João, se apaixonou pelo bobo.
- (10) a. Ruguo ni bu xihuan zheben shu, jiu quing bie mai | ___ |
'Se você não gosta desse livro, então não compra |ele|
b. Ni yi kanwan sheben shu, jiu quing huan | ___ | gei wo
' Assim que você terminar de ler esse livro, devolva |ele| para mim'

Uma outra análise do objeto nulo como sendo expressão-R é a análise de Kato (1991a, b) para o o objeto nulo que pode ser resgatado da situação pragmática, o objeto nulo dêitico, ou "exopro". A autora começa apontando para o fato de que Raposo (1986a) analisa o PE como tendo um objeto nulo que pode sempre ser resgatado ou da situação pragmática, ou do discurso antecedente. Para a autora, há uma importante distinção a ser feita entre o objeto nulo que tem uma interpretação pragmática (dêitica) e o objeto nulo que tem um antecedente no discurso, distinção essa que já foi mostrada por Sportiche (1986) para pronomes lexicais em diferentes línguas. Além disso, o objeto nulo dêitico, o

"exopro", é diferente dos pronomes lexicais dêiticos pois tem sua distribuição restrita: é um fenômeno de raiz (11a) e ocorre mais frequentemente com imperativos (11b):

- (11) a. Vou pegar ___ para você
b. Segura ___ aqui!

Essa categoria sempre se refere à 3a. pessoa [-animado] e corresponderia ao "this" ou "it" do inglês - o exopro existiria também em línguas como o inglês, no caso de sentenças imperativas (12):

- (12) a. Push!
b. Send by mail!

Assim, para Kato, os objetos nulos do PE (e também do chinês) seriam casos de exopro - quando ocorrem em sentenças matriz e têm sua referência no contexto pragmático. Além disso, obedecem à condição C, podendo, portanto, ser considerados como nomes nulos, ou seja, expressões-R⁷.

Levando em conta os fatos observados por Kato e a análise de Huang (1991), podemos verificar que o objeto nulo do PB se assemelha bastante ao objeto nulo do chinês. Porém, não podemos assumir que seja "epíteto nulo", pois as seguintes sentenças têm diferentes significados em PB:

- (13) João usa seu computador todos os dias, e Pedro usa a engenhoca uma vez por semana.

- (14) João usa seu computador todos os dias, e Pedro usa ___ uma vez por semana.

(13) é diferente de (14), pois em (13), "a engenhoca" refere-se ao computador de João e não pode se referir ao computador de Pedro. Já em (14), o objeto nulo pode ter ambas as referências, ou seja, pode referir-se ao computador do João, ou ao computador de Pedro. Se fôssemos postular que o objeto nulo do PB é um epíteto nulo, não poderíamos explicar essa diferença na interpretação (ver, porém, minha proposta no capítulo 5).

Vejamos outras alternativas.

2.3.3. objeto nulo é pro

Uma outra análise para o objeto nulo é propor que seja uma categoria vazia pronominal. Recorde que Huang (1984) propunha, primeiramente, que o objeto nulo deveria ser considerado como uma variável ligada a um tópico nulo. Essa proposta de

Huang foi excluída por Farrell (1987) para o português (PB), pois sentenças que seriam agramaticais seguindo o raciocínio de Huang são perfeitas nessa língua. Por exemplo, uma frase como (15a), agramatical, fica perfeita em certos contextos (15b). O problema é que, segundo Farrell, se seguirmos a análise de Huang, teríamos uma violação de cruzamento forte (15c), o que definitivamente não ocorre (pois a frase, no contexto (15b) é gramatical). O argumento, então, é que a proposta de Huang não pode ser aceita para o PB:

- (15) a. *Ele_i insiste que ninguém beijou _____i;
 b. Todo mundo diz que Maria beijou Pedro_i depois do baile. Mas ele_i insiste que ninguém beijou _____i;
 c. OP_i ele_i insiste que ninguém beijou _____i;

O argumento de Farrell (1987) se baseia no fato de que, se inseridas no contexto apropriado, certas construções como em (15) acima, ficam gramaticais em PB. Farrell (1987, 1990) também sustenta que os objetos nulos em PB (pro) que aparecem em sentenças adjunto podem ter seu antecedente no sujeito da matriz:

- (16) A Julia_i sempre chora quando ponho _____i no berço.⁸

O contraste seria com sentenças complemento: nessas estruturas o antecedente do objeto nulo não pode ser o sujeito da sentença matriz. Farrell conclui, então, que o objeto nulo não pode ter seu antecedente no argumento de um verbo que seleciona um complemento oracional :

- (17) *João_i acha que o Pedro viu _____i

Porém, se usarmos a mesma estratégia usada por Farrell em (15), veremos que a sentença (17) pode se tornar gramatical:

- (18) Maria disse a João_i que ninguém o_j viu na festa. Mas João_i acha que Pedro viu _____i.

Além disso, Maia (1990)⁹ mostra que a conclusão de Farrell não dá conta dos fatos, pois, dependendo do verbo, não há contraste entre sentenças complemento e sentenças adjunto selecionadas:

- (19) a. *A Julia_i sempre chora quando vejo _____i;
 b. João_i acha que Pedro ajudou _____i a fazer o exercício.

Para meu julgamento, porém, nem a sentença (16), nem a sentença (19a) são perfeitas. Poderiam sê-lo dentro de um contexto como em (15b), ou (18). A razão para tal, será especificada em minha proposta para o objeto nulo do PB (ver capítulo 5). Quanto a (19b), temos um verbo, ajudar, que atribui um papel-teta benefactivo. Mesmo o inglês admite objeto nulo nesse caso, conforme o observado em Radford (1990:237):

- (20) When I was in trouble you didn't help.
'Quando eu estava com problemas você não ajudou'.

Aqui, há um objeto implícito cuja referência não é arbitrária, do tipo "qualquer pessoa". A referência nesse exemplo pode ser construída como sendo o sujeito da oração anterior, ou seja "eu" ("me", c.f., "you didn't help me").

Um outro motivo pelo qual o objeto nulo não pode ser considerado como uma variável, pelo menos para o PB, é a comparação ao PE a partir da proposta de Raposo (1986a). Partindo do fato de que todas as sentenças em (3) acima, consideradas agramaticais em PE, são perfeitas em PB, vários estudos, entre eles Galves (1987, 1989a, 1989b)¹⁰ e Kato (1991a, 1991b, 1993), propõem que seja uma categoria vazia pronominal, ou seja, pro. A diferença entre as propostas é o que conta como licenciador e identificador dessa categoria vazia (ver notas 10 e 11).

Para Kato (1991a, b), conforme vimos acima, mesmo o objeto nulo do PE poderia ser um tipo de pro, o exopro, ou seja, um pronome dêitico nulo. Assim, para a autora, os objetos nulos do PE (e também do chinês) poderiam ser casos de exopro - quando ocorrem em sentenças matriz e têm sua referência no contexto pragmático. O típico objeto nulo, tal qual ocorre no PB em uma sentença como (20), é pronominal, mas é um caso de clítico nulo¹¹. Tal categoria não ocorre nem no PE, nem no chinês:

- (21) Comprei o casaco; sem experimentar ___i

Kato, então, já observa que o objeto nulo não é um fenômeno homogêneo que ocorre uniformemente nas línguas. O fenômeno "objeto nulo" seria, na realidade, a manifestação de três estruturas:

- a) a ocorrência de pro com referência no contexto pragmático, de caráter dêitico (o exopro) (ver seção 2.1.2.);
- b) a ocorrência de elipse de VP (ver abaixo);
- c) a ocorrência de pro sendo identificado e licenciado por um clítico nulo.

As línguas estariam, assim, divididas em:

- a) línguas que permitem exopro: inglês, chinês, EP, PB
- b) línguas que permitem elipse de VP: chinês, EP e PB
- c) línguas que permitem pro: PB

Assim, parece que postular o objeto nulo "típico" do PB como clítico nulo seria o caminho certo a seguir. PE, supõe-se, não poderia ter um clítico nulo, visto que, se pudesse, seu objeto nulo seria como o objeto nulo do PB, pois poderia ser possível em qualquer estrutura, até mesmo em ilhas.

Contudo, a sentença abaixo, embora tenha um objeto nulo em ilha, é possível em PE (agradeço a Ana Maria Martins pelo julgamento):

- (22) Que Maria guarde seu anel na gaveta é compreensível, mas que Joana guarde
 ___ no açucareiro, realmente surpreende-me.

Por que (22) é gramatical em PE? Deveríamos postular um clítico nulo aqui? Se esse fosse o caso, como diferenciar a possibilidade de ocorrência do clítico nulo nessa sentença e a impossibilidade de sua ocorrência em (23), em PE?

- (23) *Que a IBM venda ___ a particulares, surpreende-me.

Não se pode dizer, então, que o clítico nulo seria a exata formulação do objeto nulo do PB, em oposição ao objeto nulo do PE, pois PE pode apresentar objeto nulo em ilha em certos casos, como em (22), mas não em outros, como em (23). No capítulo 5, porém, apresento a explicação para a gramaticalidade de (22) em PE.

Conforme vimos acima, Raposo no PE e Kato no PB apontam para mais uma manifestação que pode ser confundida com o objeto nulo: a elipse de VP. De fato, até para o chinês, Huang (1991) propõe que haja elipse de VP, e que este fenômeno poderia ser confundido com o objeto nulo.

Vejamos, então, essas propostas.

2.3.4. objeto nulo é resultado de elipse de VP

Huang também assume a elipse de VP para o chinês, como uma outra alternativa de análise para certos objetos nulos daquela língua. Assim, em sentenças como (24), temos a ocorrência de elipse de VP, e não de objeto nulo - a repetição do verbo na segunda

cláusula seria uma espécie de *pro-VP* resumptivo, já que chinês não apresenta "do support" ¹²:

(24) Zhangsan kanjian-le tade mama, Lisi ye kanjian-le.
Zhangsan viu sua mãe, e Lisi também viu.

O argumento de Huang para aceitar elipse de VP em chinês, ao invés de objeto nulo em (24), é o fato de que essa sentença admite leitura imprecisa ("sloppy") (ver também Otani & Whitman, 1991). Ou seja, em (24) acima, podemos ter a leitura em que Zhangsan viu sua própria mãe, e Lisi viu a sua¹³. A explicação para essa leitura só é possível se admitirmos que há aqui, na realidade, elipse de VP em chinês.

Kato (1991a, b) também admite a elipse de VP como uma manifestação do chamado "objeto nulo" ¹⁴. O objeto nulo resultado de elipse de VP pode ocorrer no PE ou no PB, quando em sentenças complemento como em (25b). Nesse caso, o antecedente estaria no discurso anterior (25a) (e não no contexto pragmático):

(25) a. O homem colocou o armário?
b. João disse que colocou ___ ontem

Assim, podemos verificar que o estatuto da categoria vazia em posição de objeto não é estabelecido consensualmente pelos pesquisadores. Em outras palavras, o objeto nulo não tem um caráter homogêneo, da mesma forma que o sujeito nulo, por exemplo. Os autores que propõem que o objeto nulo seja uma variável, ou têm a sua proposta discutida, ou recebem contra-argumentos de línguas como o PB. Os que propõem que seja um *pro* não concordam plenamente em relação aos requerimentos de identificação e licenciamento desse *pro*. Ou seja, cada pesquisador apresenta sua proposta para tais mecanismos¹⁵. O problema é, então, encaixar a categoria vazia de forma satisfatória dentro da classificação da TRV. Não existe, portanto, uma teoria que dê conta de todas as manifestações do objeto nulo. O problema deve ser estudado, levando em conta sua manifestação em diversas línguas, conforme faz Kato, e a existência de outras estruturas que possam ser confundidas com o chamado "objeto nulo".

Além disso, um outro aspecto do objeto nulo é o fato de que esse fenômeno se apresenta em diversas línguas não só como a manifestação de diferentes tipos de categoria vazia, mas também permitindo diferentes tipos de antecedente, isto é, o objeto nulo também varia de língua para língua, conforme o seu antecedente.

Assim, vejamos como é essa diversidade nas línguas.

2.4. Tipos de objeto nulo quanto a seu antecedente

Um lado do problema relativo à caracterização do objeto nulo pode também ser considerado como ligado à "tipologia" do próprio objeto nulo. De acordo com a literatura, algumas línguas permitem o objeto nulo de um certo tipo, outras, de um outro tipo. Parece que de uma maneira geral, objetos nulos podem ser classificados em três tipos, de acordo com a interpretação associada a eles, isto é, sem levar em conta seu estatuto sintático. Assim, teríamos (ver também Maia, 1990): a) objeto nulo com antecedente arbitrário, b) objeto nulo com antecedente indefinido, c) objeto nulo definido. Vejamos.

2.4.1. objeto nulo com antecedente arbitrário

Rizzi (1986) notou a possibilidade de objeto nulo no italiano, quando sua interpretação fosse "arbitrária". Para Rizzi, seria uma categoria vazia pronominal, o pro-arb, regida por V. Este tipo de objeto nulo tem, em italiano, certos traços: deve ser [+humano, +genérico, +plural, +masculino, +3a.pessoa] (exemplo de Rizzi):

(26) Questo conduce ___ alla seguente conclusione.

Uma outra observação importante de Rizzi é que o tempo da sentença deve também ser genérico (exemplos de Rizzi):

(27) a. Il bel tempo invoglia ___ a [PRO restare]
b. ?Alla fine dela vacanza, il bel tempo ha invogliato ___ a [PRO restare].

(28) a. Un generale puo costringere ___ a [PRO obbedire si suoi ordini]
b. *Alle cinque il generale ha costretto ___ a [PRO obbedire].

Em (27a) e (28a), temos exemplos do objeto nulo arbitrário (que pode ser interpretado como "as pessoas", no sentido genérico) em sentenças cuja referência temporal também é genérica. Já em (27b) e (28b), temos sentenças em que a referência temporal é específica, o que torna as sentenças menos aceitas.

Há uma diferença entre o italiano e o inglês, por exemplo, quanto à ocorrência do objeto nulo arbitrário. Enquanto que para o italiano, Rizzi postula a existência de uma categoria vazia pro com referência arbitrária em (26), para o inglês, na sentença correspondente, (29), o verbo teria um argumento implícito (um papel-teta "subentendido" e inerente ao significado do verbo)¹⁶.

(29) This leads (people) to the following conclusion.

No PB, temos também esse tipo de objeto nulo. Porém, segundo observa Maia (1990), o objeto nulo arbitrário do PB tem o traço |-plural| (exemplos de Maia)¹⁷:

- (30) a. Este remédio deixa ____ tonto.
 b. *Este remédio deixa ____ tontos.

É possível que outras línguas também tenham o objeto nulo arbitrário. Landa (1991) aponta para a possibilidade da ocorrência desse tipo de objeto nulo em espanhol (exemplos de Landa):

- (31) a. La música relaja ____.
 b. El exceso de ruido puede dejar ____ sordo.

Porém, a autora considera que é ainda uma questão pendente decidir se sentenças como em (31) têm um objeto nulo, ou se os verbos estão simplesmente sendo usados intransitivamente, talvez como no caso do inglês.

2.4.2. objeto nulo com antecedente indefinido

Somente um estudo relata a existência deste tipo de objeto nulo: Campos (1986) (ver também acima), argumenta que em espanhol é possível se omitir um objeto cuja interpretação é indefinida. Assim, as sentenças em (32), com antecedentes definidos para os objetos nulos, são impossíveis em espanhol, ao passo que as em (33) são gramaticais, pois o antecedente do objeto é indefinido (exemplos de Campos):

- (32) a. Compraste el libro?
 *Si, compré ____
 b. Maria traerá ponchos de Peru?
 *Si, mas a quién le ____ traerá?
- (33) a. Encontraran entradas para la película?
 Si, encontramos ____
 b. Compraste café?
 Si, compré ____

De acordo com Campos, uma outra língua românica também apresentaria esse tipo de objeto nulo: o romeno. Porém, o autor não apresenta dados. Objetos nulos indefinidos não ocorreriam, segundo Campos, em outras línguas românicas como o provençal, catalão

italiano, ou francês, onde uma partícula partitiva ne ou en ocorre. O objeto nulo indefinido poderia estar relacionado a uma perda desta partícula nas línguas que o permitem¹⁸.

2.4.3. objeto nulo com antecedente definido

Conforme o nome indica, esse objeto nulo possui um antecedente definido e uma interpretação específica. A recuperação de seu conteúdo é sempre feita através do contexto, visto que não há nada na morfologia verbal das línguas que o apresentam que possa identificar esse objeto nulo.

Por exemplo, para o chinês (e japonês), Huang (1984) afirma que o objeto nulo tem interpretação específica e essa interpretação é recuperada através do discurso¹⁹.

No português (PE e PB), temos também o objeto nulo definido. A recuperação do conteúdo dessa categoria vazia é feita também através do discurso ou do contexto pragmático, conforme vimos acima.

O espanhol basco (Landa, 1991) permite objetos nulos com referência específica, ao contrário do espanhol. Porém, somente objetos nulos que se referem à terceira pessoa (+/- animado) podem ser omitidos, sendo impossível uma referência a outras pessoas gramaticais. Da mesma forma, em um outro dialeto do espanhol, o quitenho, objetos nulos definidos são permitidos (Suñer & Yépez, 1988) quando na sentença há também um objeto indireto²⁰. O conteúdo desse objeto nulo é sempre recuperado do discurso anterior ou contexto pragmático, e também se restringe à terceira pessoa.

Mesmo em línguas como o inglês, podemos encontrar exemplos de objetos nulos definidos, porém em contextos muito restritos: trata-se do objeto nulo em contextos de "instrução, que aparece em registros específicos²¹, e contextos especiais, como receitas, por exemplo (Massam & Roberge, 1989; Haegeman, 1987). Em inglês, por exemplo, esse tipo de objeto nulo aparece em sentenças imperativas, (34a), (embora não possa ser considerado "exopro", ver acima, pois seu antecedente não está no contexto pragmático, e sim, no discurso anterior), mas nunca com verbos de percepção, (34b), ou "psych-verbs", (34c) (Massam & Roberge, 1989:135) (exemplos de Massam & Roberge)²²:

- (34) a. Take 3 eggs. Break ___ into a bowl.
 'Tome 3 ovos. Quebre ___ em uma tigela.'
 b. Put pan over high heat and add water.
 *See/*Hear ___ boil before adding other ingredients.
 'Ponha a panela no fogo alto e acrescente água.
 Veja/Ouçã ___ ferver antes de acrescentar outros ingredientes'

- c. Serve ___ with parsley garnish. Enjoy/*Like ___ as a main dish.
 'Sirva ___ com guarnição de salsinha. Aprecie/Goste ___ como um prato principal'

2.5. Conclusão

Através de todos esses estudos, podemos perceber a natureza não-homogênea do chamado "objeto nulo". Podemos observar que não se pode falar de um único fenômeno sob essa denominação. O que ocorre são vários tipos de estrutura, conforme as línguas, todas resultando numa posição de objeto que é foneticamente nula.

No entanto, podemos concluir que somente um aspecto está presente em todas as análises do chamado "objeto nulo" (com exceção do objeto nulo dêitico): seu caráter fórico. Isto é, independentemente de qual seja a correta representação da categoria vazia em posição de objeto, o chamado "objeto nulo" sempre tem um antecedente, sempre faz referência a um NP, seja no discurso anterior, seja na situação (dêitico). O objeto nulo é mais um recurso das línguas para se referir a um elemento já mencionado: é, então, uma manifestação de um processo fórico.

Assim, para melhor entender o estatuto do chamado "objeto nulo", mais especificamente o objeto nulo do PB, é preciso também olhar para processos fóricos em geral. No próximo capítulo, apresento dois processos fóricos relacionados com o chamado "objeto nulo": a pronominalização (pois o objeto nulo do PB tem sido analisado como um elemento pronominal desde o estudo de Wheeler, 1981) e a elipse de VP (pois é um processo fórico que por vezes se confunde com o objeto nulo, conforme o observado em Raposo, 1986a; Kato a,b; e Huang, 1991, conforme vimos acima). Nesse capítulo, discutirei como esses processos foram analisados na literatura gerativa.

NOTAS

¹ Anteriormente à TRV, temos o trabalho de Wheeler (1981), que descreve o fenômeno para o português brasileiro (PB), dentro da teoria padrão estendida. A pesquisadora observa que em PB, o objeto nulo aparece em oposição ao pronome lexical, e atribui essa distribuição ao fato de que nessa língua o pronome tônico é especificado para traços |±animado|. Já em português europeu (PE), o pronome lexical é especificado como obrigatoriamente |±animado| em referência. Para Wheeler, a categoria vazia em posição de objeto é, em PB, um pronome, porém, com o traço |-pessoa|, resultado de uma regra de apagamento:

Pronome -----» Ø
|-pessoa|

Essa seria uma característica do PB: as outras línguas românicas não usam esse objeto nulo por não ter esse tipo de pronome lexical apagado. Em PE o clítico é usado para a referência |-pessoa|.

O trabalho de Wheeler foi o primeiro a apontar para a existência da categoria vazia em posição de objeto no PB, na teoria gerativa. Sua proposta já mostrava a intuição presente nos estudos posteriores dentro da TRV, no sentido de que propunha para o PB uma categoria vazia pronominal para a posição de objeto, e também observava a distribuição dos traços |±animado|. Suas idéias, conforme veremos no capítulo 5, serão de certo modo retomadas e redimensionadas nesta tese.

² Assim, temos em (i) a tipologia das categorias vazias de acordo com seus traços (Chomsky, 1982), e em (ii), o princípio de acordo com o qual as categorias vazias são funcionalmente determinadas (Chomsky, 1981):

(i) vestígios de NP -----» |±anáfora, -pronominal|
pro -----» |-anáfora, +pronominal|
PRO -----» |±anáfora, +pronominal|
variável -----» |-anáfora, -pronominal|

(ii) a. Uma categoria vazia é pronominal se e somente se é livre ou localmente vinculada por um elemento com um papel-th independente, e não-pronominal de outra forma.

b. Uma categoria vazia não-pronominal é uma anáfora se e somente se está vinculada localmente a um elemento A, e uma variável se localmente vinculada a um elemento A'.

Em (i), os traços |anáfora| e |pronominal| se referem à Teoria da Vinculação.

³ Rizzi propõe que para pro em posição de objeto (o objeto nulo arbitrário do italiano, ver mais abaixo), o licenciador seria o verbo regente, que também seria seu identificador: o núcleo licenciador de pro transmite a ele as suas próprias especificações gramaticais, através de coindexação. Assim, pro tem os mesmos traços do verbo, ou seja, uma interpretação arbitrária, através da saturação sintática do papel-teta desse verbo. Ver mais abaixo.

⁴ Na realidade, para Huang, o objeto nulo é uma variável pela impossibilidade de ser outra categoria, dentro da tipologia proposta pela TRV. Vestígio de NP e PRO seriam inicialmente descartados, pois o objeto nulo não é [+anáfora], visto que não tem um antecedente na sua categoria de regência (assim não pode ser vestígio de NP), e é sempre regido pelo verbo (o que descarta PRO, que é um elemento não regido). Huang mostra que o objeto nulo não pode ser um pro, pois sentenças como (i) são agramaticais em chinês:

- (i) * Zhangsan_i xiwang | Lisi keyi kanjian e_i |.
 Zhangsan hope Lisi can see
 'Zhangsan_i espera que Lisi possa ver |ele_i|'

Se o objeto nulo fosse pro, essa sentença não poderia ser agramatical, pois na mesma posição um pronome é possível:

- (ii) Zhangsan shuo Lisi bu renshi ta.
 'Zhangsan disse que Lisi não conhecia ele'

Huang explica que pro é impossível nessa posição pela articulação de dois princípios: o princípio B da teoria da Vinculação, e a Regra do Controle Generalizado que ele propõe. A GCR (Generalized Control Rule) e a regra do controle estendida também para pro. Para Huang (1984, 1989), um elemento vazio (pro e PRO) deve ser controlado em seu domínio de controle, i.e., o nóculo cíclico mais baixo que contém o elemento pronominal e seu sujeito acessível.

Assim, um elemento vazio em posição de objeto nunca poderia ser um elemento pronominal, pois seu sujeito acessível é o sujeito da sentença, que, por sua vez, não pode ser coindexado com o objeto nulo, pois ambos estariam na mesma categoria de regência, o que seria contra o princípio B da teoria da Vinculação. Porém, as sentenças abaixo são dadas como gramaticais em chinês:

- (iii) xiaoutou_i yiewi meiyou ren kanjian e_i, na le dongxi jiu
 'o ladrão_i pensou que ninguém via |ele_i|, então ele pegou as coisas e correu'

- (iv) A: Shei kanjian-le Zhangsan?
 'Quem viu Zhangsan?'

- B: Zhangsan shuo Lisi kanjian-le e.
 'Zhangsan disse que Lisi viu |ele|'

Para (iii), Huang diz que o objeto pode se referir ao sujeito da sentença matriz pois é o modo mais "pragmaticamente natural" de se interpretar a sentença. Para (iv), Huang diz que a referência do objeto nulo na resposta não é ao sujeito da sentença matriz em que ele ocorre, mas sim ao NP Zhangsan na pergunta.

⁵ Além disso, segundo Cole, o coreano e o tailandês permitem que objetos nulos em sentenças complemento possam ser coreferências com o sujeito da sentença matriz. Isso leva o autor a propor que objetos nulos pronominais são possíveis (ver abaixo), e a sugerir dois parâmetros do objeto nulo: o parâmetro do objeto nulo variável, e o parâmetro do objeto nulo pronominal. O resultado desses dois parâmetros são quatro tipos de línguas: línguas que permitem objetos nulos pronominais (quechua), línguas que permitem objetos nulos variáveis (chinês), línguas que permitem ambos (coreano, tailandês) e línguas que não permitem nenhum tipo (inglês). Para as línguas do primeiro tipo, a GCR de Huang somente se aplicaria a PRO.

⁶ Por exemplo, em tailandês, epítetos e nomes podem ser vinculados fora de sua categoria de regência (a condição C não parece ser relevante). Porém, dentro de sua categoria de regência, somente nomes podem ser vinculados. Em inglês (e português), tal diferença entre nomes e epítetos não é visível, pois a condição C é obedecida. Vejamos os exemplos: em (i), os exemplos do tailandês (de Huang, 1991), e em (ii) os exemplos em português:

- (i) a. C)) n khít waa C)) n chalaat
'João pensa que João é esperto'
b. C)) khít waa ?aybaa chalaat
'João pensa que o bobo é esperto'
c. C)) n ch)) p C)) n
'João gosta do João'
d. *C)) n ch)) p ?aybaa
'*João gosta do bobo'

- (ii) a. *João gosta do João
b. *João gosta do bobo
c. *João pensa que o bobo é esperto
d. *João pensa que João é esperto

Lasnik explica esses fatos, propondo que epítetos têm as propriedades tanto das expressões-R como dos pronominais, e nomes têm somente as propriedades das expressões-R.

⁷ A importância da análise de Kato está no fato de que a autora observa que não se pode caracterizar o objeto nulo como sendo possível somente como um tipo de categoria vazia, quer seja variável ou pro. Em seu artigo, Kato chama a atenção para o fato de que dependendo da estrutura da sentença, ou do contexto, o objeto nulo deve ser analisado

como sendo resultado de fenômenos diferentes. Essa posição foi depois também tomada por Huang (1991), que admite que haja diferentes elementos com a "aparência" de objeto nulo, inclusive propondo elipse de VP para o chinês (ver abaixo). Huang, porém, continua não admitindo objeto nulo pronominal para o chinês, mas considera que possa ser possível em outras línguas como o japonês.

⁸ Essa sentença, no entanto, não é gramatical para meu julgamento (ver também capítulo 5).

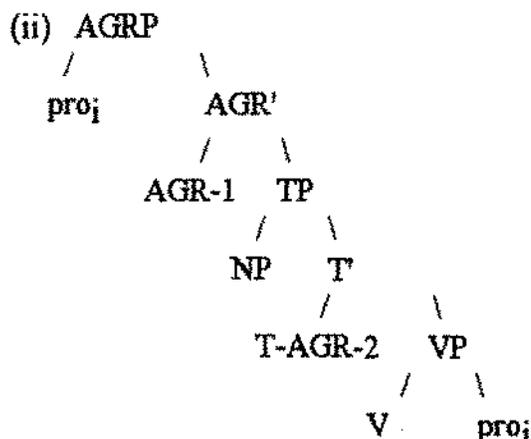
⁹ Maia (1990) resolve esse problema através da teoria-teta. Assim, independentemente de estarem em sentenças complemento ou sentenças adjunto, o objeto nulo pronominal em PB pode sempre ter seu antecedente em um argumento na sentença matriz quando o verbo da sentença encaixada atribui ao objeto um papel-teta diferente de TEMA. Assim, segundo Maia, a *affectedness constraint* de Rizzi (1986) irá permitir (licenciar) o *pro* objeto. Quanto à identificação de *pro*, Maia assume a proposta de Farrell (1990), segundo a qual o objeto nulo teria uma especificação intrínseca de 3a. pessoa.

¹⁰ Galves (1989a, 1989b) propõe que o objeto nulo em PB, seja *pro*, uma categoria vazia gerada na base ligada a um sujeito externo (Galves 1989b). Seria uma categoria vazia ao mesmo tempo livre e dependente. A relação de dependência seria com relação à proposta de Williams (1987). Segundo esses estudos de Galves, a estrutura do PB atual é:

$$(i) (NP) \left[\text{IP} \left[\text{Tempo} \left[\text{VP } e_j \left[\text{V-AGRP } NP_i \left[\text{V-AGRP} \left[\text{V-AGR}_i e_j \right] \right] \right] \right] \right] \right]$$

onde o objeto nulo, para ser licenciado, não precisa de um operador. A sentença seria interpretada como um predicado e o NP dominado pelo VP mais alto (que seria a posição básica do sujeito temático) poderia ligar um objeto nulo. Esta relação de ligação seria criada pela reatribuição a este NP do papel temático do objeto, não satisfeito pela categoria vazia. A atribuição de papel temático ao sujeito não seria feita pelo VP, mas por concordância especificador-núcleo entre AGR e o NP na posição de especificador de AGRP (que também seria uma posição interna a VP). Assim, o VP ligaria "verticalmente" o objeto nulo (c.f. Williams (1987), citado pela autora). A sentença inteira seria o predicado do NP nulo que funcionaria como seu especificador. Essa estrutura do PB também justificaria vários outros fenômenos que ocorrem nessa língua, além do objeto nulo.

Em um outro trabalho, Galves (1991) modifica um pouco sua proposta, mas ainda mantendo a concepção de que o objeto nulo no PB é parte de uma estrutura especial dessa língua, estrutura essa que permite também outros fenômenos. Nesse trabalho, Galves propõe a seguinte estrutura para o PB:



onde a posição ocupada anteriormente pelo NP externo é substituída por um pro licenciado formalmente por AGR-1. Da mesma forma, este pro controlaria o pro objeto. O pro objeto seria licenciado por V e identificado pelo pro em Spec-Agr. Agr-1 licenciaria o pro mais alto e este seria identificado por um antecedente no contexto linguístico ou no discurso (o tópico). Esse pro seria o especificador de um predicado clausal (AGRP).

¹¹ O objeto nulo do PB seria, então, um pro identificado (como sendo 3ª pessoa) e licenciado por um clítico nulo. Segundo Kato, antecedente do clítico nulo deve estar sempre em uma posição de anti-c-comando. É isto que distingue o PB do PE, o qual não possui esse clítico nulo, e portanto nunca apresenta objetos nulos em ilhas, nem tampouco nas estruturas do tipo abaixo, onde o antecedente está em uma posição de não-c-comando:

(i) a. estruturas com deslocamento à esquerda, podendo o antecedente ser governado por um núcleo nulo:

(1) Com relação ao jornal, Maria perdeu ___ no ônibus

(2) (0 (o jornal)), Maria perdeu no ônibus

b. nas estruturas que se assemelham a estruturas com lacunas parasíticas, onde não há uma primeira lacuna que licencie a parasítica:

(1) João arquivou o artigo sem ler ___

c. nas estruturas de coordenadas:

(1) João comprou o jornal e Maria leu ___

d. o antecedente pode ser um tópico discursivo, recuperável de uma sentença ou turno anterior:

(1) Onde está o jornal?

Maria perdeu ___

¹² Huang assume que o verbo se move para um INFL abstrato em chinês, o que lexicaliza o INFL, tornando-o apto a L-marcas (e reger apropriadamente) o VP, permitindo que este seja nulo (seguindo requerimentos do PCV). Assim, o que está depois do verbo repetido na segunda cláusula é um VP vazio, e não um objeto nulo.

¹³ No próximo capítulo, a questão das leituras estrita e imprecisa será mais amplamente discutida.

¹⁴ Raposo (1986a), ao contrário, afirma que é preciso não confundir o objeto nulo do PE com outro tipo de construção, a elipse de VP (exemplos de Raposo):

(i) Você colocou os livros na estante?

Sim, coloquei ____

(ii) Joana entregou os livros ao Manuel, mas eu sei de muita gente que nunca teria entregue ____

Aqui, segundo Raposo, temos exemplos onde o que está ausente não é somente o objeto, mas todo o VP. Então, teríamos elipse de VP.

Porém, é muito difícil distinguir as duas estruturas, conforme aponta Matos (1992). Uma sentença como (iii) é ambígua:

(iii) A Joana viu.

Dependendo de vários fatores, poderemos ter um caso de elipse de VP ou de objeto nulo (ver também capítulo 5).

Para Matos, há meios de se distinguir o objeto nulo da elipse de VP:

1) o objeto nulo inclui somente o objeto direto do verbo, enquanto a elipse de VP inclui todos os argumentos e adjuntos que pertencem ao VP:

(iv) a. A Joana viu ____ na TV ontem

b. O Pedro viu [o desastre] [na TV] [ontem], e a Joana também viu

| ____ || ____ || ____ |

2) o conteúdo referencial do objeto nulo pode ser fixado pragmaticamente, ou por um fragmento do discurso prévio, ou por um contexto situacional. Já o conteúdo da elipse de VP é fixado por um antecedente linguístico (Chao, 1987, e Fiengo & May, 1993, não concordam com essa restrição à elipse de VP):

(v) CONTEXTO: alguém procura [as chaves] [em uma gaveta]. Outra pessoa entra na sala, e, percebendo o que se passa, diz:

" A Maria pôs ____ na primeira prateleira da estante" ---> objeto nulo

"??* A Maria também procurou ____ " ---> elipse de VP

3) o objeto nulo é sujeito à subjacência, e elipse de VP não é.

- (vi) CONTEXTO: Alguém pensando nos bolos que estão em cima da mesa, diz:
 "O rapaz que trouxe ___ da pastelaria era teu afilhado" ---» objeto nulo
 " O Luis comprou |pastéis de nata| em Belém| hoje|, e a Maria tem uma
 amiga que também comprou |___ ||___ ||___ |"--- » elipse de VP

Ver, no capítulo 5, minha proposta para uma melhor distinção entre o objeto nulo do PE e do PB, e como distinguir entre esse fenômeno e a elipse de VP.

¹⁵ Por exemplo, Galves (1989a,b; 1991), conforme vimos, resolve tecnicamente o problema da identificação de pro, através de sua ligação ao pro mais alto na estrutura da sentença que propõe para o PB. O requerimento de licenciamento é satisfeito por V, um núcleo regente da categoria vazia.

Kato (1991a, b), conforme vimos, propõe que a identificação e licenciamento do objeto nulo pro em PB se faria através da existência de um clítico nulo.

Rizzi (1986) propõe que o requerimento de licenciamento de pro seja um "subcaso" do PCV:

"pro é regido por X"

onde X para as línguas pro-drop seria INFL. No caso do objeto nulo arbitrário que propõe para o italiano (ver abaixo) X é V. Para a identificação de pro, Rizzi sugere:

"Se X é o núcleo licenciador de pro, então pro tem as especificações gramaticais dos traços de X coindexados com ele"

Assim, para pro sujeito, INFL age como identificador, através da morfologia de concordância "rica"; para pro objeto (arbitrário), sua identificação seria através da saturação sintática do papel-teta do objeto: os traços (de V, o núcleo licenciador) que definem a interpretação arbitrária são transferidos para a posição de objeto, que já foi projetada.

¹⁶ A estrutura para o italiano seria (i), e para o inglês (ii):



¹⁷ Maia também afirma que o objeto nulo do PB é pronominal, utilizando a Hipótese de Identificação de Rizzi (1986) para o pro objeto, e estendendo-a para incluir um requerimento de que somente núcleos verbais que atribuem "affected theta roles" poderiam permitir este tipo de categoria (objetos nulos definidos) no PB.

¹⁸ Minha análise para o objeto nulo do PB/PE também poderia explicar esse objeto nulo no espanhol. Ver capítulo 5.

¹⁹ Huang, inclusive, propõe um parâmetro para o objeto nulo: as línguas que aceitam o objeto nulo têm um tópico (que pode ser nulo) e que identifica o conteúdo da categoria vazia. O tópico nulo estaria relacionado ao "tópico do discurso". Assim, línguas podem ser "orientadas para o discurso" - as línguas que podem ter tópico nulo - ou "orientadas para a sentença" - as línguas que não podem ter tópico nulo, que somente aceitam tópico lexical, e, por conseguinte, não têm objeto nulo (com referência específica).

²⁰ Por exemplo, ao invés de (i), quitenhos usam (ii) (exemplos de Suñer & Yépez):

(i) Dámelo.

(ii) Dáme.

Suñer & Yépez afirmam que isto ocorre independentemente do verbo:

(iii) Bueno, yo te saco.

c.f. (espanhol) Yo te lo saco

(iv) No te olvides de decirle.

c.f. (espanhol) No te olvides de lo decirle.

O antecedente deste objeto nulo é sempre $[-animado]$.

²¹ Haegeman (1987) salienta o papel dos registros da língua. Em inglês, objetos nulos não são permitidos. Porém, esse tipo de objeto nulo seria um fenômeno ligado a registro. Objetos nulos em inglês são agramaticais com respeito à gramática núcleo da língua ("core grammar"), mas ocorrem em certos contextos e estão, então, sujeitos a uma gramática periférica, mas não menos sistemática que a gramática núcleo. Poderíamos aqui traçar um paralelo com o sujeito nulo: em inglês sujeitos nulos não são permitidos na gramática núcleo, mas podem ocorrer em certos registros da língua, como o registro informal. (i), por exemplo, é gramatical em linguagem coloquial:

(i) Can't wait to see you again.

²² Tais restrições parecem se aplicar também ao PB, conforme se pode notar pela glosa nos exemplos em (34).

CAPÍTULO 3

ELEMENTOS FÓRICOS NA POSIÇÃO DE OBJETO

3.1. Considerações iniciais

Enquanto falantes, sabemos quando dois elementos em um discurso, ou em uma sentença, estão relacionados. Sabemos, além disso, que o segundo elemento é, de certa forma, uma "repetição" do primeiro elemento. A função fórica depende do baixo conteúdo semântico do elemento fórico: este não é usado para identificar um referente, e sim para retomar o antecedente já identificado. Os elementos que ocorrem nessa função podem ser, entre outros, pronomes, quando usados sem ênfase (1), VPs pró-forma, (2), ou mesmo elipse, (3):

- (1) a. O homem entrou na sala. Ele estava de capa preta.
b. João entrou na sala. Maria não o viu.
c. Um homem entrou na sala. (ele) Estava de capa preta.
d. João disse que Maria estava em casa, mas depois o negou
e. João é bom professor, e Pedro também o é.
- (2) Depois que Maria nadou no rio, Pedro o fez sem medo.
- (3) a. João foi embora, e Maria também ____
b. João comprou pastéis em Belém, e Maria também comprou ____
c. João gosta de pastéis, e Maria ____ de empadas.

O objeto nulo é um elemento fórico, pois sempre deve ter um antecedente no discurso (exceção feita ao objeto nulo dêitico). Conforme vimos no capítulo anterior, porém, seu estatuto gramatical é controverso: por vezes é analisado como um elemento pronominal, por vezes como um elemento não-pronominal, por vezes como resultado de elipse de VP.

Para poder compreender qual o possível estatuto desse elemento em PB, discuto abaixo como foram analisados, na teoria gerativa, os processos fóricos exemplificados acima, isto é, envolvendo pronomes e elipse de VP, visto serem esses os elementos que foram relacionados com o objeto nulo para o PB, na literatura.

3.2. Perspectivas transformacionalista vs. interpretativista da pronominalização e elipse de VP

3.2.1. Pronominalização

Se pronomes têm um conteúdo semântico pobre, como podem retomar um antecedente no discurso? Isto é, como podem fazer referência a objetos específicos? Essa é uma pergunta que tem afligido pesquisadores desde o tempo dos gregos. Apolônio já tentava respondê-la ao propor, para o pronome, o contraste entre anáfora e deixis: anáfora seria a referência a objetos que já foram previamente mencionados, ou são conhecidos (referência indireta), e a deixis seria a referência a objetos que não são conhecidos, ou não foram introduzidos no discurso (referência direta).

Outro tipo de resposta é a que propõe que pronomes sejam substitutos de uma certa forma. Essa noção foi primeiramente introduzida por Dionísio Trácio, para quem um pronome é um elemento que ocorre no lugar de um item que poderia ter ocorrido em lugar do substituto. Posteriormente, estruturalistas como Bloomfield aprofundaram essa noção, e transformacionistas a retomaram e elaboraram no início dos anos 60.

Para Bloomfield, por exemplo, um pronome é um "pro-nome": um elemento que faz referência a um objeto específico via uma forma para a qual é substituto: podem ser substitutos anafóricos ou independentes.

A gramática gerativa, teoria padrão, tratou os pronomes também, de certa forma, como "substitutos"¹: a regra de "pronominalização" transformava NPs plenos da estrutura profunda em pronomes na estrutura superficial. Porém, nessa teoria, isso somente ocorre quando há um antecedente lingüístico explícito na mesma sentença. Além disso, pronomes que não fossem de terceira pessoa, teriam de ser gerados na base já na sua forma pronominal por não terem um antecedente explícito na sentença. Todas essas estipulações advêm do fato de a gramática gerativa ter sido, no seu início, uma "gramática da sentença", e, portanto, não levar em conta fatos intersentenciais.

O primeiro estudo gerativista sobre pronominalização foi Lees & Klima (1963), em que a regra da pronominalização é introduzida, além da regra da reflexivização. Ambas operavam em estrutura profunda que continham dois NPs idênticos e "transformavam" o segundo em um pronome ou um reflexivo, respectivamente, dependendo se ocorriam na mesma S ou não. As noções cruciais para se poder operar tal transformação eram, então, a noção da identidade sintática e a noção da co-referencialidade. Chomsky (1965) introduz a

notação através de "índices" para se marcar NPs co-referenciais: dois NPs em estrutura profunda serão considerados "idênticos", co-referenciais, se tiverem o mesmo índice.

Uma outra noção adiantada já no início dos anos 60 foi a noção de precedência e comando, necessária para dar conta dos casos de pronominalização "backwards" (catafórica).

Porém, o enfoque transformacionalista de que pronomes anafóricos (ou catafóricos) seriam o resultado de uma transformação foi abandonado ao se descobrir problemas apresentados por certos pronomes, que essa regra não poderia resolver. Wasow (1979) apresenta um resumo de tais argumentos. Os principais problemas se deviam a:

A) inter-relação de várias outras regras, como inserção de there (Bresnan,1970), movimento dativo, movimento de partículas e acento nuclear (Wasow, 1972,1979).

B) especificação imposta pela condição de identidade: Dougherty (1969) argumenta que sentenças como (4) não poderiam ser derivadas por tal regra:

- (4) Each of the men thought that he was the tallest
'Cada um dos homens achou que (ele) era o mais alto'

pois deveriam ser derivadas de sentenças agramaticais como (5)(a estrutura profunda deveria ser bem-formada, nessa época):

- (5) *Each of the men thought that each of the men was the tallest
'Cada um dos homens achou que cada um dos homens era o mais alto'

Da mesma forma, (6) não pode vir de (7), pois têm significados diferentes²:

- (6) Some adolescents claim that they are bored with life
'Alguns adolescentes afirmam que eles estão entediados com a vida'
- (7) Some adolescents claim that some adolescents are bored with life
'Alguns adolescentes afirmam que alguns adolescentes estão entediados com a vida'

C) pesquisadores como Dougherty (1969) e Jackendoff (1969, 1972) argumentavam que um mecanismo interpretativo independente tinha que ser postulado para certos casos como (8) abaixo, o que deixava a regra da Pronominalização redundante, visto que poderia ser alvo desse mesmo mecanismo:

(8) a. John told Mary he would leave early, but the bastard stayed overnight.

'John disse a Mary que ele partiria cedo, mas o bastardo ficou para passar a noite'

b. Each of the teachers told the rest of the teachers to arrive early.

'Cada um dos professores disse ao resto dos professores para chegarem cedo'

D) o paradoxo Bach-Peters: sentenças como (9) apresentam um problema para a condição de identidade - o antecedente do pronome "him" contém, ele mesmo, um pronome, "it", encaixado em uma relativa, cujo antecedente, por sua vez, contém o pronome "him":

(9) The pilot who shot at it hit the mig that chased him.

'O piloto que atirou nele, atingiu o MIG que o perseguia'

Se o pronome é derivado de uma estrutura idêntica em estrutura profunda, cria-se um problema, pois a possibilidade de a transformação ser aplicada é infinita. Isso se deve ao fato de o antecedente de um pronome conter o outro: não se elimina, assim, os pronomes. Esse problema ocorre, pois é fruto da noção de que pronomes seriam derivados de cópias de seus antecedentes³.

Assim, a partir desses problemas, abandonou-se a idéia de uma regra de transformação como a pronominalização, optando-se por gerar os pronomes na base, deixando sua interpretação para outro componente ("perspectiva interpretativista" a partir de Wasow, 1972, Jackendoff, 1972). Atualmente, pronomes estão sujeitos à Teoria da Vinculação que opera no nível de FL.

Mas adotar a perspectiva interpretativista por inteiro seria uma forma de resolver os problemas acima? Dentre esses problemas, apontados em Wasow (1972, 1979), o primeiro não pode ser avaliado atualmente, pois depende da postulação de regras de transformação que não existem mais no caso dos pronomes. Os outros problemas, com exceção do último, são resolvidos a partir da postulação de pronomes como variáveis, desenvolvido dentro da gerativa a partir de Higginbotham (1980). Enfim, ao se postular pronomes como gerados na base, somente o paradoxo Bach-Peters desaparece.

Assim, podemos perguntar: houve progresso nessa mudança de abordagem dentro da teoria? Sob o ponto de vista de uma teoria que propunha transformações da estrutura profunda para a estrutura superficial, podemos responder que sim, pois os problemas apontados ficaram resolvidos.

O problema da referência foi abordado como dependente de condições estruturais (Reinhart (1976)) e aprofundado por Lasnik (1976), desembocando na teoria da Vinculação. Nos casos em que os índices não atestam a co-referência, como em (10)

abaixo, a idéia seria de que a interpretação de pronomes seria realizada em um componente interpretativo, ou da pragmática:

- (10) a. Every farmer who owns a donkey_i beats it_i (pronomes "donkey")
 'Todo fazendeiro que possui um burro, bate nele'
 b. Few sailors_i like the army, but they_i like the navy (pronomes "E-type")
 'Poucos marinheiros gostam do exército, mas (eles) gostam da marinha'
 c. The man who gave his paycheck_i to his wife is wiser than the man who gave
 it_i to his mistress (pronomes "paycheck")
 'O homem que deu seu cheque de pagamento a sua esposa foi mais esperto
 do que o homem que o deu a sua amante'

A teoria gerativa não explicaria esses problemas de referência. Esses casos seriam deixados para a semântica (ou pragmática?) resolver, os dois primeiros sendo casos de pronomes ligados a variáveis (embora fora do escopo do quantificador), o último, como um pronome da preguiça ("pronoun of laziness"), segundo a observação de Geach (1966). Em nenhum dos exemplos acima, em (10), os pronomes se referem a indivíduos específicos.

Há uma vasta literatura sobre como formalizar a interpretação dos dois primeiros tipos de pronomes (por exemplo, Evans 1980, Heim 1982, Neale 1990). As questões discutidas se centralizam na semântica, ou seja, como representar pronomes (variáveis) ligados a quantificadores. No primeiro caso, o problema é justificar esse tratamento, sendo que a variável está fora do escopo do quantificador. No caso de pronomes "E-type", (10b), a questão é a mesma, com o adicional problema de não haver c-comando entre o quantificador e o pronome.

Já o pronome "paycheck" na sentença (10c) não pode ser encaixado nem na categoria de pronomes "donkey", nem na categoria de pronomes "E-type", visto não haver quantificadores nesse caso. Esse tipo de pronome foi descrito a partir de Karttunen (1969) e tem sido considerado como um substituto na teoria de Halliday e Hasan (1976), (ver Carter, 1987) - pronomes "paycheck" são "coesivos" ao nível do sentido (sense) e não no nível da especificação, ou referência. A questão também está no fato de que pronomes "paycheck" não fazem referência a nenhum objeto específico. Na semântica, recebem um tratamento similar a pronomes "donkey" por Partee (1978), que usa o enfoque em Cooper (1979). Na teoria gerativa não receberam nenhuma atenção especial, visto que a interpretação de pronomes é deixada para o componente interpretativo da língua.

Assim, vimos que a teoria gerativa passou a abordar pronomes não transformacionalmente, deixando sem análise (sintática) questões de referência

exemplificadas nos pronomes em (10) acima. Abaixo, na seção 3.5, porém, volto a essa questão, pois pronomes "paycheck" apresentam leituras estrita e imprecisa ("strict e sloppy") (ver abaixo), as quais podem ser tratadas dentro do componente sintático da língua, se seguimos a teoria de reconstrução de Fiengo & May (1993).

Passemos, agora, ao outro processo fórico que foi relacionado ao objeto nulo do PB: a elipse de VP.

3.2.2 Elipse de VP

Elipse é um fenômeno que ocorre em várias línguas sob diversas formas. A elipse pode ser não só de VP, mas também de V, ou outros elementos. Assim, temos o fenômeno denominado "lacuna" ("gapping"), onde somente o V é elidido:

(11) João gosta de cinema, e Pedro ___ de teatro

ou o "despojamento" ("stripping"), onde o elemento elidido pode ser outro:

- (12) a. João deu chocolates a Maria, e Pedro, ___ flores.
 b. Pedro deu chocolates a Maria, e João também ___
 c. Pedro deu chocolates a Maria, mas não ___ a João.

ou "anáfora nula de complemento" ("null complement anaphora"), onde certos verbos permitem que seu complemento seja deixado nulo:

(13) João sugeriu que fôssemos ao cinema, e Pedro concordou ___

ou "sluicing", onde IP é nulo:

(14) Vamos convidar pessoas para a festa, mas ainda não sabemos quem ___

No capítulo 5, abordarei um outro tipo de elipse, a elipse sentencial, exemplificada em (15), em que a sentença (proposição) antecedente está elidida:

(15) João vai casar com Maria, mesmo que sua mãe não queira ___

Nesta seção, porém, focalizarei a elipse de VP, pois é um processo que se confunde com o objeto nulo (c.f. capítulos 2 e 5), visto que o verbo é deixado sem seu complemento, sem restrição lexical:

(16) João viu sua mãe e Pedro também viu ___

A elipse de VP foi considerada nos anos 60 como resultado de uma regra transformacional que apagava o VP, sob condições de identidade. Chomsky (1965), já formalizava essa regra, determinando que uma operação de apagamento poderia eliminar um elemento "dummy", ou outro elemento, contanto que fosse representado na sentença em uma posição fixa. Essa condição fixa era formalizada com numerais na fórmula da regra: $2=4$ ("apague o termo 2, sob identidade com o termo 4"), por exemplo. Ross (1967) formaliza essa regra, e em (1969) discutiu essa e outras regras que eram denominadas "Apagamento sob Identidade" ("Deletion under identity"). Assim, elipse de VP era "apagamento de VP".

Porém, uma outra forma de considerar essas sentenças foi avançada em Wasow (1972), que formula a "Empty Category Hypothesis". Segundo essa hipótese, VPs são gerados como categorias vazias na estrutura profunda, ao invés de serem resultado de uma regra de apagamento. Sua proposta é que esses VPs vazios são dominados por categorias sintagmáticas foneticamente nulas (mas plenamente expandidas, podendo ser alvo de transformações) que são checadas com um VP antecedente por regras de interpretação, a exemplo dos pronomes (p.110-111):

The empty structure hypothesis, to repeat, involves generating anaphors which look like their antecedents, except that lexical insertion need not have taken place. Deletion is unnecessary, since the lexical material which would be deleted is never inserted. In order to account for the meaning of such sentences, however, empty structures must be associated with appropriate antecedents; this is accomplished by anaphora rules (...) (which) would be very similar to the one(s) needed to account for pronominal anaphora.⁴

Jackendoff (1972) também desenvolve essa idéia - a elipse é um subdomínio da anáfora. Sua regra é (p.268):

Anáfora de VP:

Associe a VP2 a representação semântica de VP1 se:

(a) VP2 for nulo

(b) VP2 não preceder e comandar simultaneamente VP1

Um problema tanto para uma como para outra proposta é o problema da identidade sintática (ver também Ilari (1981) contra argumentos de Jackendoff). Ross (1967, 1969) já aponta o problema da "identidade imprecisa" ("sloppy identity"), em que sentenças como (17), abaixo, apresentam ambigüidade de leituras:

- (17) John scratched his arm and Mary did too
'John coçou seu braço e Mary também coçou'

Em uma das leituras possíveis para essa sentença, a leitura estrita, Mary coçou o braço de John. Na outra leitura, a leitura imprecisa (ou "sloppy"), Mary coçou o braço dela mesma.

A solução de Ross, que postulava uma regra de apagamento, era que a condição de identidade deveria ser cega para pronomes, se estes são comandados por antecedentes em porções não idênticas do marcador frasal. Porém, o próprio Ross notou que sentenças como (18) apresentam um problema para tal formulação:

- (18) I told you that you would be famous, and Jack told Betty
'Eu disse a você que você seria famoso, e Jack disse a Betty'

O material elidido em (18) deveria ter três leituras, segundo a condição de Ross, isto é:

- ... que você seria famoso
- ... que ela seria famosa
- ... que ele (Jack) seria famoso

Porém, somente as duas primeiras leituras são permitidas⁵.

Sag (1977) aponta para esse e outros problemas com relação à regra de apagamento sob identidade, da época, e formula uma regra em que usa o cálculo lambda como regra de interpretação semântica de VPs. Através dessa formalização, uma regra de interpretação atribui representações-lambda para a "estrutura superficial" ("shallow structure") do VP. Na forma lógica ("logical form", ver capítulo 1), uma sentença como (19) tem duas representações, (19a) e (19b):

- (19) Betsy loves her dog (SAG, 2.2.12)
- a. $Betsy_i, \lambda x (x \text{ loves } her_i \text{ dog})$
 - b. $Betsy_i, \lambda x (x \text{ loves } x's \text{ dog})$

em (19b) a ocorrência do pronome é substituída por uma variável ligada ao operador lambda, seguindo a intuição de que pronomes podem ser variáveis. Assim, as leituras estrita e imprecisa ("strict" e "sloppy"), como na sentença (20) abaixo, ficam explicadas⁶:

- (20) Betsy loves her dog, and Sandy does too (SAG 2.2.17)
- a. $Betsy_i, \lambda x (x \text{ loves } her_i \text{ dog}) \& Sandy_j, \lambda y (y \text{ loves } her_i \text{ dog})$
 - b. $Betsy_i, \lambda x (x \text{ loves } x's \text{ dog}) \& Sandy_j, \lambda y (y \text{ loves } y's \text{ dog})$

Sag explica as leituras imprecisa e estrita suscitadas por elipse de VP através de uma regra de apagamento que ocorre no mapeamento entre a estrutura-S e FF. A condição de recuperabilidade é uma condição aplicada na forma lógica ("logical form") que não era, nessa época, uma postulação de um nível FL, mas sim, uma formalização da semântica, o resultado de aplicação de regras de interpretação semântica a estruturas superficiais. Vale ressaltar, mais uma vez, que esse é um enfoque de elipse de VP como *apagamento*.

Williams (1977) - dentro da noção gerativa dos anos 70 em que elipse de VP não seria uma regra de "apagamento de VP", e sim um VP vazio gerado na base - propõe uma explicação do fenômeno de leituras estrita/imprecisa ("strict/sloppy") através da regra do VP derivado ("VP Derived Rule"), uma regra de interpretação que também faz uso de operadores-lambda. Em sua formulação, a elipse de VP seria uma regra que faz parte da Gramática do Discurso e estaria fora do âmbito da Gramática da Sentença (enquanto regras como "Gapping" e "Apagamento de Comparativas" estariam dentro desta).

Para Williams, a regra do VP derivado, que é uma regra do discurso, substitui um VP ocupado por deltas (um VP vazio) por um VP que contém um operador- λ e uma variável ligada a ele na cláusula antecedente, a partir de um VP antecedente. Assim, sentenças como:

- (21) John likes his daughter, and Peter does, too.
'John gosta de sua filha, e Pedro também gosta'

teriam uma representação na forma lógica ("logical form") em que o primeiro passo seria gerar um VP que contém um operador- λ no VP antecedente. Depois, a regra do pronome transforma o pronome em uma variável e, finalmente, a regra do VP copia o VP que representa a propriedade de "gostar de própria filha", gerando a leitura imprecisa ("sloppy"):

- (22) a. John | λx (x likes his daughter) | and Peter too | $\Delta \Delta \Delta$ |
b. John | λx (x likes the daughter of x) | and Peter too | $\Delta \Delta \Delta$ |
c. John | λx (x likes the daughter of x) | and Peter too | λx (x likes the daughter of x) |

A leitura estrita seria resultado da estipulação de que a regra do pronome (que o transforma em uma variável) é uma regra opcional, e não seria aplicada nesse caso.

Portanto, o problema enfrentado por qualquer formulação, seja de apagamento ou de categoria vazia gerada na base, isto é, o problema de identidade imprecisa ("sloppy"),

tem sua solução dada em termos de interpretação. Nenhuma formulação coloca o problema como decorrente de a ambigüidade ser inerente ao pronome⁷.

Tanto Sag, como Williams, colocam o problema, embora não nestes termos, como um problema que regras interpretativas resolveriam, em consonância com a formulação da teoria da época: regras interpretativas também dariam conta da interpretação dos pronomes. Assim, regras semânticas, com o uso de variáveis e operadores-lambda, foram propostas para dar conta da interpretação da elipse, o que tornou a elipse um fenômeno relevante à gramática do Discurso.

Assumindo-se a teoria "interpretativista", o problema da leitura estrita/imprecisa ("stric/sloppy") foi, então, "esquecido" dentro da teoria gerativa e, a partir dos anos 80, as formulações de elipse de VP se preocuparam com o problema sintático da ocorrência de um VP nulo. Vejamos, então, como a elipse de VP passou a ser vista dentro da TRV.

3.3. Elipse de VP dentro da TRV

Com a mudança da teoria nos anos 80 para uma teoria modular, o modelo de Regência e Vinculação (TRV), as formulações se concentraram na questão do enquadramento do VP nulo dentro das categorias vazias (ver nota 2, capítulo 2) e consideraram que essa também seria uma categoria vazia sujeita ao Princípio das Categorias Vazias (PCV).

As principais formulações nessa perspectiva são de Zagana (1982), Lobeck (1987) e Matos (1992). Todas consideram o VP nulo como uma categoria vazia sujeita ao PCV, e o que muda de uma formulação à outra é o que conta como "regente apropriado". Zagana (1982), por exemplo, assume a formulação em que o VP é gerado vazio e está sujeito ao PCV e propõe que INFL é necessário como contexto da esquerda, qualificando-se assim como regente apropriado dessa categoria vazia⁸.

Já Lobeck (1987) segue o mesmo raciocínio, porém "especificadores preenchidos" são os licenciadores da elipse. Assim a autora dá conta de elipse até dentro de NP⁹, como no caso de (23):

(23) We heard stories about some students of philosophy, and then we heard some stories about four more ____ (Lobeck, (62), p.40)

Nós ouvimos histórias sobre alguns estudantes de filosofia, e depois nós ouvimos algumas histórias sobre mais quatro ____'

Matos (1992) estuda a elipse de VP e o despojamento ("stripping") em inglês e português. Em português, podemos considerar que temos "elipse de VP", pois após o

alçamento de V a INFL, o restante do VP é elidido. A autora faz uma descrição bastante detalhada da elipse de VP em ambas as línguas e, partindo dessa descrição, propõe que a elipse de VP, uma categoria vazia sujeita ao PCV, tem também um licenciador e identificador a exemplo da categoria vazia *pro*, muito embora não seja pronominal¹⁰. Esses princípios de identificação e licenciamento do VP nulo dariam conta da elipse de VP em inglês e português, além de, por serem paramétricos, darem conta da existência da elipse nessas línguas e sua ausência em outras. Matos também aborda a diferença entre elipse de VP e objeto nulo no PE para mostrar que são fenômenos diferentes (ver também capítulo 5).

Em uma outra perspectiva, Chao (1987) propõe uma classificação das elipses segundo sua forma no componente sintático, dentro da TRV. Porém, a autora também se preocupa com o lado semântico da elipse, isto é, com problemas como leituras estrita e imprecisa ("strict/sloppy readings"). Chao relaciona a interpretação de elipse de VP à interpretação de pronomes, propondo que a elipse de VP é pronominal na sua natureza, e portanto sujeita às mesmas regras de interpretação que os pronomes não nulos têm¹¹. No capítulo 4, voltarei às idéias de Chao.

Essas diferentes formulações para elipse de VP dentro da TRV não se preocupam em abordar o problema da interpretação da elipse, com exceção de Chao, visto que esse seria um problema colocado fora do âmbito da sintaxe - mesmo em Chao. Mas, conforme veremos abaixo, o problema das leituras estrita/imprecisa ("strict/sloppy") é um problema que pode ser focalizado dentro da sintaxe sem necessidade de se apelar para um componente interpretativo.

Trabalhos recentes propõem que a elipse de VP seja resultado de um fenômeno que copia uma estrutura anterior, ao nível de FL. Assim, a preocupação hoje não é mais como licenciar o VP nulo, mas sim, como e onde representá-lo. Os argumentos são a favor de que a representação desse VP nulo se dá em FL.

Dois recentes trabalhos formulam essa idéia e tentam dar conta do problema das leituras estrita e imprecisa ("strict" e "sloppy"). Esse é o assunto da próxima seção.

3.4. Propostas de representação da elipse em FL

3.4.1. A proposta de Kitagawa (1991)

Kitagawa (1991) retoma as propostas de Sag e de Williams, as quais, conforme vimos acima, propõem regras no componente interpretativo que fazem uso de operadores-lambda. O autor propõe que a elipse de VP é uma regra de cópia de VP que opera na

sintaxe e sugere um interrelacionamento desta regra com a Teoria da Vinculação ambas operando no nível da FL. Kitagawa explica, assim, as leituras estrita/imprecisa ("strict/sloppy") possíveis na elipse de VP.

A idéia de Kitagawa é que o VP nulo é gerado na base, $[_{VP} e]$, mas uma regra (operando não no mapeamento da estrutura-S a FL, mas no próprio nível da FL) copia o VP antecedente. Qualquer pronome dentro do VP cópia deve satisfazer a Teoria da Vinculação. Assim, a sentença (24):

- (24) John likes his daughter, and Peter does too (Kitagawa (50))
'John gosta de sua filha, e Pedro também gosta'

teria em FL duas representações possíveis:

- (25) a. John₁ likes his₁ daughter, and Peter₂ [*likes his₁ daughter*] too
b. John₁ likes his₁ daughter, and Peter₂ [*likes his₂ daughter*] too

Nestas representações não há violação da Teoria da Vinculação e as leituras estrita/imprecisa ("strict/sloppy") estão explicadas. Kitagawa assume, portanto, que FL é o nível relevante não só para a Teoria da Vinculação, como também para a coindexação de elementos-A. Em suas palavras, "coindexation for all A-binding may take place anywhere in the LF component, and hence either before or after VP copy. In either case [...] the resulting representation is subject to BT (A/B/C)"¹² (p. 501). Assim, se a coindexação se dá antes da cópia do VP, a leitura é estrita. Se ocorre depois, a leitura é imprecisa ("sloppy").

Porém aí reside um problema: embora Kitagawa não deseje ordenar cópia de VP extrinsecamente, esse passo (indesejável dentro do quadro teórico atual) seria necessário para explicar (26) abaixo - o próprio Kitagawa admite que em casos onde a leitura estrita é obrigatória, como em (26), a ordenação extrínseca é necessária:

- (26) The friends of John₁ told him₂ to leave, but the friends of Bill₂ didn't $[_{VP}$ tell
him_{2/*1/*3} to leave]
'Os amigos de John disseram a ele para sair, mas os amigos de Bill não'

Um outro problema apontado por Fiengo & May (1993) é que, segundo a proposta de Kitagawa, (27) poderia ser uma opção de coindexação a (24). Essa alternativa, porém, não corresponde à leitura daquela sentença:

- (27) John₁ likes his₁ daughter, and Peter₂ [*likes his₃ daughter*]

Essa leitura é, presumivelmente, excluída dentro da teoria de Kitagawa porque a coindexação não é copiada. Mas, sendo assim, o que Kitagawa está assumindo é que deve haver uma regra que copie pronomes¹³, ou seja, a regra de cópia de VP deve incluir algo mais.

Kitagawa (1991), de fato, faz, em um certo momento, uma comparação entre elipse de VP e pronominalização por "it". Sua observação pretende ser um argumento contra a adoção do enfoque de apagamento de VP, em contraste com sua hipótese de cópia de VP em FL. Kitagawa observa que ambas (28) e (29) exibem leituras estrita e imprecisa ("strict" e "sloppy") (p. 511):

(28) John advertised [his son], and Bill did |_{VP} e|, too.
'John elogiou seu filho, e Bill também elogiou'

(29) John advertised [his son], and Bill tried it, too.
'John elogiou seu filho, e Bill também o elogiou'

e sentenças como (30) e (31) não permitem identidade estrita "backwards" (catafórica) (p.512):

(30) John advertised **him**, and Bill did |_{VP} e|, too.

(31) John advertised **him**, and Bill tried it, too.

Kitagawa conclui que a interpretação da elipse de VP e do pronome "it" acima são paralelas, "which strongly suggests that they involve one and the same interpretive mechanism whose output will be subject to the Binding Theory" (p.512)¹⁴. Seu argumento, mais uma vez, tem a finalidade de demonstrar que apagamento não seria o modo correto de se abordar o fenômeno da elipse pois não pode dar conta de um fenômeno paralelo, isto é, o fenômeno de pronominalização por "it". Kitagawa não explica por que as leituras estrita e imprecisa ("strict" e "sloppy") são permitidas para o pronome "it" acima, embora, em nota de rodapé, observe que "one at least logically possible option is to incorporate into the grammar an old-style "pronominalization transformation", which applies in PF"¹⁵ (p. 512). Ver no capítulo 4 minha proposta de tal processo para dar conta precisamente desse e de outros casos específicos de pronominalização por "it".

3.4.2. Fiengo & May (1993)

Recentemente, Fiengo & May (1993) (doravante, F&M), propõem que a elipse esteja sujeita a um processo mais geral, ao nível de FL: a reconstrução. Segundo os autores, a reconstrução é uma condição necessária, mas não suficiente para a elipse. Outros fatores estão em jogo, como a questão dos elementos que podem contar como regente apropriado para o material elidido, conforme o discutido em Zagana (1982), Lobeck (1987) e Matos (1992) (ver acima, e também notas 8, 9 e 10). Para o inglês, o auxiliar conta como verbal; é, portanto, regente apropriado. Para outras línguas, INFL se torna o licenciador através da subida de V. De acordo com F&M, entretanto, a natureza da reconstrução seria a mesma nas diversas línguas, pois seria como uma condição de identidade sintática.

O que é reconstrução? É um conjunto de estruturas "tokens" sob uma condição de identidade sintática. São ocorrências de um (sub) marcador frasal ("(sub)phrase marker") em um discurso, sobre um dado vocabulário terminal. Os membros de uma reconstrução podem ser explícitos ou não. Por exemplo, em (32):

- (32) Max left and Oscar left, too.
'Max saiu e Oscar também saiu'

temos dois membros de uma reconstrução de VP que não estão elididos. Para F&M, não é relevante o fato de membros da reconstrução serem elípticos ou não.

No caso da elipse, o VP antecedente serve como identificador (em algum sentido) do material reconstruído. Porém a noção de reconstrução em si mesma não inclui uma noção de antecedência. É somente uma condição de identidade dentro de uma teoria de representação estrutural: ela explicita quais ocorrências são iguais em um marcador frasal ("phrase marker"). F&M, assim, propõem que elipse é um processo do uso da língua, mas reconstrução é parte da estrutura da língua, e, conforme vimos, a relação entre membros de uma reconstrução deve ser simétrica, isto é, não deve haver relação de antecedência (embora isso possa ocorrer em elipse)¹⁶.

A reconstrução é uma relação de identidade sobre marcadores frasais ("phrase markers") e todas as ocorrências são "tokens", e como tal, podem ser audíveis ou não. Independentemente de serem pronunciados ou não, os membros de uma reconstrução preservam a categoria gramatical e as relações lineares e de dominância dentro da categoria gramatical: todas as ocorrências serão compostas estruturalmente da mesma forma.

Assim, as ocorrências devem ser da mesma estrutura formal, com exceção de certos tipos de índices propostos por F&M em sua Teoria da Dependência (ver abaixo, seção 3.5). Além disso as ocorrências devem ser do mesmo vocabulário terminal. Na teoria de F&M, a reconstrução é uma "cópia carbono" estrutural de seu antecedente, respeitando o tipo de índice¹⁷.

A teoria de F&M permite que traços de concordância sejam irrelevantes para a reconstrução. Assim, (33) mostra que, independente de traços Φ (*phi*)¹⁸, a reconstrução está presente (F&M, 1993:228):

- (33) I turned in my assignment, but most of the other students didn't.
'Eu entreguei minha tarefa, mas a maioria dos outros alunos não entregou'

A esse aspecto da reconstrução, em que a forma sintática que expressa um dado argumento está de alguma forma alterada entre os "tokens" da reconstrução, F&M (1993:229) denominam "mudança de veículo" ("vehicle change")¹⁹. Assim, um nominal pode tomar qualquer forma, contanto que sua estrutura indexical (ver mais abaixo, a Teoria da Dependência) seja idêntica.

Numa estrutura de elipse, o material reconstruído está sintaticamente especificado em FL (e também em outros níveis, segundo F&M, que ainda não assumem o quadro teórico do minimalismo - ver considerações no capítulo 1).

Normalmente, a estrutura sintática é lexicalmente projetada, licenciada pela informação temática e seletional codificada nas entradas lexicais. Mas em elipse, isso não acontece. Nessa teoria, elipse é ausência de projeção lexical, mas não ausência de estrutura. Há estrutura sintática, mas essa estrutura não foi licenciada lexicalmente. Sua projeção é determinada estruturalmente pelas condições de identidade. Em outras palavras, a estrutura elíptica é licenciada pela sua relação com outra estrutura, a qual foi projetada lexicalmente. A estrutura de elipse só vai ser projetada no ponto da derivação em que essa identidade é satisfeita²⁰.

Já que elipse e reconstrução são noções distintas, que outros processos estariam sujeitos à reconstrução, além da elipse?

F&M afirmam que o papel da reconstrução é fixar pontos contra os quais informação nova será acrescentada. Esses pontos são determinados sintaticamente e são redundantes no discurso: não acrescentam nada novo. Assim, reconstruções não precisam ser repetidas em cada enunciado/turno ("utterance") de uma conversa. Por exemplo:

- (34) Quem ama João?
 a. Maria ama João
 b. Jane ama João
 c. Paula ama João

O VP "ama João" é resultado de reconstrução, nas respostas (34 a,b,c). Para não se repetir o que já se falou, pode-se deixar a sequência inaudível. Assim, a elipse é um recurso que faz uso da reconstrução - a partícula "também" ocorre para exprimir a igualdade do conteúdo proposicional ("same saying") (ver também Matos, 1992, e capítulo 5). Porém, F&M enfatizam que conquanto possa haver reconstrução sem elipse, não pode haver elipse sem reconstrução. Em outras palavras, elipse requer reconstrução, mas reconstrução não significa elipse.

Um outro exemplo dado por F&M, em que há reconstrução, mas não elipse, é o caso das inferências. Segundo os autores, a inferência em (36) deve ter a forma em (35), onde o quantificador universal (\forall) abrange expressões linguísticas do tipo apropriado, como objetos. No caso da inferência, essas expressões são "orações".

- (35) NP_i quer x
 $\forall x$ (NP_i quer x \rightarrow NP_j quer x)
 \therefore NP_j quer x

- (36) John wants | Oscar to solve Fermat's last theorem|
 Max wants whatever John wants
 Max wants | Oscar to solve Fermat's last theorem|

'John quer que Oscar resolva o último problema de Fermat
 Max quer o que John quer
 Max quer que Oscar resolva o último problema de Fermat'

Na inferência em (36) ((66) em F&M, p. 124), temos ocorrências de reconstrução, isto é ocorrências do mesmo marcador frasal, o χ na estrutura de inferência em (35).

A vantagem da proposta de F&M é que pode dar conta na sintaxe através do uso de sua Teoria da Dependência (ver abaixo) das leituras estrita e imprecisa ("strict" e "sloppy") que ocorrem na elipse. Assim, a ambigüidade exibida pelos pronomes, a qual gera essas leituras, não precisa ser relegada a um "componente interpretativo". Sua Teoria da Dependência dará conta, na sintaxe, de certos fenômenos de referência pronominal (ver abaixo, e também F&M, 1993).

Ora, se a Teoria da Dependência é uma teoria postulada e motivada independentemente, deixar a explicação das leituras estrita/imprecisa ("strict/sloppy")

para regras interpretativas ou semânticas é desnecessário. Pode-se, assim, usar uma mesma teoria, ou seja um mesmo mecanismo, para dar conta de problemas independentes.

Além disso, essa teoria de reconstrução em elipse de VP dá conta dos chamados "eliminative puzzles of ellipsis" ("enigmas eliminativos da elipse"). F&M argumentam que outras teorias, entre elas, Sag (1977), Kitagawa (1991) não explicam esse fenômeno.

O que é o enigma eliminativo da elipse?

F&M observam o seguinte enigma ("puzzle"): A elipse não afeta a anáfora, mas limita a deixis.

Vejamos: na sentença (37) temos uma elipse de VP, e em (38) as possibilidades lógicas de interpretação do pronome elidido. Notamos que uma delas, (38d) não pode ser realizada²¹:

(37) João viu a mãe dele, e Pedro também viu.
'John saw his mother, and Peter did too'

- (38) a. João₁ viu a mãe dele₁, e Pedro₂ também viu a mãe dele₁
 b. João₁ viu a mãe dele₁, e Pedro₂ também viu a mãe dele₂
 c. João₁ viu a mãe dele₃, e Pedro₂ também viu a mãe dele₃
 d. *João₁ viu a mãe dele₃, e Pedro₂ também viu a mãe dele₄

O fato interessante é que todas as possibilidades em (38) são possíveis quando não há elipse, como em (39):

(39) João viu a mãe dele, e Pedro viu a mãe dele.

onde a interpretação dos pronomes em (38d) seria acompanhada de gestos (deixis). Assim, F&M afirmam que a elipse não é conservadora, mas sim, eliminativa, pois elimina uma possível interpretação.

O enigma se torna mais interessante quando se aumenta, ou o número de pronomes envolvidos, ou o número de elipses. O primeiro enigma é chamado por F&M, "the many-pronoun puzzle" (o fenômeno dos múltiplos pronomes), e o segundo, "the many-clause puzzle" (o fenômeno das múltiplas cláusulas).

O enigma dos múltiplos pronomes é exemplificado em (40):

(40) Max disse que ele viu a mãe dele, e Oscar também disse.
'Max said he saw his mother, and Oscar did too'

- a. Max₁ disse que ele₁ viu a mãe dele₁, e Oscar₂ também disse que ele₁ viu a mãe dele₁

- b. Max₁ disse que ele₁ viu a mãe dele₁, e Oscar₂ também disse que ele₂ viu a mãe dele₂
- c. Max₁ disse que ele₁ viu a mãe dele₁, e Oscar₂ também disse que ele₂ viu a mãe dele₁
- d. * Max₁ disse que ele₁ viu a mãe dele₁, e Oscar₂ também disse que ele₁ viu a mãe dele₂

Comparando-se (40) com sua versão sem elipse em (41), observa-se que todas as possibilidades em (40a-d) são viáveis, a última sendo acompanhada de gestos:

(41) Max disse que ele viu a mãe dele, e Oscar disse que ele viu a mãe dele.

O enigma das cláusulas múltiplas, onde há mais de uma elipse relativa a um pronome, está em (42):

(42) Max viu a mãe dele, Oscar também viu, mas Sam não viu.
'Max saw his mother, Oscar did too, but Sam didn't'

- a. Max₁ viu a mãe dele₁, Oscar₂ também viu a mãe dele₁, mas Sam₃ não viu a mãe dele₁
- b. Max₁ viu a mãe dele₁, Oscar₂ também viu a mãe dele₂, mas Sam₃ não viu a mãe dele₃

Neste enigma somente as leituras estrita ("strict") ou imprecisa ("sloppy") de todos os pronomes elididos (a leitura "across-the-board") são possíveis. Nenhuma leitura mista é possível²², ao passo que onde não há elipse, tudo é possível:

(43) Max viu a mãe dele, Oscar também viu a mãe dele, mas Sam não viu a mãe dele.

Além desses dois enigmas, F&M ainda descrevem um outro, que denominam "enigma de Dahl" ("Dahl puzzle"), por ser Dahl (1973) o primeiro a observá-lo. Na sentença (44), além da leitura "across-the-board", há mais uma leitura possível, em que o pronome elidido na cláusula medial (sublinhado abaixo) é interpretado como "sloppy", ao passo que na cláusula final, o pronome elidido (em itálico>) é interpretado como "strict" em relação ao pronome elidido da cláusula medial:

- (44) Max acha que ele é forte, Oscar também acha, mas o pai dele não acha.
 - a. Max₁ acha que ele₁ é forte, Oscar₂ também acha que ele₂ é forte, mas o pai dele₂ não acha que *ele₂* é forte

- b. *Max₁ acha que ele₁ é forte, Oscar₂ também acha que ele₂ é forte, mas o pai dele₂ não acha que ele₁ é forte
- c. *Max₁ acha que ele₁ é forte, Oscar₂ também acha que ele₂ é forte, mas o pai dele₁ não acha que ele₂ é forte

todas essas leituras, como era de se esperar, são possíveis se os pronomes não estão elididos:

- (45) Max acha que ele é forte, Oscar também acha que ele é forte, mas seu pai não acha que ele é forte.

F&M fazem considerações sobre acento, mas mostram que os enigmas permanecem: o problema é que com as palavras audíveis (em oposição à elipse) as leituras se tornam possíveis: se elipse corresponde a reconstrução de seqüências ("strings") possíveis, com base numa seqüência ("string") antecedente, não há explicação para o fenômeno.

Esse é o ponto de F&M: nenhuma teoria anterior sobre a elipse pode dar conta dos enigmas eliminativos da elipse - sua teoria de reconstrução aliada à sua Teoria da Dependência, no entanto, consegue explicar e prever o fenômeno. F&M mostram como várias teorias da elipse em quadros teóricos variados (Sag (1977), Williams (1977), Dalrymple, Shleber e Pereira (1990), Klein (1987), Reinhart (1983), Partee and Bach (1984), Roberts (1987), Sells, Zaenen e Zec (1986), Sells (1986), Szabolcsi (1990), Gawron and Peters (1990), Kitagawa (1991), Ristad (1990)), são inadequadas. Algumas podem dar conta de certos enigmas, mas nenhuma dá conta de todos²³.

Como a teoria de F&M pode dar conta dos enigmas eliminativos da elipse? Nessa teoria, a leitura estrita ou imprecisa ("strict" ou "sloppy") é consequência do tipo de ocorrência do pronome, ou seja, pronomes podem ter ocorrências independentes ou dependentes. Um pronome é uma ocorrência alfa (índice α) se for independente de um antecedente no mesmo marcador frasal. Será uma ocorrência beta (índice β) se é dependente de um antecedente - ver, mais abaixo, a Teoria da Dependência de F&M. Se uma ocorrência de um índice é independente, a reconstrução "copia" a ocorrência desse índice. Se é dependente, o processo de reconstrução "copia" a dependência.

Assim, F&M conseguem explicar os fenômenos eliminativos da elipse. Em (46) temos um enigma eliminativo da elipse explicado (α = ocorrência independente; β = ocorrência dependente):

- (46) Max viu a mãe dele, e Oscar também viu.
- Max₁ viu a mãe dele^{α₁}, e Oscar₂ também viu a mãe dele^{α₁}
 - Max₁ viu a mãe dele^{β₁}, e Oscar₂ também viu a mãe dele^{β₂}
 - Max₁ viu a mãe dele^{α₃}, e Oscar₂ também viu a mãe dele^{α₃}

A quarta leitura (impossível) de (46), como (38d), não é uma leitura possível na teoria de F&M, pois a ocorrência independente, dele^{α₄}, não tem um antecedente para que possa ser reconstruída.

Quanto ao enigma dos múltiplos pronomes:

- (47) Max disse que ele viu a mãe dele, e Oscar também disse.
- Max₁ disse que ele^{α₁} viu a mãe dele^{α₁}, e Oscar₂ também disse que ele^{α₁} viu a mãe dele^{α₁}
 - Max₁ disse que ele^{β₁} viu a mãe dele^{β₁}, e Oscar₂ também disse que ele^{β₂} viu a mãe dele^{β₂}
 - Max₁ disse que ele^{β₁} viu a mãe dele^{β₁}, e Oscar₂ também disse que ele^{β₂} viu a mãe dele^{α₁}
 - *Max₁ disse que ele^{α₁} viu a mãe dele^{β₁}, e Oscar₂ também disse que ele^{α₁} viu a mãe dele^{β₂}

F&M propõem um sistema em que as dependências dentro de uma reconstrução devem ser bem-formadas para que possam ser consideradas o mesmo objeto e ter identidade sintática. Para uma ocorrência do tipo alfa ser bem-formada, ela deve ser uma cópia-i, isto é, uma cópia idêntica, ter uma descrição estrutural idêntica a seu antecedente, sendo uma ocorrência de um mesmo dado índice. Para uma ocorrência do tipo beta ser bem-formada, por outro lado, pode haver um índice diferente, contanto que a dependência seja resolvida dentro de seu marcador frasal ("phrase marker").

Isso é o que ocorre em (47c), mas não em (47d). Em (47c), as seqüências:

Max₁ ... que ele^{β₁} viu a mãe dele^{β₁}

e

Oscar₂ ... que ele^{β₂} viu a mãe dele^{α₁}

correspondem às estruturas (ver F&M, capítulo 2):

« (Max, ele), 1, «NP, V, NP» »
 « (Oscar, ele), 2, «NP, V, NP» »

onde ocorrências do tipo beta são resolvidas em seu marcador frasal ("phrase marker"), embora tenham valor do índice diferentes.

Já em (47d), a seqüência:

Oscar₂ ... que ele^{α₁} viu a mãe dele^{β₂}

deve ter um antecedente com uma ocorrência beta idêntica, uma cópia-i de:

« (Oscar, dele), 2, «NP, V, NP, V, NP» »

Porém, o que há na cláusula antecedente, é a seqüência:

Max₁ ... que ele^{α₁} viu a mãe dele^{β₁}

que corresponde à dependência:

« (Max, ele, dele), 1, «NP, V, NP, V, NP» »

que, por sua vez não é uma cópia-i da dependência beta acima, e ainda não pode ser considerada uma dependência indexical, pois contém dois elementos que são ocorrências do tipo alfa, Max e ele. Para ser um cópia-i da dependência beta, a seguinte dependência deveria ser realizada na cláusula anterior:

« (Max, dele), 1, «NP, V, NP, V, NP» »

Esta estrutura, porém, não ocorre. É importante salientar que, para F&M, segue-se a descrição estrutural, e, portanto, a seqüência linear das ocorrências com valor indexical idêntico.

Para o enigma das cláusulas múltiplas, a solução de F&M é: será reconstruído o tipo de ocorrência do pronome da cláusula anterior. Assim, em:

(48) Max viu a mãe dele, Oscar também viu, mas Sam não viu

somente dois tipos de reconstrução ocorrem, dependendo da ocorrência do pronome na primeira cláusula. Isto é, se temos:

Max₁ viu a mãe dele^{α₁}

na primeira cláusula, então a reconstrução será:

Oscar₂ viu a mãe dele^{α₁}

Sam₃ viu a mãe dele^{α₁}

Se, por outro lado, a ocorrência do pronome é beta:

Max₁ viu a mãe dele^{β₁}

a reconstrução será beta, e o índice poderá ser outro, conforme o permitido em sua teoria:

Oscar₂ viu a mãe dele^{β₂}

Sam₃ viu a mãe dele^{β₃}

As representações mistas serão excluídas, pois não serão bem-formadas: implicam em reconstruir ocorrências alfa como sendo ocorrências beta, e vice-versa.

Como, então explicar as ocorrências mistas do enigma Dahl? Recorde que para esse enigma, na sentença (49):

(49) Max acha que ele é forte, Oscar também acha, mas seu pai não acha .

podemos ter uma leitura mista, em que Max acha que ele, Max, é forte, Oscar acha que ele, Oscar, é forte, mas o pai de Oscar não acha que ele, Oscar, é forte. F&M resolvem esse enigma através da co-relação entre leitura estrita e ocorrência do tipo alfa, e leitura imprecisa e ocorrência do tipo beta.

Assim, em (49) quando a ocorrência na cláusula medial é imprecisa ("sloppy"), a reconstrução da cláusula final deve preservar esse tipo de ocorrência, ou seja, ser do tipo beta. O resultado de ser estrita com relação ao pronome elidido na cláusula medial é dado pelo fato de os referentes serem os mesmos.

De uma forma muito resumida, vimos como F&M dão conta desses fenômenos da elipse. O ponto é que sua teoria pode explicar esses fenômenos através da ambigüidade na ocorrência de pronomes: estes podem ser diferentes ocorrências, conforme o tipo de índice a eles atribuído. A teoria de F&M dá conta, então, de dois aspectos da elipse de VP:

- a) explica as leituras estrita e imprecisa ("strict" e "sloppy"), pois fazem uso da reconstrução e colocam no pronome a ambigüidade existente;
- b) explica os enigmas eliminativos da elipse.

Para os autores, elipse faz parte da teoria do uso, sendo um recurso para eliminar a redundância inerente a um discurso paralelo e conectado²⁴. Contudo, a elipse tem um outro aspecto que é o componente estrutural, do qual a noção central é a reconstrução.

Quando F&M falam de estruturas como reconstrução, querem dizer que são ocorrências de um dado marcador frasal (ou sub-marcador frasal) em um discurso, levando em conta o vocabulário terminal. As ocorrências podem ser uma ou várias, e membros de uma reconstrução podem ser explícitos ou inaudíveis (como vimos acima). Para que a reconstrução seja "usável" na elipse, no entanto, é preciso que tenha pelo menos dois membros, pois de outra forma não haveria nenhuma repetição, redundância - e, conforme os autores, o papel da elipse na teoria do uso é o de eliminar a redundância.

Pode acontecer, no entanto, que todas as ocorrências de uma reconstrução sejam elípticas, conforme observações já feitas em Chao (1987). Por exemplo:

(50) I will ____, if you will ____

Aqui, numa situação em que duas pessoas estão na beirada de uma piscina num dia gelado, a mesma sentença poderia ser:

(51) a. I will jump, if you will jump
b. I will jump, if you will ____

A falta de um antecedente explícito, portanto, não é impecilho para a ocorrência da elipse. O falante e o ouvinte têm a mesma representação sintática dessas sentenças - a explicitação não é um pré-requisito para a representação lingüística. Assim, há reconstrução na representação do discurso, e elipse na conversação.

Elipse e reconstrução, assim, mais uma vez, devem ser consideradas separadamente. Um exemplo dessa distinção é o caso de várias elipses que correspondem a uma só reconstrução, e também o caso de uma elipse de muitas estruturas de reconstrução. F&M dão tais exemplos (p.203-204). O primeiro caso é (52):

(52) Max left, Oscar did, but Sam didn't.

Aqui temos uma estrutura de reconstrução, o VP */leave/*, e várias elipses ("inaudibilias") desse VP.

O segundo caso está exemplificado em (53):

(53) Max's mother left, and Oscar's did, too
'A mãe de Max saiu, e a mãe de Oscar também'

Aqui há duas reconstruções - dois submarcadores frasais estão envolvidos, um nominal (o NP *mother*) e o outro verbal (o VP *leave*). Conforme F&M salientam, "it would make no sense to say that there are two ellipses here as well, as there is no constituency in silence, there is only constituency in structure which is left unuttered" ²⁵(p. 204, meu grifo).

Para determinar o que foi elidido, basta a identidade (sintática, estrutural e lexical) existente nas estruturas de reconstrução. Porém, para que haja elipse, é necessário que outros fatores estejam presentes. Recorde que a reconstrução é condição necessária mas não suficiente para a elipse. F&M reconhecem, em nota, que é preciso que a língua permita a elipse, isto é, que haja, talvez, um núcleo "licenciando" a estrutura elíptica, conforme o já sugerido por diversos autores (ver acima, e também Zagana, 1982; Lobeck, 1987; Matos, 1992; e capítulo 5 desta tese).

Neste trabalho, assumirei, então, a teoria de "reconstrução" em elipse, de F&M, por dois motivos:

- a) por ser uma teoria que mais satisfatoriamente dá conta dos problemas que as outras teorias interpretativas não dão;
- b) por colocar esses problemas dentro do âmbito da sintaxe (FL). Por ser sintaticamente restrito, em termos de aquisição de língua (ver capítulo 1), parece-me mais explicativo do que relegar os problemas da leitura estrita/imprecisa a um componente interpretativo. Ilari (1981) já expressa essa posição ao entender que é um problema atribuído à semântica "devido à nossa incapacidade (...) de incorporar nas regras da formação de nossa gramática os recursos formais para representá-(lo)" (p.57-58)²⁶.

Voltemos neste ponto à razão pela qual revi as teorias de pronominalização e elipse de VP, como relacionadas ao problema do objeto nulo.

Já nos estudos de Wasow (1972) e Jackendoff (1972), há uma preocupação de se relacionar elipse de VP e pronominalização: ambos são fenômenos anafóricos. A gramática gerativa abandona o tratamento dos pronomes como substitutos de uma ocorrência idêntica na cláusula anterior pelas razões apresentadas acima. Porém, já foi observada, em muitos pontos na literatura, a semelhança entre esses dois fenômenos, c.f. Chao (1987), Chierchia (1984), e Kitagawa (1991).

No capítulo 5, retomo essas questões e proponho uma análise para o objeto nulo do PB. Conforme vimos no capítulo 2, o objeto nulo nessa língua é um fenômeno no qual é feita uma referência a um elemento no discurso anterior (ou situação) através de uma categoria nula. Kato (1991a) já expressa sua intuição de que o objeto nulo pronominal e a elipse de VP possam ser um único fenômeno da sintaxe paratática. Além disso, um fator que sobressai nas análises do objeto nulo no PB é que seu antecedente é, na maioria dos

casos, um elemento |-animado| (ver capítulo 5). Assim, todos esses aspectos devem ser considerados ao se propor uma análise para esse fenômeno do português brasileiro.

Antes, porém, gostaria de retornar à questão dos pronomes "paycheck", que deixei em aberto ao final da seção 3.2.1. Esse é o assunto da próxima seção.

3.5. Pronomes "paycheck"

Na seção 3.2.1 acima, observei que pronomes "paycheck" admitem leituras estrita e imprecisa ("strict" e "sloppy"). Na realidade - fenômeno observado em Karttunen (1969) - esse tipo de pronome não tem a mesma referência que seu antecedente:

(54) The man who gave his paycheck to his wife was wiser than the man who gave it to his mistress

'O homem que deu seu cheque de pagamento a sua esposa foi mais esperto do que o homem que o deu a sua amante'

Em (54), o cheque do segundo homem não é o mesmo cheque do primeiro homem. Poderíamos dizer que a leitura aqui, é imprecisa ("sloppy").

O fato interessante, para o qual desejo chamar a atenção, é que se mudarmos o antecedente de um elemento |-animado| para um elemento |+animado|, a leitura imprecisa ("sloppy") não é mais possível. Veja em (55) (imagine-se uma situação de adoção):

(55) The man who gave his daughter to relatives was wiser than the man who gave her to strangers

'O homem que deu a filha dele a parentes foi mais esperto do que o homem que a deu/deu ela para estranhos'

Aqui, obviamente, a sentença é pragmaticamente estranha, embora não haja razão pela qual possa ser considerada agramatical, visto não ferir nenhum princípio da gramática. Com certeza, porém, a leitura do pronome NÃO é imprecisa ("sloppy"), e sim, só pode ser estrita: o pronome se refere à filha do primeiro homem.

Esse é o ponto de partida para minha proposta. Assumindo a teoria de F&M, em que as leituras estrita e imprecisa em elipse são explicadas pela existência de estrutura de reconstrução, aliada a uma teoria de índices, gostaria de propor que a possibilidade de leitura imprecisa em (54) acima pode ser explicada da mesma forma. A diferença entre os traços do antecedente em (54) e em (55), por enquanto assinalados como |+animado| e |-animado| (mas ver abaixo uma distinção mais acurada), é o fator relevante. Em um caso, o caso que permite a leitura imprecisa ("sloppy") (pronome |-animado|), temos um exemplo

de reconstrução. No outro (pronome [+ animado]), não podemos falar em tal. Em outras palavras, proponho que a regra da pronominalização seja "ressuscitada" em FL para casos em que o pronome é "it" - quando seu antecedente não é referencial em algum sentido (segundo Karttunen (1969)).

A pergunta agora é: por que a reconstrução seria relegada somente a tais pronomes? A resposta, que será melhor desenvolvida na seção 3.5.1. abaixo, é: porque a reconstrução de pronomes "it" ocorre nos casos em que o antecedente não é referencial (no sentido acima) e, mais notadamente, quando o referente é uma "proposição", como em (56).

- (56) John wants to become chairman, and Peter wants it too.
'John quer ser tornar presidente, e Peter também o quer'

Em tais casos, uma leitura imprecisa ("sloppy"), tomada aqui como diagnóstico de reconstrução (ver nota 1, capítulo 4), é possível. Vejamos como se pode propor a representação de pronomes "paycheck", na seção 3.5.3., abaixo. Antes, porém, voltemos à Teoria da Dependência de F&M (1993).

3.5.1. A Teoria da Dependência (F&M, 1993)

Conforme vimos acima, Fiengo & May (1993) atribuem as diferentes leituras que se pode ter em estruturas elípticas ao fato de que os pronomes nessas estruturas são ocorrências do tipo alfa (α) ou beta (β). Os autores desenvolvem a Teoria da Dependência que é uma teoria de dependências em termos de co-referência. Assim, um pronome é um tipo de ocorrência alfa se é independente: sua referência não depende de um antecedente no mesmo marcador frasal ("phrase marker") - uma noção simétrica. Por outro lado, um pronome é uma ocorrência do tipo beta se é dependente de um antecedente no mesmo marcador frasal ("phrase marker") - uma noção assimétrica. Veja o exemplo:

- (57) John saw his mother.
'John viu a mãe dele'

O pronome que ocorre nesta sentença pode ser uma ocorrência alfa, tendo nesse caso seu referente no seu antecedente coindexado, ou seja John (que também tem um índice do tipo alfa, por ser uma expressão não-pronominal, um nome). Uma outra maneira de um pronome do tipo alfa obter sua referência é pela ostensão, ou demonstração (gestos).

Por outro lado, o pronome em (57) também pode ser uma ocorrência do tipo beta. Nesse caso, vai ter sua referência determinada pelo antecedente que tiver uma ocorrência do tipo alfa, no mesmo marcador frasal ("phrase marker"). Em (57), claro, o antecedente vai ser também o NP John. Assim, em (57), o pronome e o NP são co-referentes, mas, dependendo do tipo de índice, essa co-referencialidade acontece através de mecanismos diferentes.

É importante acrescentar aqui, que F&M argumentam a favor de sua Teoria da Dependência em adição à Teoria da Vinculação. A Teoria da Vinculação seria uma teoria de como índices são distribuídos, e as propriedades da hierarquia de uma estrutura (c-comando) são, portanto, relevantes. A Teoria da Dependência, por outro lado, é uma teoria de como os índices podem estar relacionados, e as propriedades lineares de uma estrutura são, então, relevantes.

Conforme vimos acima, F&M assumem que marcadores frasais ("phrase markers") formam juntos o discurso: uma sequência ordenada de sentenças. Isso é equivalente a considerar as sentenças de um discurso como coordenadas. Além disso, segundo F&M, quando há subordinação, esta pode estar incluída em uma coordenação que, por sua vez, forma o discurso. É o caso, por exemplo, de "subordinação quantificacional" ("quantificational subordination") (Roberts, 1987), em que o escopo do quantificador universal na anteposição em (58) abrange as orações seguintes que, juntas, formam um único discurso:

(58) With each new Hollywood hit, the lead actress thinks she is the new Monroe because the director does, too (F&M, p.193)

'Com cada novo sucesso em Hollywood, a atriz principal pensa que ela é a nova Monroe porque o diretor também pensa'

O pronome reconstruído aqui pode ser resolvido (como impreciso - "sloppy") porque há uma só sentença no discurso neste tipo de contexto estrutural. Assim, a subordinação estende o marcador frasal ("phrase marker"). A sentença subordinada é parte de uma sentença maior, e, portanto, as ocorrências beta do pronome podem ter seus antecedentes fora da oração subordinada.

F&M também permitem "subordinação no discurso"²⁷. Recorde que em uma sentença subordinada, a ocorrência beta pode encontrar seu antecedente fora de sua cláusula, pois ainda estaria dentro de uma "sentença". F&M notam que o mesmo tipo de "subordinação" também pode ser encontrada no discurso por meio de uma estrutura pressuposicional. Assim, em sentenças como (59) (um exemplo de leitura Dahl - ver seção

3.3), o pronome elidido da última oração é entendido como estrito ("strict") em relação ao pronome (elidido) na oração intermediária, o qual é impreciso ("sloppy"):

- (59) John thought that he would win, Bill did too, but the coach didn't.
'John pensou que ele ia vencer, Bill também pensou, mas o técnico não'

Aqui "the coach" ('o técnico'), uma descrição definida, indica a estrutura de pressuposição, e é entendido como 'o técnico de Bill'. Portanto, para F&M, a sentença pode ser reconstruída (ver abaixo):

- (60) ... but Bill₂'s coach didn't think he^{β₂} would win.

Outros casos, não envolvendo pressuposição deste tipo, mas também requerendo a noção de "subordinação de discurso", são apresentados por F&M:

- (61) Max thinks he is strong, Oscar does, too, but Max doesn't.
'Max pensa que ele é forte, Oscar também pensa, mas Max não.'

Aqui, também a conjunção pode ser tomada como subordinante (no discurso), para permitir a leitura (não-contraditória) pretendida:

- (62) Max₁ thinks he^{β₁} is strong, |Oscar₂ thinks he^{β₂} is strong, but Max₁ doesn't think he^{β₂} is strong|

A conjunção coordenada "but" ('mas'), de fato, introduz um tipo de pressuposição, de acordo com Blackemore (1989).

F&M permitem, então, que esse tipo de "subordinação no discurso" ocorra até entre falantes:

- (63) Speaker A: Max thinks that he is strong
Speaker B: Oscar does, too
Speaker C: Oh, really. Max doesn't

'Falante A: Max acha que ele é forte
Falante B: Oscar também acha
Falante C: Ah, é... Max não acha.'

onde o falante "reconstrói", baseado na sentença do falante anterior, e o falante C, para evitar contradição "analyse his contribution to the discourse as subordinate, in his representation, to speaker B's"²⁸ (F&M : 199)

Usando os mecanismos desta Teoria da Dependência tratada de forma muito resumida acima, F&M incorporam na sintaxe, conforme vimos, as diferenças entre as leituras estrita e imprecisa ("strict" e "sloppy") possíveis nas elipses de VP. Uma leitura estrita de um pronome vai corresponder a uma ocorrência de tipo alfa do pronome elidido. Uma leitura imprecisa de um pronome será correspondente a uma ocorrência beta do pronome na estrutura elíptica. Isto é decorrente, de um certo modo, do fato de que as ocorrências do tipo beta devem ser "resolvidas" (= encontrar seu antecedente) dentro de seu marcador frasal.

F&M argumentam contra as teorias baseadas na predicação e encontradas na literatura como explicação para as diferenças entre leituras estrita/imprecisa ("strict/sloppy"). Exemplos de tais teorias seriam: a teoria desenvolvida por Sag (1977) e, embora de modo um pouco diferente, a teoria desenvolvida por Williams (1977). Os argumentos de F&M são fortes no sentido de que essas teorias (e também outras, ver acima) não explicam, ou não predizem, o que eles denominam os "enigmas eliminativos da elipse" ("eliminative puzzles of ellipsis"), conforme vimos acima.

Assim, a proposta de F&M diz que as propriedades formais da língua serão responsáveis pelas diferentes leituras das estruturas de elipse, em oposição à semântica, ou ao "componente interpretativo" como parte da Gramática do Discurso, como proposto por Williams e também por Chao (ver seção acima).

Como a teoria de F&M pode ser usada para casos de pronomes que suscitem leituras estrita e imprecisa? Desejo propor que pronominalização por "it", no caso específico de pronomes "paycheck" (e também com antecedente sentencial), ver abaixo, é um processo semelhante ao processo existente em casos de elipse - a reconstrução. Nesse sentido, o pronome atua como um "substituto", vicário, de seu antecedente. Minha proposta é que esse tipo de pronome se superficializa como pronome somente em FF (ver capítulo 4). Ao nível de FL, temos uma estrutura de reconstrução.

Vejam, primeiramente, uma proposta semelhante para pronomes "E-type", e também argumentos contra a reconstrução para esse caso.

3.5.2. Pronomes como vicários

Em diversos textos da literatura, tem sido proposto que certos pronomes são vicários ("go proxy") para outras expressões. Se tomarmos os casos em que se necessita dessa noção e propormos que são exemplos de reconstrução, então não seria surpresa o fato de eles se comportarem assim.

Por exemplo, um pronome que, em certos textos, tem sido assim considerado é o pronome E-type. Esse tipo de pronome, observado em Evans (1980), é um pronome que tem um quantificador como antecedente, mas não é c-comandado por este. Além disso, o pronome tem a mesma referência de seu antecedente. Assim, sentenças como abaixo apresentam um pronome E-type:

- (64) Few sailors like the army, but they do like the navy.
'Poucos marinheiros gostam do exército, mas eles gostam da marinha'

Aqui, "they" tem a referência específica: os poucos marinheiros que gostam do exército.

Evans aponta para o fato de que outros pesquisadores confundem esses pronomes com pronomes como variáveis (ligadas a um operador). Mas neste caso, é impossível dar esse tratamento a estes pronomes: primeiro, porque não estão ligados (não há c-comando); segundo, porque, em termos de referência, são diferentes dos pronomes variáveis, exemplificados em (65):

- (65) No girl wants John to hate her.
'Nenhuma garota quer que John a odeie'

Pronomes E-type têm sua referência fixa pela descrição do antecedente, mesmo sendo esta uma expressão quantificada.

Neale (1990) assume que descrições definidas são expressões quantificadas, pois podem ser representados como $[Dx:Fx]$. Neale segue Russell, para quem expressões definidas, ou seja, expressões da forma "o F", são expressões que referem tanto quanto sintagmas nominais quantificados. Para Russell, (ver Neale, 1990, capítulo 3), descrições definidas seriam na realidade descrições indefinidas complexas, isto é, NPs quantificados existencialmente com uma condição de "uniqueness" embutida. Assim, uma descrição definida, "o F é G", poderia ser representado como:

$$\exists x (Fx \ \& \ (\forall y) (Fy \ C \ y = x) \ \& \ Gx))$$

onde se entende: existe ao menos um F, existe no máximo um F, e tudo o que é F é G²⁹.

Pronomes "E-type" são, mais uma vez, pronomes não ligados que têm como antecedentes, expressões quantificadas. Na teoria de Neale, esses pronomes são vicários a uma descrição definida ("go proxy for a definite description"). Isso porque Neale entende que pronomes "E-type" são como descrições definidas:

- (66) Few sailors like the army, but they like the navy.
'Poucos marinheiros gostam do exército, mas eles gostam da marinha'

- (67) Few sailors like the army, but the sailors who like the army like the navy
 'Poucos marinheiros gostam do exército, mas os marinheiros que gostam do exército gostam da marinha'

Neale ainda sugere que a descrição para a qual o pronome é vicário ("go proxy") possa estar realmente presente em algum nível da representação linguística, pois pode-se fazer atribuições de escopo em tais representações sintáticas. Mas Neale se limita a considerar esse fato como uma generalização descritiva. Mais precisamente, tal representação estaria presente no nível de FL (ver em Neale, 1990, capítulo 5, seção 5.6).

Porém, se adotamos a teoria de F&M, em que a representação de "they" em (66) poderia ser considerada uma reconstrução, observamos que pronomes "E-type" não podem ser exemplos de reconstrução pois não admitem leituras imprecisas ("sloppy"). Observe que seu antecedente é uma expressão quantificada.

De fato, F&M consideram pronomes E-type como ocorrências do tipo alfa. Sua referência também seria recuperada do complemento nominal do quantificador. Assim, justifica-se o fato de que esses pronomes sempre têm uma leitura estrita, segundo a análise de F&M. Vejamos o exemplo:

- (68) Few sailors₁ like the army, but they^α₁ like the navy (F&M (42), p.83)

O único índice possível para esses pronomes é o índice alfa, pois seu antecedente se encontra em uma outra sentença do discurso. Se olharmos outros exemplos dados na literatura como sendo de pronomes E-type, notamos que a leitura imprecisa ("sloppy") não é permitida (c.f. Evans, 1980).

Minha proposta para reconstrução de um pronome é especificamente para o pronome "it" (em inglês) quando não referencial em algum sentido (a ser explicitado no capítulo 4). O pronome "it" do tipo E-type não admite a leitura imprecisa, portanto não pode ser o resultado de uma reconstrução. Em (69), "it" se refere a um carro específico:

- (69) Harry gave a car to his friend. John sold it.
 'Harry deu um carro a seu amigo. John o vendeu'

Aqui, o carro vendido só pode ser o carro de Harry.

Assim, passemos a essa proposta.

3.5.3 Pronomes "paycheck" como reconstrução

Um outro tipo de pronome que a literatura (não gerativa) propõe que seja uma "cópia" do antecedente é o chamado "pronoun of laziness", pronome da preguiça. Eles foram assim chamados a partir de Geach (1966: 124) que observa que "sometimes a pronoun may be eliminated from a proposition, without changing the force of the proposition, by simply repeating the antecedent"³⁰. Esse fato se deveria, segundo Geach, à elegância ou variedade de expressão. Esse tratamento, porém, conforme afirma Hari (1981), não poderia ser estendido para pronomes como "ele" ou "ela", por ser a antiga regra de pronominalização, descartada pelas razões que vimos acima na seção 3.2.1.

Porém, em alguns casos, parece que é isso mesmo o que acontece, notadamente no caso dos pronomes "paycheck" (incidentalmente: alguns autores não distinguem pronomes "paycheck", de pronomes da preguiça). A sentença-exemplo está em (70):

(70) The man who gave his paycheck to his wife was wiser than the man who gave it to his mistress.

'O homem que deu seu cheque de pagamento a sua esposa foi mais esperto do que o homem que o deu a sua amante'

No tratamento da teoria transformacional dos anos 60, esses pronomes também encontrariam dificuldade de análise, visto que a identidade aqui é imprecisa ("sloppy")³¹. Dentro do posterior tratamento, supostamente esse seria um problema para o componente interpretativo da língua.

Porém, dentro da teoria de F&M, podemos encontrar uma solução: propor que esses pronomes sejam resultado de reconstrução. Isso porque notamos que a leitura imprecisa ("sloppy"), além de ocorrer em sentenças como a acima, também ocorre em sentenças onde uma "estrutura de elipse" é mais evidente:

(71) a. John gave his paycheck to his wife, and Peter gave it to his wife too.

'John deu seu cheque de pagamento a sua esposa, e Peter também o deu a sua esposa'

b. John gave his paycheck to his wife, and Peter did too.

'John deu seu cheque de pagamento a sua esposa, e Peter também deu'

Mas o fato mais interessante é que mesmo em outras estruturas não evidentemente de elipse (i.e., sem "too", ver capítulo 5), o fenômeno ocorre³²:

(72) John gave his paycheck to his wife, but Peter gave it to his mistress.

'John deu seu cheque de pagamento a sua esposa, mas Peter o deu a sua amante'

Em (72), assim como em (70) e (71), teríamos a reconstrução em FL, visto que ambas as leituras são possíveis para o pronome "it". A reconstrução (em itálico) para (72), por exemplo, se realizaria da seguinte forma: (73a) para a leitura imprecisa ("sloppy") - a preferencial, e (73b) para a leitura estrita ("strict") - a mais marcada³³:

- (73) a. John₁ gave |his^β₁ paycheck| to his^β₁ wife, but Peter₂ gave |his^β₂ paycheck| to his^β₂ mistress
 b. John₁ gave |his^α₁ paycheck | to his^α₁ wife, but Peter₂ gave |his^α₁ paycheck| to his^α₁ mistress

O caso de pronomes "paycheck" é interessante para esta tese, pois a ocorrência da leitura imprecisa ("sloppy") somente é permitida quando o pronome é "it"³⁴. Se mudarmos esse pronome para o pronome "his, ou "her", em qualquer exemplo acima, veremos que a leitura imprecisa é impossível. Imaginemos uma situação de adoção para os exemplos acima:

- (74) a. The man who gave his daughter to relatives was wiser than the man who gave her to strangers.
 'O homem que deu sua filha a parentes foi mais esperto do que o homem que a deu a estranhos'
 b. John gave his daughter to relatives, and Peter gave her to relatives too.
 'John deu sua filha a parentes, e Peter também a deu a parentes'
 c. John gave his daughter to relatives, but Peter gave her to strangers.
 'John deu sua filha a parentes, mas Peter a deu a estranhos'

Observamos aqui que a leitura imprecisa é impossível, e a leitura estrita é pragmaticamente estranha, visto que a presença do verbo "give", conforme vimos na nota 33, torna essa leitura marcada. Se o verbo não é "give", porém, a mesma impossibilidade da leitura imprecisa ocorre:

- (75) a. The man who saw his daughter in the cafeteria was luckier than the man who saw her in the cinema.
 'O homem que viu sua filha na lanchonete teve mais sorte do que o homem que a viu no cinema'
 b. John saw his daughter in the cafeteria, and Peter saw her in the cafeteria too.
 'John viu sua filha na lanchonete, e Peter também a viu na lanchonete'
 c. John saw his daughter in the cafeteria, but Peter saw her in the supermarket.
 'John viu sua filha na lanchonete, mas Peter a viu no supermercado'

Aqui, a referência de "her" só pode ser estrita: só há uma pessoa em jogo - a filha do primeiro homem na sentença³⁵.

Portanto, a reconstrução, processo que permite que leituras imprecisas ("sloppy") ocorram, somente vai acontecer quando o pronome for "it". Proponho, então, que nos casos de "it" não-referencial (ver explicitação no capítulo 4), temos uma ocorrência de reconstrução em FL. Assim, por motivos a serem explorados no próximo capítulo, teríamos o correspondente a uma regra de pronominalização somente para esse tipo de pronome.

3.6. Conclusão

Vimos, neste capítulo, como processos fóricos como a pronominalização e a elipse de VP foram tratados na teoria gerativa, desde os anos 60, até trabalhos mais recentes. A justificativa para se abordar tais processos é o fato de que o objeto nulo do PB poderia estar relacionado a eles: é considerado pronominal e, por vezes, tem sido analisado como resultado de elipse de VP em certos contextos (com exceção do objeto nulo dêitico) - ver capítulo 2.

Uma teoria específica para um processo que ocorre em FL permite explicar fenômenos de ambigüidade de leituras. Esse é o processo de reconstrução proposto por Fiengo & May (1993) para dar conta das leituras estrita e imprecisa ("strict" e "sloppy") que ocorrem na elipse de VP e que assumo neste trabalho.

Através dessa teoria, propus que o mesmo processo é responsável pela leitura imprecisa que certos pronomes, pronomes *it* "paycheck", suscitam. De uma certa forma, a antiga regra de pronominalização, que copia o antecedente do pronome, é recuperada em minha proposta.

A partir disso, surgem várias questões: a reconstrução é responsável somente para o pronome *it* do tipo "paycheck", além da elipse de VP e outras estruturas? O que faz esse pronome estar sujeito a esse processo? Qual a relevância dessa proposta para a análise do objeto nulo do PB?

Todas essas questões serão abordadas e discutidas no próximo capítulo.

NOTAS

¹ Na teoria gerativa, porém, o problema filosófico de como pronomes referem não é abordado. Por exemplo, não se diferenciava entre o uso anafórico e o não-anafórico dos pronomes. Questões de significado não eram abordadas pelos gerativistas. Esse seria um problema que a semântica, ou pragmática, resolveria.

² Sob a luz da teoria atual, observamos que nessas sentenças temos NPs quantificados como antecedentes desses pronomes, e pronomes podem ser ligados a quantificadores, daí sua peculiar interpretação.

³ Neale (1990) resolve o problema de sentenças "mig" como essas, ao propor que seus antecedentes são descrições definidas, e, por conseguinte, um tipo de quantificadores. Em sua teoria, pronomes são vicários de ("go proxy for") descrições definidas. Ver mais abaixo.

⁴ "A hipótese da estrutura vazia, para repetir, envolve gerar anáforas que se parecem com seus antecedentes, exceto que não precisa ter ocorrido inserção lexical. O apagamento é desnecessário, pois o material lexical que seria apagado nunca foi inserido. A fim de dar conta do significado de tais sentenças, contudo, as estruturas vazias devem estar associadas com antecedentes apropriados; isto é obtido através de regras de anáfora (...) (as quais) seriam muito semelhantes àquelas necessárias para dar conta de anáfora pronominal".

⁵ Kaburaki (1976) explica o fenômeno usando a teoria de Kuno (1972), segundo a qual, certos verbos tem seus complementos derivados do discurso direto.

⁶ A leitura imprecisa ("sloppy") é possível aqui, pois Sag propõe uma indexação de elementos anafóricos, e também uma regra de reescrita, que transforma em variável um elemento pronominal coindexado a um NP:

$$\begin{array}{l} \text{PRO ---" bound variable} \\ \text{NP}_1, \lambda x (\dots \text{PRO}_1 \dots) \\ | \\ x \end{array}$$

Em sua teoria, apagamento de VP só é permitido sob variação alfabética ("alphabetical variance"), definido como (Sag:72-73) (minha tradução):

Para duas expressões- λ , $\lambda x(A)$ e $\lambda y(B)$, serem variantes alfabéticas:

- a) cada ocorrência de x em A deve ter uma ocorrência correspondente de y em (B) , e vice-versa,
- b) qualquer quantificador em A que liga variáveis em A deve ter um quantificador correspondente idêntico em B que liga variáveis em todas as posições correspondentes em B ,

c) se houver quaisquer variáveis em A que são ligadas por algum quantificador fora de $\lambda x(A)$, então a variável correspondente em $\lambda x(B)$ deve ser ligada pelo mesmo operador a fim de que ocorra a variação alfabética.

⁷ Ver em Ilari (1981), uma proposta em termos da gramática categorial somada ao mecanismo de operadores-lambda.

⁸ Segundo a autora, INFL é um núcleo X^0 na Gramática Universal, especificado para concordância nominal e então considerado lexical para regência. Mas somente será regente apropriado se categorialmente especificado como $\{+V\}$ ou $\{+N\}$: quando INFL é especificado para traços categoriais que concordam em especificação com o constituinte que ele rege, então será um regente apropriado. Assim, em inglês, que permite elipse de VP ao contrário do espanhol, INFL domina uma posição $\{+V\}$, e será considerado um regente apropriado para o VP vazio. O argumento é que INFL em inglês pode estar preenchido por um modal na base, portanto é $\{+V\}$. Já em espanhol, INFL seria preenchido por *se* na proposta de Zagana (1982), o clítico impessoal que permite sujeitos nulos nessa língua. INFL, então, é $\{+N\}$, mesmo se esse clítico não for realizado foneticamente. INFL $\{+N\}$ não é um regente apropriado para o VP. No inglês, quando o auxiliar *se* move a INFL, torna este $\{+V\}$, e o qualifica como regente apropriado, permitindo assim a elipse.

⁹ Para a autora, o tipo de regência apropriada que permite elipse é "regência por especificador". Ela define INFL como especificador - nessa época INFL ainda não era IP - e dá conta da elipse de VP. Através da interação desse princípio e de seu princípio de realização de INFL,

Os traços de INFL devem ser realizados por um morfema em algum nível da derivação

Lobeck explica a causa do francês não ter elipse de VP, ao contrário do inglês. Segundo a autora, em francês o princípio da realização de INFL somente é operacionalizado de uma maneira: por uma regra pós-transformacional (segundo Emonds (1985)) de alçamento de verbo, a qual primeiramente alça o verbo do VP para INFL, núcleo a núcleo. Nos casos em que o princípio pode ser satisfeito durante a derivação, as condições para regência por especificador não são satisfeitas para o VP em estrutura-S, e causarão uma violação do PCV.

¹⁰ Para o licenciamento, Matos propõe a "Regência Estrita por Núcleo", sendo que os núcleos regentes para o inglês seriam os operadores temporais (segundo Zagana, 1988), e para o português seriam operadores de "denotação predicativa". Em outras línguas, como o francês e o espanhol, o núcleo regente do VP não se qualificaria como licenciador de um VP nulo. Essa seria, então, uma parametrização do princípio do licenciamento do VP nulo.

A identificação do VP nulo seria feita através da "ligação por núcleo", e seria uma consequência das propriedades dos núcleos identificadores, que seriam diferentes em

inglês e português. Em inglês, a identificação seria por "partilha de traços *phi* (temporais)"; em português, por "emparelhamento de relações temáticas de um predicador verbal com as posições sintáticas correspondentes". Além disso, existiriam "estratégias alternativas" para a identificação do VP nulo, como a "condição de identidade" que deve operar entre a sequência verbal da sentença antecedente e a da sentença elíptica, quando, em português, o VP nulo é licenciado por um auxiliar (ver também capítulo 5, seção 5.4.1).

A tese de Matos, dentro da teoria de princípios e parâmetros, procura evidenciar as possibilidades descritivas e explicativas dessa teoria. Assim, através de mecanismos gerais, independentemente requeridos pela gramática, sujeitos à variação paramétrica, Matos caracteriza a construção de elipse nas diversas línguas. Para a autora, há, então, um "Parâmetro do VP nulo", que especificaria quais núcleos regentes poderiam licenciar o VP nulo, conforme vimos acima. Porém, esse parâmetro é mais uma estipulação, cujo objetivo é explicar a diferença entre as línguas: não é explicativo em termos de aquisição de língua, por exemplo. Nesta tese, não tentarei explicar a diferença entre as línguas quanto à possibilidade de elipse de VP. Ao mesmo tempo que acredito que um parâmetro deva estar em jogo, devendo esse parâmetro estar relacionado ao elemento que deve estar em INFL para licenciar o VP nulo, uma formulação em termos menos estipulativos deveria ser pesquisada, porque, de outra forma, uma formulação de parâmetro se reduziria a somente uma descrição das diferenças entre as línguas (ver também capítulo 1, seção 1.2.1.).

¹¹ A tese de Chao aborda aspectos do fenômeno de elipse de maneira geral, e não somente elipse de VP. Ela classifica as construções elípticas em dois tipos, de acordo com a presença ou não do núcleo frásico principal. Assim, construções H~ são elipses onde o núcleo relevante está ausente. É uma elipse de natureza sintática e engloba os processos de "gapping", "stripping". Já construções H+ são elipses onde o núcleo relevante não é o elemento que está ausente; então, natureza desse tipo de elipse não é sintática, mas pronominal - as características dessas construções decorrem do fato de que, como pronominais, podem ser interpretadas, ou na sintaxe (assim como pronomes como variáveis ligadas), ou no componente interpretativo (gramática do discurso). Construções H+ englobariam elipse de VP, *sluicing*, anáfora nula de complemento e anáfora por "do it".

¹² "... coindexação para toda ligação-A pode ocorrer em qualquer ponto do componente FL, e portanto, ou antes, ou depois da cópia do VP. Em qualquer um dos casos [...] a representação resultante está sujeita à TV (A/B/C)".

¹³ Ver, mais adiante, minha proposta, a qual recupera essa intuição.

¹⁴ "... o que sugere fortemente que (essas estruturas) envolvem um mesmo mecanismo interpretativo cujo "output" estará sujeito à Teoria da Vinculação".

¹⁵ "... uma opção, ao menos logicamente possível, é incorporar na gramática uma "transformação de pronominalização" ao estilo antigo, a qual se aplica em FF".

¹⁶ Fiengo & May (1993) frisam a distinção que deve ser feita entre "elipse" e "reconstrução", em várias partes de seu texto. Vejamos, por exemplo, suas observações à p. 247 (minha tradução):

"A questão da reconstrução e elipse é: quando podemos dizer que alguma porção de estrutura sintática inaudível é suficientemente semelhante a outra porção audível? (Não há assim questão substantiva, em nossa visão, quanto à existência de uma regra de cópia ou apagamento, ou alguma outra operação que realize este processo). Elipse e reconstrução, contudo, são noções distintas, e seu relacionamento pode ser complexo. A primeira é parte do uso da língua, e incorpora uma relação assimétrica de antecedência e elipse; a última é parte da estrutura da língua, e a relação entre os membros de uma reconstrução é simétrica."

¹⁷ As seqüências em (i), por exemplo, têm a mesma estrutura categorial. Mas não são reconstruções pois não têm o mesmo vocabulário terminal.

- (i) a. fly an airplane
'pilotar um avião'
b. drive a car
'dirigir um carro'

Já no caso de (ii) abaixo, temos uma "lista" de respostas, que caracterizam a reconstrução, estrutura em *itálico*:

- (ii) Quem ama João?
a. *Maria ama João.*
b. *Bete ama João.*
c. *Célia ama João.*

Portanto, temos a reconstrução de um VP.

¹⁸ Além de outras flexões, como flexões verbais. Ver em F&M, nota 8, capítulo 3, e nota 13, capítulo 4.

¹⁹ "Vehicle change" é também o responsável por sentenças como (i), F&M:229:

- (i) Dulles suspected Philby, who Angleton did too.
'Dulles suspeitou de Philby, de quem Angleton também'

e (ii), F&M:231:

- (ii) Mary loves John, and he thinks Sally does too.
'Mary ama John, e ele pensa que Sally também'

onde o nome reconstruído deve ser mudado para o pronome correspondente na reconstrução, para não violar a condição C da Teoria da Vinculação.

²⁰ F&M argumentam que essa projeção é feita em FL, devido a casos de "apagamento que contém o antecedente" ("antecedent contained deletion"), ver também capítulo 1. Esses casos mostram que sua estrutura elíptica somente pode ser projetada neste nível (após o movimento de quantificadores). Antes de QR ("quantifier raising", alçamento de quantificador, ver May, 1985), a condição de identidade para o VP elidido não é satisfeita. Uma vez que tal movimento ocorre, a condição é satisfeita, e a estrutura projetada "se torna visível". Assim, vejamos o exemplo em (i) e sua representação em (ii):

(i) Dulles suspected everyone that Angleton did.
'Dulles suspeitou de todos que Angleton suspeitou'

(ii) Dulles $|_{VP}$ suspected everyone that Angleton $|_{VP}$ suspected $e|$

Qual é o antecedente de $|_{VP}$ suspected $e|$ em (ii) que satisfaça a condição de identidade? Não podemos encontrá-lo. F&M solucionam o problema através da aplicação da regra QR: após QR, o local da elipse não está mais dentro de seu antecedente, e então o Locus da reconstrução não é a estrutura acima, mas a estrutura de LF:

(iii) $|_{CP}$ $|_{NP}$ everyone $|_{CP}$ Op₁ that $|_{IP}$ Angleton $|_{VP}$ suspected e_1 $|||_1$ $|_{IP}$ Dulles
 $|_{VP}$ suspected e_1 $|||$

Aqui, a condição da identidade é satisfeita e a reconstrução pode ser feita.

²¹ Os exemplos, de Fiengo & May (1993), foram aqui traduzidos para uma melhor compreensão do fenômeno eliminativo da elipse.

²² Exemplos:

*Max₁ viu a mãe dele₁, Oscar₂ também viu a mãe dele₁, mas Sam₃ não viu a mãe dele₂

*Max₁ viu a mãe dele₁, Oscar₂ também viu a mãe dele₁, mas Sam₃ não viu a mãe dele₃

*Max₁ viu a mãe dele₁, Oscar₂ também viu a mãe dele₃, mas Sam₃ não viu a mãe dele₃

*Max₁ viu a mãe dele₁, Oscar₂ também viu a mãe dele₂, mas Sam₃ não viu a mãe dele₁

etc.

²³ Vejamos, por exemplo, a inadequação da teoria de predicação da elipse, como as teorias de Sag (1977) e Williams (1977), que foram relatadas acima. Recorde que essas teorias se baseiam numa noção de identidade de predicação a partir do uso de operadores-lambda, que fixam o conteúdo de um predicado. A diferença entre leitura estrita ("strict") e imprecisa ("sloppy") estaria no fato de que os pronomes podem ser considerados como

variáveis ligadas, além de pronomes ligados - ocorrências imprecisa e estrita, respectivamente. Nessa teoria, as possibilidades de interpretação de pronomes elididos em uma sentença como (40) acima (enigma dos múltiplos pronomes), as quatro opções deveriam ser possíveis. Porém, o que vimos é que existem somente três possibilidades. Abaixo repito (40) acima, e sua versão na teoria de Sag-Williams:

(i) Max disse que ele viu a mãe dele, e Oscar também disse.

- a. $\text{Max}_i \lambda x (x \text{ disse que ele}_i \text{ viu a mãe dele}_i)$, e $\text{Oscar}_j \lambda y (y \text{ disse que ele}_j \text{ viu a mãe dele}_j)$
- b. $\text{Max}_i \lambda x (x \text{ disse que } x \text{ viu a mãe de } x)$, e $\text{Oscar}_j \lambda y (y \text{ disse que } y \text{ viu a mãe de } y)$
- c. $\text{Max}_i \lambda x (x \text{ disse que } x \text{ viu a mãe dele}_i)$, e $\text{Oscar}_j \lambda y (y \text{ disse que } y \text{ viu a mãe dele}_j)$
- d. $\text{Max}_i \lambda x (x \text{ disse que ele}_i \text{ viu a mãe de } x)$, e $\text{Oscar}_j \lambda y (y \text{ disse que ele}_j \text{ viu a mãe de } y)$

A representação em (id), embora permitida pela teoria de Sag-Williams, não é uma interpretação possível.

Quanto ao enigma das múltiplas cláusulas, essa teoria pode explicar as leituras possíveis, pois assume que a diferença entre leituras estrita e imprecisa é proveniente da cópia da cláusula antecedente, isto é, cada representação do predicado "copia" o pronome conforme ele foi apresentado anteriormente. Visto que nesse enigma, o pronome só pode ser interpretado como sendo estrito ou impreciso "across-the-board", pode-se explicar (ii):

(ii) Max viu a mãe dele, Oscar também viu, mas Sam não viu.

- a. $\text{Max}_i \lambda x (x \text{ viu a mãe dele}_i)$, $\text{Oscar}_j \lambda y (y \text{ viu a mãe dele}_j)$, mas $\text{Sam}_k \lambda z (z \text{ não viu a mãe dele}_k)$
- b. $\text{Max}_i \lambda x (x \text{ viu a mãe de } x)$, $\text{Oscar}_j \lambda y (y \text{ viu a mãe de } y)$, mas $\text{Sam}_k \lambda z (z \text{ não viu a mãe de } z)$

Porém, o enigma de Dahl não recebe a mesma explicação: se o pronome é "copiado" como pronome, então todas as suas representações resultarão em leituras estritas. Se é "copiado" como uma variável ligada ao operador-lambda, então todas as leituras deverão ser imprecisas. Isso, é claro, traz problemas para a representação do enigma Dahl, visto este apresentar uma leitura mista, em que o pronome da cláusula medial é impreciso ("sloppy"), e o da cláusula final, estrito com relação à cláusula medial. A teoria de Sag-Williams, portanto, somente permite as representações "across-the-board", insuficientes para dar conta do enigma Dahl.

Outras teorias apresentam outros problemas para dar conta dos enigmas eliminativos da elipse - para uma discussão completa, refiro o leitor a F&M (1993). A teoria de F&M, no entanto, pode dar conta dos mesmos, pois é uma teoria que prevê a ambigüidade dos pronomes quanto à realização de seus índices referenciais (ver abaixo), e

a reconstrução respeita a identidade das dependências realizadas por esses diferentes índices.

²⁴ Para os autores, ao representar um discurso, o falante representa a seqüência de marcadores frasais, os quais são, ou coordenados, ou subordinados. A estrutura será resultante, em parte de condições estruturais, e em parte de vários princípios conversacionais. Aqueles marcadores frasais que são coordenados, formam "sentenças do discurso" separadas. Listas de tais sentenças podem formar um discurso paralelo conectado. Aqueles que são subordinados, formam somente UMA sentença no discurso (ver mais abaixo).

²⁵ "... não faria sentido dizer que há duas elipses aqui também, pois não há constituência no silêncio, mas há somente constituência na estrutura que não foi pronunciada".

²⁶ Ilari critica a gramática gerativa por relegar o problema à semântica, quando discutindo a proposta de Jackendoff (1972): "Não creio que um tratamento errado se torne correto por decorrer de uma teoria vigente ou fazer parte dela" (p. 58).

²⁷ Sobre vinculação entre discursos, ver também Chierchia (1992).

²⁸ "... analisa sua contribuição para o discurso como subordinado, em sua representação, ao do falante B".

²⁹ Neale propõe que há duas classes de NPs, a classe de expressões referenciais ("referring expressions") e a classe de quantificadores. Quanto a pronomes, Neale assume a mesma classificação: todo pronome, ou é uma expressão referencial, ou é um quantificador. Para Neale, pronomes não-anafóricos são expressões referenciais; pronomes anafóricos a expressões referenciais são, eles próprios, expressões referenciais; e pronomes anafóricos a quantificadores são, ou variáveis ligadas a esses quantificadores, ou quantificadores, dependendo se há c-comando ou não.

³⁰ "... algumas vezes um pronome pode ser eliminado de uma proposição, sem mudar a força da proposição, simplesmente ao repetir o antecedente".

³¹ Karttunen (1969), o primeiro a chamar a atenção para esses pronomes, atribui a existência dessa leitura ao fato de estarem dentro de uma estrutura "opaca", isto é, dentro de uma relativa, que por sua vez faz parte de uma descrição definida. Para Karttunen, esse tipo de fenômeno ocorre com pronomes que "não são referenciais em algum sentido". Além disso, Karttunen mostra que não podem ser variáveis (no sentido de McCawley, 1967), e propõe que deve haver uma regra de substituição na gramática, que também daria conta de exemplos como em (i):

- (i) I am going to give each of you a cookie. If someone doesn't want to eat it now, he can save it for later.

'Eu vou dar um um biscoito a cada um de vocês. Se alguém não quiser comê-lo agora, pode guardá-lo para mais tarde'

³² Tanto em (70), como em (71) e (72), temos que assumir que vestígios, além de serem parte do vocabulário terminal, estão presentes em FL até mesmo em inglês, após o movimento de verbo, segundo a proposta minimalista. Isso é necessário para se dar conta de sentenças como (i), apontada em Bosch (1983):

(i) The man who gave his paycheck to his wife was wiser than the girl who left it with her flatmate

'O homem que deu seu cheque de pagamento a sua esposa foi mais esperto do que a garota que o deixou com sua companheira de apartamento'

³³ A leitura estrita é mais marcada aqui porque, suponho, o verbo "give", dar, sugere posse: a pessoa geralmente dá o que possui. Com outros verbos, ambas as leituras são também possíveis, sendo que a leitura estrita não é marcada:

(i) The man who saw his paycheck on top of the boss's table was luckier than the man who saw it on the accountant's table

'O homem que viu seu cheque em cima da mesa do chefe teve mais sorte do que o homem que o viu na mesa do contador'

³⁴ Conforme veremos no capítulo 5, o objeto nulo do PB assemelha-se ao "it" (reconstrução em FL) do inglês por ser [-animado] e por permitir leituras estrita e imprecisa.

³⁵ Mary Kato (comunicação pessoal) aponta, corretamente, que o possessivo em "his paycheck" já é, ele mesmo, uma anáfora. O pronome "it" que substitui "his paycheck" ou "paycheck of himself" já teria, portanto, um constituinte anafórico, daí sua leitura imprecisa. "him" e "her", por outro lado, não poderiam substituir sintagmas que contêm anáfora.

Note, porém, que a ambiguidade entre as leituras estrita/imprecisa existe também para o pronome "it" cujo antecedente não contém o possessivo:

(i) John gave the paycheck to his wife at the end of the month, but Peter gave it to his mistress.

'John deu o cheque de pagamento a sua esposa no final do mês, mas Peter o deu a sua amante'

Sobre a impossibilidade de "him/her" terem leitura imprecisa, ao contrário de "it", ver capítulo 4.

CAPÍTULO 4

UMA NOVA PERSPECTIVA DE ANÁLISE PARA O PRONOME "IT" DO INGLÊS

4.1. Considerações iniciais

No capítulo 3, propus que a reconstrução, processo que explica leituras imprecisas, está presente não só na elipse de VP e estruturas de inferência, mas também no caso de pronomes "paycheck". Esses pronomes, conforme vimos, permitem leituras imprecisas, somente quando o antecedente é, em uma primeira observação, $\{-animado\}$. Em outras palavras, a reconstrução somente ocorre com o pronome "it", como em (1). Se o pronome é outro, como em (2), a leitura imprecisa é impossível; logo, não se pode dizer que há reconstrução (aqui represento somente a leitura imprecisa, considerada "teste" para a existência de reconstrução¹):

- (1) a. The man who gave his paycheck to his wife was wiser than the man who gave it to his mistress.
b. The man₁ who gave $\{his^{\beta_1} \text{ paycheck}\}$ to his wife was wiser than the man₂ who gave $\{his^{\beta_2} \text{ paycheck}\}$ to his mistress.
- (2) a. The man who saw his daughter in the cafeteria was luckier than the man who saw her in the cinema.
b. * The man₁ who saw $\{his^{\beta_1} \text{ daughter}\}$ in the cafeteria was luckier than the man₂ who saw $\{his^{\beta_2} \text{ daughter}\}$ in the cinema.

(1) e (2) são estruturas semelhantes, diferindo apenas no pronome na segunda cláusula. Porém, a leitura imprecisa somente é possível para (1). Assim, sugiro que a reconstrução exista somente no caso do pronome em (1), mas não em (2). Se em (2) houvesse reconstrução, não poderíamos explicar a impossibilidade de leitura imprecisa nessa sentença.

Ora, essa proposta, que lembra a antiga regra de pronominalização, suscita de imediato uma questão: o que seria a reconstrução de um pronome que está presente em FF? Isto é, o pronome não é gerado na base?

A seguir, exploro a idéia de reconstrução para certos pronomes "it", respondendo, assim, a essa e a outras questões que ficaram em aberto ao final do capítulo 3. A argumentação desenvolvida dará base à minha proposta para o objeto nulo do PB, a ser apresentada no capítulo 5.

Primeiramente retomo a proposta de reconstrução para pronomes "paycheck", explicitando quando o pronome "it" pode corresponder a reconstrução em FL. Em seguida, estendo essa proposta para pronomes "it" cujo antecedente é sentencial. Poderemos verificar que "it" pode corresponder a uma estrutura de reconstrução em FL também nesses casos, quando complemento de certos verbos.

No capítulo 5, estendo a proposta para o caso do clítico neutro "o", como também para casos de elipse sentencial em português, e apresento minha análise para o objeto nulo do PB.

4.2. "it" com antecedente não-referencial

Pronomes "it" do tipo que ocorre em sentenças "paycheck", audíveis em FF, corresponderiam à reconstrução do DP antecedente em FL. Assim, em FL, teríamos a ocorrência dos dois DPs, um a cópia carbono do outro, e, em FF, temos a pronúncia ("spell out"), como "it" de um desses DPs, como um recurso para não se repetir o que já foi dito, da mesma forma que a "inaudibilia", no caso da elipse de VP (ver capítulo 3).

Em outras palavras, proponho que o DP ao qual corresponderia "it" em FF, seja gerado vazio², i.e., somente tendo traços [+N]. Em FF, para ser interpretado, é, então, foneticizado como "it". Esse mesmo fenômeno, podemos dizer, ocorre com o "do", em inglês, em sentenças que requerem "do support", do tipo em (3) (Mary Kato, comunicação pessoal):

- (3) John saw his mother and Peter did too.
'John viu sua mãe e Peter também viu'

Aqui, temos o verbo "do" como realização, em FF, dos traços de T, visto termos elipse de VP nesse caso.

Temos, assim, em (4a), um exemplo de projeção estrutural do pronome (reconstrução em FL, pronome em FF), e em (4b), projeção lexical do pronome, em inglês (para o português, ver capítulo 5):

- (4) a. The man who gave his paycheck to his wife was wiser than the man who
 gave |his paycheck| (FL) to his mistress
 it (FF)
- b. The man who gave his daughter to relatives was wiser than the man who gave
 her (FL e FF) to strangers

Agora, a próxima questão é: por que a reconstrução de pronomes está limitada a pronomes "it" que ocorre em sentenças "paycheck"? O que são esses pronomes que permitem reconstrução em oposição a pronomes como "his" e "her" nessas estruturas (c.f. capítulo 3)?

Neale (1990), em nota de rodapé (p. 219), observa o contraste entre a sentença com o pronome "paycheck" (acima em (1a)) e a sentença abaixo:

- (5) The man who gave his wife a bouquet was wiser than the man who gave her
 chocolates.
 'O homem que deu um buquê à sua esposa foi mais esperto do que o homem que
 lhe deu chocolates'

Neale quer explicar a sentença com o pronome "paycheck". Para o autor, conforme vimos no capítulo 3, "his paycheck" e "his wife" são descrições definidas e, portanto, podem ser representadas como expressões quantificadas ($|\text{the } y: y \text{ paycheck of him}|$ e $|\text{the } z: z \text{ wife of him}|$). Através de sua proposta³, Neale consegue explicar a ocorrência da leitura imprecisa ("sloppy") do pronome "it", na sentença "paycheck". Porém, não explica porque o pronome "her" tem uma leitura estrita ("strict") obrigatória em (5). Observamos, além disso, que na sentença (5) o pronome "her" não é o objeto direto do verbo. Mesmo assim, a leitura estrita ("strict") é obrigatória.

Uma primeira tentação seria propor que pronomes que tenham o traço $[-\text{animado}]$ e que ocorram em sentenças do tipo "paycheck" seriam os únicos que admitiriam a reconstrução.

Porém, podemos observar que tal generalização não se sustenta: nem todos os casos de "it" admitem reconstrução. Em (6) abaixo, por exemplo, a leitura imprecisa ("sloppy"), que demonstraria a presença da reconstrução, ver nota 1, não é possível:

- (6) John saw his car in the garage, but Peter saw it in the street.
 'John viu seu carro na garagem, mas Peter o viu na rua'

Assim, não seria bem essa a generalização.

Karttunen (1969), conforme vimos no capítulo 3, aponta para o fato de que o pronome "it" que ocorre em sentenças "paycheck" não é referencial em algum sentido⁴, pois tem a característica de não ter a mesma referência de seu antecedente.

Assim, minha intuição é que a reconstrução em FL do que ocorre como "it" em FF vai, então, decorrer do tipo de antecedente do pronome. Se o antecedente for não-referencial, pode ser considerado como um DP usado atributivamente, se usarmos a terminologia de Donnellan (1966). Nesse caso, por não ter um referente específico, será um DP reconstruído em FL.

Em muitos trabalhos se faz a "analogia" entre uso referencial (vs. atributivo) e especificidade. Assim, as noções "específico" e "referencial" seriam sobrepostas⁵. Portanto, proponho que o pronome "it" com antecedente [-específico/referencial] permite a reconstrução desse antecedente em FL.

Neste trabalho, assumo a proposta de Uriagereka (1993a) e também de Raposo & Uriagereka (1993). Os autores codificam sintaticamente a diferença entre uso atributivo e uso referencial de um DP, e essa noção se sobrepõe à noção de especificidade. Assim, um DP como "the car" ("o carro") pode ter duas estruturas diferentes: uma estrutura em que o carro é específico (no caso haverá uma variável a ser reificada: "the one/pro car") - os autores propõem, seguindo Uriagereka (1993a) uma forma lógica ("logical form", ver capítulo I) sofisticada, onde variáveis de *high order* ("primeira ordem") são utilizadas - e outra estrutura, em que "the car" tem uma leitura não-específica.

Raposo & Uriagereka (1993) apontam para a ambigüidade da expressão "the car", a qual pode quantificar sobre carros reais ou possíveis ("may quantify over actual or possible cars"). Nas línguas românicas, observam, a diferença pode ser vista quando se acrescenta uma oração relativa:

"o carro que tenhas" vs. "o carro que tens"

No primeiro caso, com o subjuntivo, o carro é "possível" (uso atributivo); no segundo caso, com o indicativo, o carro é real (uso referencial).

Além disso, Uriagereka (1993b) propõe que todo nominal vem com essa variável a ser reificada como *one/pro*, a fim de ter sua referência no contexto. Até nomes próprios estão incluídos nessa análise. Usando dados do galego, Uriagereka mostra como as diferentes estruturas propostas para uso atributivo (não-específico) e uso referencial (específico) podem ser estendidas para nomes⁶.

Além dessa diferença sintática, tem sido proposto na literatura, de diferentes formas, que DPs específicos se movem para fora do escopo de VP em LF, ao passo que DPs não-específicos, permanecem em VP⁷.

Assumindo essa posição, em que temos movimento para fora de VP antes ou na FL, dependendo da língua, proponho que pronomes que têm um antecedente não-específico são reconstrução (dentro do VP) em FL, e assim, podem ser interpretados.

Wasow (1972) já observa que específicos (e genéricos) são usados para referência. DPs (ou NPs) específicos são usados para se referir a indivíduos, enquanto genéricos se referem a conjuntos. Partee (1970), a quem Wasow se refere, argumenta que a distinção entre o uso referencial e atributivo de NPs, entre os definidos, é a mesma que específico/não-específico entre os indefinidos.

Quanto a pronomes, sempre se supõe que sejam específicos, e, portanto, referenciais. Sua referência é seu antecedente, esteja este no contexto situacional (uso dêitico), ou no contexto linguístico. Porém, podemos ter também uma sentença como (7) em que o antecedente do pronome não é referencial - é, no caso, um indefinido não-específico:

- (7) John wants to marry a girl with green eyes, and take her to Ireland.
'John quer se casar com uma garota de olhos verdes, e levá-la para a Irlanda'

Nesse caso, o pronome "her" seria ao mesmo tempo referencial, pois retoma seu antecedente, e não-referencial, pois o antecedente não indica necessariamente um objeto específico no mundo.

Pronomes como "her" e "his" em inglês, contêm alguma informação semântica, assim como os pronomes "ella" e "el", em espanhol, "lui" e "lei" em italiano, etc (ver Corver & Delfitto, 1993). Essa informação é o traço [+ humano]. Portanto, embora possam referir a NPs [-específico/referencial], como em (7) acima, não são eles mesmos totalmente desprovidos de alguma especificação. Assim, os pronomes referentes a pessoas, "him" e "her", têm um traço [+humano] já especificado, e, dessa forma, retomam seu antecedente.

Porém, o pronome neutro "it" é sub-especificado para esse traço, (ver também Corver & Delfitto, 1993). Esse pronome é o mais baixo em conteúdo semântico: qualquer coisa no mundo pode ter sua referência feita com "it" se ainda não foi identificada como sendo algo de um tipo em particular. Bosch (1983) considera "it" (e "es", em alemão), como "anáfora pura", e exemplifica:

- (8) What are those things over there? I think, it's Lady's Fingers. (Bosch, (205))
'O que é aquilo ali? Acho que () são Lady's Fingers'

Segundo o autor, somente "it" não está sujeito a qualquer forma de restrição, ou concordância semântica com qualquer descrição antecedente de seu referente. "It" não pressupõe nada sobre seu referente, enquanto que "her" e "his" pressupõem, pelo menos o traço [+humano] (ver interessante discussão em Bosch, capítulo 5).

Assim, por pressupor [+humano], temos a característica que, proponho, leva o DP a se mover para fora de VP (em FL, em inglês)⁸. Os pronomes "her" e "his", então, são movidos para fora do escopo de VP em inglês, em FL. Somente permanecerão em VP quando forem acentuados, constituído o foco, ou informação nova (ver mais abaixo).

"It", ao contrário, não tem essa pressuposição, e, dependendo de seu antecedente, poderá permanecer no VP sob a forma de reconstrução (ver mais abaixo), ou será movido para fora de VP quando gerado na base. Assim, em FL, nunca teremos "it" em VP: ou terá sido movido, ou será reconstrução do antecedente, e, nesse caso, será "it" somente em FF.

Esse resultado está de acordo com as características de "it". Esse pronome, assim como os clíticos nas línguas românicas, nunca pode ser acentuado. Outros pronomes de terceira pessoa podem ser acentuados quando usados deiticamente (exemplo 9a) ou com foco contrastivo (exemplo 9b), ou podem ser não-acentuados (exemplo 9c) quando simplesmente anafóricos:

- (9) a. John doesn't love HER. (apontando)
'John não A ama'
b. John doesn't love me, he loves HER.
'John não me ama, ele A ama'
c. John asked about Mary because he loves her.
'John perguntou sobre Maria porque ele a ama'

"It" em posição de objeto, ao contrário, não pode ser acentuado; seu uso somente pode ser anafórico:

- (10) a. * John hates IT. (apontando)
b. * John doesn't like her, he likes IT.
c. John asked about the dish because he likes it.

Nos casos em que se necessita acento, usa-se o demonstrativo "that"⁹.

Zubizarreta (1993) propõe que construções de foco (correspondentes, a grosso modo, a "informação nova") não se movem para fora do escopo de Aspecto. Elementos que carregam o acento focal, então, estão sob ASP, como demonstrativos, por exemplo.

Minha proposta é compatível com essa análise: "it" nunca pode receber o acento focal: dependendo de seu antecedente, ou se move para fora de VP (ou ASP), ou então é

reconstrução. Nesse caso, é um elemento de repetição, não focal. Elementos redundantes, quando estruturas de reconstrução, estão em VP mas não são acentuados.

F&M (1993:168) equalizam "deacentuação" ("downstress") com elipse (i.e., em ambos há estrutura de reconstrução em FL). Assim, podemos assumir que, se um pronome é acentuado, não pode mais ser comparado à elipse, e não está mais sujeito a condições de reconstrução. Porém, se um pronome é uma forma não-acentuada, esta pode estar sujeita à reconstrução. Em inglês, temos "it"; em português (ver também capítulo 5), temos o pronome clítico, que não é acentuado, em oposição ao pronome lexical pleno¹⁰.

Assim, "it", como não tem conteúdo semântico ("anáfora pura"), depende de seu antecedente: quando seu antecedente é específico, "it" se move para fora de VP. Nesses casos, "it" terá também uma carga referencial e será específico; terá o traço [-humano]. Quando seu antecedente não é específico, temos a reconstrução desse antecedente (em VP), em FL.

Em sentenças "paycheck", como (11) abaixo, podemos assumir que "his paycheck" não se refere a um objeto específico, mas ao salário que John recebe todo mês. Podemos, então, assumir que "his paycheck" está sendo usado atributivamente (em oposição a "his one/pro paycheck, ver nota 12 abaixo). Assim, o pronome "it" tem como antecedente um DP não-específico (não há ostensão - "pointing" -, no caso). O pronome "it", portanto, nesse caso, será neutro (uso não-específico). Seu antecedente não se move para fora do VP, pois não é referencial. O pronome "it" em FF, que deve ter uma interpretação não-referencial, vai corresponder à reconstrução do DP que não se moveu para fora do VP. (11a) representa a FF e (11b) a FL:

(11) a. John gives his paycheck to his wife, and Peter gives it to his mistress.

'John dá seu cheque de pagamento à sua esposa, e Peter o dá à sua amante'

b. $[_{IP}$ John $[_{VP}$ gives $[_{DP}$ his paycheck] to his wife $]$

and

$[_{IP}$ Peter $[_{VP}$ gives $[_{DP}$ his paycheck] to his mistress $]$

Podemos, também, ter uma leitura específica para "it", mesmo em sentenças "paycheck", se forçarmos a interpretação de "it" através de gestos¹¹. Nesse caso, "it" terá uma carga referencial, e será já especificado como [-humano]. Assim, se for uma leitura específica, em que "his paycheck" é um cheque específico ("his one/pro paycheck" ver nota 12), em que se aponta para "his paycheck", por exemplo, o antecedente do pronome será, então, um DP específico que se move para fora de VP. (12) mostra, como seria a estrutura que conteria o antecedente de "it", simplificada:

(12) $[_{DP} \text{his paycheck}] [_{IP} \text{John}] [_{VP} \text{gave}] [_{DP} t] \text{ to his wife} \parallel$

Em outras palavras, podemos supor que quando o pronome é anafórico a uma expressão referencial, é gerado na base, tem a especificação $[-\text{humano}]$ (em oposição a ser sub-especificado) e se move para fora de VP, em FL. A estrutura em que "it" é anafórico a uma expressão referencial é como em (13):

(13) $[_{DP} \text{his paycheck}] [_{IP} \text{John}] [_{VP} \text{gave}] [_{DP} t] \parallel \text{to his wife} \parallel \parallel$ and
 $[_{DP} \text{it}] [_{IP} \text{Peter}] [_{VP} \text{gave}] [_{DP} t] \parallel \text{to his mistress} \parallel \parallel$

Dessa forma, "it" não está nunca em VP como pronome em FL, não podendo carregar acento focal por estar fora de escopo de ASP (segundo Zubizarreta, 1993).

Uma outra questão surge, neste ponto: não estaríamos complicando a gramática ao propor que "it" seja ambíguo, tendo duas estruturas em FL: ser pronome, ou ser reconstrução?

Na verdade, a ambigüidade já é definida antes de FL: nas sentenças, ao serem construídas, "it" vai ser pronome na base, ou não, dependendo de seu antecedente. E seu antecedente tem uma estrutura distinta, dependendo do fator "ser referencial ou não"¹².

Portanto, temos que propor que quando "it" tem um antecedente referencial, é pronome também em FL (além de FF). Assim, o léxico fornece o pronome "it" para um antecedente referencial com o traço $[-\text{humano}]$.

Nos casos em que seu antecedente não é identificado por nenhum tipo em particular (Bosch, acima), o DP é gerado somente com o traço $[+\text{N}]$, que pode ser foneticizado em FF como "it". Assim, "it" é reconstrução em FL e ocorre em FF, ou como "it", ou como a repetição de seu antecedente, pois inglês não permite "inaudibilia" de NPs (mas veja a proposta para objetos nulos do português, capítulo 5).

Quanto aos outros pronomes de terceira pessoa, pronomes como "her" e "him", em inglês, já pressupõem $[+\text{humano}]$. Em outras palavras, são gerados na base com esse traço, já especificado, e assim, serão sempre movidos para fora de VP, não permitindo nunca a reconstrução; por conseguinte, não permitem a leitura imprecisa ("sloppy"). Recorde que sentenças do tipo "paycheck", como em (14), não permitem essa leitura para o pronome "her":

(14) The man who saw his daughter in the cafeteria was luckier than the man who saw her in the cinema.

Aqui a referência somente pode ser à filha do primeiro homem.

Mesmo em casos de expressões usadas não-referencialmente em inglês, como em (7) acima, repetida aqui como (15),

(15) John wants to marry a girl with green eyes, and take her to Ireland.

proponho que, o pronome "her" é gerado na base especificado para [+humano], e, nesse caso, por seu antecedente não ter um referente (i.e., ser não-específico), "her" também é não-específico e permanece em VP.

Meu "teste" para reconstrução, como vimos acima (ver nota 1), é a possibilidade de leitura imprecisa ("sloppy"). Somente pode ser reconstruído um pronome sub-especificado para o traço [humano], em cujo caso o antecedente será não-específico (não-referencial). O único candidato a isso é, em inglês, o pronome "it". Assim, no exemplo (15) acima, o pronome "her" não pode ser reconstrução por ser especificado [+humano], e portanto não pode ser reconstrução e não admite leitura imprecisa:

(16) John wants to marry a girl with green eyes, and Peter does too.

a. John will take her to Ireland, and Peter will take her to Rome.

b. John will take his wife to Ireland, and Peter will take her to Rome.

Aqui, tanto as continuações "a" como "b" não permitem a leitura imprecisa para "her". Assim, "her" (e "him") seria intrinsecamente referencial em inglês por seu traço [+humano] - "her" nunca pode corresponder à reconstrução.

Nesta seção, vimos, então, o que ocorre com o pronome "it" em sentenças "paycheck", ou quando seu antecedente não é referencial: é a contraparte fonética de uma estrutura de reconstrução em FL. Pronomes, assim como elipse, podem ser recursos para se reduzir a redundância, e podem, como vimos, ser o resultado de uma estrutura de reconstrução em FL.

Também pudemos observar que não é o traço [-animado], o responsável por tal fenômeno, e sim o fato de o pronome ter um antecedente não-específico/não-referencial, e ser, ele mesmo, subespecificado para o traço [humano]. O mesmo não acontece com os pronomes "his" ou "her" em inglês.

Antes de passar para os pronomes em português, porém, é necessário abordar uma outra questão: a reconstrução está presente somente nos casos do pronome "it" com antecedente não-referencial? Em outras palavras, é possível falar em reconstrução para outros pronomes "it" que sejam sub-especificados para [humano], isto é, pronomes "neutros"?

A resposta, afirmativa, será apresentada na próxima seção.

4.3. "it" com antecedente sentencial

No capítulo 3, vimos, resumidamente, a proposta de Chao (1987) para elipse de VP. Segundo essa proposta, como vimos, a interpretação da elipse de VP é relacionada à interpretação de pronomes. Para Chao, a elipse de VP é pronominal em sua natureza, e segundo a autora, as leituras estrita e imprecisa na estrutura de pronomes em elipse de VP são fruto do componente interpretativo da língua - na teoria de Chao é o mesmo componente que seria usado na interpretação de pronomes e da elipse.

Além disso, para dar conta dessas diferentes leituras, Chao se baseia no trabalho de Chierchia (1984) sobre a *pronominalização* por "it". Para poder entender o que ocorre nessa *pronominalização* por "it", vejamos primeiramente o trabalho de Chierchia (1984).

Nesse trabalho, Chierchia propõe que argumentos verbais como gerundivas ou infinitivas não são clausais. Eles são VPs que podem ser nominalizados e, portanto, são semanticamente "propriedades". Deste modo, é possível fazer referência ao argumento verbal no discurso por meio de um pronome, "it", em inglês. Chierchia, portanto, não assume PRO.

Na visão de Chierchia, um verbo que tem o pronome "it" como um de seus argumentos seria analisado semanticamente como uma função, $V'(x)$, onde x obtém o seu valor por ser ligado por algo ou pelo contexto.

Isso também vai depender do tipo de argumentos que esse verbo pode tomar. Assim, há verbos que somente tomam complementos verbais ("propriedades"), outros que somente tomam complementos sentenciais ("proposições") e outros que podem tomar ambos os tipos semânticos como complemento. Chierchia explica, em sua teoria, a diferença que se tem na leitura do pronome "it" (entre as leituras estrita e imprecisa - "strict" e "sloppy") quando esse pronome tem como antecedente uma "proposição" ou uma "propriedade".

Por exemplo, um verbo como "want" ('querer') pode tomar ou um argumento sentencial (17a), ou um argumento verbal (17b) como complemento (nessa teoria não há PRO, ver mais abaixo):

- (17) a. John wants Mary to come.
 'John quer que Mary venha'
 b. John wants to come.
 'John quer vir'

Em (17a), Mary to come é uma "proposição" e em (17b) to come é uma "propriedade". Como "want" permite os dois tipos semânticos, a leitura do pronome "it", quando

argumento desse verbo, será ou estrita ou imprecisa, dependendo do fato de o antecedente ser uma "proposição" ou uma "propriedade". O exemplo de Chierchia está em (18):

- (18) John wants to become chairman, and Mary wants it too.
'John quer se tornar presidente, e Mary o quer também'

Aqui, "it" é ambíguo: tem uma leitura estrita e também uma leitura imprecisa. Se o antecedente é "John wants John to become a chairman", a leitura é estrita, pois se refere a uma "proposição". Se o antecedente é "to become a chairman", a leitura é imprecisa, pois "it", aí, se refere a uma "propriedade".

Já um verbo como "try" ('tentar') somente pode tomar "propriedades" como complemento, de acordo com Chierchia:

- (19) a. John tried to win.
b. *John tried Mary to win.

(19b) é agramatical pois o complemento do verbo "try" é uma proposição - há uma violação na seleção de seu complemento.

Chierchia observa que verbos como "try", em inglês, subcategorizam infinitivos, mas não aceitam pronominalização (por "it") de seu complemento¹³. Chierchia, então, usa exemplos do italiano para comprovar sua teoria de que com esse verbo, a única leitura possível do pronome "it" quando ocorre como seu complemento é a leitura imprecisa, já que esse complemento envolve uma "propriedade". Em italiano, o correspondente do verbo "try", a exemplo do inglês, toma como complemento uma infinitiva, mas não uma S' (Chierchia, 1984:421). Nesse caso a leitura é imprecisa:

- (20) Paolo ha tentato di fuggire di prigione ieri, e Marco lo tentara domani.
'Paolo tentou fugir da prisão ontem, e Marco o tentará amanhã'

Chierchia não discute a pronominalização por "it" dos complementos proposicionais, pois sua hipótese é sobre infinitivas e gerundivas. Chao (1987), porém, observa que quando um verbo toma um complemento proposicional como antecedente, o pronome "it" só pode ter uma leitura estrita:

- (21) John knew that he would be elected chairman, and Peter knew it too.
'John sabia que ele seria eleito presidente, e Peter também o sabia'¹⁴

A teoria de Chierchia é sobre a semântica do "it". Chao usa as idéias de Chierchia para propor que há um "caráter pronominal" na interpretação de certos tipos de elipse (sua

elipse H+, ver capítulo 3): estas podem ter um antecedente sintático ou no discurso (à maneira dos pronomes).

Em elipse de VP, o antecedente é sempre uma expressão que denota "propriedade" (o antecedente é verbal, VP). O que quer que esteja presente no componente de interpretação, segundo Chao, resultará em uma leitura imprecisa para o sujeito do VP elidido:

- (22) John entered the race, but Peter didn't want to.
'John entrou na corrida, mas Peter não quis'

Porém, se um pronome (ou outro elemento anafórico) ocorre dentro desse VP elidido, poderá ter uma interpretação estrita ou imprecisa:

- (23) John loves his wife, and Bill does too.
'John ama sua esposa, e Bill também'

Podemos observar que, além desse fato apontado por Chao, se um DP não-referencial ocorre na cláusula antecedente, a leitura na cláusula elíptica pode ser de um referente diferente do antecedente:

- (24) John wants to marry a girl with green eyes, and Peter does too.
'John quer se casar com uma garota de olhos verdes, e Peter também quer'

Aqui a garota com quem Peter quer se casar pode não ser a mesma garota a quem John se refere.

Assim, Chao (1987) usa a teoria de pronominalização por "it" desenvolvida em Chierchia (1984) para explicar a interpretação de elipses H+ (elipse de VP, anáfora "do it", anáfora do complemento nulo e "sluicing" - ver capítulo 3, seção 3.2.2.).

Aqui pretendo fazer o oposto de Chao: tomando a teoria de elipse de VP de F&M, quero propor que há uma relação entre as leituras que obtemos nos casos de elipse e as leituras que obtemos nos casos de anáfora por "it": ambas envolvem reconstrução. Em outras palavras, usando a teoria de F&M quero explorar a idéia de que as diferenças entre leituras estrita/imprecisa do pronome "it", também quando anafórico a complementos de verbos, está sintaticamente codificada, e não está restrita à semântica (conforme a teoria de Chierchia (1984)), ou ao componente interpretativo (conforme a teoria de Chao (1987)). Assim, minha proposta é que "it" (e o clítico "o", neutro, para o português, ver capítulo 5), também, pode ser reconstrução em FL, assim como os casos de pronomes com antecedente não-específico/não-referencial e elipse sentencial. Abaixo, portanto, a fim de

traçar um paralelo, siga a classificação de verbos em Chierchia (1984), mas uso a teoria de reconstrução de F&M.

Na teoria de F&M, não falamos de "propriedades" ou "proposições", pois estes são tipos semânticos, e a diferença entre leituras estrita e imprecisa está codificada no tipo de índice dos pronomes, conforme vimos no capítulo 3. A consequência interessante deste enfoque é que ele nos permite explicar as leituras estrita/imprecisa não só de pronomes "it", em sentenças "paycheck", como vimos, mas também de verbos que podem ter "proposições" ou "propriedades" como complementos. Isto é, podemos incorporar à teoria de F&M, uma teoria sintática, as observações de Chierchia (1984), uma teoria de tipos semânticos.

Se incorporarmos as observações de Chierchia sobre a anáfora por "it" ao quadro teórico de F&M, o que podemos obter?

Como vimos acima, Chierchia não assume o elemento nulo PRO em sua teoria - na realidade, sua teoria é desenvolvida para mostrar que não é necessário postular PRO em infinitivas e gerundivas. F&M, por outro lado, assumem PRO. A tipologia de argumentos que os autores apresentam é a seguinte:

- pronome α	- pronome β
+ pronome α	+ pronome β

Há duas dimensões aqui: a dimensão do traço, à qual a Teoria da Vinculação está envolvida, e a dimensão do índice, à qual a Teoria da Dependência está envolvida (a Teoria da Dependência se aplica às expressões argumentais coindexadas).

Argumentos não-pronominais (|-pronome|) do tipo alfa são: os Nomes, Demonstrativos, Variáveis. Os epítetos também são argumentos não-pronominais, mas são ocorrências do tipo beta.

Argumentos pronominais (+pronome|) são, claro, os pronomes. O inglês não distingue morfologicamente entre pronomes com ocorrências do tipo alfa ou beta. Outras línguas, porém, têm uma ocorrência do tipo beta distinta (ver F&M, 1993:67):

alemão: zich
 norueguês: sech
 holandês: zich
 islandês: sig

Também há línguas que possuem ocorrências do tipo alfa sem sua contrapartida do tipo beta homófona:

japonês: kare (ocorrência α) zibun (ocorrência β)
 islandês: harn (ocorrência α) sig (ocorrência β)

A semântica das células acima também corresponde a diferentes características:

ocorrências do tipo α : têm sua referência determinada "diretamente", e independentemente de posição sintática (nomes, demonstrativos, pronomes usados ostensivamente ou independentemente)

ocorrências do tipo β : têm sua referência determinada indiretamente, mediada através de uma relação estrutural com alguma expressão a qual é ela própria uma ocorrência do tipo alfa, isto é, pode, ela mesma, referir.

Assim, de um certo modo, semanticamente, as ocorrências do tipo beta são sempre substituídas por ocorrências do tipo alfa e têm sua referência estabelecida pelos seus antecedentes coindexados.

PRO é o análogo nulo de |+pronome| e poderá ser uma ocorrência do tipo alfa (PRO de não-controle), ou ser uma ocorrência do tipo beta (PRO de controle). Em sentenças como (25) e (26), temos exemplos de PRO de controle (uma ocorrência do tipo beta) e de PRO de não-controle (uma ocorrência de tipo alfa), respectivamente:

(25) Max wants PRO to become a chairman, and his wife does, too.
 'Max quer se tornar presidente, e sua mulher também quer'

(26) Max said that PRO working with his boss is fun, and Peter did too.
 'Max disse que trabalhar com seu chefe é divertido, e Peter também disse'

Já que a "pronominalização" de complementos verbais também levanta leituras estrita/imprecisa, conforme o apontado em Chierchia (1984), podemos dizer que a reconstrução está presente nesse tipo de anáfora? F&M não tocam nesse assunto, embora digam algo sobre anáfora por "do it/do so"¹⁵. Contudo, nesse enfoque, a leitura imprecisa implica em reconstrução. Assim, proponho que a reconstrução também está presente no caso do pronome "it" complemento de verbos.

Assim, vejamos. Se usarmos a teoria de F&M para explicar a pronominalização por "it" de complementos de certos verbos, usando as observações em Chierchia (1984), teremos:

1. verbos que aceitam "propriedades" ou "proposições" como complemento (verbos do tipo "want"):

De acordo com a análise de F&M, PRO de controle é uma ocorrência do tipo β ; portanto, permite somente a leitura imprecisa ("sloppy"). Assim, em uma sentença como (27), teríamos PRO de controle, uma ocorrência beta, o que explica a leitura imprecisa permitida:

(27) John wants to become chairman, and Peter wants it too.

John₁ wants [PRO ^{β} ₁ to become chairman] and Peter₂ wants [PRO ^{β} ₂ to become chairman]

Para a leitura estrita ("strict"), possível nessa sentença, ao aplicar a teoria de F&M, teríamos:

(28) John₁ wants [PRO ^{α} ₁ to become chairman] and Peter₂ wants [PRO ^{α} ₁ to become chairman]

Aqui temos uma ocorrência de PRO não-controle. Para F&M, esse tipo de PRO deve ser uma ocorrência alfa por ser independente de um antecedente no marcador frasal. Os autores dão os exemplos:

(29) a. John said [PRO to leave] (p.123)

b. PRO to win an election is gratifying (p.123)

c. Griswold said that PRO finding antiques is fun, and Wagner did too (p.228)

Neste último exemplo, (29c), a leitura é estrita, pois temos o caso de um PRO de não-controle, com sentido arbitrário.

No caso de (28), a leitura estrita exige que PRO seja como o indicado. Porém, segundo a teoria de F&M, PRO ^{α} seria o caso de PRO de não-controle, i.e., arbitrário. A leitura em (28), pode ser entendida como PRO arbitrário, à maneira de (29b), por exemplo. Assumindo a teoria de F&M para esses casos: a referência é dada pelo valor do índice, segundo os autores. Por exemplo, em casos como (29c), a reconstrução seria como em (30), em que o índice 3 indica a não-coreferencialidade de PRO com os sujeitos (PRO é, no caso arbitrário):

(30) Griswold₁ [said that PRO ^{α} ₃ finding antiques is fun] and Wagner₂ [said that PRO ^{α} ₃ finding antiques is fun]

O que está sendo reconstruído, portanto, em (28), é a ocorrência alfa de PRO.

Assim, o caso dos verbos que segundo Chierchia tomam "propriedades" ou "proposições" como complementos, pode também ser reduzido a casos de verbos com complementos sentenciais, se assumimos PRO. Esses verbos permitem a reconstrução de "it" quando anafóricos a seus complementos. O fato de haver uma leitura imprecisa ("sloppy") para o "it" complemento de tais verbos decorre da reconstrução desse complemento e das propriedades de PRO de controle, segundo F&M. A leitura estrita é também explicada se assumimos PRO de não-controle como uma ocorrência do tipo α , dentro dessa teoria.

2. verbos que tomam somente "propriedades" como complemento (verbos do tipo "try")

Conforme já observado por Chierchia (1984), em inglês, verbos do tipo "try" não permitem pronominalização por "it" de seu complemento, ao contrário do que pode ocorrer em italiano, c.f. acima (e nota 13), e em português, c.f. capítulo 5.

No capítulo 3, porém, observo que Kitagawa usa o argumento da semelhança entre pronominalização por "it" e elipse de VP contra a teoria de Williams (apagamento de VP), justamente fazendo uso do verbo "try":

(31) John advertised his son, and Peter tried it too.

Porém aqui observamos que "it" não é a reconstrução do complemento do verbo na cláusula antecedente, mas de todo o VP da cláusula antecedente. Neste caso teríamos que assumir uma estrutura mais abstrata para esse VP a fim de que "it" reconstrua "to advertise his son".

Podemos, assim, assumir Nunes (1993b), para quem o infinitivo em inglês possui um núcleo (nulo) com o traço [+N, -V]. Nesse caso, "it" estaria se referindo a esse elemento nominal no VP (Mary Kato, comunicação pessoal). O antecedente não seria referencial, e o complemento de "try" será gerado vazio, subespecificado para o traço [humano]. A reconstrução do antecedente ocorrerá em FL, como visto anteriormente, e as leituras estrita e imprecisa se justificam ("try" é verbo de controle obrigatório; assim, temos PRO ^{β} , obrigatoriamente):

(32) John₁ advertised his son, and Peter₂ tried it too

a. ... and Peter₂ tried |PRO ^{β} ₂ to advertise his ^{α} ₁ son| too

b. ... and Peter₂ tried |PRO ^{β} ₂ to advertise his ^{β} ₂ son| too

orações com verbos no modo indicativo, são subcategorizados para um complemento nominal, com um importe proposicional na semântica (ver também Rochette (1988)). Assim, o que parece ser um complemento CP é, na verdade, um elemento dependente de um complemento nominal em uma relação apositiva.

Assim, verbos epistêmicos introduzem cláusulas reificadas, o que explica seu modo indicativo nas línguas românicas, como no exemplo:

- (35) a. Platon quiere que Aristoteles lea a Socrates
 ... |_V V |_{CP} ... ||
- b. Platon dice pro que Aristoteles lee a Socrates
 ... |_V V |_{DP DP} |_{CP} ... |||

Da mesma forma, Mary Kato, comunicação pessoal, sugere que no caso de verbos do tipo "know", o complementizador "that" seria na realidade um tipo de demonstrativo, e a estrutura do complemento estaria numa relação apositiva.

Essas idéias já estavam presentes no artigo "On Saying That", de Donald Davidson (Davidson, 1968), em que a palavra "that" em sentenças como "Oedipus does not believe that Jocasta is his mother" seria um pronome demonstrativo que demonstra e aponta a cláusula imediatamente a seguir. Dessa forma, evita a sentença falsa que ocorreria ao substituir "his mother" por "Jocasta" na sentença acima (c.f. "Oedipus does not believe that his mother is his mother"). Assim, a estrutura deveria ser da forma:

Oedipus does not believe that:
 Jocasta is his mother

Em inglês, como vimos, a única leitura possível para pronomes que ocorrem em cláusulas antecedentes do pronome "it" é a leitura estrita, quando o verbo subcategoriza uma proposição. Ora, as leituras para "it" podem ser explicadas se adotarmos essas hipóteses, em que verbos epistêmicos subcategorizam um complemento nominal, isto é, cláusulas reificadas. "It" tem como antecedente "pro", na proposta de Torrego & Uriagereka, ou o "that", na proposta de Kato. De qualquer forma, seu antecedente é referencial, nominal, ou, nas palavras de Torrego & Uriagereka, um elemento reificador da cláusula imediatamente a seguir:

- (36) John knew pro_i/that_i: (that) he would be famous, and Peter knew it_i too.

Aqui a leitura estrita se explica, pois "it" é anafórico ao elemento nominal reificador da cláusula, não havendo reconstrução. A interpretação é que Pedro sabia a mesma coisa que John sabia.

Resumindo: em inglês, "it" complemento de verbos pode ser reconstrução no caso de verbos do tipo "want" que subcategorizam cláusulas com PRO ou não. Esses verbos exigem complementos no infinitivo, o qual podemos assumir que contenha o traço [+N] (seguindo Nunes, 1993b). "It", então, quando anafórico a esse complemento, é não-referencial, e admite reconstrução. Em inglês, as propriedades de PRO, presente nesses complementos determinarão a leitura estrita ou imprecisa na reconstrução, como vimos acima.

No caso da não ocorrência de PRO, também observamos a reconstrução de "it", que se caracteriza pelas leituras estrita e imprecisa:

- (37) John₁ wants his girlfriend to come, and Peter₂ wants it too.
 a. ... Peter₂ wants $\{his^{\alpha}_1, girlfriend\ to\ come\}$ too
 b. ... Peter₂ wants $\{his^{\beta}_2, girlfriend\ to\ come\}$ too

Da mesma forma, o pronome "it" possível como complemento de verbos do tipo "try" será a reconstrução do elemento nominal presente no infinitivo antecedente. Se um pronome anafórico ocorre no interior desse VP infinitivo, as leituras estrita e imprecisa estarão disponíveis, por tratar-se da ocorrência do processo de reconstrução do "it" em FL¹⁶.

No caso de "it" complemento de verbos do tipo "know", que subcategorizam uma oração com importe proposicional, a reconstrução não ocorre, pois "it" é, no caso, referencial, e é assim já especificado como [-humano].

4.4. Conclusão

Neste capítulo, pudemos verificar como "it" pode ser reconstrução em FL, quando seu antecedente é não-referencial/não-específico. Isso ocorre independentemente de o antecedente ser uma cláusula ou um DP, em inglês. Dessa forma, pudemos explicar a ocorrência de leituras estrita/imprecisa para o pronome "it" tanto quando tem como um antecedente um DP, quando tem como antecedente um V não flexionado.

No próximo capítulo, passo a estender a mesma análise para o português, e mostro como podemos entender pronomes tipo "paycheck" e pronomes anafóricos a cláusulas, nessa língua. A argumentação servirá de base para minha proposta para o objeto nulo do PB.

NOTAS

¹ Por que considero a presença de leitura imprecisa como diagnóstico de que o processo de reconstrução está presente?

Recorde que "reconstrução" é um conjunto de ocorrências de uma estrutura, definida sobre um dado vocabulário terminal, e sob uma condição de identidade. Isso significa que as ocorrências devem ser da mesma forma estrutural - com exceção da variação de índices permitidas para ocorrências beta - e ter o mesmo vocabulário terminal. Recorde também que as ocorrências beta, dependentes de um outro elemento, precisam encontrar seu antecedente dentro de um mesmo marcador frasal ("phrase marker"). Para F&M, isso significa que devem ter seu antecedente dentro de uma sentença do discurso. Em (i) temos, por exemplo, duas sentenças (nesse sentido); e em (ii), porém, temos, segundo F&M somente uma sentença de discurso (veja, no capítulo 3, sobre subordinação em discurso):

(i) João ama sua esposa, e Pedro também ama sua esposa

(ii) João disse que ele é inteligente, antes que o professor dissesse que ele é inteligente

Pronomes anafóricos a elementos fora de seu marcador frasal ("phrase marker"), porém, são necessariamente ocorrências alfa, independentes. Dependências, i.e., ocorrências beta, são uma propriedade de anáfora intra-sentencial, e não são encontradas em contextos inter-sentenciais.

Portanto, a leitura imprecisa vai ser, para mim, diagnóstico de reconstrução. Temos a possibilidade de leitura imprecisa somente quando temos reconstrução. Vejamos dois casos de reconstrução, apontados por F&M: o primeiro em estrutura de elipse, e o segundo em estrutura de inferência.

No primeiro caso, elipse, a reconstrução, o conjunto de ocorrências de uma "mesma" estrutura, tem a segunda ocorrência inaudível. No exemplo (iii), a estrutura de reconstrução (t_V a mãe dele) se encontra em (iiib) (sobre a ocorrência de t (vestígio, "trace", aqui, ver mais adiante):

(iii) a. João viu a mãe dele e Pedro também viu _____

b. João viu $|t_V$ a mãe dele| e Pedro também viu $|t_V$ a mãe dele|

Aqui temos a possibilidade de leituras estrita e imprecisa para o pronome "dele". Há reconstrução. Se não houvesse reconstrução, a alternativa seria propor "cópia" da estrutura anterior, conforme já foi feito na literatura (ver Kitagawa, 1991), ou apagamento (ver Williams, 1977). Porém, nessa alternativa, não se pode explicar a leitura imprecisa, pois não se poderia justificar a dependência existente entre o pronome copiado (ou apagado) e o NP "Pedro". Se, porém, seguindo F&M, propomos reconstrução, os dois VPs são duas ocorrências da mesma estrutura:

$|t_V$ a mãe dele^B|

A dependência do pronome de um antecedente no mesmo marcador frasal está satisfeita nas duas sentenças que compõem (iii):

João₁ |*t_V* a mãe dele^{β₁}|
 Pedro₂ |*t_V* a mãe dele^{β₂}|

Recorde que a variabilidade do índice referencial para o pronome é permitida para ocorrências beta, segundo F&M.

A leitura estrita poderia ser explicada por uma regra de "cópia" (ou "apagamento"), mas a leitura imprecisa, não. Portanto, a existência da leitura imprecisa indica a existência da reconstrução. Obviamente, reconstrução também explica a leitura estrita, conforme vimos no capítulo 3.

O outro fenômeno em que temos reconstrução, conforme vimos no capítulo 3, é o fenômeno de inferências. Recorde que F&M (1993:125) propõem a seguinte forma (iv), para a inferência em (v):

(iv) NP_i wants *x*
 $\forall x$ (NP_i wants *x* --> NP_j wants *x*)
 \therefore NP_j wants *x*

(v) Max wants PRO to solve Fermat's last theorem
 John wants whatever Max wants
 Therefore, John wants PRO to solve Fermat's last theorem

'Max quer resolver o último problema de Fermat
 John quer o que Max quer
 Portanto, John quer resolver o último problema de Fermat'

PRO de controle é uma ocorrência beta (ver também mais abaixo). Segundo a estrutura em (iv), para (v) ser uma inferência válida, a estrutura |*PRO to solve Fermat's last theorem*| deve ser a mesma, tanto na premissa quanto na conclusão, i. e., ambas são *x*. Nesse sentido, essas ocorrências são reconstrução:

(vi) Max₁ wants |*PRO*^{β₁} to solve Fermat's last theorem|
 John wants whatever Max wants
 Therefore, John₂ wants |*PRO*^{β₂} to solve Fermat's last theorem|

A existência da leitura imprecisa é o que indica que as duas estruturas são reconstrução. De outra forma não se poderia justificar as diferentes leituras de PRO, sendo que a estrutura é a mesma. Não se poderia simplesmente copiar "x", isto é, copiar a ocorrência na premissa. Se esse fosse o caso, teríamos:

- (vii) Max₁ wants PRO₁ to solve *Fermat's last theorem*
 John wants whatever Max wants
 John₂ wants PRO₁ to solve *Fermat's last theorem*

que é uma inferência inválida.

Uma estrutura como (vi), proposta em F&M, no entanto, não só explica, a meu ver, como também justifica a existência do processo de reconstrução. Sobre inferências estrita e imprecisa, ver F&M (1993: 122-129).

² Recorde que F&M também propõem que, em elipse de VP, não há projeção lexical, embora a estrutura esteja presente, a qual foi licenciada lexicalmente: "Projection of elliptical material is rather determined structurally, by conditions which determine structural identity. That is, elliptical structure is licensed by its relation to other, lexically projected structure" (p. 311) (A projeção de material elíptico é determinada estruturalmente, por condições que determinam a identidade estrutural. Isto é, a estrutura elíptica é licenciada por sua relação com outra estrutura, lexicalmente projetada).

³ Neale propõe que a sentença "paycheck" seja assim representada:

| the x: man x & | the y: y paycheck-of x |
 (| the z: z wife-of x | (x gave y to z)) |
 | the a: man a & | the y: y paycheck-of a |
 (| the b: mistress-of a | (a gave y to b)) | (x was wiser than a))

Para a sentença (5), porém, ele não apresenta uma representação, somente observando que nesse caso "the variable inside the description for which 'her' goes proxy is naturally interpreted as bound by the subject description 'the man who gave his wife a bouquet'" (meu grifo) ("a variável dentro da descrição para a qual "her" é vicário é naturalmente interpretada como ligada à descrição do sujeito 'o homem que deu um buquê à sua esposa'"). Neale, portanto, somente observa o fato, e não lhe dá maiores explicações.

Para mim, mesmo se aceitarmos a análise de Neale, segundo a qual pronome é vicário a descrições definidas, a pergunta ainda continua sendo: por que, na teoria de Neale, a variável dentro da descrição na qual o pronome "her" é vicário, seria "naturally bound"? O que lhe dá essa naturalidade em oposição à variável dentro da descrição à qual o pronome "it" é vicário?

⁴ Uriagereka (1992) e comunicação pessoal, também observa que o clítico pessoal "lo", em espanhol, não pode ser usado em uma situação onde não seria referencial. No exemplo (i), "lo" não pode se referir a algo não-específico, como por exemplo, "o homem de sua vida":

(i) María lo espera .

Porém, em nota de rodapé, Uriagereka (1992:64, minha tradução) observa:

"Jose Camacho nota corretamente que a leitura em questão poderia ser possível se anafórica a um discurso prévio:

(i) Espero a relação perfeita e tu também a esperas.

(...)

Embora este exemplo pareça se reduzir a outros discutidos abaixo, onde um clítico está quantificacionalmente ligado, isto não está totalmente claro, pois a relação que o primeiro sujeito está esperando não precisa ser a mesma que o segundo sujeito espera. Lidar com este assunto aqui me levaria muito além do presente problema"

A observação aqui é a de que a leitura imprecisa ("sloppy") é possível numa estrutura em que se poderia propor que há reconstrução (ou seja, uma estrutura semelhante à elipse, devido à presença do advérbio "também", ver mais adiante).

Note, incidentalmente, que em espanhol, não temos elipse de VP, mas, mesmo assim a reconstrução do pronome em (i) acima, é possível, o que explica sua leitura imprecisa. Reconstrução seria um processo disponível universalmente; elipse, não. Mais uma vez, vemos a distinção dos processos de elipse, relevante ao uso da língua, e, por conseguinte, possível em algumas, mas não em outras línguas; e do processo de reconstrução, relevante à estrutura das línguas, e, portanto, universal.

Para os casos acima, Uriagereka afirma que um tratamento puramente quantificacional para os clíticos é impossível pois não têm conteúdo predicativo. Para Uriagereka, clíticos são sempre específicos e, além disso, são referenciais (com exceção do clítico predicativo, ver abaixo). Porém, conforme veremos abaixo, há certos casos em que o clítico não é específico, além de não ser referencial, o que vai não só permitir, mas também exigir a reconstrução.

⁵ Diesing (1992), por exemplo, aponta para trabalhos que consideram a noção em termos de propriedades semânticas. A autora propõe uma interação entre sintaxe e semântica, para explicar os diversos fenômenos sintáticos que estão correlacionados com especificidade de NPs (ou DPs). Ver, também, mais adiante.

Enç (1991) mostra que a diferença entre NPs [+específico] e [-específico] em turco está morfologicamente codificada.

⁶ Costuma-se unir a noção de especificidade à noção de indeterminação de NPs, tomando-se como verdade que definidos são sempre específicos. Mas podemos ver, em Uriagereka (1993a,b) que DPs definidos podem ser usados não-especificamente. Além disso, vou propor abaixo que certos clíticos podem ter como antecedentes DPs não-específicos, embora definidos.

⁷ Ver Diesing (1992), Uriagereka (1992), Herburger (1993) e Zubizarreta (1993).

Diesing propõe que indefinidos específicos se movem para fora do VP, e NPs não específicos permanecem no escopo nuclear de uma estrutura arbórea tripartite.

Uriagereka propõe o "Slogan de Mapeamento Restritivo" (RMS - "Restrictive Mapping Slogan"), segundo o qual todo, e somente, o material movido para fora do escopo do VP é interpretado como específico na forma lógica ("logical form").

Herburger propõe que todos os NPs têm um argumento "evento", e se o argumento está no escopo do Operador de Evento, então estará ligado ao operador e será informação nova; informação velha está fora do escopo desse operador.

Zubizarreta (1993) adota e adapta essa proposta para os NPs focalizados e explica assim casos de sujeito posposto em espanhol.

⁸ Em Diesing (1992), indefinidos com carga pressuposicional também devem ser movidos para fora de VP - NPs com quantificadores fortes se comportam como NPs quantificados em May (1985): devem ser alçados por QR e adjungidos a IP. NPs com quantificadores fracos são ambíguos: podem permanecer em VP proporcionando leitura cardinal; na sua leitura pressuposicional, se comportam como quantificadores fortes, e são alçados a IP por QR.

Em Uriagereka (1992), ver também abaixo, o clítico deve ser sempre movido para F (foco, uma categoria funcional fora de IP) por ser específico, sendo essa a razão do movimento de clíticos em línguas como o espanhol e galego (ver Martins, 1992, para o português europeu).

⁹ Sobre algumas observações interessantes sobre a diferença no uso de "it" e "that", ver Isard (1975), e Linde (1979).

¹⁰ Segundo F&M, o acento já indica referência independente (índice alfa), sendo comparável, em função, à ostensão. Assim, podemos prever que, em português, o pronome pleno nunca poderá ser uma estrutura de reconstrução. Conforme veremos no capítulo 5, essa predição é confirmada. Ver também, minha proposta para o "objeto nulo" no PB: reconstrução em FL, elipse ("inaudibilia") em FF.

¹¹ Além disso, "it" permite leituras estritas obrigatórias como em (4) acima, aqui repetida:

(i) John saw his car in the garage, but Peter saw it in the street.

Aqui, "his car" corresponde a "his one/pro car", um carro específico, e não ao "conceito" de carro. Ver mais abaixo.

¹² Recorde que assumo a proposta de Uriagereka (1993 a,b), em que DPs referenciais (no caso, específicos) têm uma variável a ser reificada (por meio de um predicado existencial, com "one", pro, ou qualquer elemento que torne o NP contável, (Uriagereka, c.p.)), ao passo que DPs não referenciais (no caso, não-específicos), não a contêm, a ambigüidade se explica. O pronome "it" somente poderá ser gerado na base, se seu antecedente tiver a estrutura referencial, ou seja em que haja um referente no mundo, e não um "conceito". Em outras palavras, se a estrutura antecedente é, simplificada:

the one paycheck

há um referente único, e "it" pode ser gerado especificado como [-humano].

Ao contrário, se o antecedente tem a estrutura atributiva, sem uma variável reificada por um predicado existencial, isto é, se o antecedente é simplesmente a estrutura:

the paycheck

"it" não poderá ser gerado com a especificação [-humano], pois não terá um antecedente referencial, e será sub-especificado, sendo somente fonológico; seu conteúdo na FL será a reconstrução do antecedente. Segundo Uriagereka (c.p.), para expressões atributivas é possível se assumir que a variável não seja reificada, e a expressão permanece desvinculada de qualquer tipo de realidade, não se referindo a nenhum objeto em particular, mas sim a um "conceito".

¹³ Uma distinção deve ser feita aqui. Verbos como "try" em inglês certamente aceitam "it" como seu complemento, conforme já vimos nos exemplos de Kitagawa, no capítulo 3:

- (i) John advertised his son, and Peter tried it too.
'John elogiou seu filho, e Peter o tentou também'

Porém, Chierchia afirma que esses verbos não aceitam a pronominalização de seus complementos. No caso, uma sentença como (ii) seria agramatical em inglês, ao contrário do italiano e do português (ver capítulo 5):

- (ii) *John tried to advertise his son, and Peter tried it too.

¹⁴ Em português, além da leitura estrita, temos também a leitura imprecisa. No capítulo 5, voltarei a esse fenômeno.

¹⁵ Veja também F&M, nota 13, p. 259. Segundo os autores, as leituras estrita/imprecisa nessas construções pode ser uma consequência da Teoria da Dependência: "A more abstract relation of reconstruction and structural projection" ('uma relação mais abstrata de reconstrução e projeção estrutural') pode estar em jogo aqui.

¹⁶ Verbos como "believe" (acreditar), por outro lado, embora subcategorizem complementos no infinitivo,

- (i) I believe my son to have won.
'Eu acredito que meu filho tenha vencido'

estão na mesma categoria de verbos do tipo "know" e "say", i.e. a categoria dos "verbos proposicionais" (ver Rochette, 1988, terminologia que adoto doravante). Dessa forma, "it", quando complemento desse verbo, é referencial, e não corresponde à reconstrução em FL. De fato, a leitura imprecisa não é possível em inglês, conforme mostra(ii):

- (ii) Peter believes his son to have won, and John believes it too.
'Peter acredita que seu filho tenha vencido e John também o acredita'

CAPÍTULO 5

RECONSTRUÇÃO NO PORTUGUÊS: CLÍTICO NEUTRO "O", ELIPSE SENTENCIAL E OBJETO NULO

5.1. Considerações iniciais

A discussão no capítulo 4 mostrou que é possível argumentar que reconstrução, um processo presente na elipse de VP e em seqüências idênticas, também está presente nos casos de pronomes "it" cujo antecedente é um DP não-específico/não-referencial.

Neste capítulo, mostro como essa proposta pode ser estendida para clíticos neutros "o" em português, e, além disso, proponho uma nova análise para o objeto nulo, especialmente para o PB. Essa análise será justificada não só teoricamente, mas também através do resultado de estudos sincrônicos já realizados, e, principalmente, através de dados diacrônicos que serão apresentados no capítulo 6.

Primeiramente mostro como o clítico de terceira pessoa pode ser também reconstrução em FL, nos casos em que seu antecedente não é específico/referencial, e em seguida, apresento a mesma análise para o clítico neutro "o".

Em seguida, abordo o problema da elipse sentencial, fenômeno que considero diferente de elipse de VP. A elipse sentencial ocorre em português, mas não em inglês.

Na última seção, apresento minha proposta para o objeto nulo no PB.

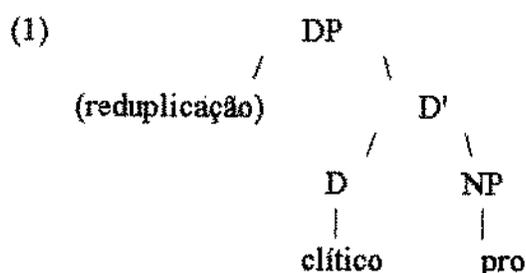
5.2. Pronome com antecedente não-específico/não-referencial como reconstrução

Em português¹, o correspondente a "it" é o clítico "o". Gostaria de mostrar que a reconstrução está também envolvida no caso de anáfora por esse clítico, quando o antecedente é um DP não-específico/não-referencial, ou quando é uma proposição/predicado ("sentença", ver nota 7 abaixo).

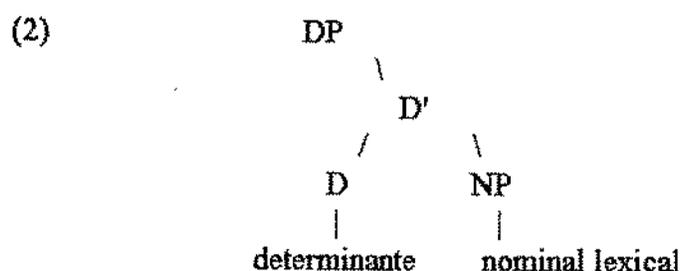
Primeiramente, como devemos representar os clíticos de terceira pessoa?

Uriagereka (1992) argumenta que clíticos de terceira pessoa em espanhol (e português) são núcleos de DPs. Uriagereka segue a proposta de Torrego (em preparação)

que explica a reduplicação de clíticos em espanhol, ao assumir que o sintagma reduplicado é o especificador de um núcleo de DP, o clítico. Uriagereka argumenta que essa proposta tem motivação histórica, visto que tanto os clíticos de terceira pessoa como os determinantes nas línguas românicas parecem ter a mesma origem - os demonstrativos acusativos *illum, illam, illud* do latim. Além disso, Uriagereka aponta para várias semelhanças entre os dois sistemas, principalmente em línguas como o galego, em que determinantes também se cliticizam. Assim, determinantes e clíticos de terceira pessoa estão sincrônica e diacronicamente relacionados. Para Uriagereka, a estrutura do clítico é, então, como em (1)²:



e a estrutura de um DP "normal" seria como (2):



Além disso, Uriagereka (1992) mostra que o movimento dos clíticos se deve ao fato de serem específicos - seu RMS, Restrictive Mapping Slogan (ver capítulo 4). Segundo esse princípio, todo (e somente) o material movido para fora de VP é interpretado como específico na forma lógica ("logical form").

Para o autor, clíticos são sempre específicos e referenciais. A exceção para isso seriam os clíticos predicativos e os clíticos ligados a quantificadores. Porém, em nota de rodapé, (ver também nota 4, capítulo 4), reconhece que clíticos podem ser usados para retomar um antecedente, mesmo quando este não é referencial. Esse seria o caso de uma sentença como (3):

(3) João espera pela relação perfeita, e Pedro também a espera.

Aqui, o antecedente não é referencial na leitura relevante, e além disso, não está se referindo à mesma relação. Mesmo assim, o clítico está fora de VP, isto é, se moveu seguindo o RMS de Uriagereka³.

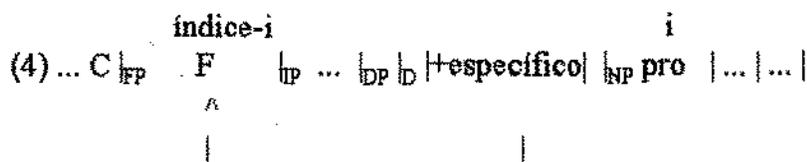
No caso dos clíticos, devemos levar em conta que, se são sempre específicos, sempre estão fora de VP (c.f. Uriagereka, 1992). Porém, no caso de (3) acima, a leitura imprecisa somente pode ser explicada pela reconstrução, isto é, o clítico seria reconstrução em VP, em FL, visto que suscita uma referência diferente de seu antecedente. No entanto, em FF, o clítico está fora de VP (visto o movimento de clíticos, segundo Uriagereka). Temos, aparentemente, uma contradição.

A explicação para movimento de clíticos de Uriagereka se baseia precisamente em seu RMS: clíticos se movem, pois são específicos. Porém, somente com essa proposta, o autor não pode explicar o movimento do clítico em (3), pois reconhece que seu antecedente não é referencial/específico nesse exemplo. Nesse caso, por que o clítico está fora de VP?

Uriagereka sugere, seguindo Corver & Delfitto (1993), que clíticos de terceira pessoa devem se mover para um lugar onde lhes é atribuído um índice, já que são sub-especificados para o traço |humano|⁴. Esse lugar é a categoria funcional F (foco). Ao se moverem para essa posição, os clíticos recebem um índice que os torna referenciais, no sentido que obtêm a especificação para o traço |humano|. Para Uriagereka, F é uma categoria funcional, (não é foco semântico, no sentido de Zubizarreta, 1993) e está associada a muitas propriedades das línguas românicas, que nada têm a ver com focalização. O especificador de F é o local onde os sintagmas que carregam o tópico ("aboutness"), expletivos não-nulos, material deslocado em recursão de CP ("CP recursion"), etc, estão hospedados. O núcleo de F é o local onde recomplementação, pleonasmos, clíticos, e V (em movimento de V) estão hospedados⁵.

Assim, F, para Uriagereka, codifica sintaticamente o ponto de vista do falante, ou de um sujeito encaixado. Em F, está a atribuição de referência oferecida pelo falante: F poderia ser um ponto de interface entre a sintaxe e a pragmática.

Corver & Delfitto mostram que clíticos de terceira pessoa (em oposição a pronomes plenos) são insuficientes para licenciar (e identificar) pro numa estrutura como (1), por não serem especificados para o traço |humano|. Uriagereka, então, propõe que o movimento para F é forçado exatamente por esse motivo: sua intuição é a de que o "fenômeno de pessoa nada mais é do que um modo de codificar a referência ao falante, o ouvinte ou a uma terceira parte". Para o autor, F é o elemento que codifica indexicalidade, e somente por sua associação a F pode o clítico licenciar (e identificar) seu pro dependente. A análise básica é como em (4):



Admitindo que a estrutura em (1) seja a correta estrutura para clíticos, e assumindo a proposta de Uriagereka, segundo a qual, o clítico se move para F para que o traço [humano] ([pessoa] em Uriagereka, c.f. nota 4) lhe seja atribuído, podemos, então, explicar (3), em que há movimento do clítico muito embora o próprio clítico não tenha um antecedente específico/referencial. Minha sugestão é a de que clíticos se movem, independentemente do antecedente ser ou não ser específico. O ponto é que o clítico de terceira pessoa pode ser parte de um "token" de reconstrução, o qual não se move para fora de VP. Essa reconstrução será do NP complemento do clítico (D) e ocorrerá quando o antecedente não é referencial.

Assim, teremos, para clíticos cujo antecedente é referencial (específico), uma estrutura como (4), em que o clítico deixa o núcleo de DP e vai para o núcleo de FP, conforme o proposto em Uriagereka. Em F, recebe a especificação para o traço [humano], e, acrescento, entra em concordância em gênero com o especificador de FP que carrega o tópico (informação velha, ao qual o clítico é referente). Dessa forma, identifica e licencia o pro gerado na base como seu complemento, provavelmente por indexação em cadeia. (Em FL, pro se move, por ser específico, como o usual).

Para clíticos, cujo antecedente não é referencial, o clítico também se move pelas razões acima, isto é, por ser subespecificado para o traço [humano]. Porém, seu complemento é estrutura de reconstrução, projetada em FL, não havendo movimento. O movimento do clítico se dá, então, independentemente de seu antecedente ser específico/referencial ou não, isto é, independentemente de seu complemento ser pro ou não. O clítico de terceira pessoa é subespecificado para o traço [humano] e deve se mover para F. No caso de antecedente referencial, o complemento de D se move para fora de VP e no caso de reconstrução (NP não-referencial), o complemento permanece. Dessa forma, podemos conservar a intuição original de Uriagereka, seu RMS, e, ao mesmo tempo, explicar (3), com sua leitura peculiar.

Assim, vimos que clíticos cujos antecedentes são DPs (ou NPs), também podem ser o resultado de reconstrução em português, ao assumirmos a estrutura de clíticos como núcleo de DP.

Passemos, agora, aos casos do clítico neutro "o", isto é, o clítico cujo antecedente é sentencial.

5.3. Pronome clítico "o" neutro, com antecedente sentencial

F&M não exploram a idéia de que pronomes, quando usados para não se repetir o que já se falou, podem ser, em alguns casos, como vimos acima, exemplos de reconstrução. Sua única nota é que outras anáforas de VP, do it/ do so, também poderiam ser consideradas como reconstrução, embora outras propriedades deste tipo de anáfora de VP devem ser consideradas.

Em português (c.f. nota 1), pronomes podem ser lexicais ou clíticos, estes sendo fonologicamente não acentuados.

Em paralelo ao exposto no capítulo 4, proponho que o clítico "o" em português é análogo a "it" em inglês, e está sujeito ao processo de reconstrução quando é anafórico a orações (o clítico sentencial, i.e., o clítico neutro "o", ver nota 7, abaixo), além dos casos em que seu antecedente é um DP não-específico.

Além disso, esse clítico pode ser anafórico a predicados, e, portanto, é, ao mesmo tempo, diferente de "it". Uma evidência de que o "o" neutro pode ser anafórico a predicados em português, em oposição ao inglês, é o fato bem conhecido de que o correspondente da sentença abaixo é agramatical em inglês:

- (5) a. Maria é inteligente, e Jane também o é.
b. *Mary is intelligent, and Jane is it too.

O clítico "o" pode retomar um adjetivo, pois este tem traços $[+N,+V]$ (Mary Kato, comunicação pessoal). Assim, "o" retoma o elemento nominal nessa estrutura (ver também nota 6, abaixo).

Vejamos, então, como o clítico neutro "o" pode ser considerado reconstrução em FL quando retoma um antecedente sentencial⁷, seguindo a classificação em Chierchia (1984), em paralelo ao exposto no capítulo 4.

1. verbos que aceitam "propriedades" ou "proposições" como complementos (verbos do tipo "querer"):

Em português, temos:

- (6) João quer ser presidente, e Pedro também o quer.

Aqui, "o" pode suscitar somente a leitura imprecisa. Usando a teoria de F&M, teríamos somente (7a) como leitura existente no português; (7b) seria possível dentro da teoria de F&M, mas não é o que a sentença significa:

- (7) a. João₁ quer |PRO^β₁ ser presidente| e Pedro₂ também quer |PRO^β₂ ser presidente|
 b. João₁ quer |PRO^α₁ ser presidente| e Pedro₂ também quer |PRO^α₁ ser presidente|

Porém, a estrutura acima em (7), não corresponde à análise padrão para verbos como "querer" nas línguas românicas. Verbos como "querer" são verbos de reestruturação. A análise, então, seria considerar, nesse caso, "querer" como auxiliar (ver também Rochette, 1988), e "o" como reconstrução do V no infinitivo.

Rochette (1988) relata vários estudos mostrando que, em línguas que exibem o fenômeno da reestruturação, infinitivos parecem ser nominais em sua natureza. Raposo (1986b) se baseia na visão tradicional de que há uma forte relação entre infinitivos e substantivos e propõe que infinitivos nas línguas românicas sejam uma projeção de um elemento [+N, -V] (ver também Nunes 1993b, para o inglês).

Raposo (1987:92) também assume o caráter nominal do infinitivo: para o autor, o infinitivo (Infl consistindo somente de Agr, especificado como |-Tempo|) é uma realização explícita da categoria N. Assim, explica o infinitivo flexionado do português: por ser nominal, é marcado por Caso, e atribui Caso nominativo ao sujeito.

Assim, assumo que o clítico "o" pode substituir o complemento de tais verbos e a reconstrução seria do VP infinitivo (o elemento nominal dentro do DP), explicando-se a leitura imprecisa:

- (8) a. João₁ quer |ser presidente| e Pedro₂ também o_i quer |_{DP} t_i |ser presidente||

Podemos verificar que a reconstrução está presente em tais casos de clítico "o", quando um pronome ocorre dentro desse VP. Aí, as leituras estrita e imprecisa tornam-se possíveis, mostrando que "o" é, de fato, reconstrução do antecedente:

- (9) João queria ver sua namorada pela janela, e Pedro também o queria.

Seguindo F&M, essas leituras são possíveis devido à ambigüidade do pronome. A reconstrução seria, então, como em (10):

- (10) a. João₁ queria | ver sua^β₁ namorada pela janela| e
 Pedro₂ também o_i queria |_{DP} t_i | ver sua^β₂ namorada pela janela||
 b. João₁ queria | ver sua^α₁ namorada pela janela| e
 Pedro₂ também o_i queria |_{DP} t_i | ver sua^α₁ namorada pela janela||

As leituras estrita/imprecisa também podem ocorrer para pronomes dentro de uma cláusula no modo subjuntivo, (11). Tais estruturas devem ter um caráter nominal, visto que podem retomadas pelo pronome "o" (ver Rochette 1988: 255, sobre o papel do "que"):

(11) João quer que seu filho seja presidente, e Pedro também o quer.

- (12) a. João₁ quer | que seu^β₁ filho seja presidente| e
 Pedro₂ também o_i quer |_{DP} t_i | que seu^β₂ filho seja presidente||
 b. João₁ quer | que seu^α₁ filho seja presidente| e
 Pedro₂ também o_i quer |_{DP} t_i | que seu^α₁ filho seja presidente||

Vimos acima que estruturas com o subjuntivo (segundo Torrego & Uriagereka) não contêm um elemento reificador ao qual "o" pode ser anafórico, portanto, referencial (específico). Visto que o complemento de "querer" não possui um elemento referencial, temos a explicação de porque a reconstrução na estrutura do clítico "o" é permitida aqui. Esse fato explica as leituras estrita e imprecisa para o pronome.

2. verbos que tomam somente "propriedades" como complemento (verbos do tipo "tentar")

Para verbos como "tentar", a anáfora por "o" é possível tanto em português como em italiano. "Tentar" é um verbo de controle obrigatório (c.f. Lobato (1986:383), e assim, a sentença em (13a), teria a estrutura em (13b) (simplicadamente), o que explica a leitura imprecisa obrigatória. Mais uma vez, o clítico "o" pode substituir um infinitivo, o qual contém o traço [+N]:

- (13) a. João tentou vencer a corrida, e Pedro também o tentou.
 b. João₁ tentou |PRO^β₁ vencer a corrida|, e Pedro₂ também o tentou |PRO^β₂
 vencer a corrida|

Quando há pronomes envolvidos no complemento, as leituras estrita e imprecisa são possíveis, o que justifica minha proposta de que "o" é reconstrução em FL:

(14) João tentou ver sua namorada pela janela, e Pedro também o tentou.

No caso, as estruturas seriam como:

- (15) a. João₁ tentou [PRO ver sua^β₁ namorada pela janela] e
 Pedro₂ também o tentou [PRO ver sua^β₂ namorada pela janela]
 b. João₁ tentou [PRO ver sua^α₁ namorada pela janela] e
 Pedro₂ também o tentou [PRO ver sua^α₁ namorada pela janela]

Assim, a possibilidade de, em português, a exemplo do inglês, a estrutura do clítico neutro "o" poder conter a reconstrução de seu antecedente decorre do fato de esse clítico poder ser anafórico ao elemento nominal (não-referencial) nos infinitivos.

3. verbos que aceitam somente "proposições" como complemento (verbos do tipo "saber")

Ao contrário do inglês, além de permitirem a leitura estrita do pronome sujeito que ocorre na sentença subcategorizada, complementos de verbos do tipo "saber", em português, também permitem a leitura imprecisa.

Recorde o exemplo do inglês:

- (16) John knew that he would be famous, and Peter knew it too.

Em português, (17), a sentença correspondente permite uma leitura estrita e imprecisa para o pronome sujeito na encaixada, ao contrário do inglês, que somente permite a leitura estrita:

- (17) João sabia que ficaria famoso, e Pedro também o sabia.

Aqui podemos entender que Pedro sabia que ele, João, ficaria famoso, ou que ele, Pedro, ficaria famoso.

No caso do inglês, conforme vimos no capítulo 4, a leitura estrita obrigatória foi explicada, ao assumirmos com Kato, comunicação pessoal, e também Torrego & Uriagereka (em andamento), que verbos como "saber" e "dizer" subcategorizam um complemento nominal, um demonstrativo, isto é, uma cláusula reificada. No caso, "it" seria anafórico a esse elemento, referencial, o que explicaria sua leitura estrita obrigatória. A interpretação em (16), assim, é que Peter sabia aquilo que John sabia.

Em português, podemos assumir o mesmo e, portanto, temos a leitura estrita:

- (18) João sabia (pro/que)_i; (que) ficaria famoso, e Pedro também o_i sabia.

A diferença do português em comparação ao inglês, como vimos, é que em (17), podemos entender, adicionalmente, que Pedro também sabia que ele, Pedro, ficaria famoso. A possibilidade da leitura imprecisa está ligada à reconstrução que, por sua vez, está ligada à não-especificidade/não-referencialidade do antecedente. Recorde que estou assumindo que em português, o clítico "o", núcleo de um DP, pode ter como seu complemento a reconstrução do antecedente. Assim, podemos explicar o que ocorre na leitura imprecisa acima. Temos, também nesse caso, a reconstrução do complemento do clítico "o":

(19) João sabia (pro/que) |(que) ficaria famoso| e
 Pedro também o_i sabia |_{DP} t_i | (*que*) *ficaria famoso*||

Em outras palavras, a estrutura em (18) seria, simplificada, da forma⁸:

João₁ sabia (pro/que)_i: |(que) (pro^β₁) ficaria famoso| e
 Pedro também |_{DP} o_i |_{NP} pro_i | | sabia
 |₊específico|

e a estrutura de (19) teria a reconstrução do antecedente⁹:

João₁ sabia (pro/que): |(que) (pro^β₁) ficaria famoso| e
 Pedro₂ também o_i sabia |_{DP} t_i | (*que*) (pro^β₂) *ficaria famoso*||

Neste caso, o antecedente do pronome não é o demonstrativo ("pro/que") que antecede o complemento, e não poderia, então, ser considerado referencial, o que justifica a ocorrência da reconstrução. A interpretação, então, não poderá ser que Pedro sabia o que João sabia.

Da mesma forma, quando outro pronome (não sujeito) ocorre no interior da cláusula encaixada, temos a possibilidade de leituras estrita e imprecisa em português (20a), ao contrário do inglês, (20b), que admite somente a leitura estrita:

(20) a. João sabia que sua namorada ia viajar, e Pedro também o sabia.
 b. John knew that his girlfriend would travel, and Peter knew it too.

Assim, as leituras estrita/imprecisa ("strict/sloppy") possíveis nos casos de anáfora por "o" neutro podem ser explicadas, se forem casos de reconstrução.

No capítulo 4, mostrei como um processo operante em FL, a reconstrução, está presente em alguns tipos de anáfora. Vimos que quando se faz referência a um antecedente não-específico/não-referencial, e também quando o antecedente é "sentencial", em inglês,

embora tenhamos um pronome fonologicamente explícito, esse pronome corresponde à reconstrução do antecedente, em FL. O pronome, de baixo conteúdo semântico, retoma o antecedente para não se repetir o que já se falou. O mesmo processo está presente em elipse de VP; nesse caso, em PF temos "inaudibilia" - a sequência inaudível é licenciada por certas características da língua que tornam um determinado núcleo, INFL em inglês, por exemplo, um regente apropriado (ver F&M, 1993).

Em português (ver nota 1), conforme foi visto na seção acima, o mesmo acontece. A reconstrução está presente na estrutura de clíticos acusativos de terceira pessoa, cujo antecedente é não-específico/não-referencial, e no caso do clítico neutro "o", cujo antecedente é "sentencial" (ver nota 7). Além disso, o processo de reconstrução é operante também em elipse de VP em português, já que português apresenta o fenômeno de leituras estrita e imprecisa nessas estruturas (ver também Matos, 1992, e mais abaixo).

Porém, diferentemente do inglês, o português apresenta mais um tipo de elipse que chamarei de "elipse sentencial". Nesse caso trata-se da reconstrução não do VP, mas do elemento com traços [+N], antecedente. Proponho, então, que temos em português estruturas de reconstrução de DP/NP. Para exemplificar, temos (21), uma sentença extraída de meus dados diacrônicos:

- (21) ... porque vos não fieis em castanhas (*não sei se ___ diga, se o cale,*
que de magoado me trava pola manga a falla da garganta; mas com
tudo, não há quem se tenha)... (Camões, *Filodemo*, p. 206)

Aqui, temos elipse ("não sei se ___ diga), e também o clítico neutro "o" ("se o cale"), para o mesmo antecedente. Em inglês, tal elipse não ocorre: no caso o pronome "it" é obrigatório:

*I don't know whether I should say ___, or silence/conceal it.

Abaixo, portanto, vejamos como diferenciar os casos de elipse de VP (i.e., reconstrução de VP) e elipse sentencial (i.e., reconstrução de DP/NP).

5.4. Elipse de VP e elipse sentencial em português

5.4.1. Elipse de VP, segundo Matos (1992)

A elipse de VP do português foi amplamente descrita no trabalho de Matos (1992). Embora a autora estude a elipse de VP no PE, podemos assumir que algo semelhante ocorre no PB.

A autora, conforme vimos no capítulo 3, assume elipse de VP para o português, pois após o alicamento de V a INFL, o restante do VP é elidido - temos, assim, "elipse de VP" - ver também Kato (1991a,b).

Além disso, Matos acrescenta várias observações com relação ao fenômeno elipse de VP em português. Nesse estudo, a autora observa que a elipse de VP requer:

a) a presença de advérbios de denotação predicativa, como "também", "também não", "sim", "não", que funcionam como "operadores de denotação predicativa idêntica" (Matos, 1992:108).

A escolha do advérbio decorre da polaridade da frase não elíptica. Em frases coordenadas (elípticas ou não) em que haja a repetição de um VP, é necessário a presença desses advérbios para explicitar a relação de denotação idêntica. A função desses advérbios é "permitir o confronto entre duas predicacões distintas, mas de conteúdo parcialmente idêntico" (p. 108). Vejamos o exemplo (22) ((23a) em Matos, 1992:108):

(22) *A Maria tinha atribuído as culpas do desastre ao motorista e/mas a Teresa
tinha (atribuído) | _ |

Podemos ver que (22) é agramatical pois não apresenta nenhum dos advérbios de "denotação predicativa". Esta sentença fica gramatical assim que um desses advérbios, sublinhados abaixo em (23), ocorre:

(23) a. A Maria tinha atribuído as culpas do desastre ao motorista e a Teresa
também tinha (atribuído) | _ |
b. A Maria tinha atribuído as culpas do desastre ao motorista, e/mas a Teresa
não tinha (atribuído) | _ |

A elipse de VP pode ocorrer em orações subordinadas como em (24), e respostas curtas como em (25), ((94) e (98) em Matos, 1992:132-133). Mas a presença dos advérbios nem sempre é possível nesses casos, conforme mostra (27), ((112b) em Matos, 1992:138-139):

(24) O João não come chocolate depois de lavar os dentes, mas tem |um amigo |
que come |VP ____ ||

(25) A - A Maria tem visitado os amigos ultimamente?

B - a. Não, não tem |VP ____ |

b. Sim, tem |VP ____ |

(26) *O fato de a Maria dizer que alguém tirou os livros da estante leva-me |a
querer |saber| quem também tirou |VP ____ ||

Matos não explica a impossibilidade de (26), mas afirma que a presença desses advérbios somente é possível em frases com conteúdo proposicional distinto, ainda que tenham conteúdo predicativo idêntico, conforme mostra (27a) e (27b), ((119) e (120) em Matos, 1992:142):

(27) a. O João tinha lido esses livros ao filho, e a Maria também tinha ____

* O João tinha lido esses livros ao filho e a Maria tinha ____

b. O João tem passeado muito ultimamente, e há um amigo nosso que também tem ____

*O João tem passeado muito ultimamente, e há um amigo nosso que tem ____

A função desses advérbios, como vimos acima, é explicitar a relação de denotação idêntica.

b) Em português, o VP nulo deve ser legitimado por um V (ou seqüência de Vs que tenha um V principal), ou por um auxiliar, devendo haver um paralelismo estrutural entre a seqüência antecedente e a elíptica. Além disso, existe uma condição de identidade sobre o V principal (condição essa não existente no chinês, ver Otani & Whitman, 1991), isto é, os verbos legitimadores da seqüência devem ser idênticos (exemplo (132a) em Matos, p. 148)¹⁰:

(28) O João compreendeu a situação antes que todos os outros tivessem
compreendido | ____ |

Em elipse de VP, assim, os legitimadores do VP nulo têm de veicular o conteúdo do núcleo predicativo do VP. Além disso, deve haver identidade entre o conteúdo do VP que há elipse, e o conteúdo de seu antecedente. Deve haver, em outras palavras, um mesmo vocabulário terminal (exemplos (133a) em Matos, 1992:148):

(29) *O João colocou os livros na estante e a Maria não pôs ____

E quanto a PB, possui elipse de VP? Assumo que sim. Porém, visto a gramaticalidade de (26) em PB, podemos notar que há diferenças entre o PE e nossa língua quanto à elipse de VP. Mary Kato (comunicação pessoal) sugere, por exemplo, que a diferença possa estar na posição para a qual o V se move: em PE para uma posição mais alta, talvez Sigma (ver Martins, 1994), e em PB, o V se moveria para I. Maiores estudos são, portanto, necessários.

Contudo, parece que os requerimentos para elipse de VP (i.e., presença de advérbios de denotação predicativa, identidade verbal) existem também para o PB. Os asteriscos em (22) e (27) acima também são válidos para nossa língua.

Da mesma forma, (29) não é possível em PB como elipse de VP (em que todo o VP está elidido). (29) pode, porém, ocorrer com o objeto nulo (ver também mais abaixo, seção 5.5.2):

O João colocou os livros na estante e a Maria não pôs ____ na estante. (Ela pôs ____ no armário).

Portanto, assumo que PB tem elipse de VP, e que as condições para tal ocorrência, i.e., ocorrência de advérbios de denotação predicativa, e identidade entre os verbos licenciadores, são obedecidas.

5.4.2. Elipse sentencial

Matos (1992) não menciona a ocorrência de um outro tipo de elipse em que temos o V licenciando uma seqüência inaudível e, portanto, que se assemelha à elipse de VP. Trata-se da "elipse sentencial".

A elipse sentencial ocorre quando o complemento de verbos como "querer", "tentar" e "saber" é nulo fonologicamente. Em outras palavras, a elipse sentencial ocorre com os mesmos tipos de verbos que permitem o clítico neutro "o", em português:

- (30) a. 'Assim deve ser por força, ainda que não queira ____' (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, p. 247)
 b. 'Eu te contei, Nilson, que estão procurando uma moça pra trabalhar na bomboniere do Pathé?...'
 'Eu acho que a Margareth podia tentar ____' (Falabella, No Coração do Brasil, p.9)
 c. 'E qual delas é a que casa?'
 'Ainda se não sabe ____' (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, p. 172)

A elipse sentencial não pode ser considerada como elipse de VP "canônica", pois nem sempre as condições impostas por esse fenômeno estão presentes nesse tipo de elipse. Como os exemplos em (30) mostram, não há necessidade nem da ocorrência de advérbios de denotação predicativa idêntica, nem da identidade entre os verbos.

Assim, proponho que, no caso da elipse sentencial, o que ocorre é a reconstrução DP/NP antecedente, e a elipse é dessa estrutura¹¹. Nesse caso, o V em I também poderia estar licenciando a sequência inaudível, a qual inclui o VP, e seria esse o aspecto semelhante entre a elipse sentencial e a elipse de VP (ver também nota 12, mais abaixo). Nos exemplos acima, teríamos:

- (31) a. Assim deve ser por força, ainda que não queira *[que assim deva ser]*
 b. Eu acho que a Margareth podia tentar *[trabalhar na bomboniere do Pathé]*
 c. Ainda se não sabe *[qual delas é a que casa]*

Conforme vimos na seção 5.3, em todos os exemplos em (31) há um elemento nominal como antecedente. Na realidade, o clítico neutro "o" poderia ocorrer em todas as sentenças acima (mas ver nota 1) :

- (32) a. Assim deve ser por força, ainda que não o queira.
 b. Eu acho que a Margareth podia tentá-lo.
 c. Ainda se o não sabe.

Portanto, minha proposta é que a reconstrução em elipse sentencial é da categoria nominal antecedente.

Conforme vimos acima, o clítico neutro complemento de verbos de reestruturação (do tipo "querer") ou de verbos de controle obrigatório (do tipo "tentar") sempre tem uma estrutura com reconstrução em FL. Ao contrário, o clítico neutro complemento de verbos proposicionais (i.e., do tipo "saber/dizer/crer" - ver Rochette, 1988), pode corresponder ou a uma estrutura de reconstrução (quando, então, a leitura imprecisa se torna possível), ou a uma estrutura sem a reconstrução, quando há um elemento referencial como antecedente.

No caso da elipse sentencial, exemplo em (33), porém, assim como em elipse de VP (c.f. (34)), não é preciso que o antecedente seja [-específico/referencial] para haver elipse:

(33) João disse que o Rui beijou a Maria, mas Pedro já sabia ____

(34) João viu a Maria, e Pedro também viu ____

Conforme vimos no capítulo 3, elipse requer reconstrução (mas reconstrução não significa elipse). O efeito da elipse sentencial, portanto, é a evidência de reconstrução em FL de uma categoria nominal antecedente, cujo traço pode ser $|+\text{específico/referencial}|$ no caso de complementos de verbos proposicionais, como em (30c) ou (33) acima.

Podemos predizer que leituras estrita e imprecisa são possíveis em elipse sentencial, pois são decorrentes da existência da estrutura de reconstrução. Em (35), temos exemplos de elipse sentencial que confirmam tal predição:

- (35) a. João acredita que sua tia vem para o Natal, mas Pedro já confirmou ____
 b. João acredita que vai ser promovido, mas Pedro já confirmou ____

Aqui temos a possibilidade de leitura imprecisa do pronome "seu" em (35a) - podemos entender que Pedro confirmou que sua própria tia vem para o Natal. Da mesma forma, em (35b) podemos entender que Pedro já confirmou que ele, Pedro, vai ser promovido. A leitura estrita, também possível nesses exemplos é decorrente da estrutura de reconstrução, como ocorre em elipse de VP¹².

Assim, podemos entender que há reconstrução em casos de:

elipse de VP - reconstrução do VP em FL, "inaudibilia" em FF
 elipse sentencial - reconstrução de DP/NP em FL, "inaudibilia" em FF
 clítico neutro "o" - reconstrução de DP/NP, clítico em FF
 clítico de 3a. pessoa $|-\text{referencial/específico}|$ - reconstrução de DP/NP,
 clítico em FF

Além desses casos, proponho ainda, que há mais um tipo de reconstrução em português: esse caso é o objeto nulo, que passo a discutir a seguir.

5.5. O objeto nulo do português

Conforme vimos no capítulo 2, o objeto nulo ocorre no português europeu e brasileiro. Porém, no PB, parece ser bem mais livre para ocorrer do que no PE, ou em outras línguas.

No PB, o objeto nulo pode ocorrer em ilhas, ao contrário do PE; não se restringe a ser arbitrário, como o objeto nulo do italiano, ou a somente ter como antecedente NPs indefinidos, como em espanhol (Campos, 1986). Muito pelo contrário, pode ocorrer em

(quase) qualquer estrutura - ver abaixo - e seu antecedente pode ser específico, ou seja, sua referência pode ser definida.

Nesta seção, proponho que o objeto nulo do português do Brasil é resultado de reconstrução, e se tornou assim devido à existência de estruturas de elipse sentencial, em que há a reconstrução de um DP/NP antecedente.

Primeiramente, porém, vejamos a análise do objeto nulo do PE e do PB, e o contraste entre essas línguas. O problema da mudança diacrônica será melhor explorado no capítulo 6 e na conclusão desta tese, quando apresento os resultados da pesquisa diacrônica.

5.5.1. A análise para o PE

A primeira análise para o objeto nulo em português europeu, conforme vimos no capítulo 2, foi a de Raposo (1986a). O autor mostra nesse artigo que o PE possui uma categoria vazia em posição de objeto, com uma interpretação determinada específica, recuperada de um tópico introduzido no discurso ou de um contexto pragmático. Raposo, além disso, conforme no capítulo 2, afirma que não se pode confundir o objeto nulo do PE com a elipse de VP.

Matos (1992), que estuda a elipse de VP no PE, reafirma essa posição. Porém, como vimos no mesmo capítulo, é muito difícil dizer se uma ocorrência é um objeto nulo ou um caso de elipse de VP, pois em português, ao contrário do inglês, o que licencia a elipse é o verbo, e não INFL (ver Matos, 1992). Assim, o resultado audível é verbo com o complemento inaudível, situação idêntica à que ocorre no caso do objeto nulo.

Recordemos as diferenças entre objeto nulo e elipse de VP, apontadas por Matos (1992). Em (36) abaixo, temos uma sentença em que é possível a ocorrência do objeto nulo, segundo Matos, pois o que está inaudível é somente o objeto direto.

(36) a. Maria viu ___ na TV ontem.

Contudo, podemos tornar (36) aparentemente indistinguível de (37), uma sentença semelhante, mas com a estrutura de elipse de VP. (37) é elipse de VP por apresentar as características desse processo, isto é, identidade dos verbos envolvidos e advérbio de denotação predicativa idêntica (ver seção 5.4.1 acima):

(37) João viu o desastre, e Maria também viu ___ na TV ontem.

Em PE, a gramática deve apresentar outros indícios para que a criança atribua diferentes estruturas para as sentenças acima: em uma, (36), teríamos a presença de uma variável (segundo Raposo, 1986a, ver também capítulo 2); em outra, (37), elipse de VP, ou seja, o processo de reconstrução em FL, com "inaudibilida" em FF¹³. Observar, na gramática do PE, quais seriam esses indícios é uma questão que merece estudos, mas que extrapola os objetivos deste trabalho, visto que proponho uma análise para o objeto nulo do PB.

Assim, assumo que o PE possui um objeto nulo específico, como o proposto por Raposo, e também elipse de VP, como o proposto por Matos.

Além disso, conforme vimos acima, assumo que PE e PB apresentam elipse de VP e elipse sentencial e que essas estruturas envolvem reconstrução. Podemos observar o fenômeno das leituras estrita/imprecisa nessas estruturas.

Contudo, além desses exemplos de "inaudibilias" pós-verbal, proponho mais um tipo que não é mencionado nem em Raposo, nem em Matos, mas pode ter sua existência confirmada através de dados. Esse é o objeto nulo cujo antecedente é não-específico/não-referencial.

A elipse, conforme vimos na seção 5.4.2. acima, como recurso para se eliminar a redundância no discurso, pode ser usada no português também no caso de reconstrução de NPs. Em PE, essa possibilidade estaria restrita não só a antecedentes "sentenciais" (ver nota 7), como também a NPs com antecedentes não-específicos/não-referenciais.

Na seção 5.1 e 5.2. acima, vimos como a reconstrução está envolvida no caso de clíticos cujo antecedente é não-específico, ou no caso de clíticos neutros com antecedente "sentencial" no português (ver nota 7). Em PE, podemos afirmar que esse processo está presente nesses casos através dos exemplos em (38) (agradeço a Ana Maria Martins pelos julgamentos das sentenças em português europeu atual, em (38), (39) e (40b,c,d):

- (38) a. João é parecido com seu pai, e Pedro também o é.
 b. João disse que sua tia vem para o Natal, e Pedro também o disse.
 c. O homem que deu seu salário à esposa foi mais esperto do que o homem que o deu à amante.

O clítico, sublinhado nos exemplos acima, tem as duas leituras (leituras estrita e imprecisa) em todas as sentenças em (38). Assim, podemos ver que o processo de reconstrução está presente, conforme a análise desenvolvida nas seções anteriores.

Porém, em PE as mesmas sentenças acima, podem ocorrer sem o clítico:

- (39) a. João é parecido com seu pai, e Pedro também ____ é.
 b. João disse que sua tia vem para o Natal, e Pedro também ____ disse.
 c. O homem que deu seu salário à esposa foi mais esperto do que o homem que deu ____ à amante.

Em (39a) e (39b) acima, seguindo as características propostas em Matos (1992) (ver seção 5.4.1. acima), podemos dizer que há elipse de VP (isto é, uma estrutura de reconstrução do VP, inaudível em FF). Já em (39c), também segundo Matos (1992), a elipse de VP não é tão evidente - não há "advérbios de denotação predicativa", e, além disso, o que está elíptico não é o VP inteiro, e sim, somente o objeto direto do verbo "dar". O mais interessante é que esse objeto direto nulo aparece em uma estrutura de ilha, o que seria impossível em PE, segundo Raposo (1986a).

Portanto, já que as leituras estrita e imprecisa são possíveis para (39c), e já que essa estrutura não é elipse de VP e não poderia ser o objeto nulo proposto por Raposo (1986a), proponho que nesse caso temos uma estrutura de reconstrução inaudível. Ou seja, em PE, a reconstrução está presente no caso de objeto nulo, quando seu antecedente é não-específico/não-referencial¹⁴. Nesse caso, teríamos a reconstrução (e elipse) do DP/NP antecedente, i.e., o mesmo tipo de reconstrução que ocorre na elipse sentencial.

Esse aspecto do objeto nulo não foi observado nos estudos do PE acima, mas pode ser confirmado por dados do PE. Assim, podemos observar que o objeto nulo é sempre possível em PE, quando seu antecedente é não-específico, até mesmo em ilhas, como (39c) acima, e nos exemplos abaixo:

- (40) a. ... porque muita gente já chegou à conclusão, por exemplo, comprar um bibelot pode não estar dentro do gosto da pessoa a quem vão oferecer ____ (exemplo em Duarte, 1991)
 b. João empresta seu carro ao filho e depois fica preocupado; mas Pedro fica preocupado quando empresta ____ à esposa!
 c. Que Maria guarde seu anel na gaveta não me surpreende, mas que Joana guarde ____ no açucareiro realmente me espanta!
 d. João guardou seu dinheiro no armário e partiu para o Brasil; mas Pedro só partiu para o Brasil depois de ter guardado ____ no cofre

Aqui não temos elipse de VP, e sim objeto nulo, pois, segundo Mato (1992), o que está elidido é somente o objeto direto dos verbos. Esses exemplos mostram que esse tipo de objeto nulo é diferente do objeto nulo proposto em Raposo (1986a), e é também diferente de elipse de VP. É, na minha proposta, uma seqüência inaudível de um "token" de uma estrutura de reconstrução de DP/NP, pois admitem a leitura imprecisa.

Tais objetos nulos aparecem no português já em textos do século XVI, isto é, no português clássico, que chegou ao Brasil:

(41) Moç. Azevias trazerei?

Lem. Dá ó demo as azevias:

não compres já m'enfastias. (Gil Vicente, séc. XVI, Auto da Índia, p. 103)

Segundo as notas do editor, a moça pergunta: "trarei peixe?", isto é, pergunta se deve trazer "azevias". Neste sentido, "azevias" não está sendo usado referencialmente. Assim, o objeto nulo é permitido: "não compres ____"¹⁵.

Outro exemplo, ainda do século XVI:

(42) O que nos encomendou

será o que hoiver de ser.

Todo este mundo é fadiga,

vós dissestes, filha amiga,

que vos buscássemos logo (Gil Vicente, séc. XVI, Farsa de Inês Pereira, p.

239)

Aqui o antecedente do objeto nulo em "que vos buscássemos ____ logo" não está presente no discurso anterior sob a forma explícita de um NP. Pelo contexto, sabe-se que é "marido", pois a fala é de judeus casamenteiros que tinham ido procurar marido (não-específico) para Inês. Assim, o antecedente é não-específico: "o marido que nos encomendou será o que hoiver de ser". O antecedente é usado não-referencialmente e o objeto nulo é permitido.

Temos, inclusive, um exemplo desse tipo de objeto nulo ocorrendo em ilha:

(43) Ninguém venda a liberdade

Pois não póde resgatar (Carnões, séc. XVI, El-Rei Seleuco, p. 29)

Portanto, podemos assim resumir: reconstrução é possível em PE:

- quando o antecedente é "sentencial":

a) usa-se o clítico neutro (reconstrução em FL, clítico em FF):

João está bonito hoje, mas Pedro sempre o foi.

João disse que sua tia vem para o Natal, mas Pedro não o confirmou.

b) usa-se elipse sentencial (reconstrução em FL, "inaudibilia" em FF):

João está bonito hoje, mas Pedro sempre foi.

João acredita que sua tia vem para o Natal, mas Pedro não confirmou.

-quando o antecedente é um NP não-específico:

a) usa-se o clítico "o" (ou "a", se o gênero for feminino)(reconstrução em FL; clítico em FF):

O homem que deu seu salário para sua esposa foi mais esperto do que o homem que o deu para sua amante.

b) usa-se o objeto nulo (reconstrução em FL, "inaudibilia" em FF):

O homem que deu seu salário para sua esposa foi mais esperto do que o homem que deu ____ para sua amante.

Segundo a análise desenvolvida na seção 5.2. acima, portanto, quando o antecedente é um NP (ou DP) não-específico, pode-se ter o clítico movido (para F) e audível em FF (e então a seqüência inaudível da reconstrução seria do NP complemento do clítico D) (ver também nota 9).

Além disso, a reconstrução de DP/NP [-específico/referencial] pode também corresponder a um DP/NP inaudível em FF - em oposição à repetição do DP/NP não-específico. Nesse caso, teríamos um "objeto nulo" reconstrução. Note-se, porém, que, nesse caso, a estrutura de elipse sentencial é bem semelhante à essa estrutura. Em FF, somente se ouvirá o verbo, sendo seu complemento nulo foneticamente, em ambas as estruturas. Em FL, igualmente, somente haverá o vestígio do verbo (assumindo-se, em português, movimento do V antes de FL) (ver também nota 12) e a reconstrução de seu complemento.

Sabemos que PB perdeu o clítico de terceira pessoa (c.f. introdução deste trabalho, e capítulo 6), e o objeto nulo é bem menos restrito do que em PE. Qual seria, então, essa análise? Passemos a discuti-la.

5.5.2. A análise para o PB

Vários estudos descrevem sincronicamente o objeto nulo do PB. Esses estudos, variacionistas na sua maioria, procuram mostrar a ocorrência dessa categoria vazia em relação a fatores sociais, como escolaridade e faixa etária. No entanto, os resultados são importantes para se caracterizar essa categoria vazia do PB, pois mostram, além disso, seu "condicionamento sintático", c.f. Omena (1978), Pereira (1981), e Tarallo (1983).

Por exemplo, Omena (1978) mostra que o antecedente do objeto nulo em PB é, na maioria das ocorrências, um ser inanimado e não-específico (indefinidos, coletivos, abstratos)¹⁶.

O trabalho de Duarte (1986), também variacionista, permite uma melhor observação desse fenômeno. Assim, vejamos seus resultados quanto à natureza sintática do objeto nulo do PB¹⁷.

Duarte estuda a ocorrência do objeto nulo vs clítico acusativo e pronome lexical na fala de 50 informantes, de vários graus de escolaridade¹⁸. Seus resultados mostram que, dentre os "condicionamentos sintáticos" para o objeto nulo, se o antecedente é "sentencial", há um maior favorecimento para a categoria vazia: "com o objeto sentencial, o apagamento é quase absolutamente categórico" (Duarte, 1986:24). Além disso, quando observando o traço semântico do antecedente¹⁹, Duarte mostra que o fator mais importante é o fato de ser |-animado|. Seus dados revelam que há uma "alta incidência de preenchimento do objeto quando seu antecedente apresenta o traço |+animado| e a forte tendência ao uso da categoria vazia quando o objeto se refere a um antecedente |-animado|" (p. 26).

Duarte também compara a ocorrência do objeto nulo no PB, quando seu antecedente é sentencial (considerado também como |-animado|), ao que ocorre em outras línguas, como o espanhol, italiano, francês e PE, através de elicitacões a falantes nativos dessas línguas. A autora pede que falantes expressem em sua língua nativa o conteúdo de uma sentença como (44) ((6) em Duarte), extraída de seus dados:

(44) Eu fui ganhar a chave de casa com 19 anos. Eu conto ____ pra todo mundo.

O resultado é que em todas as línguas acima, os falantes preenchem a posição de objeto com o clítico neutro "o".

Assim, podemos resumir: como o clítico de terceira pessoa na linguagem oral do PB está desaparecendo (c.f. resultados em Duarte, 1986, e capítulo 6 desta tese), o objeto nulo é a opção escolhida para certos casos, e o pronome lexical para outros.

Abaixo, interpreto esses resultados das pesquisas sincrônicas, segundo minha análise neste capítulo.

Da mesma forma que o PE e o português clássico, o PB pode apresentar objeto nulo quando o antecedente é um NP não-específico/não-referencial. Além disso, assumo que o PB apresenta elipse de VP, e elipse sentencial. Diferentemente do PE, porém, o PB apresenta objeto nulo nos casos em que seu antecedente é um NP |-animado|. Esse objeto nulo, em minha proposta, corresponde à reconstrução do antecedente em FL e teria surgido a partir da existência de estruturas de elipse sentencial.

A pergunta, então, seria: o objeto nulo do PB é elipse? De uma certa forma, sim. Assim, recupero a proposta de Kato (1991a,b), para quem "elipse de VP" estaria envolvida em certos casos de objeto nulo (ver também capítulo 2).

No caso do objeto nulo, o falante teria escolhido a opção "silêncio" versus a opção "pronomes" (ou a opção "repetição de DP/NP") para reduzir uma redundância no discurso. Portanto, é semelhante a um tipo de elipse, ou seja, a elipse sentencial, pois, conforme vimos acima, esse tipo de estrutura tem uma contrapartida com o pronome audível em FF (que também pode, por sua vez, conter um "token" de reconstrução em FL).

Mas, da mesma forma que elipse sentencial é diferente de elipse de VP, conforme vimos, se o objeto nulo é semelhante à elipse sentencial, vai ser também diferente da elipse de VP.

Recorde que, segundo Matos, na elipse de VP é preciso haver identidade entre os verbos - o verbo antecedente e o verbo licenciador da "inaudibilia". Assim, conforme vimos acima, (45) seria gramatical em PE, enquanto que (46) seria agramatical:

(45) João descascou a banana, mas Pedro não descascou ____
 OK em PE
 OK em PB

(46) João descascou a banana, mas Pedro não comeu ____
 * em PE
 OK em PB

Em (45) e (46), temos o advérbio "não", o que caracteriza a elipse em estruturas coordenadas. Mas a diferença entre (45) e (46) é que os Vs envolvidos são idênticos em (45), mas não em (46). Assim, (45), mas não (46) é gramatical em PE.

Em PB, contudo, (46) é perfeita, assim como (45). Em (45) teríamos elipse de VP, pois assumimos, acima, que PB exhibe esse fenômeno. Então, o que ocorre em (45) é um OBJETO NULO. A diferença entre elipse de VP e objeto nulo em PB é que o primeiro tipo de fenômeno impõe identidade verbal, condição essa não necessária para a ocorrência do segundo²⁰. A propósito, vimos, acima, que em elipse sentencial também não há o requerimento de identidade verbal.

Ao propor o objeto nulo do PB como reconstrução nos casos em que seu antecedente é |-animado| (bem como nos casos em que seu antecedente é |-específico/referencial|), porém, excluo dessa categoria os objetos nulos que têm como antecedente um DP/NP |+ animado, +específico/referencial|. De fato, conforme vimos nos estudos sincrônicos acima, o objeto nulo do PB é predominantemente |-animado|.

Vejamos: se tomarmos (46) como exemplo do objeto nulo permitido no PB e mudarmos o antecedente para um NP [+animado, +específico/referencial], teremos uma sentença inaceitável em (47a), melhor aceita como (47b):

- (47) a. ?João trouxe a Maria_i, mas Pedro não beijou _____i
 b. João trouxe a Maria_i, mas Pedro não beijou ela_i/não a_i beijou.

Em minha análise, o objeto nulo com antecedente [+animado, +específico/referencial] em PB somente existiria dentro de uma estrutura de reconstrução, com elipse de VP.

Um exemplo de Farrell (1987) ilustra esse ponto:

- (48) *O Pedro_i disse que a Maria beijou _____i

Farrell aponta que (48) fica perfeita em (49), motivo pelo qual o objeto nulo não pode ser uma variável ligada a um tópico nulo (se assim fosse, violaria a condição de cruzamento forte):

- (49) João disse que a Maria não beijou o Pedro_i na festa, mas o Pedro_i disse que ela beijou _____i

O problema é, porém, que, se o objeto nulo do PB é pro, não podemos explicar a impossibilidade de (48), em face à possibilidade de (50):

- (50) O Pedro_i disse que a Maria beijou ele_i.

Farrell resolve o problema através de estipulações com relação à ocorrência do objeto nulo pro, conforme vimos no capítulo 2. Mas segundo minha análise, (48) não é gramatical, pois o objeto nulo do PB, reconstrução do DP/NP antecedente, é somente possível no caso de esse antecedente ser [-animado]. Além disso, segundo minha análise baseada em Matos (1992), em (49) temos uma estrutura de elipse de VP, razão pela qual, então teríamos aparentemente um objeto nulo animado.

Recordemos também o exemplo de Farrell (1987) que considero agramatical:

- (51) ?A Júlia_i sempre chora quando ponho _____i no berço.

Aqui, porque o antecedente é [+animado, +específico] não se pode ter o objeto nulo. O preenchimento deve ser, então, somente por pronome lexical (ou clítico, na linguagem formal/escrita):

(52) A Júlia sempre chora quando ponho ela/quando a ponho no berço.

Meus dados diacrônicos, especificamente os do século XX (ver capítulo 6), também confirmam essa análise. Primeiramente, temos somente um exemplo de objeto nulo com antecedente [+animado] que poderia ser considerado como [+específico/referencial]. Mas é um exemplo em que essa especificidade/referencialidade do antecedente não pode ser afirmada categoricamente:

(53) -Descobriram o assassino do crime?

- Para mim a polícia não descobre _____ (Marques Rebelo, Rua Alegre, 12, p. 17)

Aqui o assassino do crime pode ser não-referencial, ou seja, ter a leitura "o assassino do crime, quem quer que ele seja". Mesmo que fosse [+específico], neste exemplo encontra-se em uma estrutura que poderia ser considerada elipse de VP (Rodolfo Ilari, comunicação pessoal). Assim não poderíamos considerar (53) como um exemplo de objeto nulo.

Minha análise também responde a questão colocada em diversos trabalhos (c.f. capítulo 2) em que se observa que o objeto nulo do PB não pode ocorrer em uma cláusula complemento, tendo como antecedente o sujeito da matriz. Não há nada na teoria da reconstrução que impediria um objeto de ter como antecedente um sujeito na cláusula anterior, se os requerimentos de mesmo vocabulário terminal e mesma estrutura categorial fossem obedecidos.

Ocorre que nessas cláusulas, como (48) acima, o sujeito é sempre [+animado]. Portanto, minha proposta, em que o objeto nulo do PB é uma estrutura de reconstrução que só é possível quando seu antecedente é um NP [-animado], pode explicar a ausência do objeto nulo em tais cláusulas. Segundo ela, como vimos acima, o objeto nulo não é [+animado], a não ser em estruturas que podem ser consideradas elipse de VP, como (49) e (53), ou quando o antecedente é também [-específico/referencial] (ver abaixo). Assim, nunca poderá ocorrer em sentenças completivas que têm como antecedente o sujeito da cláusula matriz - este sempre é [+animado] (c.f. (48)).

No entanto, como mencionado acima, quando o antecedente é [-específico/referencial], podemos ter no PB um objeto nulo cujo antecedente é [+animado]. Em (54a), temos um exemplo extraído de Duarte (1986) ((e) corresponde ao objeto nulo nesses exemplos, segundo a autora), e em (54b), a representação da reconstrução, o objeto nulo estando em itálico:

- (54)a. A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria o menor infrator; não é ela o único responsável, o único elo que cria (e), e como tal ela não consegue recuperar (e).(p.13)
- b. A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria | o menor infrator|; não é ela o único responsável, o único elo que cria |o menor infrator|, e como tal ela não consegue recuperar |o menor infrator|.

Quando o antecedente é não-específico, a preferência é de não se usar clítico no PB atual, mas sim, a opção "objeto nulo", resultado já obtido em Omena (1978). Temos, assim, sentenças do tipo em (55), em que o antecedente do objeto nulo é não-específico/referencial:

- (55) -Está faltando um copo dos novos...
 -Se está faltando, é porque você quebrou ____ (Marques Rebelo, Rua Alegre, 12, p. 18)

Além disso, podemos ver nos dados diacrônicos, que quando o antecedente é |-animado|, seja específico ou não, o objeto é nulo em 88,3% dos casos no PB atual, confirmando os resultados apontados nas pesquisas sincrônicas, variacionistas, relatadas acima. Esse tipo de objeto nulo é, segundo minha análise, o objeto nulo "inovação" do PB. Vejamos os exemplos extraídos de meus dados:

- (56) a. Eu sonho com Paris há tanto tempo que prá mim, é como se eu já tivesse conhecido ____ . (Falabella, No coração do Brasil, p.52)
- b. Eu sonho com |Paris| há tanto tempo que prá mim, é como se eu já tivesse conhecido | *Paris* |
- (57) a. Vou lá em cima buscar "A Vida Doméstica" para dona Maricota, que ela me pediu ____ . (Marque Rebelo, Rua Alegre, 12, p. 19)
- b. Vou lá em cima buscar | "A Vida Doméstica" | para dona Maricota, que ela me pediu | "*A Vida Doméstica*" |

Da mesma forma, em PB, quando a referência é a um antecedente sentencial, somente temos a "inaudibilia" (reconstrução) e não mais a opção "clítico neutro", como acontece ainda em PE (c.f. seção 5.5.1 e capítulo 6). Esse resultado é mostrado nos dados de maneira categórica, ou seja, não temos a variante "clítico neutro" nesse tipo de construção, exemplificado em (58) e (59) abaixo, em nenhum dado do século XX:

(58) AMANDA

Sempre tive minha voz colocada, meu Deus do céu... Preciso gritar para que entendam... Na praça pública... (Guarnieri, séc. XX, "Um grito parado no ar", p. 17)

(59) FERNANDO

.... Vamos trabalhar... E quem não quiser é bom avisar já... (idem, p. 24)

Esta análise está em consonância com a análise de Kato (1991a, b). A autora afirma que a mudança no PB tem a ver com a mudança no paradigma pronominal da língua (ver também capítulo 6 e conclusão). Ela salienta (Kato 1991b:8):

"As we have already pointed out, the null clitic is preferred for inanimate objects while for animate objects the stressed lexical pronoun is preferred. What this seems to indicate is a change from a masculine/feminine paradigm to a more iconic gender system of the he/she/it type"²¹

Segundo Kato (1991a), minha análise propõe que o objeto nulo do PB corresponderia ao "it" do inglês que, conforme vimos no capítulo 4, pode também corresponder a uma estrutura de reconstrução em FL²². Portanto, porque é reconstrução em FL, o objeto nulo do PB suscita a leitura imprecisa, da mesma forma que o "it" em inglês.

Por outro lado, em PB, pronomes tônicos "ele/ela" não podem ser reconstrução em FL, assim como ocorre com "his/her" em inglês, e não permitem a leitura imprecisa.

Podemos verificar essas observações nos exemplos em (60) e (61):

(60) João espera ganhar seu carro no Natal, mas Pedro vai comprar ___ antes.

(61) João espera ganhar seu carro no Natal, mas Pedro vai comprar ele antes.

Em (60) temos a possibilidade de leituras estrita/imprecisa, o que mostra que a reconstrução está presente no objeto nulo do PB. Porém, como (61) mostra, se usamos o pronome tônico, a leitura imprecisa é impossível, da mesma forma como ocorre no inglês. Os falantes a quem perguntei sobre essa sentença expressam a marginalidade do pronome "ele" no registro formal - a mesma observação está em Duarte (1986) -, mas confirmam a falta de leitura imprecisa nesse caso, em contraste com (60).

O resultado dessa análise mostra que em PB, o objeto nulo é reconstrução em FL e elipse em FF, quando seu antecedente é |-animado²³.

No capítulo 2, vimos que diversos estudos propõem diferentes análises para o objeto nulo do PB. Os pesquisadores tendem a considerá-lo pronominal, diferindo entre si ao propor o licenciamento/identificação da categoria nula.

Minha proposta não descarta, de certa forma, o caráter pronominal do objeto nulo, pois sugere que, além de ter a mesma função, o objeto nulo é resultado do mesmo processo

operante na estrutura de certos pronomes (pronomes clíticos "paycheck", e o pronome clítico neutro).

A razão pela qual o objeto nulo do PB pode ocorrer em ilhas é explicada: está no fato de ser uma seqüência de reconstrução inaudível, e, portanto, pode ocorrer em qualquer estrutura, se há identidade estrutural e mesmo vocabulário terminal. A ocorrência da reconstrução pode estar até mesmo em uma estrutura de ilha²⁴.

Portanto, ao postular o objeto nulo do PB como reconstrução quando |-animado|, além de quando sentencial e |-específico|, temos uma explicação para sua ocorrência irrestrita, em comparação ao objeto nulo do PE.

5.6. Conclusão

O objeto nulo no PB, conforme vimos no capítulo 2, é bem mais livre do que o objeto nulo no PE. Na seção 5.4.2. acima, proponho que o objeto nulo do PB é resultado de reconstrução não somente quando seu antecedente é |-específico|, mas também quando é |-animado|. Por que houve tal mudança no português brasileiro? A resposta é: em PB houve uma generalização da reconstrução para objetos cujos antecedentes fossem |-animado|.

Além dos resultados dos estudos sincrônicos mostrados acima, meus estudos diacrônicos anteriores (ver "introdução" desta tese) também mostraram que o objeto nulo do PB começa a ocorrer com um antecedente |-animado, +masculino|. Para antecedentes animados, a preferência é o uso do pronome pleno, o qual começou a ocorrer nos dados ao mesmo tempo que os clíticos começaram a desaparecer. Esses pronomes plenos, então, parecem substituir o clítico, onde a reconstrução não é possível.

Minha proposta para o desenvolvimento do objeto nulo no PB sugere que houve uma extensão da possibilidade de reconstrução (e elipse) de DP/NP. Essa extensão foi possível graças à existência de elipses sentenciais.

Se essa mudança ocorreu, os dados diacrônicos deverão mostrá-la. Assim, passemos ao capítulo 6, sobre a mudança diacrônica das estruturas: clítico neutro, elipse sentencial e objeto nulo.

NOTAS

¹ Aqui, falo do português em que se usa clíticos, ou seja, o português europeu e clássico, e não do português oral do Brasil, que, conforme mostram vários estudos, perdeu o clítico de terceira pessoa.

² Em outro texto, porém, conforme vimos no capítulo anterior, Uriagereka (1993a) mostra que a estrutura de um NP (ou DP) não é tão simples assim: todo nominal vem com uma variável que deve ser reificada por um elemento enumerador ("one" ou "pro"), que identifique esse nominal com um objeto em particular no contexto. Se não, o NP (ou DP) é interpretado atributivamente.

³ Conforme vimos no capítulo 4, material não-específico, não-referencial, deve estar em VP, e material específico e referencial se move para fora de VP. Assim, podemos explicar por que "it" pode ser reconstrução ou não.

⁴ Uriagereka, embora assuma Corver & Delfitto (1993), não se refere a esse traço como |humano|, e sim, como |pessoa|. Para o autor, comunicação pessoal, a distinção não é clara, e portanto, usa essa terminologia, sem especificar se o traço se refere a pessoa gramatical, ou à característica |humano|. Neste trabalho, conservo o termo usado em Corver & Delfitto, pois, conforme veremos neste capítulo, o traço |humano|, ou, mais especificamente, o traço |animado| é fator importante na ocorrência do objeto nulo do PB.

⁵ Esta formulação é um pouco diferente da formulação em Diesing, por exemplo. Para a autora, o movimento para fora de VP ocorre para NPs indefinidos com carga pressuposicional (i.e., indefinidos específicos), mas estes seriam adjungidos a IP. Uma outra diferença é que para Uriagereka, não é todo o DP que se move para fora do escopo do VP, mas sim somente o D - o movimento de clítico é movimento de núcleo ("head movement").

⁶ Um dos requerimentos da reconstrução é, de acordo com F&M, o mesmo vocabulário terminal. Aqui teríamos que considerar \bar{t} ("trace", vestígio) como mesmo vocabulário terminal dentro do material reconstruído. Note que \bar{t} também teria que ser considerado assim em inglês, se verbos como BE são alocados em sentenças como:

- (i) a. John is sad, and Peter is, too.
b. John doesn't look sad, but I'm sure he is.

onde há elipse de VP.

⁷ Nesta tese, usarei o termo "sentencial" para os antecedentes do clítico "o" neutro. Em português, esses antecedentes podem ser do tipo (i), ou (iii):

- (i) João quis encontrar meu endereço, mas Pedro nem o tentou.
(ii) João sabe que seu filho é honesto, mas Pedro nunca vai sabê-lo.

Essas sentenças podem também ocorrer com elipse, a qual será denominada "elipse sentencial":

- (iii) João quis encontrar meu endereço, mas Pedro nem tentou ____
 (iv) João sabe que seu filho é honesto, mas Pedro nunca vai saber ____

O clítico neutro também pode ter um adjetivo como antecedente:

- (v) João é gordo, mas Pedro nunca o será.

E nesse caso, podemos também ter uma "elipse predicativa":

- (vi) João é gordo, mas Pedro nunca será ____

Nesta tese, não vou tratar da "elipse predicativa" em separado. Vou assumir que seja semelhante à elipse sentencial (mas ver capítulo 6, em que faço uma separação entre os dois tipos de elipse na coleta dos dados).

⁸ Podemos assumir que pro sujeito deva sempre ser uma ocorrência beta, porque é uma ocorrência dependente - nunca pode ser equivalente à ostensão, por exemplo. A ocorrência alfa de pro seria a ocorrência de pro-arb, se seguirmos a proposta de F&M (1993).

⁹ Observa-se que, do português clássico até o atual, quando o complemento de D é audível, o clítico nunca é, e se o clítico é audível o complemento é nulo fonologicamente. Porém, tal restrição não existia, aparentemente, no português antigo. Mattos e Silva (1994:84) apresenta exemplos como (i), extraídos dos Diálogos de São Gregório:

- (i) ...o veeron rogar que quisesse seer seu padre
 ... pera nos comprir o que lhi rogamos

e também (ii) (Mattos e Silva, 1994:105):

- (ii) ... e se m'ela fazer
 quisesse bem, nõno queria ser
 rei, nem seu filho, nem emperador...

Aqui, temos o clítico e seu complemento audíveis. A autora afirma que tais exemplos já tinham sido observados por Said Ali (1964:172-173), que "destaca a regência variável dos verbos *perguntar* e *rogar* "com dois acusativos" ou "com acusativo de coisa e dativo de pessoa", apresentando exemplos da Demanda do Santo Graal (Mattos e Silva, p. 84):

- | | |
|---|------------------------------------|
| (iii) <i>Perguntaron-no</i> que demandava | <i>Perguntou-lhe</i> que faria |
| <i>Rogaron-no</i> que lhe dissesse | <i>Rogou-lhe</i> que lhe perdoasse |

Aparentemente, alguma mudança ocorreu na língua, a partir dessa variabilidade. Seguindo Kato, comunicação pessoal, e também Torrego & Uriagereka (em andamento), estes seguindo a intuição de Donald Davidson e Andres Bello, essa estrutura seria de aposição:

Perguntaram isto: que demandava

Perguntaron-no:que demandava

Assim, uma mudança pode ter existido, em que essa estrutura foi analisada como contendo uma *redundância*, que pôde ser eliminada através da *elipse* de uma das duas estruturas, seja do pronome "o", ou da proposição que o segue, da mesma forma como ocorre em outras estruturas de elipse, como elipse de VP. Maiores estudos serão necessários para averiguar essas observações.

¹⁰ Segundo Matos, em subordinadas, a legitimação do VP nulo por auxiliar não estaria sujeita à condição de identidade.

¹¹ Uma outra opção de análise é assumir que em estruturas com elipse sentencial (ou em estruturas em que há traços [+N]), exista um clítico neutro nulo, seguindo a análise de Kato (1991a,b). Porém, é preciso então, explicar porque o clítico nulo estaria restrito a elipses sentenciais (e objetos nulos [-específico/referencial], ver abaixo) no português clássico e europeu. Mesmo que se possa dar essa explicação, uma análise que somente propõe um clítico neutro nulo não é capaz de explicar as leituras estrita/imprecisa possíveis nesses casos.

Minha proposta não contradiz essa análise, pois se em elipse sentencial há a reconstrução do DP/NP anterior, é possível que o D esteja incluído na reconstrução, mesmo que não seja explícito.

Assim, continuo a assumir a reconstrução de um DP/NP, o que não invalida a existência do clítico em D. Conforme veremos no capítulo 6 e conclusão desta tese, minha análise poderá explicar a mudança ocorrida no PB, que ocasionou o surgimento do objeto nulo característico dessa língua (ver também mais abaixo, seção 5.5.2).

¹² Embora não possamos dizer que há elipse de VP (não há advérbios de denotação predicativa, não há o mesmo vocabulário terminal em termos dos verbos envolvidos, i.e., eles não são idênticos), há uma semelhança com essa estrutura, pois o licenciador da sequência inaudível é V em I (ou sigma, se for PE). O VP conterá t e um "token" de reconstrução:

(i) João acredita [_{DP/NP} que sua tia vem para o Natal], mas

Pedro já confirmou [t_γ [_{DP/NP} que sua tia vem para o Nata!]]

Visto o Programa Minimalista atual, em que vestígios são cópias, *t_p* seria também reconstrução. Nesse caso teríamos uma elipse e duas reconstruções (ver p. 77-78, cap.3).

Mantenho, entretanto, a diferente terminologia para elipse sentencial, embora seu efeito seja "elipse de VP". A meu ver, elipse de VP é um outro tipo de elipse. Esta possui, como vimos, certos requerimentos para sua ocorrência. Além disso, a elipse de VP existe

em inglês, ao contrário da elipse sentencial, que não existe nessa língua, conforme vimos acima.

¹³ Embora Matos (1992) não assuma a teoria de reconstrução de F&M (1993), sua análise para elipse de VP não é incompatível com essa proposta.

¹⁴ Poderíamos especular que esse objeto nulo do português seria uma "extensão" dos objetos nulos permitidos pelas línguas, c.f. o objeto nulo arbitrário (Rizzi, 1986), e o objeto nulo indefinido (Campos, 1986). Um estudo da possível existência de um clítico ao qual tais objetos nulos poderiam estar relacionados, talvez o clítico "i" (ou "y") - ver trabalho em andamento de Célia Castilho -, existente no português antigo (século XIII-XIV), poderia talvez mostrar alguma relação entre essas observações. Maiores estudos são, obviamente, necessários, para se comprovar tais especulações.

¹⁵ O modo imperativo deste dado poderia também justificar o objeto nulo, visto que parece favorecer o seu uso (ver capítulo 2). Porém, segundo meus critérios de coleta de dados (ver capítulo 6), objeto nulo dêitico somente se caracteriza por ter o referente no contexto situacional, o que não é o caso neste exemplo.

¹⁶ Pereira (1981) confirma os resultados de Omena, e apresenta "condicionamentos sociais", como fala masculina vs. feminina, e faixa etária. Tarallo (1983) estuda as estratégias de pronominalização da língua, além de seu trabalho sobre a relativização. Seus resultados mostram que o objeto direto anafórico é "cancelado" quando o antecedente é |-humano| (84,2%), |plural| (71,4%) e |indefinido| (78,6%), independente de classe social.

¹⁷ Quanto a resultados "sociolinguísticos", Duarte conclui que fatores sociais como a escolaridade e a faixa etária do falante são importantes: o informante com mais escolaridade usa a categoria vazia mesmo com o traço |+animado|, ao passo que o informante com menos escolaridade usa um pronome lexical nessa situação. Assim, a autora conclui que o uso da categoria vazia é uma estratégia para se evitar ao mesmo tempo, o pronome lexical, por ser considerado de baixo prestígio, e o clítico, por ser muito "formal". Isto é, a autora indica que é a escola "o elemento que municia o indivíduo com a habilidade de usar o clítico... mas fica também claro que, mesmo habilitado a usá-la, o falante o faz de modo 'parcimonioso', buscando formas substitutivas convenientes, como é o caso do" objeto nulo. (p.43)

¹⁸ Corrêa (1992) também estuda o objeto nulo do PB, mais precisamente sua ocorrência na fala e em textos escritos de estudantes, da 1ª à 8ª séries do 1º Grau, bem como em estudantes de 3º Grau, e informantes não-escolarizados. Sua pesquisa mostra que o objeto nulo é usado em todos os níveis, porém apresentando uma queda mais pronunciada entre os falantes do 3º Grau. Esse decréscimo do objeto nulo é acompanhado da ascensão do clítico, que começa a aparecer na escrita de estudantes da 3ª/4ª séries do 1º Grau.

O traço do antecedente como sendo |-animado| na maioria das vezes, também é confirmado neste estudo.

Corrêa conclui que clíticos são "aprendidos" na escola, e que sua aprendizagem coincide com a aquisição da concordância, entendida nessa pesquisa como aquisição de pluralidade redundante. Além disso, quanto ao objeto nulo, Corrêa aponta que seu antecedente está, de forma mais freqüente, fora do período, no discurso, e quando no período, está "quase sempre nas orações coordenadas" (p.81). Uma outra observação presente nesse trabalho, é que diferentemente do objeto direto preenchido, o objeto nulo quase não ocorre em final de oração, mostrando, segundo a autora, que não pode aparecer em posição de foco (final da oração), por se constituir em informação dada.

¹⁹ Duarte exclui, porém, em seus dados, objetos nulos cujo antecedente é indefinido, genérico, e elipse de VP (em respostas).

²⁰ Se (46) é agramatical em PE, segundo Matos, não é possível que haja objeto nulo nesse tipo de estrutura, nessa língua. Esse fato já foi observado e analisado em Kato (1991a). Conforme vimos no capítulo 2, a autora propõe que o objeto nulo no PE sempre é pragmaticamente identificado, e os casos que aparentam ter um antecedente no discurso seriam apenas exemplos de elipse de VP.

²¹ "Como já indicamos, o clítico nulo é preferido para objetos inanimados, enquanto que para objetos animados, o pronome lexical acentuado é preferido. O que isso parece indicar é uma mudança de um paradigma masculino/feminino para um sistema de gênero mais icônico do tipo he/she/it".

²² A diferença, porém, é que em inglês o "it" somente pode corresponder a uma reconstrução quando seu antecedente for um NP/DP [-específico], e a reconstrução nunca pode corresponder a uma "inaudibilia" em FF. Em PB, temos objeto nulo reconstrução em FL no caso de um antecedente [-animado] (como também [-específico]), conforme vimos acima.

²³ Minha proposta, além disso, prediz que em contextos onde a reconstrução não é permitida, isto é, quando o antecedente é quantificado em certas estruturas, não se pode ter objeto nulo no PB. Vejamos os seguintes exemplos:

(i) Fizeram um busto para mim, tenho ele em casa, com um manto, a coroa embaixo escrito "8º. Rei de Roma". (Duarte, 1986:54)

(ii) ?Fizeram um busto para mim, tenho ___ em casa, com um manto, a coroa embaixo escrito "8º. Rei de Roma".

Repare, que o antecedente em (ii) é um NP [-animado], mas a sentença não é aceitável. Contudo, o antecedente do pronome "ele" em (i), "um busto", é uma expressão quantificada. O artigo indefinido "um" nesse sintagma é considerado um quantificador forte (i.e., é um indefinido específico), e, portanto, não permanece em VP, sendo alçado para fora de IP por QR (ver Diesing, 1992, e capítulo 4 desta tese). O pronome "ele" é, então, um pronome E-type: tem um antecedente quantificado, que não o c-comanda. Ora, conforme

vimos no capítulo 3, seção 3.5.2., pronomes E-type não são casos de reconstrução - logo a impossibilidade de um objeto nulo do PB (reconstrução) nessa posição.

Recorde (67) no capítulo 3, aqui repetida, como (iii):

(iii) Harry gave a car to his friend. John sold it.

Em sua tradução, não poderíamos ter um objeto nulo, embora o antecedente seja [-animado]: a reconstrução é impossível, pois temos uma expressão quantificada como antecedente ("it" em (iii) é pronome "E-type"):

- (iv) a. ?Harry deu um (certo) carro ao seu amigo. João vendeu ____
 b. Harry deu um (certo) carro ao seu amigo. João o vendeu/vendeu ele.

Outros tipos de antecedentes quantificados, como pronomes "donkey" também não permitem o objeto nulo do PB: não podem ser reconstruções. Em (v) abaixo, temos um exemplo de estrutura com pronome "donkey":

- (v) a. Todo homem que tem um carro_i, lava ele_i/lava-o_i/esse carro_i.
 b. *Todo homem que tem um carro_i, lava _____i.

Sobre pronomes "donkey", ver Heim (1982), e referências no capítulo 3 desta tese.

²⁴ Fiengo & May (1993) apresentam vários exemplos de reconstrução em ilhas, embora não chamem atenção para o fato:

- (i) John shaved himself, but Bill didn't because the barber did. (p. 220)
 'John barbeou-se, mas Bill não, por que o barbeiro o barbeou'
- (ii) Philby, who Angleton suspected, but who Dulles didn't, was a mole. (p. 240)
 'Philby, de quem Angleton suspeitou, mas de quem Dulles não suspeitou, era uma toupeira'
- (iii) What John knows is minimal, and what he doesn't is vast. (p. 240)
 'O que John sabe é mínimo, e o que ele não sabe é vasto'
- (iv) John said he was crazy before the teacher did, and Bill did too. (p. 185)
 'John disse que ele era louco antes que o professor dissesse, e Bill também disse'

CAPÍTULO 6

A MUDANÇA DIACRÔNICA

6.1. Considerações iniciais

No capítulo anterior, vimos que objetos nulos do português (PE e PB), cujo antecedente é [-específico/referencial], podem ser considerados como o resultado de um processo que ocorre em FL, e que também está presente em outras construções, como elipse de VP e elipse sentencial.

Em PE, o objeto nulo que tem como antecedente um DP/NP específico/referencial seria como proposto por Raposo (1986a), isto é, uma variável, resultado do movimento de um operador (nulo) para uma posição de Tópico.

Em PB, porém, o objeto nulo com antecedente específico/referencial não pode ser considerado uma variável como no PE, pois pode ocorrer livremente em qualquer contexto, inclusive ilhas (ver capítulo 2). A categoria nula, nesse caso, seria resultado de reconstrução de um antecedente nominal com o traço [-animado]. Quando o antecedente é [+animado], ao invés do objeto nulo, temos um pronome lexical pleno (ver Duarte 1986, e final deste capítulo).

Neste capítulo, apresentarei a pesquisa diacrônica que mostra como foi a emergência do objeto nulo do PB. Se esse objeto nulo tem as características acima, os dados diacrônicos devem mostrar a mudança ocorrida, e, além disso, devem permitir explicar por que essa mudança ocorreu. Em outras palavras, este capítulo tenta mostrar como a criança brasileira estendeu para o objeto direto com antecedente [+específico/referencial, -animado] a possibilidade de elipse (estrutura de reconstrução de DP/NP em FL), restrita anteriormente a elipses sentenciais, ou objetos nulos com antecedentes DPs/NPs não-específicos/referenciais. Segundo minha proposta, essa mudança foi possível a partir da existência de evidência positiva.

6.2. Metodologia

Um problema para a lingüística histórica é o fato de que não podemos usar os julgamentos de gramaticalidade dos falantes da língua em determinadas épocas. Porém, podemos assumir que o passado é igual ao presente e que princípios da gramática universal são únicos para as diversas etapas da língua. Se, por exemplo, uma determinada estrutura não ocorre em um corpus significativo, ela então seria agramatical naquele corpus. Desta forma, os textos antigos podem ser considerados como a explicitação da evidência positiva a que a criança teria acesso em diversas épocas. A abordagem teórico-metodológica assumida aqui (ver capítulo 1) pretende permitir observar a evolução da evidência positiva, isto é, de determinadas estruturas sintáticas, através do tempo.

Os fatores observados com relação à ocorrência do objeto nulo foram escolhidos a partir das hipóteses teóricas explicitadas no capítulo 5. Assim, assumi os seguintes fatores, ao quantificar os dados:

1. variável dependente:
 - posição de objeto vazia
 - posição de objeto preenchida

2. tipo de antecedente:
 - definido específico/referencial
 - definido não-específico/não-referencial
 - indefinido específico ("um certo")
 - indefinido não-específico
 - Nome próprio
 - "sentencial" (complemento de verbos do tipo "querer", "tentar", e "saber")
 - predicado ("é bonito", etc)
 - demonstrativo neutro (isto, isso, aquilo)
 - genérico/arbitrário ("a gente, as pessoas")

3. Se objeto nulo
 - elipse de VP (presença de advérbios de denotação predicativa, mesmo vocabulário terminal, identidade verbal)
 - objeto nulo em imperativos ("exopro")¹

4. Se posição de objeto preenchida
 - clítico "a"
 - clítico "o"
 - clítico neutro
 - clítico "as"
 - clítico "os"
 - pronomes lexicais "ela"

pronome lexical "ele"
 pronome lexical "elas"
 pronome lexical "eles"
 demonstrativo este/esse/aquele
 demonstrativo esta/essa/aquela
 demonstrativo isto/isso/aquilo
 epíteto
 repetição de NP
 repetição de Nome próprio

5. Modo Verbal

indicativo
 subjuntivo
 imperativo
 infinitivo/gerúndio

6. Tipo de oração em que ocorre

matriz/simples/primeira, em coordenação
 segunda, em coordenação
 complemento (reduzida ou não)
 relativa (incluindo relativa sem cabeça)
 adjunto (reduzida ou não)
 ordem (em imperativo)
 substantiva

7. Quando elipse sentencial ou "o" neutro², tipo de verbo

tipo "saber"
 tipo "querer"
 tipo "tentar"
 tipo "ser/estar"
 "fazer"
 outro auxiliar

8. animacidade

antecedente |+ animado|
 antecedente |- animado|
 antecedente "sentencial" ou demonstrativo neutro

Os dados analisados foram extraídos de textos do português brasileiro (ou que pudesse ser considerado brasileiro, ver abaixo) através de cinco séculos. Para deixar a análise uniforme, considereei 300 dados de cada século, extraídos de páginas consecutivas. Em outras palavras, fui coletando exemplos até completar 300 dados para cada século. Dessa forma, é possível comparar não só a porcentagem de ocorrências, mas também o número de ocorrências de cada tipo de objeto nulo.

O critério utilizado na seleção foi: procurar textos que representassem o português oral para podermos detectar a mudança, na medida em que é essa a evidência para a criança (isto é, a criança está exposta à língua oral). Para tanto, optei por peças teatrais, que supostamente trazem a reprodução da língua oral. Dentro deste tipo de texto, preferi as comédias, pois assumi que esse gênero possa proporcionar uma liberdade maior ao escritor em retratar a linguagem da época.

No entanto, não foi sempre possível encontrar esse tipo específico de texto, pois esse gênero raramente é encontrado em textos antigos. Quando tal critério não pôde ser atendido, devido à falta de obras, o outro critério utilizado foi o de escolher um autor considerado "popular" por estudiosos da literatura, isto é, um autor em cuja obra se "espelhasse" a linguagem popular da época.

Assim, junto com comédias, analisei cantigas, modinhas e poesia satírica e "romances". Kiparsky (1976)³ observa que não há diferença qualitativa entre a linguagem "normal" e a linguagem da poesia oral. Por isso, optei para esse gênero, quando o critério "comédia" não pôde ser atendido.

Abaixo segue uma breve justificativa para cada autor/texto escolhido para a presente pesquisa, com base nos critérios acima:

Século XVI - Para este século, escolhi o teatro de Gil Vicente e Camões. O teatro de Gil Vicente foi escolhido por ser considerado "primitivo, rudimentar e popular" (Moisés, 1975), além de baseado na espontaneidade. Era um teatro popular nos temas e na linguagem. Considero, então essa a linguagem utilizada pelo povo português à época do descobrimento do Brasil. As peças escolhidas foram:

Auto da Mofina Mendes (1534)

Auto da Alma (1518)

Auto da Índia (1509)

Farsa de Inês Pereira (1523)

Auto da Feira (1527)

O outro autor escolhido foi Camões, pois segundo Moisés (1975), esse autor escreveu teatro ao modo de Gil Vicente. As comédias de Camões podem, então, ser comparáveis ao teatro popular vicentino. Os textos escolhidos foram:

El-Rei Seleuco (157?)

Filodemo (157?)

Século XVII - A partir do século XVII, já podemos encontrar textos de autores que podem ser considerados brasileiros. Muitos desses autores, porém, são padres, cujos escritos se

limitam a sermões (Pe. Vieira, por exemplo), narrativas da história do Brasil (frei Vicente do Salvador), ou biografias (Pe. Simão Vasconcelos). Temos um teatrólogo, Manuel Botelho de Oliveira, porém suas peças são escritas em espanhol.

Para conservar o critério acima, optei por escolher a poesia de Gregório de Matos. Para Sílvio Romero (Romero, 1960:373), estudioso da literatura brasileira, "se a alguém no Brasil se pudesse conferir o título de fundador da nossa literatura, esse deveria ser Gregório de Matos Guerra". Gregório de Matos, um baiano, destacou-se pelo seu lado humorístico e satírico por introduzir na literatura certos termos puramente brasileiros, empregando "um torneio de linguagem inteiramente popular". Suas sátiras apresentam quatro características, entre elas a "diferenciação já crescente da *maneira brasileira* de manejar a língua". Em nota de rodapé, Sílvio Romero inclusive salienta a legitimidade de se considerar Gregório de Matos como subsídio a estudos lingüísticos: "Gregório de Matos é o *documento* por onde podemos apreciar as primeiras modificações sofridas pela língua portuguesa na América...", opinião que foi partilhada por Alfredo do Vale Cabral: "É ele o escritor que nos dá idéia mais exata do modo de falar e escrever no Brasil do século XVII.. É o único *documento* daquele século que possuímos neste gênero de estudo." (Romero, 1960:380)

De fato, é na poesia de Gregório de Matos que encontrei os primeiros indícios de mudança, como os inúmeros versos começando com elíticos, objetos nulos em ilha, e outras inovações (ver mais abaixo). Assim, mesmo não se tratando de teatro, escolhi, aleatoriamente, algumas páginas de sua poesia satírica, "lírica", e "graciosa", extraídas de suas Obras Completas (1655-1690).

Século XVIII - Antonio José da Silva, o Judeu, figura tanto nos estudos de literatura brasileira, como nos estudos de literatura portuguesa. Antonio José era brasileiro, e mudou-se com a família para Portugal com 8 anos de idade, lá produzindo, então, toda a sua obra. Escreveu comédias de caráter popular, à maneira de Gil Vicente. Embora tenha produzido sua obra em Portugal, alguns estudiosos consideram-no como autor brasileiro, sendo esse um dos motivos que me levou a escolhê-lo. O outro motivo é o caráter popular de seu teatro. A peça utilizada foi:

Guerras do Alecrim e da Manjerona (1737)

O outro autor escolhido para representar o século XVIII foi Caldas Barbosa, que também é por vezes considerado como autor português, e por vezes como autor brasileiro. Domingos Caldas Barbosa era brasileiro, mulato, e se mudou para Portugal quando tinha cerca de 30 anos. Foi muito famoso nos salões aristocráticos portugueses, como compositor de modinhas e lundus que tinham um caráter "breijeiro" e popular. Pertenceu

ao Arcadismo, como escola literária e fundou um grupo, denominado "Nova Arcádia" em Lisboa. Seu pseudônimo era Lerenó.

Apesar de não produzir teatro, Caldas Barbosa escreveu uma poesia de cunho popular que expressava o caráter brasileiro, segundo estudiosos de literatura. Apesar de árcade, sua poesia tinha um caráter mais sensual e expressava o "lado tropical" da língua, motivo pelo qual sua obra foi muitas vezes desdenhada em Portugal. O texto utilizado neste trabalho foi sua coleção de cantigas e lundus em Viola de Lerenó (1760-1780).

Século XIX - A partir deste século, já se encontra comédias escritas por autores legitimamente brasileiros. Três autores foram escolhidos: Martins Pena, Arthur Azevedo e José de Alencar.

Martins Pena é considerado o fundador da comédia de costumes brasileira. Sílvio Romero considera sua comédia um painel histórico da vida do país na primeira metade do século XIX. Magaldi (1962:58) afirma: "Martins Pena leva para o palco a língua do povo, e por isso o brasileiro enxerga nele, com razão, a sua própria imagem."

As peças escolhidas de Martins Pena foram: O Juiz de Paz na Roça (1837) e O Judas no Sábado de Aleluia (1844).

Arthur de Azevedo escreveu uma comédia em forma de revista, O Tribufe (1891), em que se encontra personagens populares, vindos do interior, cuja linguagem "caipira" é reproduzida. Assim, essa peça também está incluída como fonte de dados para o século XIX.

O Demônio Familiar (1857), de José de Alencar, reproduz a vida familiar e social da época, segundo Magaldi (1962). Nessa peça, podemos também observar a linguagem do povo, e perceber uma mudança no PB: já aparecem exemplos do pronome lexical pleno na posição de objeto, na fala de um escravo, o demônio em questão.

Século XX - As peças do século XX não são comédias, mas comédias dramáticas. O humor está no enredo, mas a peça não se caracteriza por ele. São, entretanto, peças que retratam o cotidiano, e, portanto, a linguagem coloquial. Os seguintes autores/peças foram utilizados:

Miguel Falabella, No coração do Brasil (1992)

Marques Rebelo, Rua Alegre, 12 (1940)

Gianfrancesco Guarnieri, Um grito parado no ar (1973)

Dias Gomes, O Pagador de Promessas (1960)

Todos os textos foram utilizados até serem completados 300 dados para cada século, conforme o explicitado acima.

O objeto nulo versus preenchimento foi observado segundo os tipos de antecedente, resumidos no fator 2 acima, porque a posição de objeto vazia, ou preenchida, de acordo com o antecedente, poderia ser resultado de diferentes fenômenos, segundo a análise desenvolvida no capítulo 3.

Pudemos observar que todos os séculos estudados apresentam objeto nulo. A diferença entre os séculos será no número de ocorrências para cada tipo, conforme veremos abaixo.

Além dos objetos nulos, observados de acordo com o tipo de antecedente, computei as ocorrências de elipse de VP (considerando as suas características segundo Matos, 1992), e o "exopro". Vejamos exemplos dessas ocorrências:

a. elipse de VP

1. Século XVI

Camões, p.201:

Dionysa: ...

Merecieis degradado

Que dissesse: *Por ousado.*

E eu também merecia ____

2. Século XVII

Gregório de Matos, p. 9

Triste Baía! ó quão dissemelhante

Estás e ____ estou do nosso antigo estado

3. Século XVIII

Antonio José, p. 184

Sevadilha: Assim te leve o Diabo!

Semicúpio: Levará ____, que é muito capaz disso.

4. Século XIX

José de Alencar, p.10

Carlotinha: Nunca viste mano Eduardo nessa janela?

...

Henriqueta: Já te disse que não; se vi ____ não me alembra.

5. Século XX

Marque Rebelo, p.27

Barbosa: ...e o Lopes é macaco velho, sabido.

Alfredo: Mas eu também sou ____, que diabo!

b. objeto nulo "exopro"

Neste tipo de objeto nulo, temos um processo fórico, mas o antecedente não se encontra no discurso, e sim na situação. Neste caso, o preenchimento da posição não é necessário, nem mesmo em outras línguas como o inglês (ver capítulo 2):

1. Século XVI

Camões, p. 28

Rainha: Que papel?

Frolalta: Este, Senhora.

Rainha: Amostra ____ que quero lê-lo.

2. Século XVII

Gregório de Matos, p. 261

O papinho, que se enxerga

Por baixo da barba airosa

Me está dizendo - Comei-me!

Só vós me dizeis - Não coma ____.

3. Século XVIII

Antonio José, p. 248

Semicúpio: Deite a língua fora.

D. Tibúrcio: Ei-la aqui.

Semicúpio: Deite ____ mais, mais.

4. Século XIX

Arthur Azevedo, p. 118

(Atravessa a cena, correndo, o condutor de bonde, perseguido pelos dois soldados)

Tribofe: Pega ____!

5. Século XX

Marques Rebelo, p. 20

(O telefone toca)

Lurdes: Atende ____ aí, sim?

Observamos que não há muitos exemplos dos tipos acima nos dados. Uma pesquisa anterior (Cyrino 1992), também revelou que a ocorrência de objetos nulos, em imperativo, não é numericamente expressiva.

Como mencionado acima, podemos observar que todos os séculos estudados apresentam objeto nulo. A diferença entre as ocorrências será quantitativa, e de acordo com o tipo de antecedente. Assim, temos os seguintes exemplos de objeto nulo e preenchimento, de acordo com o antecedente (fator 2, acima), para cada século:

a. antecedente NP [+específico](objeto nulo vs. preenchimento)

1. Século XVI

a) objeto nulo:

Gil Vicente, p. 247

Escudeiro: A viola.

...

Moça: Ei-la aqui bem temperada,
não tendes que temperar ____

b) preenchimento:

Gil Vicente, p. 91

Toma este pote de azeite
e vai-o vender à feira

2. Século XVII

a) objeto nulo:

Gregório de Matos, p. 40

...Sendo que às Ave-Marias
Lhe fecha a porta.
Mas isso enfim que lhe importa,
Se ao fechar ____, o põe na rua,

b) preenchimento:

Gregório de Matos, p. 272

Devia ser vergonha,
Que o vosso rosto então sentia,
De ver-se ante quem o adora

3. Século XVIII

a) objeto nulo:

Antonio José, p. 186

... tem uma quinta tão grande, que é necessário 24 horas para se correr ____
toda.

b) preenchimento:

Antonio José, p. 180

Tão venenoso é o teu alecrim, que mata a quem o traz?

4. Século XIX

a) objeto nulo:

Arthur Azevedo, p. 79

Uma agência me indicou um sobrado na Praia Formosa, por cima de um
açougue, mas o dono não quis alugá ____ ...

b) preenchimento:

Arthur Azevedo, p. 108

Se ele não levou a fortuna consigo, como é que pode atirá-la lá de cima?

5. Século XX

a) objeto nulo:

Marque Rebelo, p. 19

Vou lá em cima buscar a "Vida Doméstica" para dona Maricota, que ela me pediu ____.

b) preenchimento:

Marques Rebelo, p. 101

(Recebi) esta carta. Li-a e reli-a.

b. antecedente NP [-específico] (objeto nulo vs. preenchimento)

1. Século XVI

a) objeto nulo:

Camões, p. 29

Ninguém venda a liberdade
Pois não pôde regatar ____

b) preenchimento:

Gil Vicente, p. 250

onde se deram pancadas
ele *as* há-de levar.

2. Século XVII

a) objeto nulo:

Gregório de Matos, p. 231

Um retrato pedi da vossa cara
...
Porém é para mim coisa mui rara
Que logo ao prometer ____ me propusestes
Condições que observei como quisestes

b) preenchimento:

Gregório de Matos, p. 190

Para uns olhos tão brilhantes
Buscava o melhor pincel
.....
Piedoso lh'o deu Trinantes

3. Século XVIII

a) objeto nulo:

Caldas Barbosa, p. 45

Sabendo merecer prêmios

Não precisam suplicar ____

b) preenchimento

Antonio José, p. 234

Sevadilha: Tenho visto tantas cousas, que não me atrevo a dizê-las

4. Século XIX

a) objeto nulo:

Arthur Azevedo, p. 46

Euzébio: ... Diz um verso, Juca!

...

Comendador: Deixe-o. Dirá ____ quando chegar à casa.

b) preenchimento:

Martins Pena, p. 53

A namoradeira é em breve tempo por todos conhecida, e ninguém a deseja por mulher.

5. Século XX

a) objeto nulo:

Marques Rebelo, p. 18

Guilhermina: Está faltando um copo dos novos, Dona Lurdes.

Lurdes: Se está faltando, é porque você quebrou ____

b) preenchimento:

Miguel Falabela, p. 53

- Você fala isso porque não tem filhos

(...)

- Por essas e outras é que eu nunca os quis ter

c. antecedente "sentencial" (elipse "sentencial" vs. clítico neutro "o")

1. Século XVI

a) elipse sentencial:

Gil Vicente, p. 122

... tomaste ante como ante

por marcante

o cossário Satanás

porque queeres ____ (c.f. porque o queeres)

b) clítico neutro "o":

Gil Vicente, p. 256

Se eu disser, isto é novelo,
havei-*lo* de confirmar

2. Século XVII

a) elipse sentencial:

Gregório de Matos, p. 8

Também satirizaras, se souberas ____ (c.f. se o souberas)

b) clítico neutro "o":

Gregório de Matos, p. 19

Que se a vida do céu é via sa ...
Ninguém *o* pode crer nesta ci ...

3. Século XVIII

a) elipse sentencial:

Antonio José, p. 235

D. Tibúrcio: Para que manda vossa mercê chamar a minhas primas tão depressa?

D. Lancerote: Logo vereis ____ (c.f. Logo o vereis)

b) clítico neutro "o":

Antonio José, p. 137

D. Lancerote: Que é isto, sobrinho?

D. Tibúrcio: Eu *o* não sei, em minha consciência.

4. Século XIX

a) elipse sentencial:

Arthur Azevedo, p. 133

A estátua: Desde 1863 não sei o que se passa nos nossos teatros.

Tribofe: Parece-me que o melhor é continuar a não saber ____ (c.f. sabê-lo)

b) clítico neutro "o":

Martins Pena, p. 29

pai: Diga lá ao Sr. Juiz de Paz que lá irei.

oficial: Em boa *o* diga.

5. Século XX

a) elipse sentencial:

Miguel Falabella, p. 8

Dolores: ... Tu não disse que ia tirar a letra?

Gabriel: Eu não sei se vou conseguir ____ numa sessão só. (c.f. consegui-lo)

b) clítico neutro "o":

NÃO OCORRE NOS DADOS DESTE SÉCULO

d. antecedente predicativo (elipse vs. clítico "o" neutro)

1. Século XVI

a) elipse:

Camões, p. 166

Eu inda agora não creio

Que he verdade este amor

Mas praza a Deos, se assim for ____ (c.f. se assim o for)

b) clítico neutro "o"

Camões, p. 29

Sejamos juntos na morte

Pois o não somos na vida

2. Século XVII

a) elipse:

Gregório de Matos, p. 264

Na substância é sempre o mesmo,

Se em quantidade não é ____ (c.f. não o é)

b) clítico neutro "o":

Gregório de Matos, p. 35

Se sois modesto, sois simples

Se o não sois, sois um diabo

3. Século XVIII

a) elipse:

Antonio José, p. 236

... viéssemos a esta casa, que dissesse era sua, e no cabo sei que não é ____
(c.f. não o é)

b) clítico neutro "o":

Antonio José, p. 185-186

D. Clóris: ... Estás louco?

Semicúpio: Meu amo ainda o está mais do que eu, desde que te viu assim
por maior...

4. Século XIX

a) elipse:

José de Alencar, p. 38

Eduardo: ... Ora, quem diria que que aquele Azevedo, que eu conheci tão
volúvel, tão apologista do celibato...

Azevedo: E ainda sou ____, meu amigo ... (c.f. ainda o sou)

b) clítico neutro "o":

Martins Pena, p. 53

Quero mesmo que o seja.

5. Século XX

a) elipse:

Marque Rebelo, p. 47

Luiza: Papai se julga muito velho.

Alfredo: E sou ____, minha filha. (c.f. E o sou)

b) clítico neutro "o"

NÃO OCORRE NOS DADOS DESTE SÉCULO

Além desses tipos de antecedente, foram computados Nomes próprios, com quase a totalidade de preenchimentos, e antecedentes "genérico-arbitrário", com objeto nulo e preenchimento, com baixo número de ocorrências. Vejamos um exemplo desse último tipo (objeto nulo):

Século XVI, Gil Vicente, p. 74

E a terceira,

que endoudece ____ em grã maneira

Passemos, agora, aos resultados da pesquisa diacrônica.

6.3. Resultados

Os resultados da pesquisa quantitativa mostram um decréscimo de objetos preenchidos (vide tabela 1):

TABELA 1. Distribuição de posições nulas vs. preenchidas

Século	NULAS		PREENCHIDAS		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
XVI	31	10.7	259	89.3	290	100
XVII	37	12.6	256	87.4	293	100
XVIII	53	18.5	234	81.5	287	100
XIX	122	45.0	149	55.0	271	100
XX	193	79.1	51	20.9	244	100

A tabela 2 mostra a evolução das posições nulas segundo o tipo de antecedente:

	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
NP [+espec.]	4/139 (2.9%)	4/100 (4%)	9/120 (7.5%)	38/121 (31.4%)	64/95 (67.4%)
NP [-espec.]	3/34 (8.8%)	16/90 (17.8%)	2/33 (6.1%)	1/24 (4.2%)	31/36 (86.1%)
sentencial	18/90 (20%)	10/56 (17.9%)	37/80 (46.3%)	73/87 (83.9%)	90/100 (90%)
predicado	5/9 (55.6%)	4/12 (33.3%)	4/10 (40%)	8/11 (72.7%)	7/7 (100%)
gen/arb	1/2 (50%)	3/12 (33.3%)	1/4 (25%)	1/3 (33.3%)	0/0 -

Podemos observar que o objeto nulo foi sempre possível na língua; porém, sofre uma mudança em sua incidência. Essa mudança atinge primeiramente a posição nula com antecedente "sentencial", seguindo-se a posição com antecedente predicativo, o NP [+específico], e, finalmente, o objeto nulo com antecedente NP [-específico]⁴. A figura 1, que resume a tabela 2, permite a visualização dessa alteração.

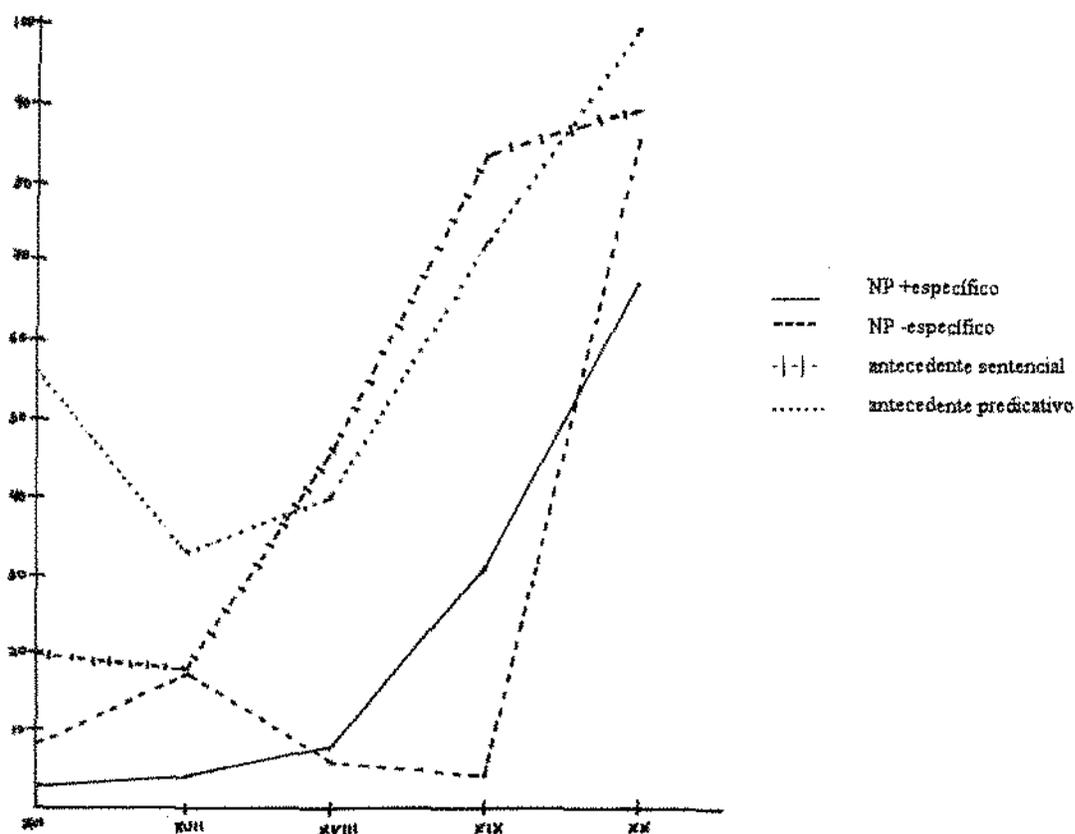


Figura 1. Ocorrências de posições nulas, de acordo com o tipo de antecedente

A figura 1 mostra que o objeto nulo que tem como antecedente um NP[-específico] parece seguir, primeiramente, uma trajetória oposta aos outros tipos de posições nulas (c.f. séculos XVII, XVIII e XIX nessa figura). Depois, observamos uma mudança "radical" a partir do século XIX. Já o objeto nulo cujo antecedente é um NP [+específico] aumenta em frequência a partir do século XIX. A ocorrência de elipse sentencial, no entanto, já aumenta a partir do século XVIII. A elipse predicativa segue um padrão semelhante à ocorrência da elipse sentencial, atingindo 100% no século XX. Passemos então a analisar os fatores condicionantes dessas alterações nos dados.

Primeiramente vejamos o fator "animacidade".

A tabela 3 mostra a incidência do preenchimento por pronomes clíticos e tônicos versus a ocorrência de objeto nulo quando o antecedente é um NP [+específico/referencial]. Podemos observar que o traço |animacidade| é relevante para a ocorrência do objeto nulo através do tempo.

TABELA 3. Objetos nulos vs. preenchidos (pronomes clíticos e tônicos) com antecedentes NP [+específico] versus traço "animacidade"

século	NP [+espec., +ani]				TOTAL		NP [+espec., -ani]				TOTAL	
	nulo		preenchido		N.	%	nulo		preenchido		N.	%
	N.	%	N.	%			N.	%	N.	%		
XVI	1	1.3	77	98.7	78	100	3	4.9	58	95.1	61	100
XVII	2	6.5	29	93.5	31	100	2	2.9	67	97.1	69	100
XVIII	1	4.8	20	95.2	21	100	8	8.1	91	91.9	99	100
XIX	1	2.2	45	97.8	46	100	37	49.3	38	50.7	75	100
XX	0	0	21	100	21	100	64	86.5	10	13.5	74	100

Nesta tabela podemos ver que a categoria nula com antecedente NP [+ específico] começa a surgir no século XIX. e, além disso, esse aumento se dá apenas com o objeto nulo cujo antecedente é |-animado|.

O mesmo quadro pode ser observado na figura 2 que mostra o antecedente NP [+específico] e NP [-específico] em relação ao fator "animacidade".

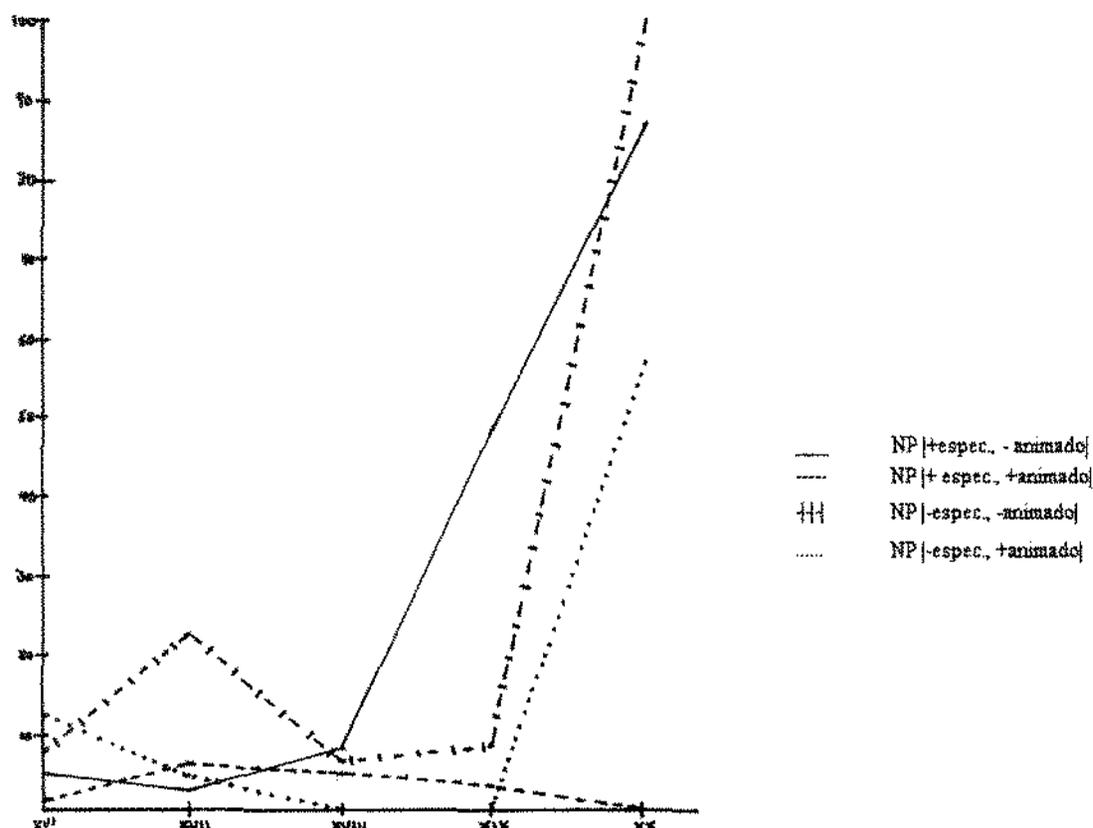


Figura 2. Objetos nulos que têm como antecedentes NPs $|+/- \text{específico}|$ e o fator "animacidade"

Nessa figura, em que somente foram computados os preenchimentos por clíticos, podemos observar que o traço $|-animado|$ conduz o aumento do objeto nulo cujo antecedente é um NP $|+específico|$. Também observamos que, embora existam poucas ocorrências de objeto nulo com antecedente NP $|+animado, +específico/referencial|$, a proporção de nulos versus o preenchimento nesses tipos de estrutura se mantém "estável" por um certo tempo; depois, cai.

Quanto ao antecedente NP $|-específico|$, observamos algo um pouco diferente: a frequência de objeto nulo aumenta somente no século XX, e, nesse século, parece que o traço "animacidade" não é o fator crucial. Inclusive, há mais nulos tendo como antecedente um NP $|-específico, +animado|$ do que objetos preenchidos, com o mesmo tipo de antecedente. Parece, portanto, que o aumento é causado pelo próprio traço $|-específico|$. A

tabela 4 mostra essa evolução (o preenchimento nessa tabela consiste de clíticos e também repetição de NP, a qual ocorre somente no século XX - ver mais abaixo sobre a queda dos clíticos e as formas que os substituíram).

TABELA 4. Objetos nulos vs. preenchidos (clíticos e repetição de NP), com antecedentes NP [-específico] versus o traço "animacidade"

século	NP [-espec, +ani]				TOTAL		NP [-espec., -ani]				TOTAL	
	nulo		preenchido		N.	%	nulo		preenchido		N.	%
	N.	%	N.	%			N.	%	N.	%		
XVI	1	2.5	7	87.5	8	100	2	7.7	24	92.3	26	100
XVII	1	4.2	23	95.8	24	100	15	22.7	51	77.3	61	100
XVIII	0	0	1	100	1	100	2	6.3	30	93.7	32	100
XIX	0	0	12	100	12	100	1	8.3	11	91.7	12	100
XX	4	57.1	3	42.9	7	100	27	93.1	2	6.9	29	100

Resumindo, podemos observar que dois fenômenos diferentes parecem estar ocorrendo com os dados, em relação a antecedentes NPs, com os traços "especificidade" e "animacidade":

- a) há um aumento de objetos nulos com antecedentes cujo traço é [+específico/referencial, -animado], a partir do século XIX;
- b) há um aumento de objetos nulos com antecedentes [-específico] somente no século XX.

Além disso, observamos:

- a) um aumento na ocorrência de elipse sentencial (vs. preenchimento pelo clítico neutro "o"), já a partir do século XVIII (tabela 2);
- b) um aumento na ocorrência de elipse predicativa (vs. preenchimento pelo clítico neutro "o"), a partir do século XIX (tabela 2);

Quanto a outros fatores que demonstraram ser relevantes para a mudança na ocorrência do objeto nulo no PB dentre os fatores condicionantes examinados, a análise dos dados revela que, no corpus, posições nulas sempre foram possíveis em ilhas. Porém, conforme podemos observar na tabela 5, o objeto nulo cujo antecedente é um NP [+específico], o qual quase não ocorre nesse contexto nos séculos XVI, XVII e XVIII, começa a aparecer com mais frequência a partir do século XIX.

TABELA 5. Posições nulas em ilha, segundo antecedente

Tipo de antecedente	século XVI		século XVII		século XVIII		século XIX		século XX	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
NP [+ espec.]	0	0	1	7.1	1	7.1	7	23.3	15	35.7
NP [-espec.]	1	5.3	4	28.7	1	7.1	0	0	9	21.4
sentencial	13	68.4	5	35.7	9	64.4	20	66.7	13	31
predicado	3	15.7	2	14.3	1	7.1	1	3.3	1	2.4
gen./arb.	1	5.3	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome próp.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2.4
elipse de VP	1	5.3	2	14.3	2	14.3	2	6.7	3	7.1
TOTAL de nulos em ilhas	19	100	14	100	14	100	30	100	42	100

A tabela 6 indica, dentre o total de ilhas, qual é a porcentagem de objetos nulos ocorrendo nessas estruturas. Por serem os objetos nulos relevantes para este trabalho, somente aqueles cujos antecedentes são sentenciais/predicativos e NPs [+/- específico] estão na tabela:

TABELA 6. Nulos em ilhas dentre o total de ilhas

	XVI		XVII		XVIII		XIX		XX	
	Nº.	%								
	/total		/total		/total		/total		/total	
NP [+esp.]	0/51	0	1/36	2.8	1/13	7.7	7/31	22.6	15/19	78.9
NP [-esp.]	1/15	6.7	4/32	12.5	1/12	8.3	0/5	0	9/11	81.8
sentencial	13/23	56.5	5/24	20.8	9/19	47.4	20/23	86.9	13/14	92.9
predicativo	3/6	50	2/8	25	1/5	20	1/2	50	1/1	100

Assim, podemos observar que o quadro das posições nulas, permitidas em estruturas de ilha no século XVI, é diferente do quadro dessas posições no século XX.

Se cruzarmos o fator "ilha" (extraído do fator 6, ver seção 6.1), com o fator "animacidade" para objetos nulos com um NP (+/- específico) como antecedente (sem considerar aqui o antecedente sentencial), podemos verificar que o objeto nulo

que tem um NP [+específico] como antecedente somente é possível nesse tipo de estrutura se for [-animado]. Este aparece nos dados somente a partir do século XVII (c.f. tabela 5).

O objeto nulo que tem como antecedente um NP [-específico], porém, é possível em ilhas desde o século XVI, conforme mostram as tabelas 5 e 6. A sua ocorrência é também restrita a antecedentes [-animado] nesse tipo de estrutura. Tal restrição não está mais em vigor justamente no século XX, que é quando há um aumento na ocorrência desse tipo de objeto nulo (c.f. tabela 4):

TABELA 7. Objetos nulos com antecedente NP [+/- específico] em contexto de ilha vs. fator "animacidade (em nº. de ocorrências)

	século XVI		século XVII		século XVIII		século XIX		século XX	
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-
específico										
+animado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
-animado	0	1	1	4	1	1	7	0	15	7
Total em ilha	0	1	1	4	1	1	7	0	15	9

A pesquisa mostra que houve uma mudança com relação ao objeto nulo permitido no PB. Como aconteceu essa mudança? Por que houve um aumento nos casos de posições nulas, como a elipse "sentencial" (e predicativa)? Por que a mudança é com o objeto nulo, cujo antecedente é um NP [+específico/referencial], e por que essa mudança atinge somente antecedentes [-animado]? Por que o antecedente NP[-específico] leva a um objeto nulo quase que categoricamente no século XX? Como a criança passou a produzir objetos nulos com antecedente [-animado] em qualquer estrutura, ilhas ou não? As respostas a essas perguntas estão na seção abaixo, sob a forma de discussão dos resultados acima, e tendo em vista minha análise no capítulo 5.

6.4. Discussão

As tabelas acima mostram que os casos de elipse sentencial e clíticos "o" neutro sempre foram possíveis no PB desde o século XVI. Temos, conforme a tabela 2, uma ocorrência de 20% de elipse sentencial vs. 80% de clítico neutro "o", e ainda 55,6% de elipse predicativa contra 44,4% de preenchimento por "o" nesse século.

A ocorrência da elipse sentencial na tabela 2 acima, mostra que esse também é o tipo de objeto nulo mais freqüente nos séculos XVI e XVII (ao lado de objetos nulos com antecedentes não - específicos neste último).

Os dados mostram que, aparentemente, o falante poderia escolher entre usar a elipse ou o clítico em tais estruturas. A gramática permitia ambas as opções. Ora, se há uma opção a se fazer, e não há nenhum fator que influa nessa escolha, espera-se que não haja diferenças através do tempo entre a escolha de uma estrutura ou outra. É, por exemplo, o que se observa nos dados do português europeu, com relação a essa estrutura (ver Cyrino 1992, "introdução" desta tese, e nota 5, abaixo). Porém, nos dados do PB, observamos que essa distribuição é semelhante somente nos séculos XVI e XVII, mudando a partir do século XVIII.

Ao examinar todas as estruturas em que o falante poderia escolher entre a elipse sentencial, ou o clítico neutro "o", podemos verificar um aumento na escolha da opção "elipse", já a partir do século XVIII. Vejamos a tabela 8, que une a ocorrência de elipse sentencial e predicativa, vs. a ocorrência do clítico neutro "o":

TABELA 8. Uso do clítico neutro vs. elipse em sentenças cujo antecedente é sentencial (ou predicado)

Século	TOTAL de estruturas		clítico "o" neutro		elipse sent./pred	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
XVI	99	100	76	76.8	23	23.2
XVII	68	100	54	79.4	14	20.6
XVIII	90	100	49	54.4	41	45.6
XIX	93	100	12	12.9	81	87.1
XX	97	100	0	0	97	100

Esta tabela mostra que, por exemplo, no século XVI, num total de 99 sentenças em que o antecedente do objeto era um complemento sentencial (ou predicado do tipo "...é bonito"), o clítico neutro ocorreu em 76 sentenças e a elipse foi a preferida em 23 sentenças. Já no século XX, num total de 97 sentenças, o clítico não ocorreu em nenhuma sentença.

Podemos, portanto, observar claramente que, existindo a opção, o falante dos séculos XVI e XVII prefere a variante clítico, enquanto que o falante do século seguinte

já começa a preferir a elipse, essa opção aumentando drasticamente no século XX, chegando a 100%.

No entanto, para o PE, tal mudança não ocorreu. Cyrino (1992), mostra que a escolha entre se usar o clítico ou a elipse continua existindo para o PE ⁵. O PB, então, apresenta essa mudança, em relação a posições de objeto nulas vs. preenchidas: no século XX não existe mais o clítico neutro. Esse fato é um reflexo da mudança no paradigma pronominal para a posição de objeto (ver mais abaixo).

Além disso, ao observar nos dados do PB, o preenchimento/não-preenchimento da posição de objeto, levando em conta o tipo do verbo (segundo a classificação em Chierchia, c.f. capítulos 4 e 5), constatei que há um maior número de ocorrências de verbos do tipo "dizer/saber/crer". Crucialmente, o complemento desses verbos, como vimos no capítulo 5, pode ser um clítico neutro com antecedente é [+específico/referencial, -animado], ou uma elipse sentencial. Embora haja um decréscimo nas ocorrências do clítico neutro também no caso dos outros tipos de verbo (i.e. do tipo "querer", e do tipo "tentar"), focalizarei aqui apenas a evolução da elipse sentencial com os verbos o tipo "dizer/saber/crer" (verbos proposicionais, ver Rochette, 1988). Conforme veremos mais adiante, e também na conclusão desta tese, esses dados serão cruciais para o surgimento do objeto nulo do PB, pois o efeito da elipse sentencial nesse caso é a evidência da reconstrução em FL de um antecedente [+específico/referencial, -animado].

Assim, temos o seguinte quadro:

TABELA 9: Elipse sentencial vs. ocorrência de clítico neutro "o"
com verbos "dizer", "saber", "crer"

Século	Total		elipse		clítico	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
XVI	60	100	5	8.3	55	91.7
XVII	22	100	6	27.3	16	72.7
XVIII	58	100	27	46.5	31	53.5
XIX	58	100	48	82.8	10	17.2
XX	62	100	62	100	0	0

Aqui observamos que o número total de estruturas em que esse tipo de verbo ocorre não é muito diferente nos dados através dos séculos (com exceção do século XVII, em que tal estrutura não foi tão frequente). Porém, a opção elipse sentencial, isto é, reconstrução do NP antecedente, aumenta já a partir do século XVIII. Note que a elipse sentencial pode

estar - e, em meus dados, na maioria das vezes, está (compare tabelas 8 e 9)-reconstruindo um antecedente |+específico/referencial, -animado| (recorde que elipse sentencial é sempre a reconstrução do antecedente, assim como elipse de VP).

Minha análise, conforme vimos no capítulo 5, propõe que o clítico neutro "o" pode ser parte de uma estrutura que conterà a reconstrução do elemento nominal antecedente. Esse é o caso do clítico neutro que substitui o complemento de verbos de reestruturação (verbos do tipo "want") e de controle obrigatório (verbos do tipo "try"), e, em muitos casos, o complemento de verbos proposicionais (verbos do tipo "know"), i.e., quando o clítico não está sendo usado referencialmente.

Também segundo essa análise, a estrutura do pronome clítico (masculino/feminino, singular/plural) cujo antecedente é |-específico/-referencial| conteria, da mesma forma, um "token" de reconstrução de NP - seriam os pronomes do tipo "paycheck" (não necessariamente ocorrendo sempre em uma estrutura "paycheck", ver capítulos 4 e 5).

A elipse sentencial, no entanto, é a reconstrução do DP/NP antecedente em FL. O objeto nulo com um antecedente NP |-específico/referencial| também seria resultado de reconstrução DP/NP em FL. Esse fato explicaria porque esse tipo de objeto nulo é permitido em estruturas de ilha, conforme mostram as tabelas 5, 6 e 7.

Minha proposta é que o objeto nulo do PB atual é também resultado de reconstrução, quando apresenta um antecedente |-animado|. As tabelas acima mostra que o objeto nulo cujo antecedente é um NP |+específico/referencial, -animado| (que poderia ser considerado o tipo inovador, ver abaixo), aparece com mais frequência nos dados a partir do século XIX. Assim, pode-se supor que a reanálise que levou a esse objeto nulo já tivesse ocorrido nesse século; isto é, a criança do século XIX já podia atribuir ao objeto cujo antecedente é |+específico/referencial, -animado|, a mesma estrutura que atribuía à elipse sentencial. Ou seja, em ambos os casos haveria reconstrução de DP/NP em FL e, portanto, poderia haver elipse.

Em outras palavras, esse aumento de ocorrência de elipse vs. decréscimo do preenchimento por clítico vai alterar a evidência positiva para a criança. A criança vai, portanto, ouvir mais casos de elipse quando o antecedente é |+específico/referencial, -animado| do que o clítico neutro (c.f. tabela 9). Esse fato, então, pode ter levado a criança a atribuir para as estruturas mais semelhantes a essa elipse sentencial, isto é aquelas cujo antecedentes são NPs |+específico/referencial, -animado|, a ocorrência de estrutura de reconstrução e a conseqüente possibilidade de elipse. Vale lembrar que o objeto nulo reconstrução também era, de acordo com minha hipótese teórica, possível para casos de antecedente NP |-específico|.

Uma questão, porém, fica: por que o falante teria preferido mais a opção "elipse" do que a opção "clítico neutro" já a partir do século XVIII?

Se as duas estruturas são permitidas pela gramática, um fator externo à sintaxe deve ter pesado para que o falante escolhesse a opção "elipse" com mais frequência, a partir do século XVIII. Em outras palavras, algum fator não-sintático deve ter influenciado na escolha. Esse fator poderia estar, então, em um outro componente, o componente fonológico da linguagem.

Muitos estudiosos já apontaram para o fato de que a alteração na colocação dos clíticos em PB aconteça devido a uma alteração ocorrida em regras pertinentes a esse componente. Amadeu Amaral, entre outros, (Amaral, 1920) aponta que:

"a diferenciação relativa à colocação dos pronomes oblíquos, no Brasil, deve explicar-se, em parte, pelo ritmo da fala e pelo alongamento das vogais. Esses pronomes, no português europeu se antepõem ou pospõem a outras palavras, que os atraem, incorporando-os. Prosodicamente, não têm existência autônoma: são sons ou grupos de sons, destinados a adicionarem-se aos vocábulos acentuados segundo leis naturais inconscientemente obedecidas (ênclise, próclise). Passando para o Brasil, a língua teve que submeter-se a outro ritmo, determinado por condições fisiológicas ou psicológicas diversas: era o suficiente para quebrar a continuidade das leis de atração que agiam em Portugal. O alongamento das vogais, dando maior amplitude aos pronomes na pronúncia, tornando mais sensível a sua individualidade, veio acentuar, de certo, aquele efeito" (p.19-20).

Assim, assumindo uma certa mudança no componente fonológico da língua, é possível explicar porque o falante "optou" por não usar o clítico neutro, quando ele podia dizer a mesma coisa através da elipse.

Nunes(1993a) discute uma tal mudança fonológica ocorrida no PB: a mudança na direção da cliticização fonológica. Para Nunes, que leva em conta os resultados em Cyrino (1990b), essa mudança ocorreu no século XIX e impossibilitou o licenciamento do onset da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa.

Esses clíticos têm sua origem nos pronomes demonstrativos do latim, illum, illam, illud. Ao contrário do francês e do espanhol (em que os clíticos são le, e lo), o português aparentemente perdeu o onset da sílaba dos clíticos, estando este somente visível depois de algumas formas verbais (lo, la, no, na). Assim, na realidade, esse onset ficou apenas subespecificado subjacentemente. Porém, precisa ser licenciado, mas esse licenciamento não será pelo nóculo da sílaba, e sim, por outros processos, como: assimilação de certas

terminações a traços presentes no onset, multiassociação de traços, etc. (ver Nunes 1993a, para uma discussão).

Nunes propõe que a direção de cliticização fonológica tanto do português antigo como do português europeu moderno é da direita para a esquerda. Assim, fonologicamente, os clíticos são sempre enclíticos (Nunes, 1993a:209):

(1) Quem-me vê?

Não-te vi.

Já-te digo.

É, portanto, impossível iniciar-se uma sentença com o clítico nessa língua.

No exemplo (1), temos casos de clíticos de 1a. e 2a. pessoas. Porém, em casos de clíticos de 3a. pessoa, como em (2), já que a direção de cliticização fonológica é da direita para a esquerda, e a sílaba do onset é subespecificada, Nunes propõe que o licenciamento desse onset será feito por certos mecanismos para o português antigo (2a) (quando o onset estava enfraquecido, mas podia superficializar-se) (Nunes, 1993a:212), e também para o português europeu moderno (2b) (Nunes, 1993a:210-211):

(2) a. melho-la fezeeste (melhor + a)

Deu-lo sabe poi-la vi (Deus + o; pois + a)

b. João não-a viu (|nãwwa |)

comi-o (|komiyu|)

Que amor-o fez sofrer (|a.mo.ru|)

Já no PB, a direção de cliticização fonológica seria da esquerda para a direita (Nunes, 1993a:214):

(3) a. Já te-vi.

b. João tinha me-visto.

c. Me diga uma coisa.

No PB, segundo Nunes, houve uma mudança na direção de cliticização fonológica, o que permitiu que sentenças possam ser iniciadas com o clítico acusativo (3c). Porém, no caso de clíticos de terceira pessoa, por falta de condições para o licenciamento do onset da sílaba do clítico, é impossível a ocorrência de sentenças como (4) (Nunes, 1993a:208):

(4) *O chamo amanhã.

Nessa sentença, não há meio de o onset da sílaba do clítico ser licenciado. Ora, se houve uma mudança na direção de cliticização no PB, as crianças adquiriram esse novo sistema.

Porém, por não haver meio de o onset de clíticos de terceira pessoa ser licenciado, Nunes propõe que a criança adquiriu uma gramática sem clíticos acusativos de terceira pessoa, o que possibilitou o surgimento do objeto nulo do PB, além do surgimento do pronome tônico de terceira pessoa em posição de objeto.

Para identificar o momento da mudança, Nunes se valeu do estudo em Cyrino (1990b), em que são detectados os primeiros exemplos de próclise a imperativo afirmativo (além dos resultados envolvendo a variação da próclise ao verbo principal vs. ênclise ao verbo auxiliar na sequência verbo auxiliar + verbo principal), diagnóstico para a mudança na direção de cliticização fonológica. Esses exemplos ocorrem na segunda metade do século XIX, o que leva Nunes a propor que a mudança fonológica já devia ter ocorrido por essa época. Analisando os resultados do referido estudo, Nunes conclui que a mudança ocorreu na virada para o século XIX.

Porém, gostaria de propor que essa mudança já tinha ocorrido no século XVIII. Podemos ter comprovação para essa hipótese através do exame dos textos do século XVII, o século anterior.

As tabelas 8 e 9 acima mostram, conforme vimos, um aumento na opção de não se usar o clítico neutro quando se pode dizer a mesma coisa através da elipse. Assim, temos, por exemplo, no século XVIII, muito mais sentenças do tipo (5a) do que sentenças do tipo (5b) (exemplos extraídos dos dados do século XVIII):

- (5) a. 'Foi que D. Tibúrcio, com a pena de se ver acometido de três mulheres, como vossa mercê ____ sabe ...' (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, p. 239)
- b. ' - Que é isto sobrinho?
- Eu o não sei, em minha consciência' (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, p. 236)

Se a análise desenvolvida no capítulo 5 é correta, ambas as estruturas são permitidas pela sintaxe: em (5a) temos a elipse e em (5b) temos o clítico neutro. Nos exemplos acima, podemos dizer que o clítico não ocorre em (5a) por uma questão fonológica: se a mudança já havia ocorrido, não há nesse exemplo meio de o onset da sílaba do clítico ser licenciada (i.e., não há consoante ou semivogal que licencie a sílaba do clítico: há uma vogal tônica no final de "mercê"). Em (5b), porém, há a semivogal /w/ de "eu", que licencia o onset da sílaba do clítico pelo processo "preservador", em que há uma configuração de ambissilabidade (ver Nunes 1993a:210). Se ambas as estruturas são permitidas e não há nenhuma diferença sintática ou semântica em se dizer a sentença com o

clítico ou sem o clítico, mas fonologicamente sim, então se justifica o aumento das sentenças sem o clítico. Casos semelhantes ocorrem já em textos do século XVII.

Se examinarmos esses textos, podemos detectar a mudança na direção de cliticização fonológica: em Gregório de Matos há inúmeros exemplos de clíticos de primeira e segunda pessoa⁶ aparecendo em início de verso, em posições em que não poderiam ter se cliticizado a nenhuma palavra anterior. E para confirmar que essa mudança fonológica já estava ocorrendo no século XVII, temos até um exemplo (nos dados pesquisados) de imperativo afirmativo com próclise⁷.

Abaixo, seguem os exemplos extraídos desses dados (Gregório de Matos). Os clíticos relevantes estão sublinhados:

- versos de 10 sílabas:

p. 11
 E como isto lhe vem por geração,
Lhe ficou por costume em seus tetrós
 Morder os que provêm de outra nação.

-versos de 7 e 4 sílabas:

p.40
 As que presumem de grandes
 Porque tem casa e são forras,
 Têm, e chamam de cachorras
 Às mais do trato,

...
 Traz o amigo cabisbaixo
 Com muitas aleivosias.
 Sendo que às Ave-Marias
Lhe fecha a porta

p.41
 Porque inda que és pátria minha,
 Sou segundo Cipião.
 Que com dobrada razão
 A minha idéia
Te diz: *Non possidebis ossa men.*

- versos de 7 sílabas:

p. 73
 Todos estão com saúde
Me disse o crioulo esquivo,
 Um tanto triste de cara,
 Pouco alegre de focinho.

p. 75

E se acaso tiver vindo,
Vos peço que lhe mandeis
 Este romance fechado
 Em um molhado papel.

p. 109

- "Em casa deste escrivão
Me criei com tal regalo,
 Que os demais gatos de casa
 Eram comigo uns bichanos.

- versos de 9 e 11 sílabas:

p. 53

Ao depois dando dele uma força
 As alcoviteiras do nosso confim,
Lhe valeu no sagrado da igreja
 O nó indissolúvel de um rico mongil.

Todos os exemplos acima mostram que uma mudança na direção da cliticização fonológica já deveria ter começado no PB para permitir ao poeta tais versos. Mesmo que a próclise fosse uma colocação possível do clítico nessa época, os exemplos acima mostram que a cliticização fonológica não poderia ser da direita para a esquerda, simplesmente porque não há material ao qual o clítico acusativo pudesse se fixar. Para Nunes, o diagnóstico para tal mudança seria a ocorrência de imperativo afirmativo com próclise. Tal exemplo também foi encontrado nos dados do século XVII:

- versos de 7 sílabas:

p. 113

E dizendo o *jube domine*,
 Se pôs em terra prostrado,
 E eu disse logo: "me matem,
 Se não é dos Franciscanos".

Além dessa observação dos textos, ao examinarmos a colocação do clítico neutro "o" através dos séculos, observamos um aumento de "elipse" (ou objeto nulo) quando a próclise seria impossível, isto é, em início de sentenças (6a,b), e em estrutura AUX + V (7a,b). Segundo Nunes (1993a), nesses casos, a ênclise é a regra no PE clássico e PE moderno, a sílaba de onset do clítico sendo licenciada pelo segmento à esquerda.

- (6) a. Perguntae-o a essa fonte. (Camões, Filodemo, p. 178, século XVI)
 b. -Quisera que ouvísseis o que disse dele a nosso pai o capitão quando o viram passar.
 - Repete _____. (Martins Pena, O Judas no Sábado de Aleluia, p. 49, século XIX)
- (7) a. Quereis-mo dizer? (Camões, Filodemo, p. 132, século XVI)
 b. Eu acho que a Margareth podia _____ tentar (Miguel Falabella, No Coração do Brasil, p. 9, século XX)

Em PB, porém, com a mudança na direção de cliticização fonológica, a cliticização sendo da esquerda para a direita, não há, nesses casos, elemento à esquerda que possa licenciar a sílaba de onset do clítico de terceira pessoa. Assim, a opção "elipse" é a escolhida pelo falante. Vejamos a tabela 10:

TABELA 10. Uso do clítico neutro "o" em posição de início de sentença vs. posição nula (elipse sentencial)

Século	clítico "o" (ênclise)		elipse		TOTAL de estruturas	
	N.	%	N.	%	N.	%
XVI	9	81.8	2	18.2	11	100
XVII	1	50	1	50	2	100
XVIII	10	55.6	8	44.4	18	100
XIX	0	0	5	100	5	100
XX	0	0	18	100	18	100

Com relação à estruturas do tipo AUX+V, temos o seguinte quadro (tabela 11):

TABELA 11. Uso do clítico neutro "o" em posição enclítica na estrutura AUX+V (ênclise ao auxiliar) vs. posição nula (elipse sentencial)

Século	clítico "o" (ênclise a AUX)		elipse		TOTAL de estruturas	
	N.	%	N.	%	N.	%
XVI	2	100	0	0	2	100
XVII	1	100	0	0	1	100
XVIII	0	0	2	100	2	100
XIX	0	0	3	100	3	100
XX	0	0	10	100	10	100

Assim, podemos ver que a mudança na direção de cliticização fonológica pode ter sido o fator que levou o falante a escolher a opção "elipse" ao invés da opção "clítico", visto que ambas as opções são permitidas pela sintaxe.

Dessa forma, observamos como uma alteração de ordem externa pode alterar a evidência positiva, e obscurecer a expressão sintática. O resultado vai ser que a criança do século XVII-XVIII vai ouvir clíticos de primeira e segunda pessoa ocorrendo fonologicamente proclíticos (ver exemplos extraídos de Gregório de Matos, acima), mas nunca vai ouvir a mesma coisa acontecendo com clíticos de terceira pessoa, em certos contextos como início de frase, ou proclítico ao verbo principal. Ou seja, conforme mostram as tabelas 10 e 11 acima, não há nos dados, exemplos como os seguintes:

- (8) a. *o disse para minha tia
- b. *tinha o-dito
- c. *O diga!

Minha proposta, então, conforme mencionado acima, é que essa foi a causa do aumento em "elipse sentencial". A partir da alteração da evidência positiva, ficou obscurecida a expressão sintática para a criança, ocasionando a mudança diacrônica, ou seja, a extensão para os objetos com antecedente NP [+específico/referencial, -animado] a mesma estrutura existente na elipse sentencial - a reconstrução de um NP em FL e elipse em FF.

Assim, podemos supor que as crianças dos séculos XVII-XVIII, ouvindo mais elipses sentenciais do que clíticos neutros, produziram mais e mais elipse, e menos e menos clíticos neutros. Nos séculos seguintes, as crianças estenderiam para o objeto mais "semelhante" a esses casos, ou seja, o objeto cujo antecedente é [+específico], mas [-animado] (e que também poderia ser preenchido por um clítico), a mesma possibilidade de reconstrução e elipse do NP antecedente. Afinal, a reconstrução e elipse de DP/NP era possível em estruturas de elipse sentencial cujo antecedente é [+específico/referencial, -animado]. Mais uma vez, há um aumento na ocorrência de nulos vs. clíticos.

A mudança paramétrica observada no século XX, e mostrada como uma mudança radical, catastrófica é, portanto, a alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto (ver também a conclusão desta tese). Observamos que, no século XX, para essas posições, temos um objeto nulo quando o antecedente é sentencial/predicado, ao passo que no século XVI, essa posição poderia ser preenchida por um clítico neutro. Quando o antecedente do objeto é um NP [-animado], temos um objeto nulo (reconstrução de NP, em

minha análise). Quando não é esse o caso, há o preenchimento da posição por um pronome tônico (antecedente [+animado]), pelo demonstrativo "isso" ou por repetição de NP.

De fato, conforme nas tabelas 8 e 9 acima, o clítico neutro não mais existe no século XX. Além disso, ao observar o comportamento de outros clíticos, podemos verificar essa mudança. Segundo a figura 3, primeiramente o clítico neutro desaparece, havendo a emergência do preenchimento dessa posição pelo demonstrativo "isto/isso", conforme mostram as linhas contínua e pontilhada, respectivamente. Com o início da queda do clítico cujo antecedente é um NP [+específico], há a emergência do pronome tônico, conforme mostra a figura 3. A queda do clítico cujo antecedente é um NP [-específico], no século XX, é concomitante com o aparecimento da repetição de NPs, para antecedentes desse tipo - veja as linhas correspondentes, na figura 3, na próxima página.

Pudemos assim, traçar a evolução do objeto nulo, através das várias fases da mudança diacrônica, e responder às questões colocadas no início desta seção. Primeiramente temos a mudança fonológica no século XVII que impossibilita a ocorrência de clíticos de terceira pessoa em certos contextos. No século XVIII, devido a essa alteração, há uma diminuição no número de clíticos neutros, pois o falante tem à sua disposição uma opção oferecida pela gramática: pode dizer a mesma coisa usando a elipse sentencial. Há, então, uma alteração na evidência positiva: um maior número de reconstruções onde o resultado "audível" é a elipse (em oposição ao clítico). Em outras palavras, deixa-se a posição nula, onde é possível, por causa da mudança na direção da cliticização fonológica, a qual torna difícil o licenciamento do clítico de terceira pessoa em certos casos.

No século XIX, através da existência de elipse sentencial⁸, resultado de reconstrução de DP/NP, a criança produz o objeto nulo com antecedente [-animado], sendo este também resultado do processo "reconstrução" em FL. Com isso, temos mais um caso de "opção" entre nulo vs. clítico, pendendo a balança mais uma vez para o lado do nulo, tornando o clítico cada vez mais raro no PB, alterando mais uma vez a evidência positiva. Ao mesmo tempo, temos nesse século a emergência de mais uma opção para a realização do objeto, quando a reconstrução não é possível: o pronome tônico (ver figura 3, e Cyrino 1990b, 1993).

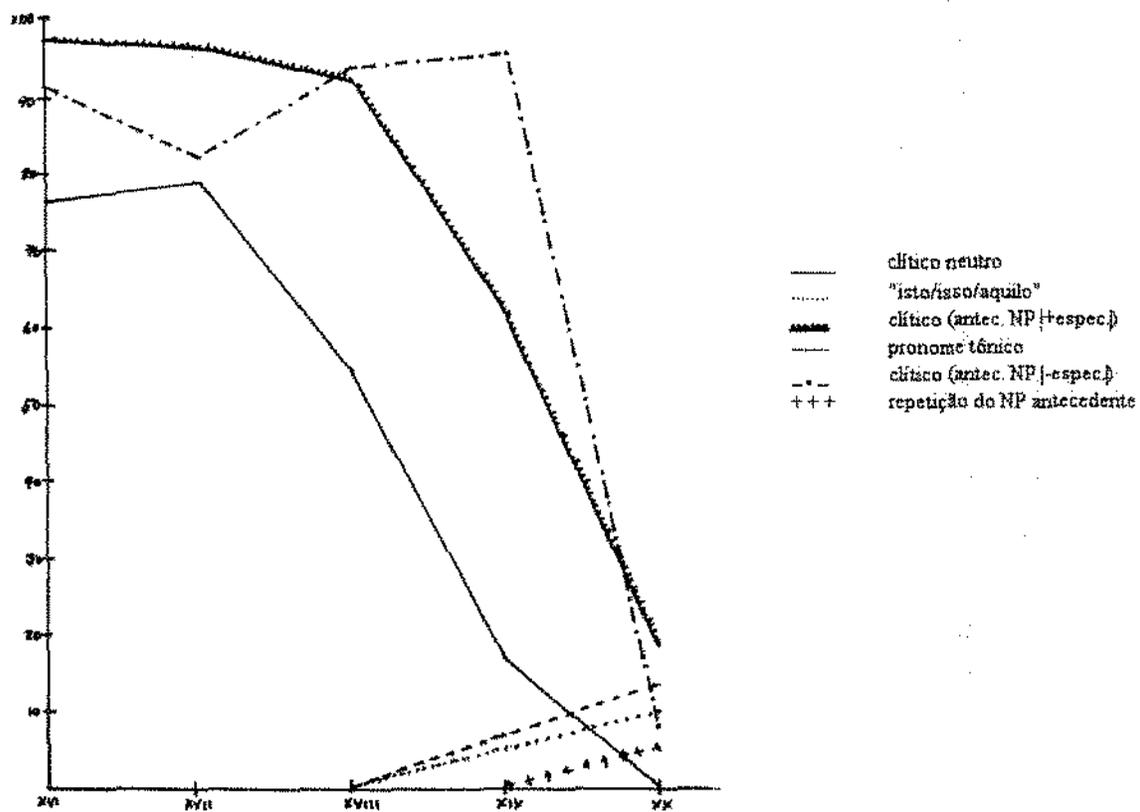


Figura 3. Ocorrência dos diversos tipos de preenchimento

6. 5. Conclusão

Este capítulo apresentou a pesquisa diacrônica, mostrando como o objeto nulo característico do PB surgiu. Através dos dados, pudemos explicar como e porque a reanálise diacrônica que possibilitou seu aparecimento aconteceu.

Minha proposta de que o objeto nulo do PB é resultado de reconstrução quando seu antecedente é $[-animado]$, fato observável nos resultados de estudos sincrônicos, se justifica, assim, através de dados diacrônicos.

Várias mudanças e reanálises interagindo, ocasionam mudanças paramétricas. Uma dessas mudanças seria a alteração nas possibilidades de realização fônica da posição de objeto (Kato 1993)⁸: em PB, além de mais um tipo de objeto nulo, temos o pronome tônico sendo possível para essa posição quando o antecedente é $[+específico/referencial, +animado]$, já a partir do século XIX, conforme mostra minha pesquisa.

NOTAS

¹ Este tipo foi considerado, levando em conta a proposta de Kato (1991a, b), em que objetos nulos neste caso não são exclusivos do PE ou PB. O "exopro" (Kato 1991a, b) tem o antecedente no contexto pragmático, por ser o objeto nulo que pode ser também encontrado em outras línguas, como o inglês. Ver Kato (1991a, b) e capítulo 2 deste trabalho.

² ver capítulo 5, para relevância de tal fator.

³ Kiparsky (1976) faz um estudo das estruturas formulaicas na poesia oral e chega à conclusão de que a distribuição dessas estruturas em cantigas e obras desse gênero não diferem do padrão dessa distribuição na linguagem normal. Kiparsky afirma: "... we have been able to maintain that formulas are from the grammatical point of view indistinguishable from the bound phrases of ordinary language. The language of oral literature does not differ qualitatively from ordinary language" (Kiparsky, 1976:88). ("... temos conseguido manter que fórmulas são, de um ponto de vista gramatical, indistinguíveis de expressões ligadas da linguagem comum. A linguagem da literatura oral não é qualitativamente diferente da linguagem comum").

Segundo o autor, a diferença pode ser quantitativa na extensão e frequência do uso dessas estruturas.

⁴ Quanto à elipse de VP, também notamos um aumento de ocorrências, conforme demonstra a tabela A. O exopro, na mesma tabela, não mostra variação através do tempo:

TABELA A. Elipse de VP e exopro através do tempo, dentre o total de dados

Século	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
elipse de VP	8/300 (2.7%)	6/300 (2%)	9/300 (3%)	24/300 (8%)	53/300 (17.7%)
exopro	2/300 (0.7%)	1/300 (0.4%)	4/300 (1.4%)	5/300 (1.7%)	3/300 (1%)

⁵ Nesse estudo, pesquisei textos portugueses dos séculos XIX e XX, pois detectava a diferença do PB a partir do século XIX. Assim, para PE, notamos que distribuição entre elipse ou clítico neutro continua no século XX igual à do século XVI (na tabela 9 acima, o século XVI é representado por Gil Vicente e Camões, dois autores portugueses). Vejamos a situação do PE nos séculos XIX e XX:

TABELA B. Ocorrência do clítico neutro ou de
elipse sentencial em textos portugueses

Século	total de estruturas		elipse sentencial		clítico neutro	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
XIX	70	100	13	18.6	57	81.4
XX	39	100	9	18.7	39	81.3

Os textos utilizados foram peças teatrais (comédias, quando possível), dos autores: Almeida Garrett, Castelo Branco e D. João Câmara, para o século XIX. M. Teixeira Gomes, Luis de S. Monteiro, para o século XX (ver referências em Cyrino, 1992).

⁶ Quanto a clíticos de terceira pessoa, não temos, obviamente, exemplos em que apareceriam em início de sentença, pois, segundo a proposta de Nunes, seriam agramaticais por falta de condições para o licenciamento do onset da sílaba do clítico, como em (i):

- (i) a. *o chamo amanhã
- b. *tinha o-visto

Porém, temos evidências na obra de Gregório de Matos, que parecem indicar que, além de uma mudança fonológica através da qual houve uma mudança na direção de cliticização, temos uma outra mudança, talvez melhor entendida em termos prosódicos. Não vou me estender nas implicações dessa mudança, mas somente me limitar à observação de que há casos (ver abaixo), em que o clítico acusativo de terceira pessoa pode ser uma sílaba métrica autônoma (na obra poética). Talvez por não poder ser fonologicamente enclítico, e não poder pertencer, assim, à sílaba métrica anterior devido à mudança na direção de cliticização fonológica, o clítico de terceira pessoa aparece nesses dados como uma sílaba métrica em separado, indicando, talvez, propriedades prosódicas da língua (aparentemente, diferentes do PE clássico, segundo Nunes, 1993a).

Em outras palavras, o clítico de terceira pessoa aparece muitas vezes como uma sílaba métrica, ao invés de cliticizar-se a outra palavra. Essa evidência constitui-se de clíticos acusativos de terceira pessoa em início de verso (a obra de Gregório de Matos é poética), e em posições de sílaba métrica, detectadas em sua poesia. Temos, assim, exemplos de clítico acusativo de terceira pessoa em início de verso, em posição que força uma leitura silábica para o clítico:

- versos de 7 sílabas:

p. 39

Porque com quatro ditinhos,
De conceitos estudados,
Não podem ser graduados
Em as ciências

Então as suas negligências
As vão conhecendo ali,
Porque de si para si
Ninguém se engana.

p. 88

O que sei é que em magotes
de duas, três, quatro e cinco
As vejo todas as noites
Sair de seus escondrijos

E como há tal abundância
Desta fruta no meu sítio,
Para ver se há quem a compre
Dão pelas ruas mil giros,

Nesta última estrofe, há, inclusive, no terceiro verso, um clítico acusativo de terceira pessoa que se encontra em uma sílaba métrica em separado, e não enclítico ao interrogativo "quem", o que seria o padrão do português antigo, e português europeu moderno, segundo Nunes (ver acima).

Outros exemplos:

-versos de 7 sílabas:

p. 116

Vou-me logo para a Praia,
E vendo os alvos seixinhos,
De quem as ondas murmuram,
Por mui brancos e mui limpos,

Os tomo em minha desgraça
Por exemplo expresso e vivo,
Pois eu por limpo e por branco
Fui na Baía mofino.

- versos de 9 e 11 sílabas:

p. 51

Marínicolas todos os dias
O vejo na sege passar por aqui,

Cavalheiro de tão lindas partes,
Como, *verbi gratia*, Londres e Paris.

Mais fidalgo que as mesmas estrelas,
Que as doze do dia viu sempre luzir,
Que seu pae por não sei que desastre
Tudo o que comia vinha pelo giz.

p. 53

Tem por mestre do terço fanchono
Um pagem de lança que Marcos se diz,
Que se em casa anda do rabo dele,
O traz pela rua ao rabo de si.

Um estudo mais aprofundado da natureza fonológica dos clíticos em PB é, ao meu ver, muito necessário, para que possa ser detectada sua influência na sintaxe, conforme muitos estudos parecem indicar (ver Galves & Galves, 1994, e, sobre a interface sintaxe-prosódia, Galves & Abaurre, 1994).

⁷ Em Cyrino (1990b) tais exemplos somente foram encontrados a partir do século XIX. Porém, naquele estudo foram coletados dados do PB somente a partir do século XVIII, e não incluíam, portanto, os séculos XVI e XVII.

⁸ Observamos neste capítulo, c.f. tabela 4, que o preenchimento continua ainda no século XIX para o objeto com um NP [-específico] como antecedente (em oposição a objeto nulo/reconstrução). Esse fato confirma minha hipótese que a inovação do PB é o objeto nulo com antecedente [+específico/referencial, -animado]. Sendo que o objeto nulo/reconstrução com antecedente [-específico/referencial] não constitui a inovação, conserva seu padrão de ocorrência, até que a mudança paramétrica (c.f. conclusão desta tese) ocorra.

⁹ Outras mudanças mencionadas na literatura como estando relacionadas com a perda do clítico em PB seriam: a perda da posição F, mudança paramétrica sugerida para o PB em Uriagereka (1992) (ver também capítulo 4), e enfraquecimento de AGR, sugerido em vários estudos em Roberts & Kato (1993), entre eles, Galves (1993), e referências ali.

CONCLUSÃO

A questão da mudança diacrônica está intimamente ligada à teoria da aquisição da linguagem, conforme vimos no capítulo 1. Em outras palavras, só podemos postular mudança lingüística se temos uma teoria de aquisição da linguagem que inclui hipóteses coerentes sobre o que constitui evidência disponível para a criança.

Lightfoot (1991, 1992), propõe a teoria do Grau 0 (ver capítulo 1): a estrutura que leva à reanálise diacrônica deve ocorrer em construções simples, porém "robustas". Neste trabalho, podemos observar que essa teoria se verifica: construções envolvendo o objeto nulo com antecedentes sentenciais certamente faziam parte do ambiente lingüístico da criança e se manifestam em sentenças simples, e até em respostas curtas.

Chomsky (1988a, b, 1992) sugere que parâmetros da Gramática Universal estejam relacionados a propriedades morfológicas. Tudo o que a criança precisa fazer é "aprender" essas propriedades para ter determinado parâmetro fixado. A questão que se coloca, então, é: no caso do objeto nulo, como teríamos esse parâmetro fixado?

Este trabalho procura mostrar que as propriedades relevantes estariam ligadas ao paradigma pronominal. Conforme vimos, Kato (1991a) propõe um "paradigma léxico-semântico" para o sistema de pronomes baseado no trabalho de Sportiche (1986). Assim, o parâmetro relevante para a ocorrência do objeto nulo do PB estaria relacionado à distribuição de pronomes lexicais e nulos, anáforas lexicais e nulas - propriedades de itens de classes fechada, ou seja, do paradigma pronominal.

Clark & Roberts (1992) propõem que a mudança paramétrica ocorre quando o alvo da aquisição contém valores de parâmetro que não podem ser unicamente determinados com base no ambiente lingüístico. A fixação de um parâmetro é "estável" na medida em que sua expressão nos dados é não-ambígua. Quando há uma mudança fonológica, que muda a evidência positiva, essa expressão já se torna "instável" e pode ocasionar mudanças¹. Os autores exemplificam essa situação com a mudança ocorrida no francês do século XV: uma mudança fonológica ocasionou o surgimento de pronomes clíticos sujeito, alterando o parâmetro relativo a essa propriedade. Essa alteração ocasionou outras mudanças no francês: seguindo Adams (1987), os autores propõem que o estímulo inicial para a erosão de V2 tenha vindo da mudança morfo-fonológica nos pronomes sujeitos.

Os autores afirmam: "innovation may arise from one of two sources: either internally, when a parametric change makes new constructions available, or externally, when phonological or morphological change weakens evidence for certain hypotheses"²(p.37). E concluem que em francês tal fonte externa esteve presente no caso da introdução da perda de V2, isto é, introdução da ordem XSV, que por sua vez foi ocasionada pela cliticização de pronomes sujeitos em francês do século XV. "As is frequently the case, syntactic change can be traced back to extra-syntactic factors, although the relationship between the extra-syntactic factors and the syntactic changes caused can be extremely indirect. This is because instability, once introduced, can propagate through a grammatical system"³ (p.35).

Em PB, o caso foi semelhante. Segundo Nunes (1993a), uma mudança fonológica, nomeadamente a mudança na direção da cliticização fonológica, ocorreu no século XVII. Por causa dessa mudança no padrão fonológico, que trouxe a consequência da eliminação da possibilidade de o clítico de terceira pessoa ocorrer em certos contextos, devido à falta de condições para o licenciamento do onset de sua sílaba, o falante foi obrigado a fazer a opção de não usar o clítico nas situações onde fosse "permitido" fazê-lo, sem alteração na gramática, ou seja, nas estruturas de elipse sentencial. Esta preferência já se manifesta claramente através do aumento na elipse sentencial a partir do século XVIII, conforme vimos no capítulo 6.

A criança do século XVIII, assim, já não teria a evidência positiva robusta do uso do clítico cujo antecedente era sentencial, isto é, do clítico neutro. Somando-se a isto o fato de que reconstrução com antecedente [+específico/referencial] era também possível (elipse sentencial, verbos proposicionais), a mudança diacrônica ocorreu. Já não sendo possível licenciar o onset da sílaba do clítico acusativo de terceira pessoa, mas havendo a possibilidade de objeto nulo em vários casos, há a emergência de um novo tipo de objeto nulo: o objeto nulo (reconstrução em FL, elipse em FF) cujo antecedente é específico, [-animado], ou seja o objeto nulo que corresponderia ao clítico mais "próximo" do clítico neutro. De fato, observa-se um aumento na ocorrência de objetos nulos com antecedentes específicos, [-animado], já a partir do século XIX.

Assim, podemos resumir a mudança diacrônica envolvendo o objeto nulo do PB da seguinte forma:

Segundo Roberts (1993), a mudança se dá em três fases (c.f. capítulo 1). A mudança fonológica, que ocasionou a menor frequência de clíticos sentenciais, seria um "passo", e aconteceu nos séculos XVII-XVIII. Já a reanálise diacrônica, ocorrida no século XIX, foi a criança ter estendido ao objeto, cujo antecedente é [+específico/referencial, -animado], a possibilidade de reconstrução em FL e elipse em FF, a exemplo do que

ocorria com a elipse sentencial e com a estrutura presente no objeto nulo não-específico. Dai a possibilidade da ocorrência do objeto nulo do PB em qualquer estrutura, até ilhas (c.f. tabelas 5, 6 e 7, capítulo 6).

Vejamos, então, o que pode ter ocorrido com a criança do século XVIII-XIX. Sentenças como (1), com um clítico cujo antecedente é $|+\text{específico/referencial}, -\text{animado}|$, faziam parte de sua experiência, assim como sentenças como (2):

(1) '... o homem do alecrim levou um capote com que estava coberto'
'E como o levou?' (Antonio José, Guerras do Alecrim e Manjerona, p. 188)

(2) 'Que é isto, sobrinho?'
'Eu o não sei, em minha consciência' (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, p. 236)

Segundo minha proposta para o português que tem clíticos (o português clássico), a estrutura de clíticos cujo antecedente é $|+\text{específico/referencial}|$ como em (1) e (2), deveria ser:

(3)

```

      DP
      |
      D'
     /  \
    D    NP
    |    |
    o   pro
  
```

Porém, conforme vimos ao analisar os dados diacrônicos, desde o século XVIII a criança já ouvia muitas estruturas com elipse sentencial, a qual, segundo minha análise, apresenta a reconstrução de um antecedente nominal que pode ser $|+\text{específico/referencial}, -\text{animado}|$ em FL. Assim, ao lado de sentenças com o clítico sentencial, como no exemplo (2) acima, a criança nessa época ouvia muitas sentenças em que havia elipse sentencial, como no exemplo em (3):

(3) 'Pois como há aqui outro, fora D. Fuas?'
'Eu não sei ____, em minha consciência, que é má' (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, p. 220)

Conforme vimos no capítulo 5, (3) teria a seguinte estrutura em FL:

(4) Eu não sei |*como há aqui outro, fora D. Fuas*|, em minha consciência, que é má.

com a reconstrução do antecedente, um elemento nominal |*+específico/referencial, -animado*|.

Assim, podemos entender que a criança estendeu a possibilidade de objeto nulo (reconstrução de DP/NP antecedente) para todos os casos de antecedentes |*+específico/referencial, -animado*|, mesmos os não sentenciais. Portanto, para a criança, (1) poderia ser produzida como (5):

(5) 'E como levou ____?
(i.e., E como levou |*o capote*|?)

Minha hipótese é de que foi realmente assim produzida, dada a decrecente evidência positiva, para a criança, do uso do clítico de terceira pessoa (i.e., aumento da elipse sentencial).

Um outro fator que pode ter contribuído para essa hipótese da criança foi o fato de que havia, ao mesmo tempo, nos dados, a possibilidade de ocorrência ou de objeto nulo, ou de clítico (reconstrução de DP/NP antecedente), no caso de um antecedente NP |*-específico/referencial*|, como em (6a) e (6b) respectivamente:

- (6) a. Ninguém venda a liberdade,
pois não pôde resgatar ____ (Camões, El-Rei Seleuco, p. 29)
(i.e., pois não pode resgatar |*a liberdade*|)
- b. Não desejo eu de saber, senão qual é o galante que me sucedeo; que se vo-lo eu colho a barlavento, eu lhe farei botar ao mar ... (Camões, Filodemo, p. 143)
(i.e., |*o galante que me sucedeo*|)

Casos de objeto nulo com antecedentes NP |*-específico/referencial*|, porém, conforme vimos, não foram os fatores condicionantes para o aumento de objetos nulos. Contudo, podemos supor que sua existência ajudou na medida em que confirmou, para a criança, que objeto nulo reconstrução (i.e., elipse em estruturas de reconstrução de DP/NP) era possível na língua.

O fator que levou à emergência do objeto nulo no PB como estrutura de reconstrução de DP/NP, quando o antecedente é |*+específico/referencial, -animado*| foi, como verificamos no capítulo 6, o aumento das estruturas de elipse sentencial com verbos proposicionais. Com esse aumento, a criança estendeu para o objeto direto cujo antecedente era |*-animado*| a possibilidade da estrutura de reconstrução de DP/NP e elipse, a exemplo dos casos de elipse sentencial⁴. A evidência positiva foi robusta nesse

caso: a criança ouvia mais frequentemente reconstrução de DP/NP e elipse, quando o antecedente era [+específico/referencial, -animado], isto é, no caso da elipse sentencial. Assim, há também um aumento em sentenças do tipo (5), no século XIX.

A mudança paramétrica, a fase em que certas estruturas deixam de existir na gramática, está completa nos textos do século XX. Essa mudança estaria estampada na falta do pronome clítico neutro e do clítico "o" para antecedentes [-animado], o que altera o paradigma dos pronomes acusativos do PB.

Kato (1991a) propõe diversas fases na mudança do sistema de pronomes acusativos clíticos e não clíticos para o PB:

	Fase I	Fase II	Fase III	Fase IV
1 ^a p.	-me eu	me- eu	me eu	--- eu
2 ^a p.	-te tu	te- você	--- você	--- você
3 ^a p.	-o ele	0- ele	--- ele	--- ele

A Fase I é o português europeu e o português que chegou ao Brasil. Na Fase II, além da mudança na colocação do clítico, há um clítico-zero para a terceira pessoa. Já na Fase III, até esse clítico desaparece e "objetos definidos" devem ser realizados sempre como pronomes tônicos. Na última Fase, não haveria nenhum tipo de clítico acusativo no PB. Atualmente, o PB ainda estaria na Fase III, um sistema não-uniforme, com clíticos e não clíticos aparecendo em posição de objeto e constituindo uma "instabilidade paramétrica", ou "passos" (Kato 1991a:229).

Clíticos de terceira pessoa se encontram em desuso no PB: o clítico neutro já nem existe nos dados (c.f. capítulo 6)⁵ e estudos variacionistas sobre o clítico acusativo no PB também mostram essa situação (por exemplo, Duarte, 1986), bem como estudos diacrônicos (ver Cyrino 1990b, 1992, 1993).

Já clíticos de primeira e segunda pessoa, embora ainda existentes, mostram-se diferentes dos clíticos de primeira e segunda pessoas do PE, por exemplo. Em Cyrino (1990b) constato que esse clítico, que podia "subir" para uma posição até acima da negação em português clássico, em PB atual se encontra fixo ao verbo mais baixo (em posição proclítica). Essa constatação me levou à hipótese de que esse clítico, se não é gerado na base nessa posição, deve incorporar-se ao V como um afixo. Isso explicaria porque temos, em PB oral, sentenças do tipo⁶:

- (8) a. Então, te pego você às cinco.
 b. Cê me espera eu um pouco?
 c. Eu te amo você.

Ao mesmo tempo, no século XIX, temos a emergência de mais uma possibilidade para a realização do objeto: o pronome tônico (ver figura 3, capítulo 6).

Assim, a mudança paramétrica proposta neste trabalho é a alteração nas possibilidades de realização fônica na posição do objeto (segundo Kato, 1991a,b): em português brasileiro, o clítico de terceira pessoa desaparece e temos em seu lugar a ocorrência do objeto nulo para antecedentes |-animado| e o pronome tônico para os outros tipos de antecedente.

Esta tese teve como objetivo responder às questões sobre o surgimento do objeto nulo no português brasileiro. Por que temos um objeto nulo diferente do português europeu e também diferente de outras línguas? A resposta a essa pergunta está no exame dos dados diacrônicos que nos permite mostrar não somente o "porquê", mas também o "como", e "quando" esse fenômeno passou a existir no português brasileiro.

No primeiro capítulo, tivemos a explicitação do quadro teórico em que a tese está inserida. Os pontos abordados naquele capítulo foram: os pressupostos teóricos gerativistas, a maneira segundo a qual tratamos a quantificação dos dados e a teoria da mudança diacrônica assumida.

O que é o fenômeno "objeto nulo"? Esse foi o tema do segundo capítulo, que também mostrou que o que é chamado "objeto nulo" na literatura engloba, na verdade, variados fenômenos, todos com o efeito de deixar fonologicamente nulo o objeto direto em uma sentença. A conclusão a que se chega no capítulo 2, é que o "objeto nulo" tem um caráter não-homogêneo - não se pode falar de um único fenômeno sob essa terminologia. Somente podemos afirmar que, com exceção do objeto nulo dêitico, o chamado "objeto nulo" sempre faz referência a um NP no discurso anterior. Assim, é preciso compreender melhor esse lado "fônico" do objeto nulo, examinando processos que poderiam estar relacionados com esse fenômeno.

No capítulo 3, a proposta é exatamente essa: examinar os processos fônicos que foram relacionados ao objeto nulo, como a pronominalização (pois o objeto nulo do PB sempre foi apontado como pronominal) e a elipse de VP (pois, segundo Raposo, 1986a, Kato 1991a,b, e Huang, 1991, é um processo que pode ser confundido com o objeto nulo). Assim, faço uma retrospectiva de como esses processos foram tratados na literatura gerativa desde os anos 60 até propostas mais recentes, assumindo especificamente a proposta de Fiengo & May (1993), de reconstrução e elipse de VP, e estendendo sua proposta de reconstrução para certos pronomes que apresentam ambigüidade de leitura estrita e imprecisa. De uma certa forma, então, a antiga regra de pronominalização é recuperada nessa análise. Segundo essa proposta, o processo de reconstrução em FL está presente em ambos os fenômenos - elipse de VP e pronomes "paycheck".

Assim, no capítulo 4, apresento uma análise para o pronome "it" em inglês, mostrando que podem ser estruturas de reconstrução em FL quando seu antecedente não é específico/referencial.

A análise para o objeto nulo do PB se encontra no quinto capítulo. O objeto nulo do português brasileiro é visto como o resultado de reconstrução, quando seu antecedente é |-animado|. Essa análise inclui a proposta de mudança para o PB: o português que chegou ao Brasil apresentava dois tipos de objetos nulos:

- a) possivelmente, variáveis - mas ver Kato 1991a - para antecedentes NP [+específico], visto a não-ocorrência em ilhas, e
- b) reconstrução de DP/NP para NPs |-específico|, visto a ocorrência em qualquer tipo de contexto.

Além disso, apresentava a elipse sentencial, analisada, em minha proposta, como estrutura de reconstrução de DP/NP em FL.

A emergência do objeto nulo no PB, isto é, a mudança diacrônica, ocorreu quando a possibilidade da ocorrência do processo "reconstrução" em FL e "inaudibilia" em FF, isto é, elipse, se estendeu para a objetos cujo antecedente era |-animado|.

Finalmente, o capítulo 6 traz os dados diacrônicos e responde mais especificamente às perguntas propostas na tese: como, quando e por que o português brasileiro passou a ter o objeto nulo que apresenta, o qual é diferente do objeto nulo do PE? Primeiramente, temos uma mudança fonológica ocorrendo no PB, no século XVII, a qual impossibilita a ocorrência de clíticos de terceira pessoa em certos contextos. Como é possível dizer a mesma coisa com o clítico ou sem o clítico, no caso de elipses sentenciais, hipotetizei que o falante escolheria a opção "inaudibilia", pois assim estaria evitando os contextos que não permitem a próclise do clítico de terceira pessoa. O século XVIII já mostra um aumento nos casos de elipse sentencial: há, então, uma alteração na evidência positiva - um maior número de estruturas onde o que se "ouve" é a elipse. No século XIX, a criança produz objetos nulos específicos com antecedente |-animado| como resultado de "reconstrução em FL", da mesma forma que produz elipses sentenciais (que seriam também, seguindo minha análise teórica, reconstrução em FL): mais uma vez há um aumento na opção "nulo" vs. clítico.

Ao mesmo tempo, nesse século, surge o pronome tônico como mais uma possibilidade de realização do objeto.

Assim, pudemos também responder porque a mudança ocorreu no PB e não no PE: em PB, devido a uma alteração fonológica e à escolha de uma das opções oferecidas pela sintaxe da língua, obscureceu-se a evidência positiva necessária para a criança determinar

a gramática. A partir da falta de evidência robusta, a criança inovou as possibilidades de objeto nulo no PB e, conseqüentemente, houve uma mudança no paradigma pronominal da língua.

Segundo Adams (1987), que estuda a mudança ocorrida no francês antigo quanto à perda de V2 e sujeito nulo, a mudança ocorre quando meios alternativos de satisfazer princípios gramaticais primeiro usurpam o papel gramatical de certos elementos, permitindo que desapareçam se e quando regras fonológicas independentes agem sobre eles. Não é possível, segundo Adams, explicitar o que ocorre primeiro: as mudanças ocorrem simultânea ou quase simultaneamente. No caso do PB, embora seja proposto, nesta tese que primeiramente houve uma mudança fonológica e depois o aumento da elipse, é possível que tudo tenha ocorrido ao mesmo tempo, ou quase ao mesmo tempo.

A mudança diacrônica deve se manifestar em estruturas de Grau-0 de complexidade, segundo Lightfoot (1991), pois a reanálise por parte da criança somente é possível em tais estruturas. Esse aspecto está presente também na mudança do objeto nulo no PB, pois segundo minha análise, esta ocorreu através da reanálise de estruturas simples, que apresentam elipse sentencial, como respostas curtas, por exemplo.

Além disso, Lightfoot (1991) propõe que a obsolescência de uma estrutura é uma conseqüência indireta de uma mudança. No caso do PB, a perda do clítico de terceira pessoa é uma conseqüência da reanálise para o objeto nulo. A mudança paramétrica, de natureza catastrófica, é observada na alteração do paradigma pronominal do século XX: não existe mais o clítico neutro, este sendo substituído pelo objeto nulo, e os outros clíticos de 3a. pessoa sendo substituídos também, ou pelo objeto nulo, ou pelo pronome tônico.

Assim, espero que esta tese possa ser uma contribuição para a compreensão dos fenômenos de mudança diacrônica, bem como dos fatos do português brasileiro. Obviamente, muitos estudos, apontados ao longo deste trabalho⁷, ainda se tornam necessários, para uma melhor compreensão de outras mudanças ocorridas nessa língua, e que resultariam em suas diferenças quanto ao português europeu. Enquanto isso, o trabalho desenvolvido nesta tese pretende reunir observações e fazer uma proposta de análise que auxilie nos estudos de nossa língua.

NOTAS

¹ Um outro estudo propõe que a fonologia teria um papel importante ao provocar a mudança diacrônica: trata-se de Galves & Galves (1994). Os autores mostram como a fonologia (no caso, a prosódia) pode "guiar" a criança na escolha da gramática mais compatível, dado um modelo matemático-estatístico de probabilidades. Assim, devido a uma mudança no padrão prosódico do PE na segunda metade do século XVIII (redução de vogais em sílabas não-acentuadas, c.f. referências em Galves & Galves, 1994), houve uma mudança na posição do clítico, de próclise para ênclise.

² "A inovação pode frequentemente surgir de uma entre duas fontes: ou internamente quando uma mudança paramétrica torna disponíveis construções novas, ou externamente, quando mudanças fonológicas ou morfológicas enfraquecem a evidência para certas hipóteses".

³ "Como é frequentemente o caso, a mudança sintática pode ser recuperada de fatores extra-sintáticos, embora a relação entre os fatores extra-sintáticos e as mudanças sintáticas causadas possa ser extremamente indireta. Isto ocorre porque a instabilidade, uma vez introduzida, pode se propagar através do sistema gramatical".

⁴ O traço [-animado] é relevante pois está presente nas estruturas de elipse sentencial, e pode também estar presente em estruturas de reconstrução de NP [-específico/referencial].

No capítulo 6, vimos que o número de ocorrências de elipse sentencial é bem significativo. Isso traz a evidência robusta para a criança, de que o traço relevante para reconstrução/elipse é o traço [-animado], independentemente da especificidade/referencialidade do antecedente. Assim, temos a ocorrência de objetos nulos [-animado] no século XX, independentemente do traço [específico/referencial].

⁵ Em Kato (1991a), o clítico de terceira pessoa já não existe na Fase III.

⁶ Em um trabalho (Cyrino, 1992), proponho, que o clítico, núcleo de DP, seria uma expressão fonológica da concordância existente no sintagma objeto. O D seria para o NP o que AGR é para a sentença. Essa posição mostra-se compatível com dados do PB: por exemplo, Ramos (1992) mostra que o PB perdeu a preposição "a" do objeto direto preposicionado. Assim, a mudança seria de (ia) para (ib):

- (i) a. Deus guarde a Vossa Senhoria
- b. Deus guarde Vossa Senhoria

Isso significa que o PB perdeu a necessidade de marcador de Caso adicional nessas construções. Se compararmos o que acontece com objetos reduplicados em línguas como o espanhol, onde temos (ii):

(ii) Lo vi a el

onde a preposição é necessária, poderíamos concluir que no PB, não havendo essa necessidade de marcação de Caso, o clítico poderia ser reanalisado como flexão de concordância:

(iii) te-pego você

⁷ Duas questões serão imediatamente pesquisadas, como decorrentes de observações ao longo deste trabalho:

a) o que é a elipse de VP no PB? Sempre existiu com as mesmas características? Se não podemos assumir totalmente a análise de Matos (1992) sobre elipse para o PB, qual seria a análise dessas construções em nossa língua?

b) A partir do século XIX, observa-se um crescente número de objetos nulos cujos antecedentes não estão expressos no texto imediatamente anterior à sua ocorrência. Conforme já observado em vários estudos (Pontes, 1987; Decat, 1989; Kato, 1993; entre outros), o PB é uma língua de tópico. O estudo de Decat (1989), inclusive, mostra um aumento significativo de estruturas de tópico no PB.

Podemos assumir, então, a proposta em Kato (1991a, 1993), segundo a qual, esses antecedentes do objeto nulo estariam em uma estrutura de tópico, ou seja, em deslocamento à esquerda - uma estrutura bifurcada, que tem à esquerda, um núcleo X⁰, nulo ou não, podendo esse núcleo ser uma preposição (por ex., sobre), uma locução (por ex., quanto a), ou um verbo (por ex., falando de). Nos dados desta tese, por exemplo, observei que o antecedente do objeto nulo está no discurso (i.e., poderia ser considerado "tópico do discurso", e estar em posição de deslocamento à esquerda) muito frequentemente, a partir do século XIX. Assim, nesse século, dentre 38 objetos nulos com antecedente NP [+específico], temos um antecedente [+animado] no discurso, e 16 antecedentes [-animado], em tal posição. Já no século XX, dos 64 objetos nulos com antecedente [+específico], todos com o traço [-animado], temos 44 antecedentes no discurso, em uma estrutura que poderia ser considerada deslocamento à esquerda, seguindo Kato (1991a, 1993)

Assim, acho necessário um estudo diacrônico mais aprofundado das estruturas de deslocamento à esquerda, bem como as estruturas de topicalização, versus a ocorrência de pronomes resumptivos (clíticos ou não) e objetos nulos, estruturas que mostram uma alteração visível nos dados diacrônicos do PB. Nesta tese, não utilizei exemplos de objetos nulos resultado de topicalização, ou objetos preenchido, resultado de deslocamento à esquerda. Assim, essa lacuna deve ser preenchida, principalmente quando se observa que não pode haver deslocamento à esquerda com pronome resumptivo quando o NP é [-específico]:

- (i) a. Um rato, eu vi ____
b. *Um rato, eu vi ele

A observação desses fenômenos sob uma perspectiva diacrônica, com certeza contribuirá para que sua ocorrência seja melhor compreendida.

OBRAS UTILIZADAS

SÉCULO XVI

1. Dois autos de Gil Vicente (o "da Mofina Mendes" e o "da Alma"), explicados por Sousa da Silveira, edição acrescida de *fac-simile* dos autos na edição príncipe de 1562. Ministério da Educação e Cultura - Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.
2. Gil Vicente, Obras Completas, com prefácio e notas do Prof. Marques Braga, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968.
3. Camões, Comédias, edição organizada por Paulino Vieira, São Paulo, Nova Era, 1923.

SÉCULO XVII

1. Gregório de Matos, Obras Completas (Sátiras, Lírica, Graciosa), São Paulo, Edições Cultura, 1945.

SÉCULO XVIII

1. Antonio José da Silva (o Judeu), Obras Completas, prefácio e notas do Prof. José Pereira Tavares, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1957.
2. Caldas Barbosa, Viola de Lereno, prefácio de Francisco de Assis Barbosa, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

SÉCULO XIX

1. Martins Pena, O Juiz de Paz da Roça e O Judas no Sábado de Aleluia, estabelecimento do texto e notas por Amália Costa, Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1951.
2. Comédias de Martins Pena, edição crítica de Darcy Damasceno, com a colaboração de Maria Filgueiras, Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1966.
3. José de Alencar, O Demônio Familiar, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1957.
4. Arthur Azevedo, O Tribufe, estabelecimento do texto, notas e estudo linguístico de Rachel Teixeira Valença, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

SÉCULO XX

1. Marques Rebelo, Rua Alegre, 12, Curitiba, Editora Guaíra, 1940.
2. Dias Gomes, O Pagador de Promessas, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.
3. Gianfrancesco Guarnieri, Um Grito Parado no Ar, São Paulo, Monções, 1973.
4. Miguel Falabella, No coração do Brasil, ms., 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, M. (1987) Old French, Null Subjects and Verb Second Phenomena, tese de doutorado, UCLA, EUA.
- Amaral, A. (1920) O Dialeto Caipira, São Paulo, O Livro.
- Blackemore, D. (1989) "Denial and Contrast: a Relevance Theoretic Analysis of *but*", *Linguistics and Philosophy* 12:15-17.
- Bresnan, J. (1970) "An Argument against Pronominalization", *Linguistic Inquiry* 1(1):122-123.
- Bosch, P. (1983) Agreement and Anaphora - a Study of the Role of Pronouns in Syntax and Discourse, Londres, Academic Press.
- Calabrese, A. (1990) "Pronomina", ms.
- Campos, H. (1986) "Indefinite Object Drop", *Linguistic Inquiry* 17: 354-359.
- Carnap, R. (1928), publicado em tradução inglesa em 1967, The Logical Structure of the World, Londres, Routledge & Kegan.
- Carter, D. (1987) Interpreting Anaphors in Natural Language Texts, Chichester, Ellis Horwood Limited.
- Chafe, W. (1976) "Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects and Topics", in C. Li (ed.) Subject and Topic, Nova York, Academic Press.
- Chao, W. (1987) On Ellipsis, tese de doutorado, University of Massachusetts, reproduzida por Graduate Linguistics Student Association, University of Massachusetts, Amherst, MA, EUA.
- Chierchia, G. (1984) Topics in the Syntax and Semantic of Infinitives and Gerunds, tese de doutorado, University of Massachusetts, reproduzida por Graduate Linguistics Student Association, University of Massachusetts, Amherst, MA, EUA.
- Chierchia, G. (1992) "Anaphora and Dynamic Binding", *Linguistics and Philosophy* 15:111-183.

- Chomsky, N. (1957) Syntactic Structures, The Hague, Mouton.
- Chomsky, N. (1965) Aspects of the Theory of Syntax, Cambridge: MIT Press.
- Chomsky, N. (1970) "Remarks on Nominalization", in R. Jacobs & P. Rosenbaum (orgs.) Readings in English Transformational Grammar, Waltham, Ginn.
- Chomsky, N. (1973) "Conditions on Transformations", in S. Anderson & P. Kiparsky (orgs.) A Festschrift for Morris Hale, Nova York, Holt, Rinehart & Winston.
- Chomsky, N. (1981) Lectures on Governemnt and Binding, Dordrecht, Foris.
- Chomsky, N. (1982) Some Concepts and Consequences of the Theory of Governement and Binding, Cambridge, MIT Press.
- Chomsky, N. (1986) Knowledge of Language, Nova York, Praeger.
- Chomsky, N. (1988a) "Prospects for the Study of Language and Mind", ms., lectures of Israel.
- Chomsky, N. (1988b), publicado em 1991, "Some Notes on Economy of Derivation and Representation", in R. Freidin (org.) Principles and Parameters in Comparative Grammar, Cambridge, MIT Press.
- Chomsky, N. (1992) "A Minimalist Program for Linguistic Theory", MIT Occasional Papers in Linguistics, 1, distribuído por MIT Working Papers in Linguistics, MIT, Cambridge, MA, EUA.
- Chomsky, N. (1994) "Bare Phrase Structures", ms., MIT, EUA.
- Clark, R. & Roberts, I. (1992) "A Computational Model of Language Learnability and Language Change", *D. E. L. T. A* 8 (nº. especial): 53-104.
- Cole, P. (1987) "Null Objects in Universal Grammar", *Linguistic Inquiry* 18:597-612.
- Cooper, R. (1979) "The Interpretation of Pronouns", in Syntax and Semantics, vol. 10, Nova York, Academic Press.
- Corrêa, V. R. (1992) O Objeto Direto Nulo no Português do Brasil, dissertação de mestrado, UNICAMP.
- Corver, N. & Delfitto, D. (1993) "Feature Asymmetry and the Nature of Pronoun Movement", trabalho apresentado no 16th Glow Colloquium, University of Lund, Suécia.

- Cyrino, S. M. L. (1990a) "O objeto Nulo no Português do Brasil: uma Investigação Diacrônica", ms., UNICAMP.
- Cyrino, S. M. L. (1990b) "O Objeto Nulo no Português do Brasil: uma Mudança Paramétrica?", ms., UNICAMP.
- Cyrino, S. M. L. (1992) "O Objeto Nulo no Português do Brasil - um Estudo Diacrônico", ms., UNICAMP.
- Cyrino, S. M. L. (1993) "Observações sobre a Mudança Diacrônica no Português do Brasil: Objeto Nulo e Clíticos", in I. Roberts & M. A. Kato (orgs.) Português Brasileiro - uma Viagem Diacrônica, Campinas, Editora da UNICAMP.
- Dahl, O. (1973) "On So-Called 'Sloppy Identity'", *Synthese* 26: 81-112.
- Dalrymple, M. Shleber & Pereira, F. (1991) "Ellipsis and Higher-Order Unification" *Linguistics and Philosophy* 14: 399-452.
- Davidson, D. (1968) "On Saying That", *Synthese* 19: 130-146.
- Decat, B. (1989) "Construções de Tópico em Português: uma Abordagem Diacrônica à Luz do Encaixamento no Sistema Pronominal", in F. Tarallo (org.) Fotografias Sociolinguísticas, Campinas, Pontes.
- Diesing, M. (1992) Indefinites, Cambridge, MIT Press.
- Domelan, K. (1966) "Reference and Definite Descriptions", *Philosophical Review* 75: 281-304.
- Dougherty, R. (1969) "An Interpretive Theory of Pronominal Reference", *Foundations of Language* 5: 488-519.
- Duarte, M. E. L. (1986) Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil, dissertação de mestrado, PUC-SP.
- Duarte, M. E. L. (1991) "O Sujeito Nulo Referencial no Português Coloquial Europeu: uma Abordagem Quantitativa", ms., UNICAMP.
- Emonds, J. (1985) A Unified Theory of Syntactic Categories, Dordrecht, Foris.
- Enç, M. (1991) "The Semantics of Specificity", *Linguistic Inquiry* 22: 1-25.
- Evans, G. (1980) "Pronouns", *Linguistic Inquiry* 11(2): 337-362.
- Farrell, P. (1987) "Empty Objects in Brazilian Portuguese", ms., UCSD, EUA.

- Farrell, P. (1990) "Null Objects in Brazilian Portuguese", *The Linguistic Review* 8: 325-346.
- Fiengo, R. & May, R. (1993) Indices and Identity, versão pré-publicação.
- Frege, G. (1897), publicado em tradução inglesa em 1970, "Begriffsschrift", in P. Geach & M. Black (orgs.) Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege, Oxford, Blackwell.
- Galves, A. & Galves, C. (1994) "A Case Study of Prosody-driven Grammar Identification - from Classical Portuguese to European Portuguese", ms., USP.
- Galves, C. (1987) "A Sintaxe do Português Brasileiro", *Ensaio de Linguística* 13: 31-50.
- Galves, C. (1989a) "O Objeto Nulo no Português Brasileiro: Percorso de uma Pesquisa", *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 17: 65-90.
- Galves, C. (1989b) "Objet Nul et Structure de la Proposition en Portugais Brésilien", *Revue des Langues Romanes* 93: 305-336.
- Galves, C. (1991) "Agreement and Subjects in Brazilian Portuguese", ms., UNICAMP.
- Galves, C. (1993) "O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro", in I. Roberts & M. Kato (orgs.) Português Brasileiro - uma Viagem Diacrônica, Campinas, Editora da UNICAMP.
- Galves, C. & Abaurre, M. B. (1994) "A Interface Sintaxe-Fonologia: Questões e Perspectivas", trabalho apresentado no IX Encontro Nacional da ANPOLL, Caxambu, MG.
- Gawron, J. M. & Peters, S. (1990) Anaphora and Quantification in Situation Semantics, Center for the Study of Language and Information, Stanford, CA, EUA.
- Geach, P. (1966) Reference and Generality, Ithaca, Cornell University Press.
- Haegeman, L. (1987) "Register Variation in English: Some Theoretical Observations", *Journal of English Linguistics* 20(2): 230-248.
- Haegeman, L. (1991) Introduction to Government and Binding Theory, Oxford, Blackwell.
- Halliday, M. A. K. & Hasan, R. (1976) Cohesion in English, Londres, Longman.
- Heim, I. (1982) The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases, tese de doutorado, University of Massachusetts, reproduzida por Graduate Linguistics Student Association, University of Massachusetts, Amherst, MA, EUA.

- Herburger, E. (1992) "Focus and the LF of NP Quantification", ms., USC, Los Angeles, EUA.
- Higginbotham, J. (1980) "Pronouns and Bound Variables", *Linguistic Inquiry* 11(4): 679-708.
- Huang, C. T. J. (1984) "On the Distribution and Reference of the Empty Categories", *Linguistic Inquiry* 15: 531-574.
- Huang, C. T. J. (1989) "Pro-Drop in Chinese", in O. Jaeggli & K. Safir (orgs.) The Null Subject Parameter, Dordrecht, Foris.
- Huang, C. T. J. (1991) "Remarks on the Status of the Null Object", in R. Freidin (org.) Principles and Parameters in Comparative Grammar, Cambridge, MIT Press.
- Ilari, R. (1981) "Os Reflexos e a Interpretação dos Prossintagmas", *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 2: 56-156.
- Isard, S. (1975) "Changing the Context", in E. Keenan (org.) Formal Semantics of Natural Language, Cambridge, Cambridge University Press.
- Jackendoff, R. (1969) Some Rules of Semantic Interpretation, tese de doutorado, MIT, EUA.
- Jackendoff, R. (1972) Semantic Interpretation in Generative Grammar, Cambridge, MIT Press.
- Karttunen, L. (1969) "Pronouns and Variables", *Papers from the 5th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, 108-116.
- Kaburaki, E. (1976) "Sloppy Identity as a Direct Discourse Identity", *Linguistic Inquiry* 7 (2): 376-380.
- Kato, M.A. (1991a), publicado em 1993, "The Distribution of Pronouns and Null Elements in Object Position in Brazilian Portuguese", in W. Ashby, M.M.G. Perissinotto & E. Raposo (orgs.) Linguistic Perspectives on the Romance Languages, Amsterdam, John Benjamins.
- Kato, M. A. (1991b) "A Theory of Null Objects and the Development of a Brazilian Child Grammar", trabalho apresentado no Congresso de Aquisição "Crossing Boundaries", Tubingen, Alemanha.
- Kato, M. A. (1993) "Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica" in I. Roberts & M. A. Kato (orgs.) Português Brasileiro - uma Viagem Diacrônica, Campinas, Editora da UNICAMP.

- Kato, M. A. & Tarallo, F. (1987) "Restrictive VS Syntax in Brazilian Portuguese; its Correlation with Invisible Clitics, and Visible Subjects", ms., trabalho apresentado em colóquio, University of Pennsylvania, University of Georgetown.
- Katz, J. & Postal, P. (1964) An Integrated Theory of Linguistics Descriptions, Cambridge, MIT Press.
- Kiparsky, P. (1976) "Oral Poetry: Some Linguistic and Typological Considerations", in B. H. Stolz & R. S. Shannon (orgs.) Oral Literature and the Formula, Center for the Coordination of Ancient and Modern Studies, University of Michigan, Ann Arbor, EUA.
- Kiparsky, P. & Kiparsky, C. (1970) "Fact", in M. Bierwisch and K. E. Heidolph (orgs.) Progress in Linguistics - a Collection of Papers, The Hague, Mouton.
- Kitagawa, Y. (1991) "Copying Identity", *Natural Language and Linguistic Theory* 9:497-536.
- Klein, E. (1987) "VP Ellipsis in DR Theory", in J. Groenendijk, D. de Jongh & M. Stokhof (orgs.) Studies in Discourse Representation Theory and the Theory of Generalized Quantifiers, Dordrecht, Foris.
- Kuno, S. (1972) "Pronominalization, Reflexivization, and Direct Discourse", *Linguistic Inquiry* 3: 161-195.
- Landa, A. (1991) "Conditions on Null Objects in Basque Spanish within a Cross-Linguistic Analysis", ms., USC, Los Angeles, EUA.
- Lappin, S. (1985) "Pronominal Binding and Coreference", *Theoretical Linguistics* 12: 241-163.
- Lappin, S. (1991) "Concepts of Logical Form", in A. Kasher (org.) The Chomskyan Turn, Cambridge, Basil Blackwell.
- Lasnik, H. (1976) "Remarks on Coreference", *Linguistic Analysis* 2: 1-22.
- Lasnik, H. (1991) "Necessity of Binding Conditions", in R. Freidin (org.) Principles and Parameters in Comparative Grammar, Cambridge, MIT Press.
- Lees, R. B. & Klima, E. (1963) "Rules for English Pronominalization", *Language* 39: 17-28.
- Lightfoot, D. (1979) Principles of Diachronic Syntax, Cambridge, Cambridge University Press.

- Lightfoot, D. (1991) How to Set Parameters: Arguments from Language Change, Cambridge, MIT Press.
- Linde, C. (1979) "Focus of Attention and the Choice of Pronouns in Discourse", in Syntax and Semantics, vol. 12, Nova York, Academic Press.
- Lobato, M. L. P. (1986) Sintaxe Gerativa do Português: da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação, Rio de Janeiro, Vigília.
- Lobeck, A. (1987) Syntactic Constraints on VP Ellipsis, tese de doutorado, University of Washington, reproduzida por Indiana University Linguistics Club, Bloomington, Indiana EUA.
- Magaldi, S. (1962) Panorama do Teatro Brasileiro, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- Maia, M. (1990) "The Null Object in Brazilian Portuguese", ms., USC, Los Angeles, EUA.
- Martins, A. M. (1992) "Focus and Clitics in European Portuguese", trabalho apresentado no Graduate Students Conference, University of Maryland, EUA.
- Martins, A. M. (1994) Quantificadores e Clíticos em Português Europeu, tese de doutorado, Universidade de Lisboa.
- Massam, D. & Roberge, Y. (1989) "Recipe Context Null Objects in English", *Linguistic Inquiry* 20:134-139.
- Matos, M. G. A. P. (1992) Construções de Elipse de Predicado em Português - SV Nulo e Despojamento, tese de doutorado, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Mattos e Silva, R. V. (1994) O Português Arcaico - Morfologia e Sintaxe, São Paulo, Contexto.
- May, R. (1985) Logical Form, Cambridge, MIT Press.
- McCawley, J. D. (1967) "Where Do Noun Phrases Come from?", in R. Jacobs & P. Rosenbaum (orgs.) Readings in English Transformational Grammar, Waltham, Ginn.
- Moisés, M. (1975) A Literatura Portuguesa, São Paulo, Cultrix.
- Neale, S. (1990) Descriptions, Cambridge, MIT Press.
- Newmeyer, F. J. (1991) "Rules and Principles in the Historical Development of Generative Syntax", in A. Kasher (org.) The Chomskyan Turn, Cambridge, Basil Blackwell.

- Nunes, J. (1993a) "Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro", in I. Roberts & M. A. Kato (orgs.) Português Brasileiro - uma Viagem Diacrônica, Campinas, Editora da UNICAMP.
- Nunes, J. (1993b) "Bare and *To*-Infinitives in the History of English", trabalho apresentado na 11th International Conference of Historical Linguistics, University of California, Los Angeles.
- Omena, N. P. (1978) Pronome Pessoal de Terceira Pessoa: suas Formas Variantes em Função Acusativa, dissertação de mestrado, PUC-RJ.
- Otani, K. & Whitman, J. (1991) "V-Raising and VP-Ellipsis", *Linguistic Inquiry* 22(2): 345-358.
- Partee, B. (1970) "Opacity, Coreference and Pronouns", *Synthese* 21.
- Partee, B. (1978) "Bound Variables and Other Anaphors", in Waltz, D. (org.), TINLAP-II: Theoretical Issues in Natural Language Processing -2, University of Illinois at Urbana-Champaign.
- Partee, B. & Bach, E. (1984) "Quantification, Pronouns and VP Anaphora", in J. Groenendijk, T. M. V. Janssen & M. Stokhof (orgs.) Truth, Interpretation and Information, Dordrecht, Foris.
- Pereira, M. G. D. (1981) A Variação na Colocação dos Pronomes Átonos no Português do Brasil, dissertação de mestrado, PUC-RJ.
- Pontes, E. (1987) O Tópico no Português do Brasil, Campinas, Pontes.
- Radford, A. (1990) Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax, Oxford, Basil Blackwell.
- Ramos, J. (1992) Marcação de Caso e Mudança Sintática no Português do Brasil, tese de doutorado, UNICAMP.
- Raposo, E. (1986a) "On the Null Object in European Portuguese", in O. Jaeggli & C. Silva-Corvalán (orgs.) Studies in Romance Linguistics, Dordrecht, Foris.
- Raposo, E. (1986b) "Romance Infinitival Clauses and Case Theory", in C. Neidle & R. Cedefio (orgs.) Studies in Romance Languages, Dordrecht, Foris.
- Raposo, E. (1987) "Case Theory and Infl-to-Comp: The Inflected Infinitive in European Portuguese", *Linguistic Inquiry* 18: 85-109.

- Raposo, E. & Uriagereka, J. (1993) "Two Types of Small Clauses", ms., University of Maryland, EUA.
- Reinhart, T. (1976) The Syntactic Domain of Anaphora, tese de doutorado, MIT, EUA.
- Reinhart, T. (1983) Anaphora and Semantic Interpretation, Londres, Croon Helm.
- van Riemsdijk, H. & Williams, E. (1986) Introduction to the Theory of Grammar, Cambridge, MIT Press.
- Ristad, E. (1990) "A Constructive Complexity Thesis for Human Language", ms. Princeton University, NJ, EUA.
- Rizzi, L. (1982) "Variations of the Wh-Island Constraint and the Subjacency Condition", in L. Rizzi (org.) Issues in Italian Syntax, Dordrecht, Foris.
- Rizzi, L. (1986) "Null Objects and the Theory of pro", *Linguistic Inquiry* 17: 501-558.
- Rochette, A. (1988) Semantic and Syntactic Aspects of Romance Sentential Complementation, tese de doutorado, MIT, EUA.
- Romero, S. (1960) História da Literatura Brasileira, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Roberts, C. (1987) Modal Subordination, Anaphora and Distributivity, tese de doutorado, University of Massachusetts, Amherst, MA, EUA.
- Roberts, I. (1993) Verbs and Diachronic Syntax, Dordrecht, Foris.
- Roberts, I. & Kato, M. A. (1993) (orgs.) Português Brasileiro - uma Viagem Diacrônica, Campinas, Editora da UNICAMP.
- Ross, J. R. (1967) Constraints of Variables in Syntax, tese de doutorado, MIT, EUA.
- Ross, J. R. (1969) "Guess Who?", *Papers from the sixth regional meeting of the Chicago Linguistics Society*, University of Chicago, EUA.
- Said Ali, M. (1964) Gramática Histórica da Língua Portuguesa, São Paulo, Melhoramentos.
- Sag, I. A. (1977) Deletion and Logical Form, tese de doutorado, University of Pennsylvania, reproduzida por Indiana University Linguistics Club, Bloomington, Indiana, EUA.

- Sells, P. (1986) "Coreference and Bound Anaphora: a Restatement of the Facts", in S. Berman, J. Choe & J. McDonough (orgs.) Proceedings of NELS 16, Graduate Linguistics Students Association, University of Massachusetts, Amherst, MA, EUA.
- Sells, P., Zaenen, A. & Zec, D. (1986) "Reflexivization Variation: Relations between Syntax, Semantics and Lexical Structure", in M. Ida, S. Wechsler & D. Zec (orgs.) Working Papers in Grammatical Theory and Discourse Structure: Interactions of Morphology, Syntax and Discourse, Center for Study of Language and Information, Stanford, CA, EUA.
- Sportiche, D. (1986) "Jibun", *Linguistic Inquiry* 17(2): 369-374.
- Suñer, M. & Yépez, M. (1988) "Null Definite Objects in Quechua", *Linguistic Inquiry* 19: 511-519.
- Szabolcsi, A. (1990) "Combinatory Grammar and Projection from the Lexicon", in I. Sag & A. Szabolcsi (orgs.) Lexical Matters, Center for the Study of Language and Information, Stanford, CA, EUA.
- Tarallo, F. (1983) Relativization Strategies in Brazilian Portuguese, tese de doutorado, University of Pennsylvania, EUA.
- Tarallo, F. & Kato, M. A. (1989) "Harmonia Transistêmica: Variação Intra e Interlingüística", *Preedição* 5.
- Torrego, E. e Uriagereka, J. (em andamento) "Indicative Dependents", ms., University of Maryland, EUA.
- Uriagereka, J. (1992) "Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance", ms., University of Maryland, EUA.
- Uriagereka, J. (1993a) "Specificity and the Name Constraint", ms., University of Maryland, EUA.
- Uriagereka, J. (1993b) "Name Contexts", ms., University of Maryland, EUA.
- Wasow, T. (1972), tese de doutorado publicada em 1979, Anaphora in Generative Grammar, Story-Scientia, Ghent.
- Wasow, T. (1979) "Problems with Pronouns in Transformational Grammar", in Syntax and Semantics, vol. 10, Nova York, Academic Press.
- Wheeler, D. (1981) "Object Deletion in Portuguese", *LSRL*, IX.
- Williams, E. (1977) "Discourse and Logical Form", *Linguistic Inquiry* 8: 103-139.

- Williams, E. (1987) "NP-trace and Th-Theory", *Linguistics and Philosophy* 10.
- Wittgenstein, L. (1922), tradução inglesa publicada em 1961, Tractatus Logico-Philosophicus, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Zagona, K. (1982) Government and Proper Government of Verbal Projections, tese de doutorado, University of Washington, EUA.
- Zagona, K. (1988) Verb Phrase Syntax: a Parametric Study of English and Spanish, Dordrecht, Kluwer.
- Zubizarreta, M. L. (1993) "The Grammatical Representation of Topic and Focus: Implications for the Structure of the Clause", ms., USC, Los Angeles, EUA.